

**Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Ciências Jurídicas
Curso de Pós-Graduação em Direito**

OS DIREITOS HUMANOS DAS MULHERES
VISTO ATRAVÉS DE UM OLHAR
PLURALISTA E INTERDISCIPLINAR

Tese de Doutorado

SIDNEY FRANCISCO REIS DOS SANTOS

Florianópolis

2003

SIDNEY FRANCISCO REIS DOS SANTOS

OS DIREITOS HUMANOS DAS MULHERES

VISTO ATRAVÉS DE UM OLHAR

PLURALISTA E INTERDISCIPLINAR

Tese apresentada como requisito parcial à
obtenção do grau de Doutor em Direito no Curso
de Pós-graduação em Direito da Universidade
Federal de Santa Catarina

Orientador: Prof. Dr. Antônio Carlos Wolkmer

Florianópolis

2003

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO**

A Tese: “OS DIREITOS HUMANOS DAS MULHERES: VISTO ATRAVÉS DE UM OLHAR PLURALISTA E INTERDISCIPLINAR” elaborada por Sidney Francisco Reis dos Santos e aprovada por todos os membros da Banca Examinadora, foi julgada adequada para a obtenção do título de “DOUTOR EM DIREITO”.

Florianópolis, 10 de fevereiro de 2003.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Antônio Carlos Wolkmer

Prof.^a Dr.^a Daniela Mesquita Leutchuk de Cardematori

Prof. Dr. Miguel Moacir Alves Lima

Prof.^a Dr.^a Thaís Luzia Colaço

Prof.^a Dr.^a Odete Maria de Oliveira

Prof Orientador:

Prof. Dr. Antônio Carlos Wolkmer

Coordenadora do Curso:

Prof.^a Dr.^a Olga Maria Boschi Aguiar de Oliveira

DEDICATÓRIA

*Esta Tese é dedicada a minha amada irmã
Sirley Salete dos Santos,
uma princesa guerreira de dois mundos, que mesmo no seu anonimato
buscou
dedicar a sua vida a luta heróica
na defesa dos direitos humanos das mulheres.
Através desta dedicatória fraternal
presto homenagens a todas a mulheres que viveram, vivem, morreram
e renascerão em prol de um mundo mais humano,
onde as mulheres e os homens
podem caminhar juntos de mãos dadas
com seus corações compartilhados...*

In Memoriam

AGRADECIMENTOS

Ao grande Espírito pelo dom de Amar, Viver, ser livre ...

A amada Kwan Ying pela abertura da compaixão do meu coração através das lágrimas da Alma..

Ao Amado Mestre de Nazaré pela lição do Amai ao próximo como a ti mesmo...

Aos meus antepassados e ancestrais por sua escrita no livro da Vida...

Ao Meu Pai Francisco Torres do Santos, samurai da Paz, grande gratidão amorosa...

A minha mãe Ivalina Brito dos Santos, por sua dedicação amorosa incondicional...

A minha irmã Sirley Salete do Santos, por ser uma princesa guerreira dos dons da Alma...

Aos futuros frutos de minha Alma, gracias pela ajuda nas minhas maiores dificuldades meu viver sobre esta terra...

*A minha amada companheira do coração compartilhado Marize Jean Schaufert Eberhardt Filha
por estar me mostrando a primavera dos dons artísticos do meu espírito e
por continuar acreditando e estar me fazendo acreditar novamente,
que apesar de todos os ferimentos do coração sofridos,
que ainda é possível amar de uma maneira pura e incondicional numa relação afetiva,
na qual se tenha a coragem de sermos verdadeiros com os desejos de nossa própria alma...*

Ao meu amigo de jornada existencialista Dennis dos Reis, pelo apoio e intercambio de localizações histórico-existenciais sobre a condição humana entre homens e mulheres.

Aos minhas demais amigas e amigos gracias, pelas lições recebidas através da amizade...

Ao minhas alunas e alunos pelo grande estímulo que recebo para continuar sendo um educador interdisciplinar do Direito...

Ao meu orientador Prof. Dr Antônio Carlos Wolkmer, por seu exemplo de docente e pesquisador interdisciplinar do fenômeno jurídico...

A estimada Professora Dra Odete Maria de Oliveira, pelo incentivo humanista na elaboração desta pesquisa interdisciplinar

Aos demais professores e funcionários do Curso de Pós-graduação em Direito da UFSC, pelo ensino e pela colaboração...

Ao povo brasileiro que contribui através do CNPQ para realização desta tese de doutorado.

RESUMO

O presente trabalho consiste em um estudo os direitos humanos das mulheres, visto pela óptica da teoria do pluralismo jurídico comunitário participativo, buscando resgatar os elementos sócio-históricos deste fenômeno, com uma visão sociológica da dimensão interdisciplinar dos direitos humanos na modernidade. O estudo pretende trazer elementos históricos para o melhor entendimento dos conceitos atuais de direitos humanos. Ele aponta a necessidade de entender as interfaces dos direitos humanos com a modernidade, com a sociedade civil e com a cidadania para melhor compreensão dos seus conceitos. O trabalho também resgata as relações dos direitos humanos das mulheres com o projeto de modernidade inacabada, como construção histórica, social e política destes direitos femininos emergentes. Por fim, procura estabelecer pontos de contato entre os direitos humanos das mulheres e a teoria do pluralismo jurídico comunitário participativo.

ABSTRACT

This thesis has as its main objective the women's human rights viewed by the participative communitary juridical pluralism theory, trying to rescue the socio-historical elements of this phenomenon as a sociological view of the interdisciplinary dimension of the human rights in the modernity. Historical elements were brought for better comprehension of the human rights current concepts. It points for the necessity of understanding the human rights interfaces with the modernity, with the civil society and with citizenship for better comprehension of its concepts. The work continues with the relations rescue between the women's human rights with the project of unfinished modernity while historical, social and political construction of these emerging feminine rights. In the end, bridge contacts between the women's human rights and the participative, juridical pluralism theory have been tried to be made.

RESUMEN

La presente tesis tiene como objetivo el estudio de los derechos humanos de las mujeres visto pela óptica de la teoría del pluralismo jurídico comunitario participativo intentando rescatar los elementos socio-históricos de este fenómeno con una visión sociológica de la dimensión interdisciplinar de los derechos humanos en la modernidad. Se intentó traer elementos históricos para el mejor entendimiento de los conceptos actuales de los derechos humanos. Él apunta para la necesidad de entender las interfaces de los derechos humanos con la modernidad, con la sociedad civil y con la ciudadanía para la mejor comprensión de sus conceptos. El trabajo sigue con un rescate de relaciones entre los derechos humanos de las mujeres con el proyecto de la modernidad inacabada, mientras construcción histórica, social y política de estes derechos femeninos emergentes. Al fin se buscó hacer puentes de contacto entre los derechos humanos de las mujeres y la teoría del pluralismo jurídico comunitario participativo.

SUMÁRIO

RESUMO.....	III
ABSTRACT.....	IV
RESUMEN.....	V
INTRODUÇÃO.....	8
1 A DIMENSÃO INTERDISCIPLINAR DOS DIREITOS HUMANOS	
	17
1.1 A Evolução Histórica do Conceito de Direito Humanos.....	17
1.2 As Interfaces dos Direitos Humanos com a Modernidade.....	36
1.3 As Interfaces entre os Direitos Humanos e a Sociedade Civil.....	45
1.4 As Interfaces entre os Direitos Humanos e a Cidadania.....	51
2 OS DIREITOS HUMANOS DAS MULHERES: UM PROCESSO DE CONQUISTA HISTÓRICA DA MODERNIDADE.....	59
2.1 Os Direitos das Mulheres: Uma luta histórica para obter o direito ao controle de seu próprio corpo.....	59
2.2 Os Direitos das Mulheres na Pré-história.....	68
2.3 Os Direitos das Mulheres na Idade Antiga.....	74
2.4 Os Direitos das Mulheres na Idade Média.....	102
2.5 Os Direitos Humanos das Mulheres na Idade Moderna e Contemporânea.....	109
2.6 Os Direitos Humanos das Mulheres no Brasil.....	120

INTRODUÇÃO

Os direitos humanos são fundamentais para existência e a convivência pacífica entre todos os povos do globo terrestre. São universais, indivisíveis e interdependentes. Expressam o espírito de tolerância encontrados em quase todas as tradições culturais e religiosas mundiais.

No século XX, os direitos humanos emergiram depois da Segunda Guerra Mundial, como uma necessidade humana fundamental, no âmbito das relações internacionais entre os países. Naquele momento histórico da Guerra Fria, os direitos humanos assumiram seu caráter de universalidade com força normativa por meio da adoção e proclamação pelas Nações Unidas, em 10 de dezembro de 1948, da Declaração Universal dos Direitos. Esta magna declaração é hoje reconhecida pela comunidade internacional e está pautada na dignidade e na igualdade de todos os seres humanos.

Desde a sua adoção, a declaração serve como um modelo ético normativo para as instituições nacionais, os tribunais, os parlamentos e os executivos nacionais, gerando práticas de governo que protegem os direitos humanos no âmbito dos Estados-nação. No Brasil, a declaração possui seu reflexo no Direito nacional, mediante os direitos e garantias fundamentais e da ordem social, previstos na Constituição Federal de 1988.

A luta pela construção dos direitos humanos da mulheres tem um dos seus pontos marcantes com a pioneira francesa, Olympe de Gouges,

contemporânea da Revolução Francesa. Uma revolucionária contestadora da política patriarcal feudal, que buscou liderar as mulheres para ter uma voz ativa no direito de voto às mulheres, no direito de exercer um ofício e no reconhecimento das uniões concubinárias. Advogou pela abolição da escravidão dos negros, por melhores condições para a maternidade e contra a pena de morte, propôs um *referendum* sobre a escolha do sistema de governo e deixou um documento histórico denominado: *A Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã de 1791*¹.

Contudo, estes direitos femininos foram reconhecidos, somente no século XX, com a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 e a Convenção para Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher de 1979 (que entrou em vigor 1981), sendo homologada no Brasil pelo Decreto nº 89.460/84, mas sua plenitude jurídica ocorre após a promulgação da Constituição Federal de 1988.

Cabe salientar alguns avanços desta convenção internacional que vão influenciar nossa Carta Magna de 1988:

- a) direito de votar e ser votada para cargos políticos e órgãos públicos
- e de exercer funções públicas em todos os níveis;

¹ Esta declaração foi descoberta no início da década de 90 por historiadoras italianas lideradas pela pesquisadora Ângela Groppi e Gabriella Bonacchi. Esta declaração possui um valor histórico e político pois demonstra que a luta pela emancipação dos direitos humanos das mulheres é anterior a contracultura dos anos 60 do século XX. Cabe salientar que esta declaração ficou escondida após a morte na guilhotina por ordem da Convenção pelo delito de *"haver esquecido as virtudes de seu sexo e intrometer-se em assuntos da República"*. Seus julgadores consideraram as mulheres ineptas para a vida pública. Para maiores informações sobre esta declaração vide Bonacchi(1995) nas referências bibliográficas.

- b) direito de participar da formulação de políticas governamentais e de ONGs, voltadas para vida pública e política;
- c) igualdade perante a Lei;
- d) direitos iguais quanto à nacionalidade;
- e) direito ao trabalho, com igualdade de oportunidades e de salários em relação aos homens;
- f) direitos e responsabilidades iguais no casamento e na relação com os filhos;
- g) proteção contra o casamento infantil e a exploração sexual;
- h) medidas para modificar os padrões culturais de conduta que mantêm as mulheres em situação de inferioridade; e
- i) medidas para reprimir a prostituição e o tráfico de mulheres.²

A Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 comemorou o aniversário de 50 anos em 1998, com o lema intitulado “Direitos humanos para todos”. Todavia, apesar dos avanços jurídicos ocorridos após esta declaração universal, gerando mobilização política e demandas sociais dos sujeitos sociais da sociedade civil e das mudanças sócio-políticas e econômicas do mundo pós Segunda Guerra Mundial, ainda hoje existem centenas de pessoas no mundo que não usufruem da eficácia social da declaração. O próprio Estado nação, por meio de seu sistema judiciário interno, não possui uma resposta eficiente perante as demandas sociais levantadas pela sua sociedade civil organizada.

Esta falta de operacionalização da declaração está inserida em um contexto de crise do paradigma jurídico monista estatal, em que o Judiciário brasileiro, nos últimos tempos, tem sido colocado em “xeque” frente às novas demandas sociais dos direitos humanos levantados pelos sujeitos sociais da sociedade civil.

Estas demandas sociais são mais visíveis à medida que o Judiciário não consegue dar conta delas, denotando uma certa ineficácia instrumental dentro de um contexto de crise do direito.

Um dos fatores para se refletir sobre essa ineficácia instrumental do Judiciário reside na mentalidade dogmática dos juristas que tendem a considerar a aplicabilidade e a efetividade de certos “*direitos humanos*” como uma distorção das “*funções judiciais*”, como uma ameaça à “*certeza jurídica*” e como uma perversão da “*segurança do processo*”.

No dizer de Wolkmer:

[...] a cultura jurídica brasileira é marcada por uma tradição monista de forte influxo kelseniano, ordenada num sistema lógico-formal de raiz liberal-burguesa, cuja produção transforma o direito e a justiça em manifestações estatais exclusivas. esta mesma legalidade, quer enquanto fundamento e valor normativo hegemônico, quer enquanto aparato técnico oficial de controle e regulamentação, vive uma profunda crise paradigmática, pois vê-se diante de novos e contraditórios problemas, não conseguindo absorver determinados conflitos coletivos específicos deste final de século XX.³

²Vide art. 1º a 30 da Convenção para Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher de 1979

³ WOLKMER, Antônio Carlos. *Pluralismo jurídico: fundamentos de uma nova cultura no direito*. 3ªed. São Paulo: Alfa Omega, 2001. p.84

Diante da ineficácia instrumental desta cultura jurídica monista, está emergindo uma cultura jurídica pluralista, em que o pluralismo jurídico é percebido como uma alternativa de construção de uma cidadania pluralista comunitária participativa, efetivando os direitos humanos das mulheres no Brasil.

Para Wolkmer este pluralismo jurídico é visto como marco teórico progressista de teor comunitário-participativo que envolve o desenvolvimento de duas condições básicas:

a) fundamentos de efetividade material:

1º) a emergência de novos sujeitos coletivos (movimentos sociais, organizações não-governamentais etc.);

2º) a satisfação das necessidades humanas fundamentais (direitos humanos à alimentação, à educação, à saúde, ao transporte, à dignidade material e espiritual da pessoa humana etc.).

b) fundamentos de efetividade formal:

1º) reordenação do espaço público mediante uma política democrático-comunitária descentralizadora e participativa (ação política integrada entre os operadores jurídicos progressistas e os sujeitos coletivos da sociedade civil, visando a construção de uma cidadania pluralista comunitária e participativa dos setores populares);

2º) desenvolvimento da ética concreta da alteridade; e

3º) construção de processos para uma racionalidade emancipatória.⁴

Dentro da efetividade formal da reordenação do espaço público, os operadores jurídicos progressistas (magistrado, promotor de justiça e defensor público) e os sujeitos sociais da sociedade civil (movimentos sociais e ONGs) são entendidos como catalizadores-chaves na construção de uma justiça cidadã em favor da mulher no Brasil.

⁴ WOLKMER, Antônio Carlos. op. cit. pp.234-235

A concretização da reordenação do espaço público passa pela transformação profunda do Judiciário, baseada numa cultura jurídica monista, preso a uma interpretação jurídica restritiva da cidadania formal do texto da Constituição Federal de 1998 (o direito à vida, à educação, à proteção ao trabalho), que acaba criando óbices de operacionalização dos direitos humanos de cidadania, conquistados pelos sujeitos sociais da sociedade civil.

O objetivo desta pesquisa sobre os direitos humanos das mulheres é levantar alguns questionamentos inéditos sobre a história direitos humanos femininos dentro do sistema patriarcal; buscar traçar as possibilidades de pontes de ligação da teoria do Pluralismo Jurídico Comunitário Participativo com os direitos humanos da mulher. Portanto a problemática central dessa tese está em mostrar que houve lacunas deixadas pela preocupação convencional da história oficial com as atividades político-jurídica masculinas, e dar mais atenção e dignidade à vida das mulheres, enquanto sujeitos de direitos, passíveis de construir um mundo mais humano.

Tendo em vista os objetivos deste trabalho, o método de investigação utilizado é o indutivo. Quanto ao procedimento, a pesquisa utiliza o método monográfico, tendo em vista o objeto da tese: os direitos humanos das mulheres. A técnica de pesquisa é basicamente bibliográfica-documental.

O sistema patriarcal colocou as mulheres no decorrer de sua história como o maior grupo social oprimido que o mundo já conheceu. As mulheres tiveram de aceitar a violência e a brutalidade dos ataques sistemáticos e

contínuos aos seus corpos nas mutilações genitais e as torturas ideológicas nas suas emoções.

Diante tais argumentos, é essencial reconhecer que a hipótese central desta pesquisa é a seguinte.

O exercício pleno da cidadania feminina é fruto de uma luta histórica pelo direito humano de comandar seu próprio corpo no sentido bio-psico-sócio- cultural.

O referencial teórico tem como base, a Teoria do Pluralismo Jurídico Comunitário Participativo. Os eixos principais das categorias teóricas são: *o Pluralismo Jurídico Comunitário Participativo (Plujuricompar)*, *o sistema patrímatriarcal compartilhado*⁵, *a modernidade*⁶, *os direitos humanos*⁷, *o gênero*⁸, *a cidadania*⁹

⁵ Esta categoria chave denominado *sistema patrímatriarcal compartilhado* é entendido a nível desta pesquisa com o sistema cultural que está emergindo, dentro da Crise do sistema patriarcal, gradativamente no mundo desde da *Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadão de 1791*, até o dias atuais. A sua premissa básica reside que a sociedade humana para sobreviver e prosperar, necessita enquanto espécie da prática consciente *do principio da igualdade jurídica com respeito as diferenças psico-bio-sócio-culturais*, ou seja mulheres e homens devem dar as mãos para construir uma nova sociedade. Está categoria que denominamos como *sistema patrímatriarcal compartilhado* foi elaborado a partir dos estudos das obras das seguintes pesquisadoras feministas interdisciplinares a saber: Simone de Beauvoir, Célia Amorós, Rosalind Miles, Elisabeth Badinter, Michele Perrot, etc. Bem com autores representantes da abordagem teórica da História das mentalidades tais como: Phillipe Áries, Georges Duby, Paul Vayne, Antoine Prost, Gerard Vincet, Roger Chatier entre outros. As obras estudadas estão listadas nas referências bibliográficas. Esta categoria será fundamental para se compreender as pontes interdisciplinares entre os Direitos Humanos das Mulheres e a Teoria do Pluralismo Jurídico Comunitário participativo de Antônio Carlos Wolkmer.

⁶ A modernidade é entendida como uma organização social global, surgida na Europa a partir do século XVII, caracteriza-se por ser um projeto societário ocidental na sua origem, construtor de nova cultura racionalista inacabada (herdeira do renascimento cultural, da reforma protestante, da revolução francesa, da revolução norte-americana, da revolução industrial inglesa. Este entendimento de modernidade foi pensado com base nos autores tais como J. Habermas, A. Giddens, A. Touraine etc.

⁷ Os direitos humanos são entendidos como: Direitos qualificadores da racionalidade, da emoção, da corporariedade dos sujeitos coletivos frente ao Estado. Isto no mundo jurídico gera o sujeito de direito respaldado nos direitos e garantias fundamentais da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 e em nível nacional na Constituição federal de 1988. Este entendimento de direitos humanos foi pensado, tendo como base o entendimento existencialista de Jean Paul Sartre e a teoria do pluralismo jurídico comunitário de Wolkmer.

⁸ O gênero é aqui entendido como uma categoria interdisciplinar em que o intercâmbio intercultural entre mulheres e homens é estabelecido dentro de bases sócio-político mitológicas, expressando-se historicamente no cotidiano através das relações conflituosas de dominação/submissão entre os sexos. Estas relações conflituosas são catalizadoras de mudanças culturais no sistema patriarcal na forma de elaboração dos distintos papeis sociais e na divisão social e sexual do trabalho, possibilitando a geração de uma nova Cultura com valores éticos compartilhados. Este entendimento sobre este categoria gênero foi pensado a partir das autoras: Célia Amorós, Rose Marie Muraro e do autor: Leonardo Boff. Em relação as

Quanto a opção pela metodologia descritiva-interdisciplinar decorre da percepção de que: primeiramente que os direitos humanos são multidisciplinares, pois expressam dimensões históricas, sociológicas e jurídicas. Em segundo, porque a interdisciplinaridade impede a delimitação reducionista-cartesiana dos diferentes saberes na análise do objeto de pesquisa; ou seja, com a interação e articulação interdisciplinar, evita-se o monopólio ou apropriação unilateral do tema estudado por qualquer das áreas do conhecimento. O trabalho está estruturado em três capítulos, seguido por uma conclusão, que pretende sintetizar e problematizar algumas questões que foram trabalhadas no corpo do trabalho.

O primeiro capítulo buscou-se estudar a dimensão interdisciplinar dos direitos humanos na modernidade. Para isso percorreu-se uma evolução histórica do conceito de Direitos Humanos. Em seguida teceu-se as interfaces dos direitos humanos com a modernidade, com a sociedade civil e com a cidadania.

No segundo capítulo empreendeu-se um olhar histórico, crítico descritivo sobre os direitos humanos das mulheres, desde da pré-história até nossos dias, estes direitos são percebidos como uma conquista histórica da modernidade inacabada.

pesquisas de gênero na América Latina e Brasil dentro do olhar da historiografia das Mentalidades, vide a obra: MATOS, Maria Izilda S. *Por uma História da Mulher*. Bauru:EDUSC, 2000.

⁹ A cidadania é aqui entendida como uma construção histórica interdisciplinar que liga o cidadão com as esferas do Estado, do Mercado, e da sociedade visando a construção de uma sociedade pluralista e democrática. Este categoria foi pensada a partir das autoras Odete Maria de Oliveira, Nilda Tevês Ferreira, Maria Victoria de Mesquita Benevides entres outros.

No terceiro capítulo tratou-se de buscar as pontes de interconexão entre os direitos humanos das mulheres e a teoria do Pluralismo Jurídico Comunitário participativo. Nesse sentido destacou-se a importância dos operadores jurídicos na operacionalização dos direitos humanos femininos. Teceu-se algumas notas sobre a Teoria do *Plujuricompar*. Tendo esta direção delineada, por fim, buscou-se esboçar estas possibilidades de pontes interdisciplinares através dos valores essenciais dos novos movimentos sociais, particularmente o movimento feminista.

Na conclusão buscou-se refletir sobre o tema do controle patriarcal do corpo feminino e teceu-se algumas sugestões de saídas alternativas para superação dos preconceitos sociais contra a mulher na sociedade patriarcal. Diante disso, percebe-se o caráter original desta tese dentro área do Direito, ou seja, o estudo histórico-descritivo da luta pelos direitos humanos das mulheres e suas pontes de ligação com a teoria do *Plujuricompar*, no contexto dos direitos e garantias fundamentais da Constituição federal brasileira de 1988, bem como suas interfaces com a cultura jurídica nacional e as demandas sociais levantadas pelos novos sujeitos sociais da sociedade civil (Movimentos sociais e ONGs), contribuindo, dessa forma, na construção de uma novas formas relações societárias pluralistas, comunitárias e participativas entre as mulheres e os homens dentro da modernidade inacabada.

1 A DIMENSÃO INTERDISCIPLINAR DOS DIREITOS HUMANOS

1.1 A Evolução Histórica do Conceito de Direitos Humanos

A dimensão interdisciplinar dos direitos humanos é campo multifacetário que extrapola o âmbito das ciências sociais, entrando com sua influência nas artes, na literatura, na ecologia, na economia, na filosofia etc. Estas várias faces do fenômeno levam à necessidade da observação da evolução histórica do conceito de direitos humanos.

Esse processo de evolução histórica deste conceito possui características ambíguas, no que diz respeito ao tratamento dado pelos cientistas sociais e filósofos ao conceito de direitos humanos, pois se está diante de um conceito de raiz histórica patriarcal, em que as categorias dos direitos humanos foram historicamente vinculadas à figura masculina, colocando as mulheres, as crianças e os adolescentes em patamares sócio-culturais excludentes de significado e importância. Isto se operou por meio do senso comum da cultura popular e pelos manuais de história da civilização humana, escritos pelos varões da espécie *homo sapiens sapiens*.

Para entender um pouco mais o limite e o alcance desse campo multifacetário, no qual se constitui a evolução histórica do conceito de direitos humanos, mister se faz tecer breves comentários sobre sua origem e características.

A evolução do conceito de direitos humanos no Ocidente está vinculada à própria condição humana e de seu desenvolvimento nos ciclos econômicos, políticos e culturais pelos quais a civilização ocidental passou. É a forma com a qual as relações humanas têm sido travadas e os mecanismos institucionais que as têm mediado. Em cada uma das etapas, os direitos humanos foram se incorporando na sociedade, primeiro no plano sócio-cultural e em seguida no político-jurídico de direito positivo interno e internacional.

No povo hebreu, com sua visão religiosa monoteísta, pode-se identificar uma percepção pioneira sobre os direitos humanos.

A cosmovisão monoteísta dos hebreus é pioneira no mundo antigo no trato dos direitos da pessoa humana. A Lei Mosaica foi um autêntico código religioso de ética e de comportamento social, cujo cumprimento aponta um conteúdo e uma prática pioneira voltada aos direitos humanos¹⁰.

¹⁰ Conforme GILISSEN, John. *Introdução Histórica ao Direito*. 3.ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian., 2001. p. 66-67. Os hebreus são semitas que viviam em tribos nômades, conduzidas por chefes. Eles atravessaram a Palestina na época de Hamurabi, penetraram no Egito, retornaram (o Êxodo) à Palestina instalaram-se aí entre os Hititas e os Egípcios, provavelmente nos inícios do século XII a.C Com a adoção da vida social sedentária. Estabelecem o sistema de poder monárquico. Sendo seu auge desta fase situa-se no reinado de David (1029-960 a. C) e de seu filho Salomão (960-935 a. C). Seguidamente houve revoltas internas que provocaram a divisão em dois reinos. O reino de Israel ao Norte que foi ocupado pelos Assírios em 721 a.C. O reino de Judá resistiu até 586 a.C. Persas, Macedônicos, Romanos ocuparam seguidamente a Palestina. A revolta dos Judeus contra os Romanos no século I e II d.C geram sua diáspora com a perda de sua unidade política, recuperada em parte com a criação do Estado de Israel no Século XX. Em relação aos Direitos humanos em caso de guerra, os hebreus antigos se casavam com mulheres estrangeiras e respeitavam o direitos dos estrangeiro em terra hebréia.

A cultura grega antiga refletia sobre o direito da vida humana e suas potencialidades e propunha uma concepção de existência voltada para um humanismo marcado pela racionalidade, o que dá a possibilidade de enfrentar os desafios da vida na polis com discernimento e objetividade, dando abertura para discussão sobre as liberdades políticas¹¹

Na Roma Antiga, os direitos humanos, no âmbito das relações do Direito privado, estavam pautados na figura do *pater familiae*. Este era o patriarca romano com o poder de *pátria potestas*. Esse poder provinha de seu papel como protetor principal do nome da família. Ele decidia com quem os filhos deveriam casar-se e podia matar ou vender membros de sua família como escravos. O *pater familiae* era o representante principal e alto-sacerdote na adoração dos ancestrais familiares; dentro da família nuclear somente ele podia efetuar contratos legais e comprar, possuir ou vender propriedade. Ele tinha poder absoluto sobre a esposa, que era uma perpétua menor de idade. Quando um filho nascia, não importando o sexo, ele podia reconhecê-lo como seu, tomando-o em seus braços, ou podia repudiá-lo e condená-lo à morte, deixando-o ao relento¹².

¹¹ Conforme GILISSEN, John.op. cit., p.73. O sistema jurídico da Grécia antiga, é uma das principais fontes históricas dos direitos da Europa Ocidental. O casamento monogâmico, com o conseqüente crime de bigamia, era aceito tanto no modelo dórico de Esparta, bem como no modelo jônico de Atenas. Em casos de Guerra contra povos bárbaros (não gregos) a cidadania era estendida para estrangeiros ricos.

¹² Confome MURSTEIN, Bernard I. *Amor Sexo e Casamento através dos Tempos*. Tomo I. São Paulo: Arte Nova, 1977. p. 85.

Na Idade Média, os direitos humanos estavam vinculados à questão da vassalagem (servidão) versus senhor feudal. No entender de Pedrero-Sánchez, a investidura da vassalagem dá-se da seguinte forma no século XII e XII, na Europa Ocidental:

[...] foram prestadas de novo prestadas homenagens ao conde, as quais eram feitas por esta ordem, em expressão de fidelidade e garantia. Primeiro prestaram homenagem desta maneira: o conde perguntou (ao vassalo) se ele desejava tornar-se seu homem, sem reservas, ele respondeu: **Quero**; então, tendo juntas as mãos, colocou-as entre as mãos do conde e aliaram-se por beijo. Em segundo lugar, aquele que havia prestado homenagem jurou fidelidade ao porta voz do conde. Com estas palavras: **Comprometo-me por minha fé a ser fiel daqui por diante ao Conde Guilherme e a cumprir integralmente a minha homenagem de boa fé e sem dolo, contra todos**; e, em terceiro lugar, jurou o mesmo sobre as relíquias dos santos. Finalmente, com uma varinha que segurava na mão, o conde deu a investidura a todos aqueles que por este fato tinha prestado lealdade, homenagem e juramento.¹³

Todavia, cabe ressaltar que o aspecto da Idade Média reside na Carta Magna de 1215, do rei inglês João Sem Terra. Este documento jurídico-político é fruto da rebelião dos senhores feudais ingleses contra arbitrariedades reais.

Esta Carta Magna prevê profundas limitações ao poder real:

[...] proibição do confisco dos bens, devendo os oficiais reais pagar pelos objetos que desejem o preço que fixaram seus donos; determina que a pena é resultado de uma lei anterior que define o crime praticado, devendo ser fundamentada em sentença legal; os homens são livres não poderão ser detidos senão em razão de determinação legal. Além disso, garante-se a liberdade de crença, o direito de propriedade, e o direito de locomoção.

Para assegurar a observância das obrigações previstas, constitui-se uma comissão fiscalizadora integrada pelos barões. Sendo comprovada a

¹³ Conforme PEDRERO-SÁNCHEZ, Maria Guadalupe. *História da Idade Média Textos e Testemunhas*. São Paulo: UNESC, 2000. p.96.

violação de algum direito por parte do rei, esta comissão teria o direito de apoderar-se da propriedade real até a reparação dos danos causados.¹⁴

Os direitos humanos, na Idade Moderna, são reflexos das mudanças sócio-históricas e econômicas da estrutura estamental feudal para o controle da classe social emergente denominada burguesia. Dessa maneira, os direitos humanos, conquistados pelas revoluções liberais, aplicam-se a esta pequena parcela da população. Dentro desse entendimento, três grandes movimentos revolucionários liberais, a partir do século XVII, vão dar as bases para a construção do conceito moderno de direitos humanos: A Revolução Inglesa, com seu auge 1688, a Norte-Americana de 1776 e a Francesa de 1789.¹⁵

A Revolução Inglesa nasce do confronto entre o rei e o parlamento, resultando no triunfo do último, exteriorizado na Bill of Rights (Declaração de Direitos) de 1688. Tal documento jurídico-político reconhece os seguintes direitos humanos:

é vedado ao rei suspender as leis ou impedir seu cumprimento; pedir direito à Coroa sem o consentimento do parlamento; cobrar fianças e multas excessivas; aplicação de castigos cruéis e desumanos. Em relação aos súditos podem peticionar ao monarca, eleger os representante do parlamento.¹⁶

A Revolução Norte-Americana de 1776 foi pautada na resistência política dos colonos norte-americanos em aceitar as leis e imposições tributárias britânicas que violavam as disposições da Carta Magna de 1215, que afirmava

¹⁴ LEAL, Rogério Lesta. *Direitos Humanos no Brasil. Desafios à Democracia*. Porto Alegre: EDUNISC/ Livraria do Advogado, 1997. p.29

¹⁵ LEAL, Rogério Lesta. op. cit. p.30

¹⁶ LEAL, Rogério Lesta. op. cit. p.31

não poder existir tributação sem representação. O fruto jurídico-político desta luta foi uma declaração de direitos humanos, no sentido moderno, denominada a Convenção de Virgínia de 20 de junho de 1776.

Esta Convenção expressou os seguintes direitos humanos: todos os homens são, por natureza, igualmente livres e independentes, possuem certos direitos inerentes quando ingressam no estado social, não pode abrir, alienar ou renunciar os direitos à vida, à liberdade, à propriedade, à felicidade e à segurança, devem possuir liberdade de imprensa, o direito do acusado conhecer a causa de sua detenção e ser julgado por juízes imparciais, não pode ser privado de sua liberdade de locomoção, senão segundo a lei do país ou segundo o juízo de seus pares. Em relação à organização do Estado, a separação dos poderes é a premissa básica.

A Declaração da Independência norte-americana ocorreu logo a seguir, em 04 de julho de 1776. Esta Declaração expressava uma mensagem de natureza política, econômica e cultural, inspirada na teoria dos direitos naturais e na idéia de contrato social, proclamando direitos já veiculados pela Declaração de Virgínia e agregando outros direitos, como o de desobediência civil contra governos que abusem dos poderes em relação aos seus cidadãos.¹⁷

A Revolução Francesa de 1789 foi o resultado da luta de forças sócio-políticas entre a realeza francesa, a nobreza e o clero católico e a emergente classe burguesa. Os Estados Gerais (Parlamento) não eram convocados desde

1612. As guerras externas que acarretaram perdas de territórios, dívidas e descontentamento popular, aumentando os gastos da Corte e da administração pública, inchada de funcionários, e também irregularidade na cobrança de impostos.

Diante deste quadro, os três estamentos sociais existentes conviviam com profundas desigualdades de fato, pois a nobreza tinha diversos direitos, por exemplo, de caçar animais; de ter tribunal privativo, isenção de impostos, acesso aos cargos públicos e posse de grandes fortunas; o clero católico também tinham direito a tribunal privativo, à isenção de impostos, à orientar o ensino, a opinar sobre assuntos políticos, econômicos e administrativos; enquanto a burguesia, artesãos e camponeses, não possuíam estes mesmos direitos.

Dessa forma, em reunião dos Estado Gerais, no dia 05 de maio de 1789, os representantes do povo (burguesia e artesões) protestaram contra a determinação de se fazer votar por ordem e exigiram que se procedesse à votação por cabeça, em comum, pelos três estamentos unidos, momento em que se estabeleceu a Assembléia Nacional Constituinte. Começava aí a Revolução Francesa, seguindo a tomada da prisão da Bastilha em 14 de julho, a supressão dos privilégios feudais em 4 de agosto e a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (DDHC) em 26 de agosto de 1789. Em 1791, foi elaborada a primeira Constituição Francesa Republicana, baseada na Declaração de 1789.

¹⁷ Idem, Ibidem, p.32

O art. 4º da DDHC versava sobre os seguintes direitos humanos: a liberdade consiste em fazer tudo o que não prejudica a outrem, a liberdade de ir e vir livremente, de permanecer no território nacional ou dele sair, segurança da propriedade individual, inviolabilidade de domicílio privado, a liberdade de comércio, de trabalho e de indústria. Todavia, em relação à atuação do Estado, não lhe foi imposto qualquer serviço positivo ou prestação em benefício dos cidadãos. O Estado devia abster-se, para deixar livre a atividade individual burguesa¹⁸

As concepções de liberdade e de igualdade foram forjadas na realidade social destas revoluções liberais, buscando satisfazer os interesses político-econômicos destes períodos históricos. As teorias do contratualismo serviram como ponto de referência para a elaboração teórica destas concepções, o que gerou uma demarcação sócio-política moderna sobre os direitos humanos.

O contratualismo teve sua gênese no século XVII, com Thomas Hobbes (*O Leviathan*) e John Locke (*Carta Acerca da Tolerância*), ambos preocupados com a defesa diferenciada de suas visões contratualistas interindividuais. O primeiro defendia uma percepção de liberdade e igualdade garantida por intermédio de um Estado absolutista, enquanto o segundo colocava um olhar de liberdade e igualdade, pautado na flexibilização da

¹⁸ Idem, Ibidem, pp. 33-37

influência do Estado na sociedade civil, dando a oportunidade do surgimento da livre iniciativa liberal-burguesa nas relações mercantis.¹⁹

Todavia, foi no século XVIII, com Jean- Jacques Rousseau (*O Contrato Social*), que surgiu uma visão de contratualismo em que a liberdade e a igualdade foram entendidas como uma contraparte ao surgimento do poder político estatal. Isto é, ao demonstrar a gênese do poder estatal, abre-se a oportunidade de preservar os direitos individuais dos homens. A obra de Rousseau serviu de orientação à Revolução Francesa, à Norte-Americana e exerceu uma profunda influência no liberalismo político.²⁰

As idéias de direitos humanos, a partir dos séculos XIX e XX, tomam novos rumos, pois ocorreram respectivamente a consolidação do poder político-industrial da Inglaterra, o surgimento da classe proletária, a expansão da Revolução Industrial para toda a Europa, a primeira e a segunda Guerra Mundial. Os documentos jurídico-políticos do Direito Canônico Católico Romano que expressaram a idéia de direitos humanos cristãos, no sentido *lato sensu*, estão consubstanciados nas encíclicas *Rerum Novarum*, editadas em 1891 pelo Papa Leão XIII, cujas mensagens e preceitos foram reiterados em diversas encíclicas posteriores, tais como: *Quadragesimo Anno*, de 1931, pelo Papa Pio XI; encíclica *Mater ed Magister*, do Papa João XXIII, de 1961; *Populorum Progressio*, do Papa Paulo VI de 1967; a *Laborem Exercens*, do Papa João

¹⁹ Vide neste sentido: KRISCHKE, Paulo J. (org.) *O Contrato Social. Ontem e Hoje*. São Paulo: Cortez, 1992

²⁰ Cf. CARVALHO, Júlio Marino de. *Os Direitos Humanos no Tempo e no Espaço. Visualizados através do direito internacional, Direito constitucional, Direito penal e da História*. Brasília: Brasília Jurídica, 1998. p.35

Paulo II em 1981. Esta percepção católica de direitos humanos está relacionada com as relações de trabalho dos homens, as condições em que se deve cumprir o trabalho em relação aos donos do capital, a natureza e os limites do direito de propriedade, a missão e os direitos da família, as responsabilidades que recaem sobre a sociedade civil e sobre o Estado a fim de alcançar um equilíbrio social e espiritual.

Os direitos humanos consagrados nas declarações das revoluções liberais supramencionadas foram chamados de *primeira geração* (direitos civis e políticos). Tratou-se de um conjunto de direitos individuais do liberalismo político que marcaram a emancipação da classe burguesa, a superação do Estado absolutista e religioso e a liberação do poder econômico diante dos entraves do modelo feudal. Cabe citar alguns destes direitos: a liberdade de associação, a liberdade de locomoção, o direito de defesa da propriedade, a igualdade jurídica etc.

Ao longo do século XIX, o liberalismo político iria entrar em choque com a tradição socialista e com a necessidade de generalização de expectativas por igualdade social, desencadeada por um novo processo de repercussão histórica: a entrada na cena política da classe operária. Desta contraposição, surge a *segunda geração* de direitos humanos (direitos sociais e econômicos), a saber: o direito ao trabalho, à saúde, à educação etc. Estes direitos sociais buscaram estender a perspectiva de universalização da distribuição e do usufruto de riquezas produzidas coletivamente. O titular destes direitos

continuava sendo o indivíduo, agora mais apto a exercitar os direitos da primeira geração. Os direitos sociais foram incorporados aos textos constitucionais do século XX, na Declaração Russa dos Direitos do Povo Trabalhador e Explorado de 1918 e, no Brasil, na Constituição de 1934.

A partir do término, em 1945, da Segunda Guerra Mundial, emergem os direitos humanos da *terceira geração*. Estes direitos humanos foram entendidos como difusos, pois têm como titular não o indivíduo, mas grupos humanos como a família, o povo, a nação, a coletividade regional ou étnica e a própria humanidade. Cabe citar alguns desses direitos, como: a autodeterminação dos povos, o direito à paz, o direito ao meio-ambiente sadio e equilibrado, o direito das futuras gerações, a preservação do patrimônio cultural da humanidade. A efetivação jurídica desses direitos metaindividuais pressupõe o reconhecimento de vínculos naturais e legais de um universo de pessoas afetadas e a criação de mecanismos institucionais estatais que satisfaçam estas demandas societárias.

A partir dos anos 80, no século XX, graças ao aprofundamento das revoluções tecnológicas nos países de capitalismo central, apareceram os direitos humanos de quarta geração. Esses direitos podem ser denominados bio-tecno-informacionais. Esse fenômeno transnacional é parte integrante do capitalismo digital da cultura de virtualidade real, em que ocorre a integração da comunicação eletrônica e o surgimento de redes interativas planetárias. Cabe citar alguns direitos de *quarta geração*, como: os direitos e as obrigações

decorrentes da manipulação genética vegetal, animal e humana; o direito à fiscalização, ao controle e à segurança dos dados e programas de *software* das instituições públicas e privadas e das informações veiculadas nos *websites* na *internet* etc.²¹

No contexto de crise internacional, provocada pelo caos da Segunda Guerra Mundial, surgiu a demarcação jurídico-política contemporânea dos direitos humanos. Trata-se da Declaração Universal de 10 dezembro de 1948, aprovada pela Organização das Nações Unidas (ONU). Esta Declaração Universal estabeleceu uma mediação entre os direitos humanos de primeira geração (direitos civis-político de cunho liberal) com os direitos humanos da segunda geração (direitos sociais de cunho trabalhista). Além disso, demarcou a noção contemporânea de direitos humanos, que remete à unidade conceitual destes direitos, deduzindo ser o valor da liberdade conjugado ao valor da igualdade.²²

Esta Declaração Universal acolheu os seguintes direitos humanos, a saber:

²¹ Cf. CARVALHO, Júlio Marino de. Op. cit. p.51-55. A fim de aprofundar o direitos bio-tecnológico-informacionais de quarta geração vide a obra. CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. 2ed. Vol. 1 São Paulo: Paz e Terra, 1999. 617p.

²² Cf. CARVALHO, Júlio Marino de. Op. cit. p.56-78. A Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 da ONU é um fruto histórico-político dos textos normativos da antiga Liga das Nações, da Carta Atlântica firmada por Roosevelt e Churchill (14.08.1941) e Declaração da Nações Unidas em 01.01.1942. Com base nestes documentos jurídicos internacionais anteriores, se reuniram, em 1944 em Dumbarton Oaks, os representantes dos Estados Unidos da América, Reino Unido, China e URSS; onde formaram acordos políticos pós-guerra que serviram de base para criação da ONU. Em 25 de abril de 1945 se reuniram em São Francisco (USA) 50 países (inclusive Brasil) para discutir propostas de gerenciamento pacífico global pós-guerra através da criação de uma comissão internacional de direitos humanos presidida pela primeira dama dos USA Eleanor Roosevelt. Como resultados desta comissão surge em 26 de junho de 1945 a Carta das Nações Unidas que ensejou a criação oficial da ONU em 24 outubro de 1945 (tendo sua primeira Assembleia solene em 10 de novembro de 1946 em Londres). Outro resultado do trabalho desta comissão de direitos humanos é o texto definitivo da Declaração Universal dos Direitos Humanos em 10 de dezembro de 1948; com 48 votos a favor, nenhum contra e 8 abstenções. O documento foi aberto à ratificação e adesão pela Assembleia Geral da ONU em resolução de 16 de dezembro de 1948 e entrou em vigor em 3 de janeiro de 1951 (Resolução 2.200).

a igualdade e a liberdade; O direito à vida; A liberdade e segurança pessoal, com a condenação de escravidão e servidão; A proscrição da tortura e do tratamento desumano, cruel ou degradante; O resguardo jurisdicional de direitos; A proibição de prisão ou detenção arbitrária; A não admissão de exílio de seu país; A presunção de inocência de todo acusado criminal; Ninguém pode ser culpado por ato ou omissão que, no momento, não constitua delito perante o direito nacional ou internacional; A garantia de privacidade individual; A liberdade de locomoção e de escolha de local de residência; A outorga de asilo para todo perseguido político; A nacionalidade é um direito; O direito de propriedade; A liberdade de pensamento, consciência e religião; A liberdade de opinião e expressão; O direito de acesso à função pública; O direito ao trabalho, com a limitação de horário; O direito ao repouso e ao lazer; O direito a um padrão de vida que assegure saúde e bem-estar ao indivíduo e sua família; A proteção à maternidade e à infância; O direito à educação; O direito à participação livre da vida cultural da comunidade; A proteção aos direitos autorais; Todo homem estará sujeito à limitação determinada pela lei, no exercício de seus direitos e liberdades.

Todavia, a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 deixou algumas lacunas que geraram algumas críticas especializadas, quase todas vinculadas ao fato de inexistir uma base teórica homogênea ao seu conteúdo normativo. As críticas são evidenciadas nas seguintes situações:

- a) No corpo normativo da Declaração Universal, a diferença entre direitos humanos e direitos do cidadão se esvazia, ao serem integrados todos estes direitos na categoria única de direitos humanos.
- b) A Declaração não guarda vínculos mínimos com o presente ou mesmo com o passado recente, pois deixa de apresentar referências a fenômenos que têm despertado a indignação de todo o mundo e, tampouco, condena com explicitude as violações dos direitos humanos.
- c) A Declaração carece de um caráter político mais definido, o que a faz não ocupar uma posição clara na escala de valores políticos

vigentes a sua época. Este enquadramento teórico neutral coloca em questionamento a questão fundamental: se for é possível se estabelecer uma Declaração racional e efetiva sem que se possua um caráter político estabelecido.

- d) Os direitos econômicos, sociais e culturais são tratados de forma superficial, comparável aos demais direitos contemplados (cinco artigos num universo de trinta)
- e) Os deveres do ser humano também são tratados de forma superficial, com exceção do §1º do art. 29. Assim, a relação entre o Estado e o indivíduo não se apresenta proporcional ou simétrica no bojo da Declaração.²³

A Declaração Universal de 1948 foi pioneira, apesar das lacunas, para dois pactos importantes. O primeiro foi o Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais que entrou em vigor pela Resolução 2.200 de 03 de janeiro de 1976. Este pacto é composto de um preâmbulo e 31 artigos, nos quais se reconheceu:

[...] o direito ao trabalho; o direito ao gozo de condições de trabalhos eqüitativas e satisfatórias; o direito de fundar sindicatos e a filiar-se neles; o direito à seguridade social; o direito da família; das mães, das crianças e adolescentes à mais ampla proteção e assistência.

²³ Cf. CARVALHO, Júlio Marino de. Op. cit. p.58-59

O segundo foi o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos que começou a vigorar com a Resolução 2.200 A, de 23 de março de 1976. Este pacto é composto de um preâmbulo e 53 artigos, reconhecendo:

[...] o direito à igualdade de trato ante os tribunais e demais órgãos de administração da justiça; o direito à segurança da pessoa e à proteção pelo Estado contra toda a violência ou dano físico, tanto infligidos por funcionários do governo como por indivíduos, grupos ou instituições; direitos políticos, em especial o de participar de eleições, a votar e a ser candidato, com base no sufrágio universal e igual, a tomar parte no governo, assim como na condução dos assuntos públicos em todos os níveis, e à igualdade de acesso à Administração Pública. O direito de liberdade de trânsito e de residência dentro das fronteiras do Estado, o direito de sair de qualquer país, inclusive do próprio, e voltar ao país; direito à nacionalidade; direito ao matrimônio e à escolha do cônjuge; direito à propriedade individual ou em associação; direito à liberdade de pensamento; consciência e religião; direito a liberdade de opinião e expressão; direito à liberdade de reunião e associação pacífica.

Este Pacto Internacional prevê a existência de um órgão que supervisiona as medidas que se fixam de conformidade com suas normas, que é o Comitê de Direitos Humanos. Este Comitê vem a ser o órgão de execução e supervisão, integrado aos 18 membros nacionais dos Estados-partes, eleitos para um exercício de quatro anos, com direito à reeleição. A atividade do Comitê baseia-se no recolhimento de informes referentes às medidas adotadas pelos Estados-partes, que dão cumprimento aos direitos reconhecidos no Pacto e aos progressos realizados no desfrute destes direitos. Tais funções ampliam-se nas restabelecidas no protocolo facultativo dos direitos humanos, que faculta ao Comitê receber e considerar comunicações de indivíduos que aleguem ser

vítimas de violações de qualquer dos direitos enunciados no Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos.²⁴

Ao comentar esta breve evolução histórica do conceito de Direito Humanos, pode-se perceber seu inerente aspecto interdisciplinar, pois estes direitos construíram-se no decorrer da história da humanidade, sob a influência de fatores sócio-políticos e econômico-culturais. Cabe expor alguns de seus conceitos atuais e suas principais características.

Para Ângelo, os principais conceitos são os seguintes:

Conjunto de faculdades e instituições que, em cada momento histórico, concretizam as exigências da dignidade, da liberdade, e das igualdades humanas, as quais devem ser reconhecidas positivamente pelos ordenamentos jurídicos em nível nacional e internacional (Perez Luño).

Conjunto institucionalizado de direitos e garantias do ser humano que tem por finalidade básica o respeito a sua dignidade, por meio de proteção contra o arbítrio do poder estatal e o estabelecimento de condições mínimas de vida e desenvolvimento da personalidade humana (Alexandre de Moraes)

A proteção de maneira institucionalizada dos direitos da pessoa humana contra os excessos do poder cometidos pelos órgãos do Estado ou regras para se estabelecer condições humanas de vida e desenvolvimento da personalidade humana (UNESCO)

Direitos à satisfação daquelas necessidades reais fundamentais, para sobrevivência da espécie humana, como entidade biológica, espiritual e cultural (conceito histórico-social)²⁵

No entender de Ângelo, as principais características dos direitos humanos são: a inviolabilidade, a irrenunciabilidade, a imprescritibilidade, a inalienabilidade, a universabilidade, a efetividade, a interdependência e a complementaridade.

²⁴ CARVALHO, Júlio Marino de. Op. cit. p.60-64.

²⁵ Cf. ÂNGELO, Milton. *Direitos Humanos*. Leme:Editoria de Direito, 1998. pp.16-17

A inviolabilidade: os direitos humanos são invioláveis, não podendo ser desrespeitados, quer por determinações infraconstitucionais ou por atos das autoridades públicas, sob pena de responsabilização civil, administrativa e criminal;

A irrenunciabilidade: eles não podem ser objetos de renúncia. Não se pode renunciar à vida, à liberdade, à dignidade, à intimidade;

A imprescritibilidade: os direitos humanos não prescrevem, não se volatilizam por decurso de prazo. O tempo decorrido não pode elidi-los;

A inalienabilidade: eles não podem ser alienáveis, no sentido de que é vedado ao ser humano transferir qualquer direito humano, seja a título gratuito ou oneroso;

A universalidade: eles devem ser respeitados sem quaisquer restrições de nacionalidade, sexo, raça, convicção política, religiosa ou filosófica;

A efetividade: há necessidade da criação de mecanismos jurídicos para efetivação de sanções decorrentes de desrespeitos aos direitos humanos;

A interdependência: existe uma interdependência entre as Convenções Internacionais de Direitos Humanos e sua recepção nas Cartas Constitucionais de cada país e suas leis infraconstitucionais;

A complementaridade: faz-se necessário interpretar os direitos humanos de forma multilateral, isto é, há de ser complementado com os princípios de direito público e privado, não só constitucional e internacional.²⁶

Na atualidade, os direitos humanos estão inseridos num processo de internacionalização em seu alcance e aplicação. Nesse sentido, a Declaração Universal e os Pactos Internacionais da ONU, fazem parte deste processo, bem como: a *Convenção Internacional para a Repressão e Castigo do Delito de Genocídio* de 1948, aprovado pela Resolução 260 A,III da ONU; a *Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial* de 21/12/1965, aprovada pela Resolução 2.106-A (XX) da ONU; a *Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher* de 18/12/1979, aprovada pela Resolução n. 34/180 da ONU; a *Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanas ou Degradantes* de 18/12/1984, aprovada pela resolução 39/46 da ONU; a *Convenção sobre os Direitos da Criança* de 20/11/1989, adotada pela Resolução n.L.44(XLIV) da ONU etc.

A legislação internacional de direitos humanos volta-se à prevenção da discriminação ou à proteção de pessoas, ou grupo de pessoas particularmente vulneráveis, que merecem proteção especial, tais como: os

²⁶ Cf. ÂNGELO, Milton. Op. cit. pp.18-20. Todavia, além das características de direitos humanos, veiculadas por Ângelo, estamos cientes que existem outras, tais como: a interdisciplinariedade. Pois dentro de um contexto de Modernidade Inacabada os direitos humanos no seus aspectos epistemológicos, históricos, sócio-políticos e culturais; necessitam de inúmeras ciências e da Filosofia para sua entendimento e aplicação a saber: Ciências Jurídicas, Ciências Econômicas, Sociologia, Antropologia, História, Psicologia etc.

direitos das mulheres, da criança e adolescentes, dos idosos, dos deficientes físicos, dos refugiados etc. O sistema particular de proteção realça o processo de especificação do sujeito de direito, concebido em sua especificidade bio-psico-sócio cultural.

Cada sistema continental de proteção dos direitos humanos possui um instrumento jurídico próprio aos seus fins. O Continente Americano conta com a Convenção Americana de Direitos Humanos, denominada Pacto de San José da Costa Rica, de 1969, que instituiu a Comissão Americana de Direitos Humanos e a Corte Interamericana; o sistema europeu é constituído da Convenção Européia de Direitos Humanos de 1950, que instituiu a Comissão e o Tribunal Europeu de Direitos Humanos; já o sistema africano possui a Carta Africana de Direito Humanos de 1981.

O sistema internacional de proteção dos direitos humanos apresenta mecanismos próprios de controle e implementação dos direitos que contempla, destacando-se dentre eles: o sistema de petições, as comunicações interestatais e os relatórios periódicos elaborados pelo Estado-parte.

No direito de petição, qualquer pessoa ou grupo que sofreu uma violação a um direito enunciado em tratado internacional de que o Estado é parte pode apresentar petição, contendo a denúncia da violação das disposições do tratado, por parte do referido Estado. Esta petição dever ser encaminhada ao organismo internacional competente (Comitê dos Direitos Humanos, Comitê para Eliminação de todas as formas de Discriminação Racial, Comitê contra a

Tortura, Comissão Interamericana), que buscará tutelar o direito sob o comento por meio de solução amistosa. Não havendo êxito neste comitê, a questão é encaminhada a um órgão de jurisdição internacional.

Todavia, cabe ressaltar que, na maior parte dos instrumentos internacionais, o direito de petição é visto como cláusula facultativa, pela qual o Estado-parte poderá declarar, a qualquer momento, que reconhece a competência do Comitê/Comissão para receber e examinar petição apresentada por indivíduo ou grupo de indivíduos que estejam sobre sua jurisdição.

A petição deve observar determinados requisitos de admissibilidade, dentre os quais a exigência do prévio esgotamento dos recursos nacionais internos disponíveis e a matéria não pode estar pendente de outros processos de solução internacional.

No sistema de comunicação interestatal, determinado Estado-parte denuncia haver outro Estado-parte violando direitos humanos estabelecidos em tratado internacional e o direito de petição individual, este sistema também é previsto sob a forma de cláusula facultativa.

No sistema de relatórios, um Estado-parte compromete-se a encaminhar aos organismos internacionais competentes relatórios sobre as medidas administrativas, legislativas e judiciárias por ele adotadas, com o intuito

de conferir cumprimento às obrigações internacionais assumidas em virtude das Convenções internacionais.²⁷

1.2 As Interfaces dos Direito Humanos com a Modernidade

Os direitos humanos possuem interfaces interdisciplinares com o desenvolvimento do conceito de modernidade.

A modernidade tornou-se, na atualidade, um campo interfacetário, que extrapola o âmbito do direito e das ciências sociais, entrando com sua influência nas artes, na literatura, na ecologia, na economia, na filosofia etc. O fenômeno denominado modernidade, interagindo numa dialética societária global, por sua vez, vêm gerando um verdadeiro processo paradoxal em constante ebulição.

Esse processo paradoxal possui características ambíguas, no que diz respeito ao tratamento dado pelos cientistas sociais e filósofos ao conceito de modernidade, pois se está diante de uma miscelânea conceitual, em que as categorias conceituais: modernidade, modernização e pós-modernidade são freqüentemente postas num mesmo patamar de significado e importância.

O conceito de modernidade está relacionado com três tipos de crítica a razão moderna:

²⁷ Cf. LEAL, Rogério Gesta. op. cit. pp.91-93. Todavia, ainda cabe ressaltar que existem outros mecanismos de proteção internacional dos direitos humanos de pessoas vítimas de guerra civil ou, entre os Estados. Neste caso trata-se do âmbito do Direito Internacional Humanitário. No entender de Swinarski, podemos conceituar o mesmo, como: *um conjunto de normas internacionais, de origem convencional ou consuetudinária, especificamente destinado a ser aplicado nos conflitos armados, internacionais ou não- internacionais, e que limita, por razões humanitárias, o direito das partes em conflito escolherem livremente os métodos e os meios utilizados na guerra (Direito de Haia) ou que protege as pessoas e os bens afetados (Direito das Convenções de Genebra)*. Para compreender melhor este direito internacional aplicável em situações de conflitos armados vide SWINARSKI, Christophe. *Direito Internacional Humanitário. Como Sistema de*

O primeiro tipo é uma crítica de teor progressista, sendo seus defensores os críticos da modernidade.²⁸ Eles não endeusam a ciência, antes a problematizam, renegando o otimismo em suas respectivas filosofias de modernização. Eles aceitam a existência de uma crise da modernidade que, no seu bojo, está paradoxalmente ocorrendo o surgimento de uma nova cultura e que, dialeticamente, transforma-se em algo novo a partir de certo “ponto de ebulição” crítica. As suas preocupações residem em analisar os resultados de pesquisas que tratam do processo da dinâmica societária auto-sustentada, em seus aspectos sócio-econômicos, educativos, ecológicos, políticos e psicológicos.

Eles percebem o fim da modernidade enquanto um projeto inacabado, um realismo utópico a ser construído, um reencontro em novas bases filosófico-políticas entre racionalidade e subjetividade. Os direitos humanos são vistos como parte de uma promessa não cumprida pela racionalidade ocidental. Dessa forma, há muito que fazer para corrigir o rumo da modernidade.

Na opinião deles, o primeiro passo, nesse sentido é, de um lado, romper com a anestesia crítica gerada pelo otimismo exagerado dos teóricos

Proteção Internacional da Pessoa Humana. Principais Noções e Institutos. Tradução de Enrique Boero Baby e Oscar Vieira.. São Paulo: RT, 1990. 103p.

²⁸Para efeito desse trabalho considera-se como: críticos da modernidade, todos aqueles autores que acreditam direta ou indiretamente que o projeto moderno não se esgotou completamente. Cabendo uma reformulação crítica desse projeto em novas bases sócio-filosófico-culturais. Acreditam que é possível construir sujeitos coletivos, que lutem por uma sociedade cidadã e democrática, onde haja atores sociais, que possuam sua autonomia e liberdade enquanto sujeitos da própria história de seus direitos humanos. Em nível internacional pode-se mencionar: David Harvey, Ernst Mandel, Robert Kurz, Perry Anderson, Eric Hobsbawm, Marshall Berman, Michael Löwy, Norbert Lechner, Alain Touraine, Antony Giddens, Edgar Morin, Jürgen Habermas, Karl-Otto Apel, Enrique Dussel, Norberto Bobbio, Andrew Arato, Jean L. Cohen, etc. Em nível nacional: Carlos Nelson Coutinho, Leandro Konder, Tarso Genro, Ernildo Stein, Mario Osorio Marques, Nelson Mello e Souza, Leonardo Avritzer, dentre outros.

da modernização e, de outro, superar a letargia pessimista extrema deixada pelos teóricos niilistas da pós- modernidade.

O segundo tipo de crítica é o da razão moderna, que possui uma aparência progressista, que esconde atitude conservadora. Seus arautos são os teóricos da modernização²⁹.

Eles são apologéticos da ciência geradora de novas tecnologias, promotora do progresso e desenvolvimento sócio-econômico. Acreditam que a crise da cultura moderna pode ser superada por intermédio de medidas de política social e educativa, pois não têm a preocupação de isolá-la em seu contexto histórico geral. Logo, para eles, os direitos humanos são confundidos com necessidade de mercado consumidor.

Seus estudos não têm a preocupação de denunciar equívocos de percurso no processo de desenvolvimento econômico, pelo contrário, procuram acelerar o desenvolvimento do capitalismo industrial monopolista. Para eles, modernidade e modernização são sinônimos, logo, não existe o fim da modernidade, mas sim uma crise transitória e pouco importante nos países centrais. A verdadeira crise só existe nos países periféricos em vias

²⁹ Neste trabalho, os teóricos da modernização são entendidos como aqueles: que percebem a modernidade apenas em sua forma externa, menosprezando seu conteúdo ético-filosófico. A modernização como forma externa do projeto moderno é visto como símbolo de desenvolvimento econômico. Como a vitória do neo-liberalismo de mercados mundiais sobre os socialismos reais; o sujeito é visto apenas como consumidor passivo da sociedade de massas e não um cidadão que luta pelo seus direitos humanos. Dentre os autores que se enquadram no cenário mundial nessa tipificação, pode-se citar: Alvin Toffler, Francis Fukuyama, dentre outros.

desenvolvimento, onde o processo de modernização sofre retardamento ou desvio³⁰.

Para ilustrar essa assertiva, basta lembrar os vinte anos que o Brasil ficou sob o comando do regime militar do golpe de 64. Os militares aliados com as elites políticas defenderam a idéia de modernidade que deu prioridade à razão instrumental, em que a ciência e a tecnologia foram direcionadas para o desenvolvimento econômico nacional, em detrimento da racionalidade, do convívio dos direitos humanos, do desenvolvimento sustentado, da democratização das instituições políticas, da cidadania da sociedade civil.

Os princípios filosóficos da modernidade foram sacrificados em função de um regime militar autoritário-modernizante (inspirado pelas idéias dos teóricos da modernização), que incentivou mais o crescimento da forma do que o conteúdo da modernidade.

O terceiro tipo de crítica, é a modernidade, enquanto teor essencialmente conservador, “camuflada por uma vestimenta”, de vanguardismo cultural progressista. Seus porta-vozes são os teóricos niilistas da pós-modernidade³¹.

³⁰ A respeito dos estudos dos teóricos da modernização que expressam uma aparência progressista por detrás duma atitude conservadora, vide especialmente a crítica de SOUZA, Nelson Mello E. *Modernidade Desacertos de um Consenso*. Campinas: UNICAMP, 1994. p.31

³¹ Os teóricos niilistas da pós-modernidade são compreendidos para efeito desse trabalho, como aqueles que através de seus discursos e teorias, buscam expor a completa falência total da modernidade. Para eles, estamos vivendo num período pós-moderno, onde predomina o total cepticismo em relação as instituições sociais e o pessimismo em relação ao futuro da sociedade. Para alguns deles, o sujeito (enquanto ator social) inexistente, pois está submetido ao poder disciplinar das instituições sociais, logo os direitos humanos acabam se tornando uma forma estatal de controle psico-social sobre a sociedade civil. No cenário global podemos indicar: Jean François Lyotard, Jean Baudrillard, Michel Foucault, Gilles Deleuze, G. Vattimo, J. Derrida, dentre outros.

Eles acreditam que a ciência já não mais responde a todas as inquietações existenciais dos grupos humanos, apesar de reconhecer sua contribuição para o desenvolvimento industrial, e os avanços tecnológicos da cibernética, etc. Eles buscam suprimir toda a dinâmica da temporalidade histórica e as possibilidades da utopia de um futuro melhor, pelo tempo do “aqui e agora”, em que a sociedade e a cultura se submetem aos jogos de forças em constante mutação.

Eles percebem a existência da crise da modernidade, enquanto prova cabal do fim do império da razão, em que as referências ou linhas de orientação social, o Estado, o direito, a economia, a história, a ciência, os sujeitos coletivos, estão atomizados em seu ostracismo, não passando, agora, de pura ficção social.³²

Para eles, as relações políticas estruturam-se como redes de compromissos superficiais, nas quais o Estado é marcado pela intensidade de movimentos ambíguos.

Para teóricos niilistas da pós-modernidade, o Estado está em cheque em seu *modus operandi* formalista, não respondendo mais as expectativas de direitos humanos da sociedade civil.

³² No que diz respeito a crítica do Estado e do direito, no contexto de crise de modernidade, ver: Boaventura de Sousa Santos “O Estado e o Direito na Transição Pós-Moderna: para um Novo Senso Comum sobre o Poder e o Direito”, Português, Revista Crítica de Ciências Sociais, Número 30, 1990. Em relação a crítica da Economia, da História, da Ciência, vide: KENNEDY, Paul. *Preparando para o Século XXI*. Rio de Janeiro: Campus, 1993. Na questão da construção de novos sujeitos coletivos em um cenário de uma modernidade em crise vide: TOURAINE, Alain *Crítica da Modernidade*. Petrópolis: Vozes, 1994.

A economia não funciona agora segundo regras estáveis, mas de acordo com interpretações e expectativas distante da realidade social, ocasionando um abismo entre as teorias econômicas desenvolvimentistas e suas práticas fragmentadoras, promotoras do aumento na miserabilidade global.

A história perde totalmente seu sentido teleológico de libertação e transformação social (que foi tão caro para os historiadores, sendo eles marxistas ou não), seja do sujeito e da classe, seja da sociedade.

A ciência, para eles, está mergulhada em seu sonho melagomaniaco de usar a tecnologia para resolver todas os problemas sociais, sem levar em conta as necessidades psico-sócio-culturais de cada país, gerando um desequilíbrio no ecossistema planetário.

Os sujeitos coletivos perdem suas características de atores sociais, como produtores de transformações no tecido societário, para cair num individualismo-conservador, em que predomina uma atitude extrema de pessimismo, incredulidade e cepticismo em relação à eficácia das instituições sociais, no que diz respeito a sua co-participação na transformação social.

Dentro desse contexto multifacetário, o crítico da modernidade Brüseke(2001) aponta uma linha reflexiva de conexão entre a atitude dos críticos da modernidade e os teóricos da modernização. A conexão reside em perceber a modernidade, enquanto um projeto técnico- político

No entender de Brüseke(2001) este projeto técnico-político denomina-se modernidade técnica

Definir a técnica como uma maneira de desocultamento significa entender a essência da técnica como a verdade do relacionamento do homem com o mundo. A técnica não é mais algo exterior e exclusivamente instrumental, mas a maneira como o homem apropria-se e aproxima-se da natureza. Esta maneira não é algo fixo, no entanto possui temporalidade e assim história.³³

Para Brüseke(2001) está modernidade técnica se expressa em três tipos ideais de projetos técnico-políticos a saber:

	Nacional-socialismo (modelo alemão)	Comunismo (modelo russo)	Democracia ocidental (modelo americano)
Discurso político legitimatório	Racista: o povo alemão	Classista: todos os Operários e camponeses	Universalizante Todos os homens
Princípio legitimatório primeiro	<i>Physis</i> ; o culto das forças Originárias em detrimento das forças do bem e do real.	<i>Nomos</i> , o culto das forças do bem em detrimento das Forças do real e das origens	<i>Logos</i> ; o culto das forças do real em detrimento das forças do bem e das origens
Dimensões modernas	Militar e econômico (com inclusão de poucos elementos escravistas e estatizantes)	Militar e econômico (com inclusão de fortes elementos escravistas e estatizantes)	Política e militar Econômica (com elementos estatizantes Moderados, Estado de Direito forte.
Definição de progresso	Técnico, étnico e cultural	Técnico, classista e inter.	Tecn. Universal-individual
Idealização	Dos operários, Camponeses e soldados alemães	Dos operários e camponeses comunistas	Dos cidadãos Profissionais e consumidores

Na percepção de Brüseke(2001) após a derrota do projeto técnico-político do nacional-socialismo no final segunda guerra mundial, esta tríade modernizante se reduziu a uma formação bipolar, opondo de 1945 até 1989 o modelo norte-americano ao modelo comunista. O modelo da democracia ocidental possuía uma estrutura militarmente forte e compartilhando um discurso jurídico-político falacioso de inclusão de toda a sociedade. O modelo alemão representava a modernidade técnica nos setores militares e econômico, sem sua dimensão política e cultural, enquanto o modelo russo apresentava um

³³ BRÜSEKE, Franz Joseph. **A modernidade técnica**. In: LEIS, Hector Ricardo. SCHERER-WARREN, Ilse. COSTA, Sergio.(orgs) *Modernidade Crítica e Modernidade Acrítica*. Florianópolis:Cidade Futura 2001. pp.167-168. .

projeto militar moderno, contudo, sem modernidade política e com uma sustentação econômica na base de um projeto desenvolvimentista controlado pelo Estado.³⁴

A compreensão da modernidade como essencialmente técnica, nos coloca novamente num campo multifacetário com suas diferentes características. Isto nos leva a refletir, de uma maneira singular, as suas várias faces e o processo paradoxal em que está inserida. Ao tratar da modernidade, esta se fazendo um “jogo de máscaras” e, por detrás delas, continuam os mesmos indivíduos autocráticos, preconceituosos com o “novo”, apegados como o “antigo”; que sempre, de alguma maneira, sobrevivem, vivem e convivem com a heteronomia, com o império da autoridade, da tradição, que geralmente impedem que o ser humano se assuma em sua liberdade e autonomia.³⁵

O paradoxo da modernidade reside neste jogo de máscaras, no qual forma e conteúdo se cruzam numa dialética de encontros/desencontros com os direitos humanos da sociedade civil.

De um lado a sociedade política, juntamente com as elites, formando o *establishment*, que vêm se organizando através dos séculos. As elites utilizam as formas exteriores da modernidade (no aspecto de modernização) e da racionalidade para se estabelecer e se fortalecer.

³⁴ BRÜSEKE, Franz Joseph. Op.cit. pp.161-162

³⁵ Cf. STEIN, Ernildo. *Epistemologia e Crítica da Modernidade*. Ijuí: Unijuí, 1991. p.21

As elites recusam os elementos éticos e racionais da modernidade, como respeito aos direitos humanos, como um convívio consensual com o poder, como redução da coerção em nível jurídico-político.

De outro lado, a sociedade civil, filha rebelde da modernidade, por meio dos movimentos sociais e das organizações não-governamentais, busca um reencontro crítico-progressista entre a subjetividade emancipatória (distante do individualismo do pós-modernismo niilista) e a racionalidade crítica, gerando um novo campo de vitalidade social, onde os direitos humanos e a cidadania possam ser gestados em sua plenitude.

1.3 As Interfaces entre os Direitos Humanos e a Sociedade Civil

A sociedade civil vista pelos críticos da modernidade em um contexto de uma modernidade inacabada, tornou-se, atualmente, uma categoria-chave para a compreensão do desenvolvimento dos direitos humanos nos países de capitalismo periférico latino-americanos (particularmente o Brasil).

Esta filha rebelde da modernidade vê-se diante de um impasse conceitual entre dois aportes teóricos distintos.

O primeiro aporte teórico baseia-se num modelo dual reducionista, no qual o conceito de sociedade civil é empregado como oposição ao conceito de estado (sociedade política), isto é, tudo que não é estatal pertence ao âmbito civil.

O Estado e a sociedade são vistos como entes jurídico-políticos contrapostos e conflitantes, nos quais a sociedade política é identificada como dona do monopólio, da dominação racional-legal e de seus aparatos de coerção jurídico-sociais, enquanto a sociedade civil é enquadrada como o ator social temporário dos valores democráticos, frente aos regimes autoritários e durante as transições para a democracia.³⁶

³⁶ Vide a crítica de Leonardo Avritzer. “*Cultura Política, Atores Sociais e Democratização. Uma crítica às teorias da transição para democracia*” RBCS, número 28, junho de 1995. A fim de compreender as interfaces sócio-políticas deste modelo dualista reducionista, no qual o Estado é posto em evidência em seu papel de ator social principal e permanente na manutenção dos valores democráticos após o final das transições para democracia, nos países de capitalismo periférico; enquanto a sociedade civil é vista como um ator social coadjuvante e temporário na defesa desses mesmos valores. Para Avritzer as teorias da transição para democracia não tratam o surgimento da sociedade civil como um processo de renovação social e de mudança na relação entre Estado e sociedade. Para exemplificar sua crítica, ele menciona as concepções de O'Donnell & Schmitter (1986) sobre o conceito de sociedade civil. Os autores mencionados por Avritzer abordam o ressurgimento da sociedade civil como uma ressurreição do “popular”, isto é, de uma forma indiferenciada de

O reducionismo deste modelo dualista fica mais explícito quando se inclui o Mercado como uma “utopia realista”, capaz de construir uma democracia participativa na sociedade. O pensamento de Reis, um dos apologistas deste modelo, ilustra bem essa assertiva:

“[...] pode-se pretender fazer da categoria do Mercado, tomada em forma depurada de sua contaminação por elementos de poder (oligopólios e monopólios), o ponto de referência de uma espécie de utopia realista”³⁷

A sociedade civil, dentro da perspectiva deste aporte dualista, fica exaurida tanto no seu aspecto sociológico-analítico quanto no seu projeto político, pois à medida que toda e qualquer associação civil, empresarial, grupos de pressão forem conceituados como sociedade civil, abandona-se a indagação sobre a especificidade de cada uma destas entidades (seus valores, suas finalidades, suas estratégias políticas).

Este modelo dualista acaba não questionando mais a respeito do antagonismo de interesses corporativistas existente dentro dos grupos de pressão empresarial, ou se esse mesmos grupos de pressão estão contribuindo ou não para geração de uma sociedade aberta ao desenvolvimento dos direitos humanos e da cidadania?³⁸

mobilização que existiu nos países latino-americanos durante o período populista. Para esses autores, a sociedade civil se mobiliza de forma indiferenciada, e, rapidamente, esgota seu papel no processo de redemocratização.

³⁷ REIS, Fábio Wanderley. Cidadania, Mercado e Sociedade Civil. In: DINIZ, Eli et al. (Org.) *O Brasil no Rastro da Crise*. São Paulo: ANPOCS/IPEA/HUCITEC, 1994. p.330

³⁸ A respeito das possibilidades do mercado, enquanto “utopia realista” capaz de construir uma democracia no Brasil, vide: REIS, Fábio Wanderley “*Cidadania, Mercado e Sociedade Civil*” In: *O Brasil no Rastro da Crise*, (org.) Eli Diniz et al., ANPOCS/IPEA/HUCITEC, São Paulo, 1994. Em relação as possibilidades da sociedade civil, vir a tornar-se um canal de expressão de um espaço público democrático e pluralista, visando a construção de uma cidadania plena no Brasil. Ver: Leonardo Avritzer* “*Modelos de Sociedade Civil. Uma Análise da Especificidade do Caso Brasileiro*” In: *Sociedade Civil e Democratização*. (coord.) Leonardo Avritzer, Belo Horizonte, 1994. Bem como ver também: Sergio Costa “*Contextos da construção do espaço público no Brasil*” In *Novos Estudos CEBRAP*, 1997.

O exemplo claro dessa assertiva está na ação política da União Democrática Ruralista (UDR). Enquanto associação integrante da sociedade civil, impetra ações judiciais de reintegração de posse de latifúndios improdutivos contra o Movimento dos Sem-Terra (MST), provocando liminares judiciais, que vêm acompanhadas de violência policial contra os direitos humanos de crianças, mulheres e homens indefesos que desejam fazer a terra dar frutos para sua família, sua comunidade e seu país.

O segundo aporte teórico tem como base um modelo tripartite que entende a sociedade civil como um terceiro setor, com características próprias e modos de ação política distinta da esfera do Mercado e do Estado. De modo geral, nesta esfera de ação, estão colocadas as organizações da sociedade civil, tais como: movimentos sociais, ONGs, entidades e associações de mútua ajuda, filantrópicas etc, que, de uma forma direta ou não, atuam em favor dos direitos humanos dos setores populares.

Dentro deste aporte teórico tripartite, pode-se destacar as contribuições de Cohen e Arato que, a partir da teoria da ação comunicativa de Habermas, buscam reconstruir um conceito de sociedade civil que possa explicar os aspectos entrópicos das mudanças históricas que vêm ocorrendo a nível global no projeto da modernidade, bem como dar à categoria sociedade

civil uma relativa autonomia sociológica-analítica, em relação às lógicas de ação política do Estado e do Mercado.³⁹

Para Avritzer, os autores Cohen e Arato fizeram uma releitura da análise habermasiana na teoria da ação comunicativa acerca da diferenciação entre sistema e mundo da vida e a idéia de movimentos da sociedade civil.

Os autores diferenciam, no conceito de mundo da vida, duas dimensões distintas: a primeira ligada ao reservatório de tradições imersas na linguagem e na cultura, e a segunda de caráter institucional, que envolveria os aparatos que não estão ligados a tradições culturais nem aos mecanismos sistêmicos de coordenação da ação do Estado e do Mercado. Nesta segunda dimensão, estariam incluída as instituições e formas associativas que requerem a ação comunicativa para sua reprodução e contam com os processos de

³⁹ Para Habermas, em sua teoria da ação comunicativa, as estruturas da racionalidade sofreram um processo primário de diferenciação. De um lado se apresenta o sistema, composto por dois subsistemas : O Estado (lógica estratégica do poder) e o Mercado (lógica estratégica dos câmbios monetários) que têm como finalidade garantir a reprodução material e institucional da sociedade. Os dois subsistemas desenvolveram certos mecanismos autoreguladores (poder e dinheiro) que sustentam a integração sistêmica, sendo que no seio do sistema predomina a ação instrumental e estratégica. Do outro lado se insurge o mundo da vida (espaço sócio-cultural, onde predomina a reprodução cultural, a integração social e a socialização) diferenciado em três âmbitos: o cultural, o social e a personalidade. Estes âmbitos interagindo de forma conjunta são uma fonte de tradições e conteúdos comuns do qual se abastecem os grupos sociais para orientar sua ação social. A ação social predominante dentro desse âmbitos é a ação comunicativa. Esta proporciona a continuidade ou mudança das normas e valores ético-societários que regem o mundo da vida, dependendo da liberdade de aceitação do diálogo entre interlocutores em condições equivalentes de comunicação. No entanto, Habermas, percebe que ao longo da modernidade, o mundo da vida foi “colonizado” pela lógica do sistema, isto é, seus potenciais comunicativos foram abafados pela interferência dos subsistemas do Estado e do Mercado. Para superar esta “patologia” da modernidade faz-se necessário a “descolonização” do mundo da vida através de uma razão emancipatória. Para que esta possa ampliar os espaços dialógicos, livres de coerção, e dessa maneira, inserir a ação comunicativa tanto para o interior do mundo da vida como em direção aos dois subsistemas: o Estado e o Mercado; dessa maneira provocando mudanças em suas lógicas estratégicas de poder e dinheiro. É neste contexto da necessidade da “descolonização” do mundo da vida e na criação dum espaço público pluralista e democrático, que Cohen e Arato, partem para elaboração de seu conceito de sociedade civil. Eles procuram fixar uma identidade entre o processo de defesa do mundo da vida e a idéia de movimentos na sociedade civil, pois acreditam que Habermas não foi capaz de indicar fóruns e atores capazes de defender o mundo da vida da sua colonização pelo sistema. Esta sociedade civil, no entender Cohen e Arato, é um terceiro setor fundamental para construção dos direitos humanos e da cidadania. Para verificar as vinculações, limites e alcances entre a teoria da ação comunicativa de Habermas e a concepção de sociedade civil de Cohen e Arato, vide: Leonardo Avritzer “*Sociedade Civil: Além da Dicotomia Estado-Mercado*” In: Sociedade Civil e Democratização, Del Rey, Belo Horizonte, 1994. Para ter uma visão mais ampla da evolução histórica do conceito de sociedade civil e suas relações com os direitos humanos; vide: Jean L. Cohen & Andrew Arato. “*Civil Society and Political Theory*” Massachusetts Institute of Technology, USA, 1992, particularmente o Capítulo I “*The Discourse of Civil Society*”.

integração social para a coordenação da ação no interior das suas estruturas. É esta dimensão do mundo da vida que os autores identificam como a sociedade civil.⁴⁰

O conceito de sociedade civil, segundo Cohen e Arato, coloca-se diretamente no debate do surgimento e desenvolvimento dos direitos humanos e da cidadania em nível das sociedades de capitalismo periféricos (particularmente o Brasil). Este conceito vincula a construção da cidadania por intermédio das organizações da sociedade civil ao discurso da operacionalização jurídico-política dos direitos humanos (civis, políticos, sociais, difusos,) por parte do Estado.⁴¹

Cohen e Arato entendem o conceito de sociedade civil como o conjunto das instituições especializadas, visando reproduzir e transmitir a cultura, promover a integração social (criar laços de solidariedade) e a socialização (construir identidades) que permitam a descolonização do mundo da vida (sociedade civil) das lógicas dos subsistemas do Estado e do Mercado, dando oportunidades da emergência dos direitos humanos e da cidadania numa esfera verdadeiramente pública.⁴²

Para Cohen e Arato a construção da cidadania e a operacionalização efetiva dos direitos humanos passam pela existência de um Estado de direito, acompanhado de uma cultura política moderna, capaz de valorizar a auto-

⁴⁰ AVRITZER, Leonardo. Op. cit. p.37

⁴¹ Idem, ibidem. p.38

organização societária e a publicidade, isto é, a sociedade civil existe e tem maiores chances de desenvolver-se, caso haja uma relativa garantia jurídica do cumprimento de três complexos de direito humanos expostos abaixo:

- 1) Os direitos de reprodução cultural (liberdade de pensamento, imprensa, expressão e comunicação).
- 2) Os direitos garantidores da integração social (liberdade de associação e reunião).
- 3) Os direitos asseguradores da socialização (proteção da privacidade, intimidade e inviolabilidade do indivíduo).⁴³

Para Cohen e Arato o fortalecimento do Estado de direito não se relaciona diretamente com o aumento da intervenção jurídica-burocrática sobre o mundo da vida, pois o Estado, para eles, é compreendido como “agência de legalização de direitos humanos” e os direitos humanos surgem enquanto “reivindicações de grupos ou indivíduos nos espaços públicos de uma sociedade civil emergente”.⁴⁴

A categoria sociedade civil, frente a estes dois aportes teóricos distintos (dualista e tripartite), emerge do oceano das contradições sócio-histórico-políticas e culturais dos países de capitalismo periférico, como uma legítima filha rebelde da modernidade, que é vista no dizer de Telles como:

[...] entendendo-se por isso não simplesmente uma sociedade que se estrutura nas regras que organizam interesses privados. mas uma sociedade na qual as relações sociais são mediadas pelo reconhecimento de direitos e representações de interesses, de tal forma que se torne factível a construção de espaços públicos que confirmam

⁴² Idem, ibidem. p.39

⁴³ Idem, ibidem. p.40

⁴⁴ Neste sentido a visão de direito de Cohen e Arato se distancia dos que percebem a instância jurídica como instrumento da burguesia para defesa da propriedade privada (Marx). Dos que entendem o direito como expressão de uma racionalidade instrumental legitimada por uma dominação racional-legal (Weber). Dos que acreditam que o direito é um meio de atuação do poder disciplinar do Estado sobre os indivíduos (Foucault) etc. Para entender melhor as críticas feitas sobre as relação entre direito e sociedade, num contexto de reconstrução da sociedade civil nos dias atuais. Vide: Cohen & Arato. op. cit. Cap II “*The discontents of Civil Society*” e Cap. III “*The Reconstruction of Civil Society*”, 1992 .

legitimidade aos conflitos e nos quais a medida de equidade e a regra de justiça venham a ser alvo do debate e de uma permanente negociação.⁴⁵

A sociedade civil, filha da modernidade, apesar de todos os golpes e críticas que vem sofrendo no decorrer de sua história, ainda possui seu conteúdo de “rebeldia normativa”. Esta “rebeldia” possui possibilidades de gerar um projeto societário, capaz de dar condições para o surgimento de sujeitos coletivos que lutem pela construção e efetivação dos direitos humanos.

1.4 As Interfaces entre os Direitos Humanos e a Cidadania

O potencial de rebeldia normativa latente na sociedade civil, capaz de gerar um projeto societário de transformação social, está vinculado à construção e à efetivação dos direitos humanos e da cidadania, em que os sujeitos coletivos são seus principais protagonistas⁴⁶.

Cabe ressaltar que esta percepção entre as relações dos direitos humanos com a cidadania possui um caráter inovador de estratégia política que expressa e busca responder a um conjunto de interesses, desejos e aspirações dos setores transformadores da sociedade civil⁴⁷.

⁴⁵ TELLES, Vera da Silva. *Sociedade Civil e a Construção de Espaços Públicos*. in: DAGNINO, Evelina (org.) Anos 90 política e sociedade no Brasil, São Paulo: Brasiliense, 1994.

⁴⁶ Entende-se como sujeitos coletivos os grupos sociais ou voluntários com interesses comuns, localizados entre o Estado e o indivíduo, com certa competência técnico-política para representar diferentes setores da sociedade e atuar num espaço democrático (caracterizado pela luta em prol dos direitos humanos, cidadania e participação política popular) visando a construção duma cultura política pluralista e democrática. Nesse espectro conceitual estão incluídos os movimentos sociais, as organizações não-governamentais, as organizações voluntárias, os sindicatos etc. Para compreender melhor a atuação de protagonista dos sujeitos coletivos na construção e efetivação dos direitos humanos e da cidadania dentro de um campo ético-político volátil, vide: DOIMO, Ana Maria. *A vez e a voz do Popular: Movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro: ANPOCS/Relume Dumará, 1995.

⁴⁷ A nível deste trabalho, entende-se as relações entre os direitos humanos e a cidadania dentro da visão de Cohen, Arato e Avritzer, pois está associada ao potencial de mudança social dado pelos sujeitos coletivos (visto, enquanto setores progressistas) da sociedade civil. Entretanto, cabe salientar, a existência da crítica sociológica e política. Esta crítica coloca a

Para Dagnino, há três dimensões na construção e efetivação dos direitos humanos e da cidadania. A primeira diz respeito ao fato que esta noção deriva e, por sua vez, está intrinsecamente ligada à experiência concreta dos movimentos sociais do tipo urbano (cidadania do acesso à cidade) e dos movimentos de mulheres, negros, meninos e meninas de rua, homossexuais (a luta por direitos humanos), tanto o direito à igualdade com o direito à diferença.

A segunda dimensão está no fato de que essas experiências concretas dos movimentos sociais agregaram-se cumulativamente numa ênfase mais ampla na construção, extensão e aprofundamento da democracia.

A questão da democracia, a partir dessa nova noção das relações entre os direitos humanos e a cidadania, assumiu um novo patamar teórico e político no imaginário social global, especialmente após a queda do socialismo real⁴⁸.

A terceira dimensão é a consequência das duas primeiras, pois esta nova noção das relações entre os direitos humanos e o da cidadania organiza

esfera da sociedade civil, entre as esferas tradicionais do Estado e do Mercado. Afirmando que a sociedade civil possui interesses, desejos e aspirações vinculadas a seus setores conservadores ou sofre influência dos setores conservadores do Estado ou do Mercado. Isto acaba gerando, no entender do cientista político norte-americano James Petras, uma concepção de direitos humanos e cidadania baseados num projeto político neo-liberal diferente e contraditório entre si, provocando uma descaracterização no seu sentido de transformação social. Para Petras, a atuação política das Organizações Não-governamentais (ONGs), exemplificaria essa descaracterização pois, elas “*despolitizaram segmentos da população, debilitaram o seu compromisso com os movimentos sociais, onde as ONGs tornaram firme e estabelecidas, os movimentos sociais radicais recuaram*”. Apesar de que no Brasil, haveria uma certa relevância desta crítica acadêmica, se entidades da sociedade civil, tais como, Federação da Indústria do Estado de São Paulo (FIESP), União Democrática Ruralista (UDR) fossem consideradas como ONGs. Todavia, ao contrário do que Petras afirma, isto não descaracterizaria totalmente as ONGs progressistas (que lutam pelos direitos humanos de mulheres, crianças e adolescentes de rua, minorias étnicas e de gênero) na sua ação política de construção e efetivação dos direitos humanos e da cidadania dentro de um Estado de Direito. Para maiores detalhes da crítica do cientista político norte-americano sobre a questão mencionada, vide: PETRAS, James “Os intelectuais Uma crítica marxista aos pós-marxistas”. Florianópolis, Revista Plural, Vol. 5, Nº8, p.32-52, jul/dez, 1996.

⁴⁸A respeito da evolução do Imaginário social da Democracia dos gregos até nossos dias vide: a dissertação de mestrado de Joviles Vitorio Trevisol “O imaginário Social da Democracia: Uma Análise sociológica a partir de algumas Organizações da sociedade civil de Florianópolis” do Programa de Pós-graduação em Sociologia Política da UFSC, 1995.

uma estratégia de construção democrática, de transformação social, afirmando um nexó constitutivo entre as esferas da cultura e da política.

Esta nova noção destas relações, no entender de Dagnino, vem incorporando características da sociedade contemporânea, tais como: o papel da subjetividade, a emergência de sujeitos sociais e dos direitos humanos de novo tipo, a ampliação do espaço da política.

Essa noção reconhece e enfatiza, também, o caráter intrínseco e constitutivo da transformação cultural para construção democrática. Nesse sentido, a construção e efetivação dos direitos humanos e da cidadania indicam o caminho para construção e difusão de uma cultura democrática.

Para Dagnino, no Brasil e na América Latina, a questão da cultura democrática (como produto dinâmico dos direitos humanos e da cidadania que trabalha a interação dialética da esfera da cultura e da política) é colocada na esfera do inaudível por parte do Estado de capitalismo periférico e de suas elites mediante um conjunto de relações sociais viciantes, denominadas de autoritarismo social⁴⁹.

Dagnino percebe que esse tipo de autoritarismo é visível no cotidiano, seja nas relações trabalhistas, político-sócio-econômicas ou de gênero. Ele

⁴⁹A respeito da existência do autoritarismo social na constituição dos regimes militares na América Latina e a extensão de sua influência para sociedade, vide: Manuel Antônio Garretón *Do autoritarismo à democracia política: uma transição a reinventar?*; Torcuato S. Di Tella *Modelos políticos latino-americanos no trânsito para o Século XXI*; Norbert Lechner *Condições Sócio-culturais da transição democrática: Em busca da comunidade perdida* In: Cultura e Governabilidade democráticas- América Latina no limiar do terceiro milênio. Revista do Tempo brasileiro, nº106/107 dez de 1991. Com relação a influência do autoritarismo social no golpe de 64 no Brasil e suas teias de extensão na tentativa de desestruturação da sociedade civil organizada vide: DREIFUSS, René Armand 1964: *A conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis:Vozes, 1987.

engendra formas de sociabilidade repressivas e uma cultura autoritária de exclusão que subverte o sentido das práticas sociais e reproduz a desigualdade nas relações sociais, em que a violação aos direitos humanos, do no que diz respeito ao desemprego, à miséria e à fome, é seus aspectos mais visíveis. Para eliminar esse autoritarismo social é fundamental ampliar a aprofundar a concepção de democracia, para que ela não seja apenas vista como um regime político democrático, mas como uma sociedade civil verdadeiramente democrática.

Dagnino acredita que essa nova noção das relações entre os direitos humanos e a cidadania tem que ser vista como uma estratégia política dos sujeitos coletivos (em que o seu caráter de construção histórica seja definido por interesses e práticas concretas de luta), visando uma contínua construção e transformação de uma cultura democrática na sociedade civil.

Dentro deste contexto social, percebe-se que a construção e efetivação dos direitos humanos e da cidadania são um fenômeno complexo, que encontra desafios frente às políticas públicas do Estado e à ação política do mercado⁵⁰.

⁵⁰ A construção e efetivação dos direitos humanos e da cidadania são fenômenos complexos que envolvem diversos vetores sócio-econômico de esferas políticas distintas. Geralmente as esferas políticas possuem uma ação política abortiva, no que diz respeito a construção aos direitos humanos. Isto acaba gerando macro desafios para os sujeitos coletivos buscarem superar através de sua práxis. Para entender melhor a lógica da esfera do Estado e de suas políticas públicas (particularmente a educacional) em relação a tratamento dada a construção dos direitos humanos e cidadania, vide: SILVA, Rose Neubauer da e MELLO, Guiomar Namó de *Política Educacional para os anos 90* In: Estado e Educação, São Paulo, Papirus/CEDES, 1992. Em relação a lógica da esfera do mercado em relação ao tratamento dado a construção efetivação dos direitos humanos e da cidadania vide: Lourdes Sola *Estado, mercado e democracia* Dossiê Liberalismo/Neoliberalismo. São Paulo, Revista da USP, 1993.

Para Demo, são quatro os principais passos para a superação dos desafios e a construção e a efetivação dos direitos humanos e da cidadania, que na sua óptica é vista como uma cidadania emancipada⁵¹.

O primeiro passo é contestação ou consciência crítica. Ou seja, a capacidade e a coragem dos sujeitos coletivos dizerem *não*. Não à condição de massa de manobra imposta pelas elites. Não aos governos clientelistas e corruptos. Não ao estado tutelar e assistencialista. Não a pobreza política e material. Não a violação dos direitos humanos.

Para Demo, trata-se de uma competência humana essencial, que é fazer-se sujeito histórico, negando aceitar-se como objeto. Logo, a cidadania emancipada tem como primeira tarefa o desafio de destruir a pobreza política. Sem isso, os excluídos continuam trabalhando e vivendo em função das elites, a serviço e submisso a elas.⁵²

O segundo passo, após destruir a pobreza política, é o de que os sujeitos coletivos devem procurar compreender, com base na consciência crítica, as razões da exclusão e suas condições de injustiça, propondo alternativas de mudança no tecido societário, ampliando a idéia de defesa dos direitos humanos.

⁵¹Cf. DEMO, Pedro. *Cidadania tutelada e cidadania assistida*. Campinas: Autores Associados, 1995. É importante ressaltar, que estes passos propostos por Demo, são colocados de forma seqüencial, como um recurso didático para melhor compreendê-los. Entretanto, dentro da realidade social estes passos ou dimensões tem sua operacionalização e influência recíproca entre si. Não há a necessidade de seguir obrigatoriamente a seqüência teórica proposta por Demo.

⁵² Cf. DEMO, Pedro. op. cit. p.41

Os sujeitos coletivos, no dizer de Demo, devem descobrir que são peças-chaves na oportunidade da mudança social. A sua competência para propor alternativas precisa ser arduamente formada e sempre recuperada, isto é, capacidade de aprender a aprender, inteligência para perscrutar os caminhos históricos falidos e promissores, sabedoria para combinar progresso com identidade cultural, discernimento pela negociação democrática, sem ser cooptado pelas elites.⁵³

No terceiro passo, cabe aos sujeitos coletivos organizar-se politicamente de forma coletiva, isto é, procurar pertencer à associação, pois aí reside o início da competência histórica prática, porque determina as condições concretas de inovação e intervenção no social em defesa dos direitos humanos.

O quarto passo diz respeito à capacidade dos sujeitos coletivos em agirem de forma auto-sustentada frente às relações de Mercado, pois o grande desafio da cidadania emancipada é buscar civilizar o mercado⁵⁴. Demo entende que cidadania emancipada é um produto inacabado de uma competência político-sócio-econômica dos sujeitos coletivos.

Todavia, de forma árdua, a cidadania, através da solidariedade vai realizando os cidadãos, pelos cidadãos, com os cidadãos, pelo Estado, com o

⁵³ Cf. DEMO, Pedro. op. cit. p.55

⁵⁴ Para Demo: o processo de civilização do mercado inclui etapas cruciais: a) superar o capitalismo da mais-valia absoluta, passando para mais-valia relativa, porque praticam-se aí ganhos expressivos tanto de produtividade, quanto de redução do aspecto espoliativo; b) funcionamento adequado do mercado, dentro de ambiente claramente concorrencial e competitivo, facilitando a vida do consumidor, à medida que pode ter acesso a bens e serviços melhores e mais baratos; c) imposição crescentes das leis trabalhistas e previdenciárias, alcançando-se ambientes mais humanizados de exercício profissional; d) melhoria salarial, à medida que a fonte do lucro migra da mera exploração da força-de-trabalho (salário mínimo) para o dinamismo com base no conhecimento inovador, podendo tornar-se o salário componente principal da demanda; e)

Estado e além do Estado. A solidariedade se torna fundamento do Direito e da ordem constitucional, e seu princípio se articula com os de liberdade e igualdade. Esses princípios articulados e indissociáveis, geram o oxigênio do sistema jurídico contemporâneo. È nesse contexto que se justifica a função do Estado: um instrumento de produção das condições para efetividade da liberdade, igualdade e da solidariedade social.⁵⁵

È possível compreender que o princípio do contrato social está para um plano ético, assim com o princípio do mercado capitalista. Solidariedade e competição. De um lado, a convivência pactuada, de outro, a regra do mais forte. Na solidariedade, usufruto, liberdade e igualdade; na competição de mercado capitalista, conquista, acumulação/exclusão e dominação. São caminhos indeterminados, e a cidadania deverá escolher o da autonomia coletiva, ou então seguirá viabilizando a autonomia de alguns grupos privilegiados, independentemente dos direitos constitucionalizados e juridicizados.⁵⁶

Com base numa educação ética, objetivam uma transformação democrática da sociedade. Dentro desse contexto de modernidade em ebulição, o potencial latente de rebeldia normativa da sociedade civil, visando a construção e efetivação dos direitos humanos e da cidadania, está sendo

formação de uma classe laboral consciente e atuante, que passa a protagonista essencial da história produtiva.. Cf. DEMO, Pedro. *Cidadania Tutelada e Cidadania Assistida*. Campinas: Autores Associados, 1995. p.59

⁵⁵ BERTASO, João Martins. **A cidadania moderna: A leitura de uma transformação**. In: OLIVEIRA, Odete Maria de. DAL RI JR, Arno.(orgs.) *Cidadania e Nacionalidade Efeitos e perspectivas nacionais-regionais- globais*. Ijuí:Unijui, 2002. pp.429-430

⁵⁶ BERTASO, João Martins.op.cit. p.430

desenvolvido mediante a ação política dos sujeitos coletivos que, com seu *modus operandi*, têm buscado questionar as lógicas do mercado e do Estado.

Conforme foi visto neste capítulo é fundamental pensar a construção dos direitos humanos como um fenômeno multifacetário em sua dimensão interdisciplinar dentro do fenômeno da modernidade, com interfaces com a sociedade civil e a cidadania.

Dentro desse contexto cabe a seguinte pergunta?

Será que no decorrer da história humana, a idéia de direitos humanos era destinada para ambos os sexos ou somente aplicada aos homens?

Buscar-se-á responder esta pergunta no próximo capítulo, ao se estudar a trajetória histórica dos direitos humanos das mulheres, compreendidos como uma conquista histórica da modernidade.

2 OS DIREITOS HUMANOS DAS MULHERES: UM PROCESSO DE CONQUISTA HISTÓRICA DA MODERNIDADE

2.1 Os Direitos Humanos das Mulheres: Uma luta histórica para obter o direito ao controle de seu próprio corpo.

Quando se percebe a mulher enquanto um sujeito social de direitos e deveres dentro da modernidade inacabada, é necessário reportar-se a uma descrição historiográfica sobre a evolução do conceito do que é ser mulher em cada momento histórico da humanidade e seus respectivos direitos.

Se o varão da espécie humana cometeu tanto crimes, loucuras e infelicidades, neste caso, faz-se necessário traçar um olhar interdisciplinar, a fim de distinguir a contribuição das mulheres, pois afinal, o ventre que gera a vida, deve tomar definitivamente da pena escrita para corrigir o registro: o direito da mulher poder tornar-se, verdadeiramente, um ser humano na história da humanidade.

As mulheres do mundo tiveram uma história, e seu relato completo, tem sido muito mais rico e estranho do que se imagina. A significação da contribuição das mulheres para evolução da raça humana, sua imensa variedade, tanto na esfera pública quanto na privada, e as imensas realizações femininas em todos os níveis: cultural, comercial, doméstico, emocional, social e sexual.

O passado do nosso mundo está atulhado de incontáveis histórias de amazonas e rainhas assírias guerreiras, deusas-mães e grandes sacerdotisas, concubinas imperiais, cientistas, psicopatas, santas e pecadoras tais como: Brunhilds, Marie de Brannvilliers, Madre Tereza de Calcutá, Chiang Ching.

Dessa forma, além destas mulheres conhecidas por suas grandes realizações na história da humanidade, houve outras heroínas desconhecidas também tiveram o fascínio da maior história que nunca foi contada de forma clara. O período histórico, todo lugar, trouxe um novo ângulo para a velha saga da re-criação da raça humana. desde a imperatriz que leva um mês a partejar, cercada de médicos, parteiras, áias, astrólogos e poetas oficiais, até a camponesa trabalhando no campo, afastando-se um passo para dar à luz agachada sobre um buraco atrás de uma moita, para depois, voltando ao trabalho, com o filho recém-nascido envolto em panos e pendurado às suas costas, a renovação da espécie tem sido a exclusiva, total, inevitável e em grande parte não-reconhecida dívida do sexo feminino ao futuro do mundo inteiro

O sistema patriarcal no decorrer de sua história buscou de todas as formas construir ideologias para obter o controle pisco-político do corpo biológico da mulher, através da construção de alguns tabus principais : da menstruação, do cinto de castidade, da mutilação dos órgãos genitais femininos, do homicídio feminino etc.

Para o sistema patriarcal desde da antiguidade a questão do sangue menstrual era carregada com uma conotação simbólica carregada com poder e

perigo. Para os persas antigos, penetrar a vagina com sangue menstrual é penetrar o *local dos demônios, alimentar o animal entre as pernas da mulher*, era pôr em perigo não só o seu corpo, como também perder a alma⁵⁷.

A menstruação era um sangue misterioso, perigoso, não limpo e ameaçador. A mulheres, devido a menstruação, durante uma quarta parte de sua vida adulta, uma semana em cada quatro, as mulheres nas sociedades tribais eram regularmente estigmatizadas e afastadas, incapacitadas e alijadas da vida em sua sociedade.

Na sociedade tribal de Kafe, de Papua, na Nova Guiné; quando a moça tinha a sua primeira menarca, ela era trancada em uma cabana escura durante uma semana, privada de comida, e ensinada que ela era perigosa para si mesma e para os outros se deixasse de respeitar as restrições rituais: seu corpo e sangue fariam um homem vomitar, fariam seu sangue ficar preto, corromperia sua carne, o deixaria com os sentidos confusos e ele definharia até morrer⁵⁸.

Na sociedade tribal dos primeiros nativos norte-americanos do território de Dakota acreditavam que o *Wakan* (sacralidade do poder) de uma mulher na menstruação podia enfraquecer o *Wakan* de todos os objetos masculinos de poder, tanto de guerra quanto de paz⁵⁹.

No sistema patriarcal das religiões monoteístas o mito da menstruação estava presente. Na religião Judaica na antiguidade e Idade Média,

⁵⁷ MILES, Rosalind, op. cit. p.124

⁵⁸ MILES, Rosalind, op. cit. p.125

a elaboração rabínica dos textos bíblicos como o Levítico marcavam a mulher como *niddah* (impura) por doze dias antes, durante e depois de seu período, e as ferozes penalidades impostas a uma *niddah* eram novamente enunciadas no livro sagrado das leis, onde a mulher judia menstruada era proibida de: dormir na mesma cama que o marido; comer com a família na hora das refeições; ocupar o mesmo cômodo que qualquer outra pessoa; acender as lâmpadas do Sabé; entrar nas sinagogas; tocar no marido; ou sequer passar-lhe qualquer objeto⁶⁰. O Catolicismo romano medieval e o Islamismo seguiram práticas semelhantes em relação ao mito da menstruação proibindo qualquer contato das mulheres menstruadas com o resto da sua comunidade.⁶¹

O tabu do controle do genital do corpo feminino, através de instrumentos mecânicos de formato fálico, já era comum no oriente, anterior a chegada do cinto de castidade na Europa do Século XI. A primeira providência dos antigos donos de escravos era a inserção de uma ou mais argolas nos lábios vaginais maiores de todas as escravas para impedir a pilhagem ou gravidez indesejável⁶².

Nos haréns do antigo Sudão, após o defloramento pelo Senhor do haren, as mulheres eram protegidas protegidas contra eununcos por um pedaços

⁵⁹ Idem Ibidem p.126

⁶⁰ Idem Ibidem p.127

⁶¹ Todavia é importante salientar que sempre houve vozes femininas insurgentes mostrando a importância do ciclo menstrual na construção da história humana, para olhar por este ângulo patrilinear vide a obra: OWEN, Lara. *Seu sangue é Ouro resgatando o poder da menstruação*. Rio de Janeiro: Rosas dos Tempos, 1994

⁶² Idem Ibidem. p.130

de bambu de cerca de 35 cm enfiados até um terço da vagina e amarrados à cintura e às coxas, com um escudo de palha para cobrir a vulva⁶³.

O mito de mutilação genital da mulher está associado aos dois mitos anteriormente mencionados. Este mito está baseado numa idéia de manter submissão feminina ao controle patriarcal sobe o discurso ideológico de proteção ao corpo feminino contra seus desejos pecaminosos de prazer libidinal. Esta prática de mutilação dos sexuais externos da mulher se espalhou de forma tão ampla pelo Oriente médio na trilha do Islamismo, descendo para África, onde continua a ser praticada até a atualidade⁶⁴.

A operação falocrática se desenvolve da seguinte forma: Numa cerimônia privada de mulheres, a tradicional executante ou circuncisora, cantando Allah é grande e Maomé é seu profeta: que Allah mantenha longe todos os males opera uma menina entre os cinco e os oito anos, com uma pedra afiada, um lâmina de ferro ou um pedaço de vidro⁶⁵.

No primeiro estágio, todo o clitóris e seus envólucro são decepados, depois aos pequenos lábios vaginais são raspados até desaparecer, seguidos pela maior parte da carne interior dos lábios vaginais maiores. As da pele que sobram são então unidas e presas com espinhos, obstruindo dessa maneira o orifício vaginal, com exceção de uma pequena extensão, mantida aberta por meio de uma farpa de madeira ou cana a fim de permitir a passagem de urina e sangue

⁶³ Idem Ibidem. p.131

⁶⁴ Idem Ibidem. p.132

menstrual. A medida que o trabalho vai sendo realizado, a mãe e algumas convidadas o verificam, pondo os dedos na ferida, juntamente com terra e cinza, usadas para estancar o sangue provocado pela mutilação. Terminado este estágio, as pernas da menina são amarradas juntas, dos quadris aos tornozelos por 40 dias, para garantir que a pele cicatrize junta e não reabra mais. Durante todo o processo a menina é segurada por familiares femininos e permanece consciente durante a mutilação⁶⁶.

As conseqüências de tais mutilações, são hemorragia, infecção, cortes na uretra, na bexiga e no ânus, abscessos na vulva, e incontinência urinária. O médico só era chamado quando algum excesso na cicatrização da vulva era tão severo que impedia a menina de andar. Geralmente quando cresciam essas meninas acabavam sofrendo de retenção de sangue menstrual, esterilidade e dor intensa durante as relações sexuais e no parto. Como um exemplo de retenção de sangue menstrual decorre da mutilação pode-se citar um caso relatado por um médico francês que operou uma adolescente de 16 anos em Djibouti na África, para liberar 3,5 litros de menstruação preta e putrefata⁶⁷.

Na vida adulta esta menina mutilada, na noite de núpcias vai ser espancada e estuprada pelo seu próprio noivo como uma prova de sua pureza e submissão ao seu novo dono patriarcal.

⁶⁵ Idem Ibidem. p.133

⁶⁶ Idem Ibidem. p.134

⁶⁷ Idem Ibidem. p.135

Na Somália- África durante o ritual da noite de núpcias, o noivo depois de espancar a noiva com um chicote, usa sua faca para abrir a vagina fechada pela cicatrização da mutilação e mantém relações sexuais violentas com a noiva. Na manhã seguinte, o marido põe sua faca ensangüentada ao ombro e sai dando voltas na ruas, para conquistar admiração geral da comunidade, enquanto a esposa fica na cama, movendo-se o menos possível, para manter o ferimento aberto esperando o marido para novas relações sexuais a noite⁶⁸.

Este tipo de mutilação genital torna a mulher psico-bio-culturalmente incapaz de ter uma vida sexual harmônica. Elimina a sua identidade feminina de seu próprio corpo, colocando a mesma na atitude comportamental de um animal doméstico que é castrado pelos seus donos para controle de natalidade.

O tabu do homicídio feminino sempre foi um dos meios de controle definitivo do corpo da mulher impetrado pelo sistema patriarcal, pois quando não se podia salvaguardar a sagrada propriedade privada do corpo feminino, restava simplesmente, a sua eliminação.

Este mito do homicídio feminino, mascarado de costume religioso estava presente na Índia pré-britânica. Pelo costume indú antigo sacramentado na lei, quando morria o marido, a sua viúva (denominada *sati* ou *suttee*) era queimada viva na fogueira junto com seu marido morto. Na cerimônia de cremação do falecido marido, a viúva viva, tinha de ser aterrorizada, depois drogada e finalmente amarrada para “gozar da honra de continuar servindo seu

⁶⁸ Idem Ibidem. p.136

amo e senhor patriarcal eterno, mesmo após a sua morte”. Este relato abaixo ilustra esta cerimônia funesta, vista em Bengala por um ocidental na Índia no século XVIII⁶⁹.

Os parentes, cuja função era a de atear fogo à lenha, fizeram-na dar seis voltas em torno desta... ela deitou-se junto ao corpo e colocou um braço sob o pescoço dele e outro em cima, quando então grande quantidade de folhas de cacau e outras substâncias foram empilhadas sobre os dois até uma grande altura, e finalmente ghee, ou manteiga derretida em conserva, foi derramada em cima de tudo. Dois bambus foram então colocados sobre eles, e bem presos, e a fogueira foi acesa, queimando rápida e violentamente... Mal o fogo pegou e o povo todo começou a gritar... Seria impossível ouvir a mulher gemer ou gritar, por causa do barulho alucinante da multidão, e seria impossível que ela se mexesse ou lutasse, por causa dos bambus que a seguravam como os braços de uma prensa. Fizemos graves objeções ao uso dos bambus, insistindo que a força está sendo usada para impedir a mulher de levantar-se quando o fogo a queimasse, mas eles retrucaram que eles só eram usados para impedir que a fogueira desmoronasse. Não conseguimos olhar mais e saímos, clamando contra o assassinato e o horror que tínhamos visto.⁷⁰

Havia por detrás desta prática um discurso ideológico de dominação patriarcal onde as meninas desde da infância recebiam a informação que a viúva(Sati-fiel) ao ser queimada com seu falecido marido, conquistava para si e seu marido 35 milhões de anos de felicidade celestial, enquanto a que recusasse mergulhava até o mais profundo ponto da espiral da reencarnação, tendo de tornar a voltar à terra na mais repugnante e desprezível das formas. Durante o domínio britânico sobre a Índia, o governo inglês lutou para acabar com tais práticas homicidas de violação aos direitos humanos femininos⁷¹.

Na China antiga, os preparativos para o parto, incluía a presença de uma caixa para cinzas ao lado da cama da parturiente, onde era sufocado o recém-nascido, caso fosse uma menina. Na Índia antes da colonização inglesa os

⁶⁹ Idem Ibidem. p.140

⁷⁰ Idem Ibidem. p. 141

métodos de homicídios femininos eram mais amplos para meninas recém nascidas: elas eram estranguladas, envenenadas, atiradas ao mar, abandonadas na floresta, dadas como alimento para tubarões como oferendas aos deuses, afogadas em leite com uma oração para voltar ao mundo, reencarnadas como menino. Em todos casos de homicídios de meninas recém-nascidas, a vítima era morta por ordem paterna. A alegação era que a sua filha não teria qualquer futuro fora do casamento e da maternidade, logo ele ficaria exposto ao risco da ruína financeira devido ao dote da noiva, ou a desonra pública caso não conseguisse casá-la⁷².

O sistema patriarcal também cometia, também, homicídios contra as mulheres adultas. Eram comuns casos de morte devido ao adultério, sacrifícios religiosos, pagamento de dívidas pecuniárias etc. Estes homicídios eram cometidos em qualquer nível de classe social. Nem o sangue real foi suficiente para salvar a Princesa Dolguruky, da Rússia quando seu marido Ivan IV (o terrível) ordenou que fosse afogada porque não o satisfazia mais. Outro caso envolvendo sangue real foi a decapitação de Anne Boleyn, pela acusação de adultério por ordem do rei Henry VIII da Inglaterra, pois ela não lhe deu um filho varão⁷³.

A história dos direitos das mulheres, por outro lado, apenas começou a se construir, pois trata-se de uma conquista histórica em andamento. Os varões

⁷¹ Idem Ibidem. p.142

⁷² Idem Ibidem. p.137

da espécie conseguiram entrar para o negócio do registro, definição e interpretação dos acontecimentos no terceiro milênio a.C; para as mulheres tal processo só começou no século XIX.

A história mais antiga das mulheres foi devotada a se pesquisar crônicas em busca de rainhas, abadessas e mulheres sábias a serem contrapostas a figuras masculinas equivalentes em autoridade e capacidade, criando heroínas à imagem de heróis. Joana D'arc, Florence Nightingale, Catarina, A grande.

Esse tipo de pesquisa sobre a história dos direitos humanos femininos, embora tenha valor ao afirmar que as mulheres podem ser competentes e poderosas, tinha duas fraquezas, reforçava o falso efeito do domínio da história do homem, já que sempre havia mais governantes e gênios homens do que mulheres; e deixava de considerar a realidade cotidiana da maioria das vidas femininas⁷⁴.

2.2 Os Direitos das Mulheres na Pré-História

Para se entender a história das mulheres, como uma conquista histórica em andamento, enquanto sujeito social; faz-se necessário tecer alguns comentários interdisciplinares, sobre a construção dos direitos humanos femininos na história da humanidade.⁷⁵

⁷³ Idem Ibidem. p.138

⁷⁴ MILES, Rosalind. *A História do Mundo pela Mulher*. Rio de Janeiro: Casa Maria Editorial/LTC, 1989. p.10

⁷⁵ Para efeitos didáticos das Idades cronológicas, adota-se o padrão clássico de classificação a saber: Idade antiga da invenção da escrita há cerca 4000 a.C até a queda de Roma (capital do Império Romano do Ocidente) em 476 d.C. A Idade Média de queda de Roma em 476 d.C até a queda de Constantinopla (capital do Império Romano do Oriente) em 1453 d.C. A

Na percepção Miles, a partir de cerca 500.000 A. C., quando a *femina erecta* colocou-se de pé pela primeira vez ao lado do *homo erectus* em algum primitivo vale, muitas mudanças tiveram lugar, antes que ambos, juntos, se tornassem *sapiens*. Existem provas contínuas, oriundas de um número de sítios arqueológicos diferentes de todo o período pleistoceno, do crítico envolvimento da mulher em todos os aspectos da sobrevivência e evolução da tribo, inclusive a atividade de caça, geralmente tido, apenas como atividade masculina.⁷⁶

A mulher primitiva, ficava ocupada desde o nascer do sol até o poente. Sua vida não era longa, a maioria das fêmeas hominidas, morria antes dos vinte anos. Só poucas sobrevivia até os 30 anos, as exceções atingiam no máximo 40 anos. Todavia neste período as primeiras mulheres desenvolveram uma grande variedade de atividades e habilidades manuais. Para Miles as mulheres da Idade da pedra ficavam ocupadas com e eram exímias em:

- coletar comida
- cuidar de crianças
- trabalhar em couro
- fazer roupas, fundas e envólucros com peles de animais
- cozinhar
- fabricar cerâmica

Idade Moderna de 1453 até a revolução francesa em 1789. A idade contemporânea de 1789 até atualidade no século XXI. Todavia estamos cientes que estas datas e acontecimentos históricos são passível de observações críticas dentro das concepções atuais da historiografia, principalmente, a historiografia das mentalidades.

⁷⁶MILES, Rosalind. op. cit. p.21

- trançar capins, fibras e cascas de árvores para cestos
- fabricar contas e ornamentos como dentes e ossos
- construir abrigos, temporários ou permanentes
- fabricar ferramentas para vários usos, não simplesmente agrícolas-raspadores de pele com pedras, e lâminas de pedra afiadas para cortar tendões de animais e fazer vestimenta
- aplicação medicinal de plantas e ervas para tudo, desde de cura até abortos etc.⁷⁷

A coleta de comida era a prioridade de suas funções, pois disto dependia a sobrevivência da tribo. Pois do contrário do que se pensava, em nenhum momento da pré-história as mulheres, com ou sem os seus filhos, dependeram da caça dos machos para sua alimentação. Todavia, mesmo que a atividade de caça era predominantemente masculina era insuficiente para alimentação e sobrevivência da tribo. A caça era irregular e havia pouco meios para armazenar a carne por tempo indeterminado em climas quentes. Daí resulta que a coleta de alimentos e não a caça dos homens que sustentava a tribo. Isto coloca em debate o mito darwinista homem caçador que era dominador e senhor absoluto de sua família e tribo.

A coleta de alimentos feita pelas mulheres primitivas, serviu não somente para manter a tribo viva, ajudou a acelerar o desenvolvimento do gênero humano para frente em sua hesitante travessia para a civilização. Pois a

coleta de alimentos bem sucedida exigia e aprimorava habilidades como a discriminação, avaliação e memória, em uma variedade de sementes, cascas de nozes e capins descobertos em locais primitivos na África indicam que uma seleção cuidadosa e baseada em conhecimento, não uma cata aleatória, ditava a escolha de qual alimento seria coletado. Esse trabalho de coleta, forneceu o ímpeto para os primeiros experimentos humanos com a tecnologia.⁷⁸

O mito darwinista fixa a importância do homem caçador e a fabricação de seus instrumentos de caça, como uma prova da vitória masculina sobre a lei de seleção natural, onde o macho da espécie, seria o grande responsável pela sobrevivência da espécie humana até os dias de hoje.

Todavia este mito pode ser questionado com a invenção feminina da *sacola*. Este instrumento foi concebido pelas mulheres para carregar de volta ao acampamento tudo o que encontrava, arrebanhava, pregava ou cavava no curso de seu dia de coleta de alimentos. Pois o volume de comida necessário, e a variedade de alimentos existentes, tornam impossível que as mulheres coletoras pudessem carregar todos os mantimentos nas mãos. O transporte da alimentação incluiria não só capins, folhas, bagos e raízes, mas também proteínas vitais na forma de lagartos, formigas, lesmas, caracóis, sapos e larvas. Tudo o que

⁷⁷ MILES, Rosalind. op. cit. p. 22

⁷⁸ MILES, Rosalind. op. cit. p.23

aparecia, do gafanhoto morto à cobra em decomposição, a mulher coletora não podia permitir-se deixar passar, pois disto carecia a sobrevivência da tribo.⁷⁹

O trabalho de coleta da mulher primitiva tomava dimensão maior e mais urgente quando ela tivesse filhos ainda bebês para alimentar, além de si mesma. Sua primeira tarefa como mãe seria adaptar sua sacola de coleta a alguma forma de apoio no qual pudesse carregar seu bebê, já que tinha de encontrar meios de leva-lo consigo quando saía para fazer a coleta. Como não havia mulheres mais idosas, pós-menopausa, não haveria com que deixar os bebês para ser amamentados e protegidos.

Ao contrário do que se pensava, baseado no mito darwinista do homem caçador, aonde ele supostamente inventaria a família ao engravidar a sua fêmea e escondê-la na caverna para cuidar do fogo, ele criaria a unidade social humana básica, que seria sustentada através da caça e da guerra. No entanto, no entender de Miles, as primeiras famílias foram constituídas por fêmeas e seus filhos, já que todas as sociedades caçadoras tribais primitivas eram centradas nas mães, e organizadas por intermédio delas. Os machos jovens partiam ou eram enxotados, enquanto as jovens fêmeas permaneciam perto de suas mães e no local de lar primitivo, agregando ao lar seus machos.⁸⁰

Todavia cabe lembrar outro aspecto desmistificador deste mito darwinista, aonde homens e mulheres apoiavam-se em suas habilidades mútuas,

⁷⁹ MILES, Rosalind. op. cit. p.24

⁸⁰ MILES, Rosalind. op. cit. p.25

antes, durante e depois da caça. Como é o exemplo dos *Yukaghirs* siberianos, da Idade de Pedra, cujos homens formavam um grupo de vanguarda para verificar as presas que haviam caído nas armadilhas, enquanto as mulheres vinham atrás e providenciavam o desmembramento da carcassa e seu transporte para a área do lar. Já que as carcassas eram usadas para alimento, roupas, abrigos, ferramentas de osso e ornamentos de contas, a maioria produzida dos quais produzidas pelas mulheres. O homem caçador, então, não é visto como um agressor solitário e sem medo, herói de milhares de confronto fatais. Sua função básica neste caso é de protetor do grupo e dos recém nascidos contra as adversidades do meio ambiente.⁸¹ A proteção do grupo era parte tão importante do trabalho do homem, onde havia uma certa divisão de tarefas complementares, onde se gestou uma certa solidariedade. O exemplo do esqueleto encontrado nas cavernas Shanidar, atual Iraque, segundo o antropólogo John Stweart citado por Miles mostra esta semente de solidariedade primitiva:

O homem(...) ficara aleijado com o braço direito inutilizado, pois fora amputado, em vida, logo acima do cotovelo. Ele era velho, talvez quarenta anos, no período Neandertal, que corresponderiam a uns oitenta hoje em dia, e sofria de artrite. Era também cego de olho esquerdo, como indicado por tecido ósseo de cicatriz no lado esquerdo do rosto. É obvio que alguém tão aleijado tivesse tido de ser ajudado por seus companheiros... O fato de sua família ter tanto a vontade quanto a capacidade para sustentar um membro tecnicamente inútil da sociedade depõe grandemente em favor de seu sentido social altamente desenvolvido.⁸²

Nas comunidades pré-históricas de caça e coleta de alimentos, existia um matriarcado com mais liberdade, na origem dos direitos humanos das

⁸¹ MILES, Rosalind. op. cit. p.30

⁸² Miles, Rosalind. op. cit. p.34

mulheres. Os homens não ordenavam e nem exploravam o trabalho da mulher. Eles não controlavam e nem se apropriavam do que elas produzissem nem impediam sua liberdade de movimento. Eles exerciam pouco ou nenhum controle sobre os corpos das mulheres ou de seus filhos, não faziam fetiche da virgindade ou castidade feminina, nem exigências quanto a exclusividade sexual da mulher.

O acervo comum de conhecimento do grupo não era reservado exclusivamente para o homem, nem era a criatividade feminina reprimida ou negada. As mulheres podiam assumir papéis de conselheiras, sábias, líderes, contadoras de histórias, médicas, sacerdotisas, legisladoras, mantendo seu carisma da Deusa Mãe, através dos mistérios da fertilidade, da gestação e do nascimento⁸³.

2.3 Os Direitos das Mulheres na Idade Antiga

Na idade antiga pode-se perceber a luta do sistema cultural do matriarcado, (sendo mantido vivo através da adoração das divindades femininas) conjuntamente com a emergência novo sistema cultural denominado patriarcado.

⁸³ Cf. MILES, Rosalind. op. cit. p.42 Segundo, ainda Miles já na pré-história se percebe a presença do matriarcado na construção da Civilização humana a saber: 25.000-15.000 a.C com as chamadas figurinhas de Vênus de pedra e marfim, na Europa, de lama do Nilo, a Grande Deusa; – 12.000-9000 a.C Em Dolní Vestonice, Tchecoslováquia, e Shanidar, Iraque, enterros cerimoniais de corpos cobertos de ocre vermelho, comumente associado à adoração da Deusa; –7000 a.C- Em Jericó, os primeiros santuários da Mãe Deusa; –6000 a.C- a aldeia acampamento de Çatal Huyukm na Turquia, um área

Por volta do ano 2300 a.C, o sumo sacerdote da Suméria compôs um hino em honra de Deus. Essa celebração da divindade onipotente, *A exaltação de Inanna*, é um canto de extraordinária força e paixão, que passou a história como o mais antigo poema conhecido. Pois no entender de Miles, quando a humanidade emergiu da pré-história, Deus era mulher, logo o primeiro sacerdote-poeta sumeriano era do sexo feminino.

Os antigos habitantes sumerianos (atual Iraque) adoravam a Deusa Mãe com hinos de erotismo sem medo, dando graças por *seus cachos emaranhados*, por seu *colo de mel*, sua *rica vulva* com um *barco para céu*, bem como por sua natural beleza que se *derramava de seu ventre* tão generosamente que toda a *alface* deveria ser honrada com o *cabelo púbico da Deusa*. Mas também a Divindade feminina era vista como *um dragão, destruindo com fogo e inundação e enchendo os rios de sangue*.

A primeira sacerdotisa-poeta sumeriana Enheduanna, gozou de poder temporal como filha do rei Sargon I e recebeu o título de ministra do *Lunar da Mais Alta*. Ela se tornou a voz da divindade feminina junto ao seu povo.

A centralidade mitológica e o poder político da primeira mulher-Deus na Idade Antiga, colocam em questionamento a origem patriarcal da civilização humana? Ou será que a *história oficial* de cunho patriarcal repudiou os relatos

de apenas pouco mais de um hectare, continha na menos de 40 santuários da Deusa, em suas três encarnações de donzela, mãe e anciã; – 5000 a.C- uma estatueta de Hacilar, na Turquia, mostra a Deusa no ato de fazer amor.

sobre a adoração da Deusa como mitos ou cultos isolados em sua influência geopolítica?

Todavia, esse fenômeno não foi isolado ou temporário, várias pesquisas interdisciplinares, enfatizam a preeminência e preponderância da Deusa Grande Mãe, como elemento essencial da origem matriarcal da sociedade humana⁸⁴.

Como foi que a mulher assumiu esse *status* especial de Deusa Mãe, amante e guerreira desde da pré-história, passando pela idade antiga até o início da Idade Média?⁸⁵

Um dos fatores é a questão do sangue menstrual associado mitologicamente com as ligações dos ciclos lunares e sua relação sócio-política com a coleta de alimentos e com a horticultura planejada, as mulheres consolidaram sua importância central como as principais produtoras de alimentos.

⁸⁴ Cf. MILES, Rosalind. op. cit. pp.60-64. Ela indica as seguintes pesquisas interdisciplinares arqueológicas e antropológicas que ratificam este questionamento: EVANS, Sir Arthur, *The palace of Minos at Knossos* (4 vols. London, 1921-1935); JAMES, E. O. *The Cult of the mother Goddess: an Archaeological and documentary study*. (London, 1959); NEUMANN, Erich. *The great Mother: Analysis of the Archetype* (New York, London, 1955); STONE, Merlin, *The Paradise Papers* (London, 1976); Stone Merlin, *Ancient Mirrors of Womanhood* (London, 1979); WOLF, Josef e BURIAN, Zdenek, *The Dawn of Man* (London, 1978)

⁸⁵ Cf. MILES, Rosalind. op. cit. p.42. Para Miles este status especial da Mulher durou 25.000 anos. Do Período de 25.000 a.C até aproximadamente 500 d.C. Aqui vão mais alguns dados históricos para expor esta assertiva: - 4000 a.C- a primeira linguagem escrita aparece no templo da Deusa sobe seu título rainha do Céu, em Erech (hoje Uruk) na Suméria; - 3000 a.C- ela agora aparece em toda parte no mundo conhecido, em estátuas, santuários e registros escritos; 200 a.C- Celtas tribais enviaram seus próprios sacerdotes da Deusa ao grande festival sagrado de Cybele, na Anatólia; 200 a.C- Em Tralles, na Anatólia Ocidental, uma mulher chamada Aurélia Aemiliana erigiu uma escultura no templo da Deusa, registrando que ela havia executado seu serviço sexual (relações sexuais sagradas em honra da Deusa) como sua mãe e todas as suas ancestrais mulheres haviam feito antes dela; - 500 d.C Imperadores Cristãos suprimiram à força a adoração da Deusa e fecharam seus últimos templos.

Todavia o principal fator gerador do Matriarcado primitivo reside no mistério mitológico da reprodução sexual. Antes do varão da espécie humana compreender seu papel na reprodução sexual, os bêbes simplesmente saíam das mulheres.

Nenhuma ligação era feita com a importância da *semente sagrada masculina* para fecundação do *vaso sagrado feminino*. Só a mulheres, podiam produzir novas vidas, e eram por isso reverenciadas: todo o poder da natureza, e sobre a natureza, pertencia a elas. Dessa forma nasceu a crença de que a mulher era divina, não humana, dotada do poder mais sagrado e significativo do mundo; o poder de gerar novas vida humanas. Desse mito surgiu o culto de adoração a grande Deusa Mãe.

Todavia, na Idade Antiga, o sistema cultural patriarcal, fruto do reconhecimento do poder da *semente sagrada*, deu a possibilidade ao surgimento dos deuses masculinos, foi, simultaneamente, emergindo e ocupando seu espaço sócio-político e mitológico em relação à adoração ao mito da Deusa Mãe.⁸⁶

A emergência do sistema patriarcal e sua respectiva ocupação de espaços, não significaram uma queda imediata da Grande Deusa Mãe. Ao

⁸⁶ Cf. MILES, Rosalind. op. cit. p.50 Em aproximadamente 8000 a.C houve uma explosão populacional que provocou mudanças no modo de produção de comida. Gradativamente a agricultura e a pecuária substituíram a coleta de alimentos e a horticultura feita pelas mulheres. O homem, varão de espécie, começa a observar junto a cópula dos animais domesticados a importância de sua *semente sagrada(sêmen)* na reprodução sexual, ou seja para se criar uma nova vida o *vaso* da pureza necessitava da ajuda da semente masculina. Surgiu neste momento a idéia dos deuses masculinos, dando as bases para o sistema patriarcal, onde a mulher gradativamente durante a idade antiga até a média será colocada com parte da propriedade masculina, tal como a terra, a casa, os animais e os filhos. Todavia este dois sistemas culturais, foram concorrentes na idade antiga, ora mais patriarcal em determinadas civilizações, ora mais matriarcal em outras, sendo que a consolidação do patriarcado será aproximadamente no ano 500 d.C, já na Idade média.

contrário, é fascinante observar como os mitos, as histórias e os rituais de adoração dela foram adaptados, durante considerável período de tempo, para se adequarem aos ritmos dos protagonistas masculinos. A transferência do poder da Deusa Mãe para o Deus Pai, da Rainha para o Rei, teve lugar, em fases detectadas na mitologia mundial a saber:

Na primeira fase, só a Grande Mãe é ou cria o mundo; ela tem amantes casuais e muitos filhos, mas é primordial e suprema.

Na segunda fase, ela é descrita ou ilustrada como tendo um consorte, que pode ser seu filho, seu irmão mais moço ou um menino-brinquedo primitivo; originalmente ele era muito mais moço do que ela; ele vai crescendo em poder e torna-se seu esposo.

Na terceira fase, o Deus-Rei-Esposo reina em igualdade com a Deusa, e a cena está preparada para ela ser destronada, finalmente o Homem-Deus reina sozinho, com a Deusa, mãe e mulher, derrotada e esbulhada, apanhada em uma espiral descendente, através do estupro mitológico do *Phallus* em nome de sua semente sagrada invade o vaso da pureza com violência, tomando posse da alma e do corpo feminino como sua propriedade falocrática perpétua.

Em relação a evolução dos Direitos das mulheres nas duas primeiras fases, pode-se falar em respeito e em cumprimento integral de seus direitos

femininos. Na terceira fase no início havia uma certa igualdade de direitos, mas, no final desta fase, os direitos patriarcais prevaleceram.⁸⁷

Na civilização grega antiga, pode-se observar mais claramente esta terceira fase em dois modelos sócio-jurídicos distintos, a saber: o modelo da Cidade-Estado de *Athenas* e da Cidade-Estado de *Esparta*.

No entender de Petrie(1992) o modelo ateniense, cuja origem era o povo jônio-(apogeu~400 a.C) tinha Pericles como principal dirigente, sendo os principais legisladores: Drácon, Sólon, Clístenes e os principais ditadores: Cílon, Pisístrato, Hipias

Para Petrie (1992) a estratificação social era a seguinte:

a) *Eupátridas*- cidadãos de Athenas (descendentes das quatro tribos jônias)

b) *Georgi* (agricultores com terra)

c) *Hektemoroi* (agricultores sem terra que cultivam as terras dos cidadãos e ficavam com um sexto da produção cultivada)

d) *Demiurgos* (comerciantes)

e) *Escravos* (eram as pessoas vencidas em guerras que não puderam pagar sua liberdade, ou pessoas que tiveram dívidas e não puderam saldá-las).

⁸⁷ Cf. PETRIE, A *Introducción al estudio de Grecia*. México: Fondo de Cultura Económica, 12 ed. 1992. p. 9. Sabe-se que as mitologias nunca são estáticas e até mesmo dividir esse desenvolvimento em fases é sugerir uma lógica organizacional

Para Petrie (1992) a relação a Faixa Etária dos Cidadãos Atenienses era a seguinte:

0 aos 7 anos: convivência dentro do seio da família ateniense

7 aos 30 anos- formação civil (político-cultural) na Escola dos Filósofos Sofistas para cidadania ateniense para tempos de guerra e paz.

30 aos 60 anos- aos trinta anos recebiam a maioridade civil com todos os direitos e deveres plenos de cidadania ateniense. Ficavam em tempos de paz a serviço da *Ekklesia* e magistratura ordinária em tempos de guerra a serviço da magistratura militar. Se tivessem se destacado no campo da política ou da cultura poderia ser eleitos para a *Boulé* ou o *Arcondato*.

Acima dos 60 anos- estavam a disposição para servir no *areópago* se houvessem se destacado no campo da política ou da cultura.

No olhar de Petrie(1992) a organização jurídico-política de Athenas assim se delineava:

a)Arcondato: Formado por **nove arcontes** (maiores de 40 anos)

1ª) Arconte em Chefe: (epoónumos) (administração do Estado e da leis familiares)

2ª) Arconte Rei (Basileus) (Chefes supremo religioso, conhecedor dos mistérios dos deuses os juizados de homicídios)

3ª) Arconte Polemarco (polemarchos) (espécie de sacerdote menor, responsável pelo cotidiano dos cidadãos)

que os processos históricos raramente têm. Todavia acredita-se ser possível tecer alguns aproximações entre estas fases mitológicas com os processos históricos, respeitando as singularidades de cada um.

4ª) Os seis arcontes *Thesmothetae* (os seis arcontes menores; responsáveis por funções judiciárias menores)

b)As Magistraturas (acima de 30 anos)

1ª)Magistraturas ordinárias:

Magistrado ordinário (enkúklioι archai)

Função:

- fiscais do fisco de *Athenas* e juízes singulares no caso de crime de Eupátridas
- Eleitos pela *Ekklesia* pelo mandato de um ano, sem possibilidades de reeleição.
- Eram auxiliados por um secretário (*grammateus*) e um tesoureiro (*tamías*)
- Eram em 10, um representante por tribo jônia

2ª) Magistraturas militares:

Magistrado militar (strateegói)

Função:

- administração do exército e da marinha ateniense
- conduzir as operações em campo de batalha
- coordenar todas as questões relativas a guerra
- convocar extraordinariamente a *Ekklesia* para discutir assuntos relativos a segurança nacional de *Athenas*.
- Eleitos pela *Ekklesia* pelo mandato de um ano, com possibilidades de reeleição.
- Eram em 3, um representante por tribo jônia

3ª) A Boulé (Conselho de 500 cidadãos maiores de 30 anos e designados por sorteio, a proporção de 50 por tribo)

- Mandato de um ano, permitida somente uma reeleição
- Prestavam conta de suas funções no final do mandato
- A Boulé a fim de operacionalizar suas funções se dividia
- Numa comissão permanente anual de 50 conselheiros (representantes das tribos)
- Está comissão era responsável pela presidência do Conselho da Boulé e o cumprimento
- A comissão era responsável por guardar os selos do Estado e as chaves do Tesouro de *Athenas*

Funções:

- Responsável por todos os departamentos da administração pública
- Preparava todos os negócios que seriam submetidos a *Ekklesia*, bem como os projetos de Resoluções.
- Executar os detalhes do projeto de resolução.
- Cooperação com as magistraturas e o *Arcondato*.
- Controle da finanças de *Athenas*, supervisão de todos os funcionários que tinham acesso ao erário público.
- Recebia os representantes diplomáticos estrangeiros e ratificava tratado e alianças internacionais.
- Organizava os festivais e cerimônias religiosas públicas.
- Funcionava como tribunal administrativo em relação aos funcionários públicos.
- Presidia as reuniões da *Ekklesia (pritanos)*

4ª) **O Areópago** (Conselho de ex-arcontes acima dos 60 anos que adquiriram sabedoria com ilustre saber jurídico e privilégio vitalício)

Função:

- Juízes para casos que envolvam *eupátridas* (cidadãos de *Athenas*) em casos penais de homicídio, envenenamento e incêndio doloso
- Investigação de crimes graves cometidos contra o Estado de *Athenas*

5ª) **A Ekklesia**: (Assembléia dos cidadãos de *Athenas* com até 6000 membros acima dos 30 anos)

Função:

- Revisão anual das leis de *Athenas*
- Julgar os processos de ostracismo
- Receber e analisar os projetos de resolução da *Boulé*
- Julgar delitos graves contra o Estado.

O outro modelo de Cidade-Estado no entender de Petrie(1992) era o espartano ou dório- (apogeu ~ 400 a.C) . Esparta foi fundada pelos dórios que migraram para o peloponeso no vale de Eurotas. O principal legislador foi Licurgo.

A estratificação social do povo espartano (*lacedemonio*) se classifica em três hierarquias bem distintas:

1)Os *Espartanos* (ou *esparciatas*): eram os cidadãos, únicos elegíveis para honras e ofícios públicos e se dividiam, a partir das três tribos dórias conquistadoras do vale de *eurotas* e fundadoras de Esparta: *Hylleis*, *Pamphyli*, *Dymanes*

2)Os *periecas*: (os que moram em torno da cidade) ocupavam uma posição social inferior, contudo não eram escravos. Eram descendentes dos primeiros habitantes do vale de eurotas, antes da conquista dos dórios. Exerciam o comércio e outras artes proibidas aos espartanos. Na época de guerra sua principal obrigação era servir como *hoplitas* (soldados de armas pesadas)

3)Os *ilotas*: eram escravos, responsáveis pela agricultura, ficaram subordinados diretamente aos seus senhores espartanos.

Recebiam uma porção fixa de terra para cultivo da agricultura de subsistência. Um meio da produção era destinada a seus amos dórios.

Na época da fundação da cidade de Esparta pelos dórios, já eram escravos dos periecas. Eram brutaemente tratados, havendo constantes revoltas, sendo reprimidos pela polícia secreta espartana denominada *KRYPTeia*

Para Petrie(1992)a classificação da Faixa Etária dos Cidadãos Espartanos era a seguinte:

0 aos 7 anos: convivência dentro do seio da família *esparciata*

7 aos 21 anos- formação militar integral na Escola Militar para cidadania espartana para tempos de guerra e paz.

21 aos 30 anos. Serviço militar integral como aspirante a oficial em tempo de guerra e paz

30 aos 60 anos- aos trinta anos recebiam a maioridade militar com todos os direitos e deveres plenos de cidadania espartana. Ficavam em tempos de paz a serviço da *Apella* e do *Eforato* em tempos de guerra a serviço das Casas reais.

Acima dos 60 anos- estavam reformados da cidadania militar obrigatória, ficavam a disposição para servir na *Gerusia*, se necessário.

No entender de Petrie(1992) a organização jurídico-político Espartana possuía quatro elementos:

a) Dois reis: Eram a cabeça do governo, reis hereditários representantes das casa reais dos *ágidas* e dos *euripóntidas*. Possuem caráter sacerdotal e são supremos chefes militares. Ocupam lugar de honra nas festas públicas e merecem honras fúnebres especiais.

b) A Gerusia: Era um conselho composto de vinte membros, eleito, a cada 8 anos, entre os *esparciatas* das mais nobres famílias, maiores de 60 anos.

Funções:

- discutir e preparar os projetos de lei que serão apresentados para *Apella*;
- tribunal militar em litígios que afetam a vida do cidadão espartano.
- Obs: Os dois reis são membros permanentes da Gerusia, sendo que há um revezamento na presidência da mesma pela monarcas hereditários.

c) A Apella: era uma assembléia dos cidadãos espartanos acima de 30 anos, que se reunia uma vez por mês, presidida pelos *Éforos*.

- Funções: Aprovação ou reprovação pública dos projetos de lei proposto pela *Gerusia*.

Obs: A *Apella* não podia propor projetos de lei, tampouco discutir sobre emendas e supressões de artigos do mesmo que eram enviadas pela *Gerusia* para sua apreciação. O mandato da cada gestão da *Apella* era de 4 anos, sendo permitida reeleição até a idade de 60 anos.

d) Eforato: eram 5 cidadãos esparciatas pertencentes a *Apella* há pelo menos uma gestão de 4 anos, sendo indicados pelo presidente da *Apella* e

eleitos pela mesma para servir no *Eforato* pelo mandato de um ano, sendo permitida uma reeleição, sendo a vacância entre os períodos eletivos eram de 4 anos, após primeira reeleição.

Estes espartanos eleitos pela *Apella* eram conhecidos como *éforos* (fiscais dos cidadãos de Esparta).

- **Função:** Eram fiscais da moral e da disciplina do Estado Espartano.
- Fiscalizavam os dois reis em tempo de paz e de guerra
- Em tempo de guerra dois *éforos* acompanham um dos reis de uma casa real (comandante Supremo das forças armadas espartanas) na qualidade de observador, sem interferir nas suas estratégias militares. Ao voltar, estes dois *éforos* faziam o relatório sobre como foi o comportamento deste rei no campo de batalha para *Gerusia* que estava sendo presidida pelo outro rei da outra casa real que ficou para guardar a cidade-Estado de Esparta.

-Um *Éforo* era responsável pelos assuntos diplomáticos e comerciais de Esparta junto a nações estrangeiras ou outras cidades Estado gregas.

-Um *Éforo* era responsável pela presidência da *Apella*

-Um *Éforo* era responsável pela jurisdição da justiça civil aplicada aos *periecas*.

Estes dois modelos ora, vão apontar um patriarcado dominante em *Athenas* com algumas lacunas que abriram o espaço para o surgimento de alguns direitos humanos das mulheres e uma *Esparta* com um patriarcado com tolerância aos antigos direitos das mulheres do matriarcado primitivo.

No modelo sócio-jurídico ateniense a propriedade a princípio já era familiar, posteriormente se tornou propriedade privada individual. A escravidão por dívida, que era permitida, foi abolida com a reforma de Sólon.

O casamento era monogâmico sendo proibido a bigamia. O casamento só era permitido entre os cidadãos das famílias *eupatridas* de *Athenas*. Os primos e meio-irmãos entre si poderiam contrair matrimônio⁸⁸.

A cerimônia de casamento dos cidadãos atenienses seguia dessa forma: Os pais combinavam o casamento de olho no dote (pelo menos um décimo dos bens do pai da noiva), mas também com a preocupação do status social. Tendo o pai combinado o melhor casamento possível, o noivado e assinatura do contrato se efetuavam no lar da noiva, na presença de testemunhas, mas, com frequência, sem a presença da noiva e noivo. Alguns dias depois era dada uma festa na casa dela. Qualquer mês, com exceção de maio, podia ser escolhido, mas, na época de lua crescente era a melhor.⁸⁹

O noivo (30 anos) e a noiva (16 anos) passavam pelos banhos purificadores em tom de cerimônia pré-matrimonial. O pai da noiva servia como

⁸⁸ Cf. PETRIE, A op. cit. p.109

⁸⁹ Cf. MURSTEIN, Bernard. I. *Amor Sexo e Casamento através dos Tempos*. Tomo I. São Paulo: Arte Nova, 1977. p.73

sacerdote matrimonial, conduzindo a cerimônia e fazendo sacrifícios de animais aos deuses (particularmente a Deusa Ártemis –deusa do matrimônio e Demeter deusa da fertilidade)

O casal de noivos era coroado de flores e suas casas enfeitadas. Além da roupa alegre e festiva a noiva usava um véu comprido. Cortara um pouco antes as tranças do cabelo e dedicara seu cinto virginal e brinquedos de infância para Deusa Ártemis.⁹⁰

No banquete de núpcias, os noivos recém-casados comia bolos de gergelim a fim de assegurar a fertilidade. Ao partirem para lua de mel eram cobertos pelos convidados de tâmaras, figos, nozes e pequenas moedas de ouro ou prata e confeitos para terem prosperidade. Ao saírem da festa sapatos velhos eram jogados em sua direção para espantar o mal-olhado.

A procissão de casamento até a casa do noivo era encabeçada por tochas de fogo, na carruagem nupcial seguiam os noivos e o padrinho. Acompanhando a procissão seguiam músicos tocando flautas e harpas. Na chegada na casa do noivo se queimava o eixo da carruagem, significando a irreversibilidade do casamento.⁹¹

Ao chegar a sua casa, o noivo carrega a noiva pelo hall de entrada até o leito nupcial. Enquanto os convidados ficam do lado de fora, cantando hinos pela virilidade do noivo e o melhor e mais forte amigo do noivo fica de guarda

⁹⁰ Cf. MURSTEIN, Bernard I. op. cit. p.74

⁹¹ Cf. MURSTEIN, Bernard I. op. cit. p.75

nupcial na porta do quarto. O noivo retira o véu da noiva e lhe dá o presente fálico do deus Apolo para a virginal noiva de Artemis, após isto, anuncia que tudo está bem e os convidados felizes descem as escadas, pois o casamento está cumprido⁹².

Todavia, o concubinato para o cidadão ateniense era incentivado pelo *Arcondato* através das cortesãs chamadas de *hetaerae* (amigas íntimas) do modelo ateniense.

A mulher infiel era severamente punida; mas o adultério do marido era punido com indenização pecuniária para o marido traído ou simplesmente ficava impune.

A esposa ateniense só podia pedir divórcio se o marido fosse estéril ou cometesse bigamia. O esposo podia pedir divórcio no caso de adultério, esterilidade, bigamia etc.

Na ausência de filhos, o pai pode decidir pela adoção. O direito de vida ou morte era exercido pelo pai no caso de nascimento de uma criança defeituosa.

Na família, a mulher tinha autoridade inferior ao do homem, dos filhos, do filho mais velho, enviuvando, ficava sob a orientação de um tutor. No lar tinham um relevante papel administrando o lar, cuidando dos filhos e participava do culto familiar.

⁹² Cf. MURSTEIN, Bernard I. op. cit. p.75

No que concerne a sucessão, os ascendentes estavam excluídos, não herdavam dos descendentes. Primeiro os filhos, pois as filhas só herdavam se não houvesse varões na família. Na falta de filhos podiam herdar os colaterais.⁹³

A esposa ateniense era considerada inferior ao marido, sendo sua propriedade privada, não tendo liberdade de ir e vir em público.

Havia uma exceção o festival anual em homenagem ao deus Dionísio (deus do vinho), Deusa Deméter (Deusa da Fertilidade e do casamento).

Este festival anual estava aberto somente às esposas *eupatridas* que tinha duração de um mês (no mês de maio). Era proibido a participação dos qualquer homens (inclusive maridos, irmãos, pai) As mulheres cortesãs e as moças *eupatridas* solteiras também estavam proibidas de participar. A pena para a participação ilícita era a morte.

Neste festival na primeira semana as esposas atenienses contavam suas venturas e desventuras com a vida conjugal do último ano, entre elas.

Na segunda semana através da ajuda do vinho (inspiradas no deus Dionísio) elas dançavam embriagadas em homenagem a Deusa Deméter. Estando no estado de embriaguez, elas estavam livres para vivenciar uma orgia sagrada somente entre elas, onde poderiam receber afeto, sexo, realizar as fantasias sexuais, em suma, serem livres pelo menos um mês completo todo o ano.

⁹³ Cf. MURSTEIN, Bernard I. op. cit. p.76

As recém jovens casadas só participavam da primeira semana. Pois estas jovens esposas de 16 anos só seriam iniciadas nas orgias sagradas após terem a sua primeira criança. O uso de acessórios sexuais era parte integrante desta festival erótico e religioso.(tais como: *Phalus* artificial, *condom* feitos com vísceras de cordeiro etc.)⁹⁴

Os direitos da esposa ateniense estavam reduzidos a um papel social de inferioridade social, caracterizando o modelo de *Athenas* como patriarcal, porém este mesmo modelo gerou uma lacuna para criação de um instituto nacional grego aplicado a todas cidades-Estado que seguiam o modelo ateniense.

Este Instituto jurídico-político das *Hetaerae*: (amigas íntimas) abriu uma possibilidade para o desenvolvimento direitos das mulheres gregas do modelo jônio que não eram esposas.

A instituição jurídico-político das cortesãs gregas (ou prostituição sagrada) era apoiado e tributado pelo *Arcondato* de *Athenas* sendo fundamental na cultura grega de modelo jônio ateniense.

Este instituto era reconhecido como indispensável para preservação da honra das jovens virginais aptas para o casamento.

O cidadão ateniense se casava aos 30 anos com uma moça de 16 anos de família *eupatrida* nobre, porém analfabeta, sem cultura artística ou musical.

⁹⁴ Cf. MURSTEIN, Bernard I. op. cit. p.77

Esta jovem virgem possuía apenas a cultura de administrar uma casa com muitos escravos.

Dessa forma, o ateniense recém-casado necessitava de uma companhia inteligente, simpática e bonita e o instituto das cortesãs servia para esta finalidade.

Os gregos de *Athenas* tinham uma organização hierárquica complexa de três níveis neste instituto:

Pornae: Eram as rameiras comuns. Trabalhavam por salários pequenos em bordéis cuja as portas traziam um príapo(pano) vermelho. Não recebiam tributação do *Arcondato* de *Athenas*, logo não possuíam direito sociais ou reconhecimento de sua prole ilícita, caso houvesse. Seus cabelos eram sempre tingidos de açafrão para serem identificados pelo seu grupo social. Aqui os direitos dessas mulheres são inexistentes.

Auletrides(tocadoras de flauta): Seu grupo social era tributado pelo *Arcondato*. Eram excelentes instrumentalistas musicais, dançarinas e cantoras. Eram muito solicitadas pelos jovens de 21 a 30 anos nas festas de aniversário e nas festas de despedida de solteiro dos jovens mancebos atenienses. Neste caso, os direitos femininos existem, mas estão condicionados à beleza física e aos talentos musicais e sensuais destas jovens mulheres.

Hetaerae: (amigas íntimas). Eram inspiradas pela Deusa Afrodite (deusa do Amor), porém receberam bençãos de todos os treze deuses maiores do *Olympus*⁹⁵.

Elas eram o ápice da hierarquia das cortesãs. Eram mulheres completas, pois eram formadas em ciência, filosofia, retórica, política, Artes (dança, canto, teatro), artes marciais, línguas estrangeiras etc. Elas sofriam tributação do *Arcondato* de *Athenas*.

Elas eram treinadas segundo o modelo ateniense na chamada na Cidade-Estado denominada a Ilha de Lesbos, dirigida pela filósofa e poetisa Safo. As meninas de 18 anos chegavam das famílias nobres de Athenas ou outras cidades-Estado de modelo jônio, que eram rejeitadas no casamento. Elas eram educadas até 30 anos quando estavam preparadas para sua auto suficiência.

As *hetaerae* mais famosas foram Frinéia e Aspásia de Mileto, esta última foi cortesã, companheira e amante do Arconte Péricles de Athenas. Elas gozavam de um status invejável por muito homens *eupatridas* na sociedade grega de modelo jônio.

⁹⁵ Cf. PETRIE, A. op. cit. p.126. Os 14 deuses maiores do *Olympus* Grego antigo são: **Zeus**: Pai e chefe de todos os deuses do **Olympus** (morada dos deuses maiores gregos) e marido da deusa Hera (equivalente romano: **Júpiter**); **Hera**: Mãe e Sub-chefe de todos os deuses do Olympus e esposa de Zeus (equivalente romano: **Juno**); **Athenas**: Deusa da Sabedoria, Ciência, Filosofia e Artes. (equivalente romano: **Minerva**); **Apolo**: Deus da luz solar, da juventude e virilidade masculina, da música, da purificação, da expiação masculina. (equivalente romano: **Apolo**); **Artemisia**: Deusa da beleza virginal feminina, deusa da natureza, da caça. Deusa lunar (equivalente romano: **Diana**); **Hermes**: Deus do Comércio, mensageiros dos deuses do Olympus (equivalente romano: **Mercúrio**); **Dionísio**: Deus do vinho, da embriaguez, dos frutos, da vegetação, Deus do Drama grego. (equivalente romano: **Baco**); **Demeter**: Deusa do Grãos de cereais, da fertilidade feminina, da agricultura, do casamento. (equivalente romano: **Ceres**); **Perséfone**: filha de Demeter, Deusa do mundo subterrâneo grego. (equivalente romano: **Proserpina**); **Poseidon**: Deus dos Oceanos, das fontes e dos rios (equivalente romano: **Neptuno**); **Afrodite**: Deusa do Amor, mãe do Deus criança Eros (**Cúpid**) (equivalente romano: **Vênus**); **Hefáistos**: Deus do fogo vulcânico e industrial. (equivalente romano: **Vulcano**); **Ares**: Deus da Guerra, das Artes Marciais, Da peste (equivalente romano: **Marte**); **Héstia**: irmão de Zeus. Deusa do fogo do Lar, Deusa da felicidade doméstica, (equivalente romano: **Vesta**).

O respeito aos seus direitos femininos eram expresso em lei: elas podiam serem proprietárias de bens móveis e imóvel. Elas tinham um passe livre de locomoção por todas as cidades-Estados aliadas a *Athenas*.

As *hetaerae* eram tratadas como se fossem cidadãos homens do modelo atenienses. Todavia não podiam participar nos cargos públicos. Os Atenienses as chamavam de um quase homem perfeito a imagem e semelhança dos deuses do *Olympus*.⁹⁶

O outro modelo jurídico político era o espartano, aonde apesar de prevalecer o sistema patriarcal, pode-se perceber, ainda reminiscências do antigo matriarcado nos direitos femininos que as esposas espartanas possuíam.

No entender de Murstein(1977), o fardo da esposa espartana era muito melhor do que a ateniense. Quando menina , embora permanecesse em casa quando o irmão ia para escola militar de cidadania, era lhe permitido praticar atividades atléticas vigorosas a fim de fortalecer-se fisicamente e tornar mais fácil sua maternidade posterior.

A esposa espartana usava uma túnica que terminava bem acima dos joelhos, mas nas ocasiões de festas, tais como danças e procissões, andava despida a fim de incentivar a corte dos futuros pretendentes ao casamento (se casava ao 20 anos)

⁹⁶ Cf. MURSTEIN, Bernard I. op. cit. pp.75-76

O celibato era considerado crime e os celibatários não tinham direito de votar na *Apella*⁹⁷, não podiam assistir a procissão de virgens nuas candidatas ao casamento. Os solteiros após 40 anos poderiam ser atacados nas ruas por grupo de mulheres enraivecidas.

O casamento espartano, também era monogâmico, sendo proibido a bigamia, casamentos somente entre famílias de cidadãos de *Esparta*.

A cerimônia de casamento espartano era descrita por Plutarco da seguinte maneira:

O noivo carregava a noiva pela violência. Depois a mulher que tinha a direção do casamento cortava o cabelo da noiva bem perto da pele, fazia-a envergar roupas masculinas, colocava-a sobre um colchão e a deixava às escuras. O noivo entrava no quarto escuro, desatava-lhe o cinto e a levava para outra cama.

Tendo ficado ali por período curto, retirava-se modestamente para seu apartamento costumeiro, a fim de dormir com os outros jovens. Adotava a mesma conduta em seguida, passando os dias com seus companheiros e repousando com eles a noite, sem mesmo visitar a noiva, mas com grande cautela e apreensão de não ser descoberto pelo resto da família.

A noiva, ao mesmo tempo, exercia todas as suas artes a fim de descobrir oportunidades favoráveis para seus encontros particulares. E faziam

⁹⁷ Cf. PETRIE, A op. cit. p.17. A *Apella* era uma assembléia dos cidadãos de homens espartanos, acima dos 30 anos, que se reunia uma vez por mês. Sua função era aprovação ou reprovação pública dos projetos de leis.

isso não só por períodos curtos, mas alguns deles até mesmos tinham filhos, antes de chegarem a uma entrevista com as esposas, durante o dia.⁹⁸

Este tipo de comércio na apenas exercitava-lhes a temperança e a castidade como mantinha os seus corpos frutíferos e o primeiro ardor de seu amor forte, pois, não se acharem saciados com aqueles que estão sempre com as esposas, continuavam tomados pelo desejo que não fora extinto⁹⁹.

Quando os arranjos matrimoniais tradicionais falhassem diversos homens e mulheres solteiros na idade de casamento (20 e 30 anos) eram jogados numa sala escura a fim de escolherem o futuro cônjuge .

O adultério feminino podia ser punido com a morte, quando a responsabilidade do ato fosse da esposa. Não exista a figura do adultério masculino.

A esposa espartana, no aspecto divórcio era semelhante a esposa atheniense, isto é, só podia pedir divórcio se o marido fosse estéril ou cometesse bigamia. O esposo podia pedir divórcio no caso de adultério, esterilidade, bigamia etc.

A mulher espartana, diversamente da ateniense, podia herdar terras e caminhar com o marido na rua. Na época do filósofo Aristóteles, cerca de dois quintos da terra em *Esparta* eram de propriedade de esposas, devidas as altas taxas de mortalidade masculina nas guerras e epidemias.

⁹⁸ Cf. MURSTEIN, Bernard I. op. cit. p.80

⁹⁹ Cf. Murstein, Bernard. I. op. cit. pp 81-82

Em relação as cortesãs no modelo espartano, não existiam as categorias *pornae*, *auletrides* e *hetaerae*. A cidadania espartana era militar voltada para guerra, não havia muito tempo para reflexões filosóficas e culturais próprias das cortesãs *hetaerae*¹⁰⁰.

Na Roma Antiga, segundo Murstein (1977) os direitos das mulheres estavam pautadas no instituto jurídico patriarcal do *pater familiae*. Este patriarca romano possuía o poder de *pátria potestas*. Esse poder provinha de seu papel como protetor principal do nome da família, ele decidia com quem os filhos deviam casar-se e podia matar ou vender membros de sua família como escravos.

Todavia o crescimento geo-político do Estado romano na fase da república o poder do *pater familiae* foi relativizado, enquanto os direitos humanos das mulheres esposas aumentava. As duas primeiras guerras Púnicas (265-241 a.C, 218-211 a.C) serviram de catalizadores para tal transformação. Como os maridos se achavam distantes na guerra, na primavera e no verão, as esposas que tinham de dirigir as fazendas e lares pressionaram o Senado romano a fim de modificar as leis que tolhiam seus direitos femininos.¹⁰¹

As mulheres esposas, agora, tornavam-se também capazes de herdar propriedade, o direito de reter o dote, mesmo quando se divorciassem, todavia

¹⁰⁰ Cf. MURSTEIN, Bernard I. op. cit. p.83

¹⁰¹ Cf. MURSTEIN, Bernard I. op. cit. p.85-86

não possuíam direitos políticos de representação no Senado Romano. Todavia outra possibilidade de vivenciar os seus direitos estava na profissão de virgem vestal dedicada a Deusa Vesta.

As seis virgens mantenedoras dos fogos sagrados deveriam fazer voto de virgindade por 30 anos, após os quais tinham a liberdade de levar qualquer vida que escolhessem. Estas virgens vestais podiam após os 30 anos de serviço no templo, fazer testamento enquanto os pais estivessem vivos, bem como administrar livremente seus negócios, sem um guardião.

Na percepção de Murstein(1977) o casamento romano, no período da República, também era monogâmico, sendo proibido a bigamia, casamentos somente entre famílias de cidadão romanos.

A cerimônia nupcial se efetuava no *atrium* (a metade central da casa); os presentes eram intercambiados e um anel colocado pelo noivo no terceiro dedo da mão esquerda da noiva. O noivo se achava entre 16 e 20 anos de idade; a noiva não estaria muito além da puberdade. Os romanos antigos acreditavam que a virgindade fosse essencial na noiva e o melhor meio de assegurar tal estado era casar a jovem após sua primeira menstruação.

Na noite anterior ao casamento a noiva dedicava suas roupas de infância e ornamentos ao Lares, os espíritos ancestrais da casa paterna. No dia do casamento usava túnica comprida e feita de uma só peça; em volta da cintura, havia uma faixa de lã amarrada com o nó de *Hercúles* que o marido desataria no momento da consumação sexual da cerimônia. Os cabelos dela eram divididos

com ponta de lança, a fim de celebrar o antigo rapto das mulheres sabinas. Sobre o rosto usava o véu vermelho, a fim de protegê-la contra o mau-olhado. O vermelho simbolizava a virgindade da noiva ou seu defloramento bem sucedido, pois o leito nupcial era coberto de pano vermelho.

Na cerimônia efetuada na casa da noiva a *pronuba*, a matrona que só se casava uma vez antes, colocava as mãos da noiva nas mãos do noivo. Os noivos caminhavam em volta do altar e um bolo de cereal (*far*) era oferecido ao Deus Júpiter Farreus.¹⁰²

A noiva era ritualisticamente arrancada dos braços da mãe e a procissão partia para a casa do noivo. Ao longo do percurso a procissão parava, a noiva que trouxera três *asses* (moedas romanas) consigo, oferecia uma delas aos deuses das encruzilhadas, para ter boa sorte, e outra ao marido, com símbolo de seu dote. Mais tarde depositava a terceira moeda sobre a lareira, como oferta aos deuses lares da família do noivo. No decurso da procissão o noivo distribuía nozes pela multidão, como símbolo de fertilidade e prosperidade.

Chegando à residência do noivo, a noiva untava as ombreiras da porta com gordura e óleo e pendurava faixas de lã em volta das mesmas. O noivo levava no colo a noiva pelo limiar de entrada até o *atrium* e a noiva entoava no trajeto a frase *Onde estás Senhor, eu sou sua Senhora*. No *atrium* o noivo oferecia a noiva fogo e água para proteger contra o mau olhado. A noiva acendia o fogo na lareira e recitava uma prece. As festividades continuavam por algum

tempo e seu ponto alto era cada convidado comer um bolo de *lourus*. Finalmente os noivos eram levados pela *pronuba* matrona para câmara matrimonial e o casamento se consumava, enquanto os convidados ficavam em pé lá no *atrium*¹⁰³.

Na Idade Antiga, mesmo no período de ascensão do sistema patriarcal, a Deusa Mãe em seu aspecto de sábia e de rainha se fez presente, mantendo viva a luta pelos direitos das mulheres.

O exemplo de Hypatia de Alexandria pode ilustrar esta assertiva. Ela foi filósofa, tendo conhecimento de matemática e astronomia. Ela foi treinada desde seu nascimento, para raciocinar, questionar e pensar. Ela, em 370 d.C tornou-se a principal intelectual de Alexandria, aonde ensinava filosofia, geometria, astronomia e álgebra. Ela realizou trabalhos originais em astronomia e álgebra, além de inventar o astrolábio e o planisfério, um aparato para destilar água, um hidrocópio ou aerômetro para medir a gravidade específica dos líquidos. Adorada pelos seus alunos, era amplamente considerada como oráculo e conhecida simplesmente como a Filósofa ou a Enfermeira. Porém sua filosofia de racionalismo científico contrariava os dogmas religiosos do cristianismo bizantino, aliada a sua condição de mulher com autoridade acadêmica. O patriarca Cirilo de Alexandria em 415 d.C, incitou uma multidão de fanáticos liderados pelos seus monges a arrastá-la de sua carruagem, arrancar-lhe as

¹⁰² Cf. MURSTEIN, Bernard I. op. cit. p.96

¹⁰³ Cf. Murstein. Bernard. I. op. cit. p.97

roupas e torturá-la até morrer cortando-lhe fatias de carne até os ossos, com conchas e pedras afiadas.¹⁰⁴

Houve uma poderosa dinastia feminina das Julias, composta por duas irmãs e duas filhas que governaram Roma , no século III d.C. A irmã mais velha, Júlia Domma, alcançou pela primeira vez o poder político em Roma ao casar-se com o Imperador Severus. Depois sua morte em 217d.C, sua irmã mais moça Julia Maesa assumiu o poder casando suas duas filhas, igualmente Julias, com tal habilidade que elas se tornaram mães dos dois imperadores seguintes, por intermédio dos quais as três mulheres governaram com grande eficiência, até 235 d.C¹⁰⁵.

No império romano bizantino, temos o exemplo da Bizantina Pulcheria (399-453 d.C) . Feita regente, aos quinze anos, em lugar do seu irmão mentalmente deficiente, Pulcheria mais tarde venceu o desafio à sua supremacia feita pela esposa de seu irmão, e depois da morte deste reinou e seu próprio nome, apoiada pelo seu marido, o duro general Marciano, marido somente pró-forma, pois Marciano jamais teve permissão para quebrar o voto de castidade da mulher, o que permitiu que depois de sua morte ela viesse a ser canonizada.¹⁰⁶

A obra de muitas mulheres dotadas e conhecidas pelo nome na história da humanidade, constitui uma lembrança salutar em defesa de seus direitos humanos. Desde a poeta filósofa Sapho, até a eruditíssima chinesa Pan

¹⁰⁴ Cf. MILES, Rosalind. op. cit. p.86

¹⁰⁵ Cf. MILES, Rosalind. op. cit. p.82

Chao (Ban Zhao), que floresceu por volta do ano 100 d.C como historiadora, poeta, astrônoma, matemática e educadora, o âmbito é surpreendente. Cleópatra, a alquimista de Alexandria, no século III d.C foi uma das primeiras químicas e estudiosas, foi autora do texto clássico, *Chrysopéia* (Fabrico de ouro) que continuaria sendo a ser usado na Europa na Idade Média. Em Roma, no século IV d.C, Fabíola criou um hospital no qual foi a um só tempo enfermeira e médica, tornando-se a primeira cirurgiã feminina conhecida pelo nome¹⁰⁷, antes de morrer em 379 d.C.

2.4 Os Direitos das Mulheres na Idade Média

Na Idade Média, observa-se, gradativamente, a consolidação do sistema patriarcal, colocando os direitos humanos das mulheres, num plano de submissão psico-sócio-jurídica.

Este momento histórico possui a sua contraparte simbólico-mitológica na terceira fase da queda da Deusa Mãe. Nesta fase, o Deus-Rei-Esposo reinava em igualdade com a Deusa no antigo politeísmo greco-romano. Todavia, a cena está preparada para ela ser destronada, com a introdução da crença do monoteísmo religioso de fundo judaico, mas operacionalizado, na

¹⁰⁶ Cf. MILES, Rosalind. op. cit. p.83

¹⁰⁷ Cf. MILES, Rosalind. op. cit. p.84. É importante ressaltar a importância dos direitos humanos da mulheres para exercer a medicina antes de Fabíola, que ficou conhecida como a primeira médica e cirurgia conhecida pelo seu nome. As mulheres vinham exercendo a medicina desde 3000 a.C no Egito, onde uma inscrição na Escola de medicina do Templo de Sais, norte de Menfis, registra “*Eu venho da escola de medicina de Heliopolis e estudei na Escola das Mulheres em Sais, onde as mães divinas ensinaram-me a curar doenças*”. Além disso, os papiros médicos Kuhn de 2500 a.C deixam claro que especialistas egípcias diagnosticavam a gravidez, tratavam a infertilidade e atuavam em todos os ramos da medicina ginecológica, enquanto cirurgias efetuavam cesarianas, removiam seios cancerosos e operavam membros fraturados.

Europa Ocidental, pela Igreja Católica Apostólica Romana; na Europa oriental e no Império Bizantino pelas Igrejas Cristãs Ortodoxas e pela religião Islâmica.¹⁰⁸

A origem ideológica de cunho psico-mitológico de dominação, dentro das tradições judaica-cristã e islâmica, reside na crença do pecado original cometido por Eva, contra o Deus Pai. As mulheres no decorrer dos séculos foram levadas a acreditar em sua inferioridade natural devido ao pecado original.

Pois dentro da visão patriarcal, Eva levou a Adão ao pecado original ao comer, primeiro da fruta da árvore do conhecimento do bem e do mal, ofertada pela serpente; e depois ter oferecido a mesma fruta para Adão. Subentende-se por Eva (primeira mulher) ao ser criada da costela de Adão (primeiro homem) e ter cometido o pecado original, todas as mulheres deverão doravante aceitar seus patriarcas como amos e senhores, ou seja, o Deus Pai Único, o pai terrestre, o marido, a fim de saldar sua culpa eterna¹⁰⁹.

O mito do pecado original representado através dos personagens Adão, Eva, Deus Pai e serpente tentadora inverte a biologia, onde o homem dá origem a Mulher, deixando a natureza de cabeça para baixo, gerando uma crença religiosa monoteísta de domínio sobre os direitos humanos das mulheres.

¹⁰⁸ Cf. MILES, Rosalind. op. cit. p.106

¹⁰⁹ Cf. MILES, Rosalind. op. cit. p.107. O sábio mulçumano Ghazali declarou que quando Eva cometeu o pecado original, Alá (Deus único do Islã) puniu as mulheres com dezoito coisas, sendo que as principais eram: a menstruação, a separação da família, o casamento com um estranho e confinamento em casa. Além do fato que Alá concedeu ao homem 1000 componentes de méritos e a Mulher apenas um componente que era o ato da procriação.

As mulheres com a consolidação do sistema patriarcal na Idade Média não foram privadas somente de seus direitos, mas da condição de seres humanos. Elas foram reduzidas a menos do que uma pessoa plena, sendo definidas sistematicamente como inferiores e perpetuamente condenadas a comparações adversas com a norma masculina do Deus Pai.

Este mito do pecado original refletia a dominação jurídico-político e cultural patriarcal sobre o corpo feminino através do uso cinto de castidade e do homicídio feminino.

O tabu do cinto de castidade estava pautado na necessidade na defesa patrimonial do corpo biológico feminino, enquanto parte da propriedade privada de seu marido. Este instrumento patriarcal de controle genital feminino veio trazido da oriente médio como fruto da Cruzada a partir do século XI¹¹⁰.

Este instrumento consistia, em uma espécie de espartilho de ferro ou prata soldado o mais apertado possível em torno da carne da mulher, com uma barra de ferro passado entre suas pernas; também muito justa. Essa barra tinha dois buracos estreitos e destinados à evacuação corporal. Ao usá-lo a mulher não podia lavar a sua genitália, gerando sérias doenças genitais, já que o ferro entre suas pernas impedia e retinha sua urina, sua descarga menstrual e seus movimentos de intestino. Tornava também a locomoção normal extremamente difícil, provocando lesões ortopédicas. Alguns maridos tomavam atitudes

¹¹⁰ Idem Ibidem. P.128

descabidas como por exemplo enterrar as suas esposas com o cinto de castidade na Europa medieval¹¹¹.

Por outro lado mito do pecado original se reflita na prática do homicídio feminino, reafirmando o papel de submissão da mulher dentro da sociedade patriarcal. Desse modo se a mulher compromettesse a sua função de ter filhos, sua vida perdia o valor enquanto ser humano, enquanto a do homem, fossem quais fossem as suas transgressões continuava sendo valorizado em suas outras funções sociais.

A história de uma mulher francesa da Idade Média e seu amante, um padre de Le Mans, ilustra esse ponto com brutal clareza:

(O padre) frequentemente conspurcado-se com uma mulher livre em status e de boa família, cortou-lhe o cabelo, vestiu-a de homem e levou-a para outra cidade, esperando fazer desaparecer as suspeitas de adultério (fornicação) por ir viver entre estranhos. Quando, tempos depois, os parentes dela descobriram o que acontecera, acorreram a vingar a desonra da família,... queimaram viva a mulher mas, movidos por sua ganância por ouro, resolveram pôr o padre a resgate... Ouvindo falar do caso, o Bispo Aetharius teve piedade do homem e subtraiu-o à morte certa pagando por ele 20 saís de ouro.¹¹²

Presume-se que um padre pudesse ser perdoado e resgatado pois era homem e tinha uma função social importante de “guiar as almas perdidas”. Todavia, o pecado de fornicação é aqui apenas o discurso patriarcal de dominação ideológica, o pano de fundo consiste na submissão da identidade feminina através da destruição do corpo feminino. Esta pobre moça medieval,

¹¹¹ Idem Ibidem. p.129

¹¹² Idem Ibidem. p.139

ao ter um relacionamento proibido, tornou-se descartável, quanto qualquer outra rainha européia no leito real de um rei, quando esta não lhe dá um filho varão.

No sistema patriarcal islâmico fica claro que esta perda que as mulheres árabes sofreram na sua condição de ser tratadas como seres humanos. Elas sofreram violentas opressões que se foram desenvolvendo na forma da obrigação do uso do véu (*shador*), a reclusão e a mutilação genital (circuncisão feminina)etc.¹¹³

Na península arábica nas sociedades pré-islâmicas politeístas, a mulher herdava o direito de escolher seu próprio marido, ou maridos, no plural, pois o antigo direito matriarcal ainda florescia nestas tribos. Quando uma beduína resolvia divorciar-se de um de seus maridos, ela simplesmente girava sua tenda, para mostrar que sua porta não estava mais aberta para ele.

Todavia mesmo na história da religião islâmica, houve mulheres que buscaram lutar em nome dos seus direitos humanos Um exemplo paradoxal é de Salaym Bint Malhan, uma heroína e líder guerreira que com um arsenal de espadas e adagas presa a sua barriga grávida, lutou nas fileiras de Maomé, no início da fé islâmica.¹¹⁴

No império bizantino houve, também exemplos de luta em prol dos direitos humanos das mulheres. Um dos casos mais conhecidos foi de Teodora. Ela foi domadora de ursos, artista de circo, cortesã e casou-se com o

¹¹³ Cf. MILES, Rosalind. op. cit. p.131

¹¹⁴ Cf. MILES, Rosalind. op. cit. p.132

Imperador Justiniano em 525 d.C. Ela sempre apresentou suas propostas ao Conselho de Estado Bizantino, pedindo desculpas por tomar a liberdade de falar, sendo mulher. No entanto por detrás desta fachada, Teodora conseguiu que fossem aprovadas leis que davam novas possibilidades aos direitos humanos das mulheres, ou seja, direito de propriedade, de herança e divórcio, enquanto isso, usando seu poder como Imperatriz comprava a liberdade de moças vendidas à prostituição, e baniu os cafetões e donos de bordéis em Constantinopla.¹¹⁵

Na Europa ocidental medieval nos séculos XIV e XV, a Igreja Católica Romana e os direitos consuetudinários feudais colocavam a condição psico-sócio jurídica da mulher numa situação de submissão e inferioridade existencial.¹¹⁶

A discriminação legal contra as mulheres casadas estendia-se a seu direito de herdarem a terra. Entre muitas tribos germânicas as mulheres casadas achavam-se excluídas da propriedade. Os anglos saxões, antes da consolidação do catolicismo romano nas ilhas britânicas demonstravam uma certa tolerância aos direitos da mulher casada. A esposa tinha plena posse do presente matinal, (um presente substancial dado pelo marido na manhã seguinte ao casamento) no caso de ser viúva ou enquanto o marido vivesse. Se tivesse filhos achava-se intitulada pela lei de Ethelbert (584-616 d.C) à metade da propriedade da família. De acordo a lei do Rei Canuto da Inglaterra, ela tinha direito a um terço

¹¹⁵ Cf. MILES, Rosalind. op. cit. p.80

¹¹⁶ Cf. Murstein. Bernard. I. op. cit. p.117

da terra do casal adquirida após o casamento, houvessem ou não nascidos filhos.¹¹⁷

Todavia com a consolidação do catolicismo romano e o surgimento do feudalismo na ilhas britânicas, após a invasão dos normandos em 1066, a situação dos direitos humanos da mulher esposa foi sendo desrespeitado.

O feudalismo inglês requeria, por parte do vassalo, a capacidade de manter a ordem dentro de seu feudo, cobrar impostos, defender seu território e fornecer soldados para seu senhor feudal, nos tempos de guerra. No entendimento da Igreja e dos direitos feudais, poucas mulheres eram física e emocionalmente capazes de atender tais requisitos. A partir daí a esposa não podia herdar mais que um terço das terras do marido, tampouco podia herdar o domicílio do marido, este passava para mãos de herdeiro homem. Da mesma forma, com viúva sem filhos, só poderei voltar a casar-se apenas com autorização do rei.¹¹⁸

Na Idade Média o sistema patriarcal se consolida gradativamente no ocidente judaico-cristão e no oriente médio islâmico através do monoteísmo religioso político-cultural.

A figura psico-simbólica do Deus Pai (onipotente e onisciente) criou uma hierarquia político-jurídica, de um Deus Pai acima de todos outros Deuses e Deusas, do mais forte sobre o mais fraco, do crente sobre o não crente. Além

¹¹⁷ Cf. Murstein. Bernard. I. op. cit. pp 118

¹¹⁸ Cf. Murstein. Bernard. I. op. cit. pp 156-157

disso, cria-se um novo conceito de relacionamento entre os seres humanos e a divindade, ou seja doravante, o homem (varão macho da espécie humana) foi feito a imagem e semelhança do Deus-Pai, desse modo, deve governar as criações de Deus Pai, ou seja, e as mulheres como partes integrantes desta criação acabaram sendo submetidas a submissão de seus senhores patriarcais.¹¹⁹

2.5 Os Direitos Humanos das Mulheres na Idade Moderna e Contemporânea

No alvorecer da Renascença, no século XV, a Igreja Católica Romana, ainda continuava exercendo a sua influência patriarcal destacada na Europa Ocidental, sobre os direitos humanos das mulheres.¹²⁰ Todavia cabe destacar surgiam algumas vozes masculinas em defesa de seus direitos. Uma destas vozes masculinas singulares foi de Heinrich Cornelius Agripa von Nettesheim, mostrou-se disposto a argumentar contra a supremacia patriarcal em seu livro *Da Nobreza e Superioridade do Sexo Feminino* (1505), desafiando a autoridade da Bíblia quanto à inferioridade da mulher. “Adão significa pedra; Eva

¹¹⁹ Cf. MILES, Rosalind. op. cit. p.159. Todavia cabe salientar a que voz em prol dos direitos humanos das mulheres não foi totalmente abafado no Idade Média a saber: -962 Adelaide torna-se rainha da Itália e Imperatriz do Sacro Império Romano-Germânico;- 1010 Nasce a princesa Aelgifu, como amante de Cnut da Dinamarca, regente da Noruega e mãe do Rei Haroldo pé de coelho da Inglaterra, governou em três países; - 1028 Zoé torna-se Imperatriz de Bizâncio por direito próprio; Asma, rainha do Yêmen, é sucedida pela Rainha Arwa, sua nora, suplantando o Sultão Al-Mukarram, com consentimento deste; - 1136- Nasce Agnes de Courtney reinou juntamente com Melisande (1105) como rainhas cruzadas de Jerusalém até seu morte em 1185; - 1226 Branca de Castela, rainha da França, tornou-se regente pelo seu filho, S. Luis, dominou a política européia por um quarto de século.

¹²⁰Cf. MILES, Rosalind. op. cit. p.160. É importante salientar que a luta dos direitos humanos das mulheres esteve presente na Idade Moderna a saber: 1454- Nasce Caterina Córner, que mais tarde veio a governar como Rainha de Chipre. 1461- Nasce Anne de Beaujeu; princesa dos Bourbons e governante de facto, por seu fraco irmão Carlos VIII. 1477- Nasce Anne da Bretanha, governante de seu próprios territórios desde os onze anos, e mais tarde, graças aos casamentos com dois reis incapazes, também governante da França.1530- Nasce Grainne Mhaol (Grace Omalley); princesa irlandesa, líder guerreira e comandante naval na luta contra a invasão inglesa.

representa a vida; ergo, Adão é o produto da natureza e Eva a criação de Deus. Adão foi admitido no Paraíso com o único objetivo de Eva ser criada”.¹²¹

Uma outra voz masculina foi o nobre italiano Castiglione, diplomata cosmopolita, autor da obra *O Cortesão*, resumiu sua visão sobre os direitos humanos das mulheres em uma frase “As virtudes da mente são tão necessárias à mulher quanto ao homem”.¹²²

Todavia cabe salientar, a pioneira feminista desta época, Cristina de Pisan, erudita italiana do século XV que se distinguiu igualmente na História, na filosofia, na biografia e na poesia. Sua obra principal foi *O Tesouro da cidade das Mulheres*.¹²³

Embora bajulada por reis e mais do que bem sucedida em seu próprio tempo, Cristina de Pisan jamais abandonou sua lealdade a seu próprio gênero, procurando restaurar os feitos passados das mulheres ao registro da História e defendendo mulheres antigas ou modernas contra o sistema patriarcal vigente. Para Cristina de Pisan as mulheres tinham o direito humano à educação.

Se fosse costume mandar meninhas para o colégio e ensinar-lhes as mesmas matérias que são ensinadas aos meninos, elas aprenderiam tão integralmente quanto eles, compreendendo as sutilezas de todas as artes e ciências. Na realidade, talvez as compreendessem melhor, pois do mesmo modo que os corpos das mulheres são mais suaves do que dos homens, assim sua compreensão é mais afiada.. Nada ensina tanto a uma criatura capaz de raciocinar quanto a experiência de muitas coisas diferentes.¹²⁴

¹²¹ Cf. MILES, Rosalind. op. cit. p.162

¹²²idem ibidem . p.163

¹²³idem ibidem . p.164

As obras de Nettesheim, Castiglione e De Pisan foram geradores de um tipo de humanismo renascentista protofeminista que buscou fazer um eco político-cultural em relação ao humanismo patriarcal emergente na renascença.

A renascença não foi renascimento para os direitos humanos das mulheres, para elas o acesso a educação e o espaço na vida pública continuavam sendo negados. O novo credo do humanismo renascentista patriarcal agora invertia o ato inicial da criação humana. Onde Deus Pai havia criado o homem a sua imagem e semelhança, agora o homem ocupava-se de fazer de si mesmo um novo deus e não haveria espaço para a uma deusa neste novo panteão humanista.¹²⁵

Na revolução de independência norte-americana de 1776, percebe-se a força de comprometimento das mulheres através de seu apoio ativo sob vários aspectos. Elas concordaram com o boicote do chá, seda, cetim e casimira inglesa, isto foi crucial para resistência inicial. As mulheres de Middletown, Massachusetts, teceram 20.522 jardas de tecido em 1769, enquanto Lancaster na Pennsylvania superou até mesmo esta quantidade produzindo 35.000 no mesmo período. Durante uma segunda onda de atividade de boicote, quando as boas esposas de Edenton, na Carolina do Norte, encetaram a primeira atividade política de mulheres norte-americanas nas colônias de que se tem conhecimento,

¹²⁴ idem ibidem. p.165

¹²⁵ Cf. MILES, Rosalind. op. cit. p. 170. Estamos ciente que nos séculos XV,XVI e XVII houve violações aos direitos humanos das mulheres pela reforma protestante no continente norte-americano através de perseguições de caça s bruxas que puritanos e quakers impuseram assuas mulheres da cidade Salen, condenando a fogueira, as mulheres eram ativas politicamente na vida da comunidade. Também das perseguições da inquisição do Santo Oficio Católico romano na

ao elaborar um resolução formal para tornar a operacional a decisão do Congresso sobre o boicote aos produtos ingleses.¹²⁶

Na revolução francesa de 1789, as mulheres lá estiveram, dando sua colaboração efetiva desde do início da luta contra o despotismo monárquico absolutista. Foi uma mulher vestida de amazonas, que liderou o ataque a prisão da bastilha.¹²⁷ Na ação reivindicatória denominada *Dias das Mulheres do Mercado*, onde 8000 mulheres reivindicaram pão, pois não havia mais pão no mercado e o rei estava ausente da cidade de Paris neste momento de crise. Esta ação das 8000 mulheres deram início a famosa marcha sobre Versalhes de 5 de outubro de 1789 selando de vez, os destinos do rei Luis XVI e da rainha Maria Antonieta.¹²⁸

A revolução francesa se expressa na sua forma jurídico-política através da *Declaração dos direitos do homem e do cidadão* de 1789, universalmente reconhecida como o modelo básico dos direitos humanos à liberdade, e à igualdade. Esta *Declaração* gerou uma percepção da importância da cidadania como um direito humano universal. Todavia, cabe uma pergunta:

contra reforma na Europa e América Latina, onde as mulheres que exerciam atividades relacionado a saúde ou tinham algum poder político na comunidade acabavam sendo condenadas a fogueira por bruxaria.

¹²⁶ Cf. MILES, Rosalind. op. cit. p.171

¹²⁷ Cf. MILES, Rosalind. op. cit. p.175. Esta mulher, vestida de Amazonas, que liderou a tomada da prisão da bastilha, foi Théroigne de Méricourt, cantora, treinada em Londres e Nápoles, cortesã bem sucedida fez fortuna na França pré-revolucionária. Ela colaborou na Marcha de Versalhes, fundou Clube político de defesa dos direitos humanos das mulheres. Cabe destacar outra figura protofeminista de destaque durante a revolução francesa a saber: Madame Roland talentosa intelectual e autodidata, influenciou a política revolucionária através de seus escritos; Seus escritos eram divulgados com o nome de seu marido e a sua influência atingiu o ponto máximo, quando ele foi ministro do interior em 1792 pelo partido gerondino. Todavia na França pré-revolucionária já havia vozes isoladas que defendiam os direitos femininos tal como: A talentosa Marie Lê Jars de Gournay, filha adotiva de Montaigne, era convicta defensora dos direitos humanos da mulher à educação e contra a idéia da inferioridade natural da mulher. Suas principais obras são *Igualdade dos Homens e das Mulheres* (1622), *Tristeza das Damas* (1626)

será que esta *Declaração* de 1789 estendeu os direitos humanos à liberdade, à igualdade e a cidadania também para mulheres?

No entender de Groppi, este pretensão universalismo da *Declaração dos direitos do homem e do cidadão* de 1789 é posto em questionamento com a descoberta da existência de outra Declaração a saber: A *Declaração dos direitos da Mulher e da Cidadã* de 1791, com um preâmbulo, 17 artigos e um pós-fácio escrita por Olympe de Gouges¹²⁹.

Pode-se então a partir desta *Declaração dos direitos da Mulher e da Cidadã* de 1791, extrair algumas reflexões sobre os direitos humanos das Mulheres neste período da revolução francesa. Cabe ressaltar que Olympe de Gouges, ao questionar o universalismo de direitos humanos da *Declaração dos direitos do homem e do cidadão* de 1789, está disposta a incluir os direitos femininos, sem excluir os direitos dos homens.¹³⁰

Na *Declaração Feminina* de Olympe de 1791 contempla a co-presença política e social de homens e mulheres e uma igual dignidade para ambos os gêneros, como nos indica os artigos II e III desta Declaração.

Art. II O objetivo de toda associação política é a conservação dos direitos naturais e imprescritíveis da mulher e do homem; estes direitos são a liberdade, a propriedade, a segurança e sobretudo a resistência à opressão.

Art III O princípio de toda soberania reside essencialmente na nação, que é a união da mulher e do homem: nenhum organismo, nenhum indivíduo pode exercer autoridade que não provenha expressamente deles.

¹²⁸ Cf. MILES, Rosalind. op. cit. p.176

¹²⁹ Cf. GROPPi, Angela As raízes de um problema In: BONACCHI, Gabriela & GROPPi, Angela.. *O Dilema da Cidadania Direitos e Deveres das Mulheres*. Orgs São Paulo: UNESP, 1995. p.11. Em relação: A *Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã* de 1791 vide: Anexo 1

Esta co-presença reivindicada no terreno jurídico-político por Olympe de Gouges vai na direção de uma complementaridade, não mais entendida como justificação de uma relação desigual entre os sexos, mas como possibilidades de uma relação igualitária mesmo que não necessariamente simétrica, baseada no fato de que a diferença de sexo não pode justificar a exclusão das mulheres de seus direitos humanos de representação política e cidadania.¹³¹

No Preâmbulo da *Declaração Feminina* de Olympe de Gouges fala-se “dos atos do poder das mulheres e dos do poder dos homens e no artigo VI igual admissão a todas as dignidades, postos e empregos públicos, segundo as suas capacidades e sem outra distinção a não ser suas virtudes e seus talentos.” Nesse sentido, a enunciação da diferença feminina resulta menos ameaçadora e lesiva para os homens do que seria o seu cancelamento na *Declaração de 1789* e na *Constituição francesa* de 1791. O sujeito feminino quer juntar-se ao masculino na construção de uma nova sociedade e não retirar seus direitos.¹³²

Todavia, infelizmente, a visão dos revolucionários prevista na *Declaração dos direitos do homem e do cidadão* de 1789, é dominado pela ideologia do sistema patriarcal, em que direitos do homem e do cidadão se referem exclusivamente ao varão da espécie humana. Para ilustrar essa assertiva, veja-se a argumentação do deputado revolucionário André Amar em

¹³⁰ Cf. GROPPi, Angela. Op. cit. p.12

¹³¹ GROPPi, Ângela. op. cit. p.13

¹³² GROPPi, Ângela. op. cit. p.15

um relatório apresentado à Convenção Nacional de 9 Brumário, ano II (30 de outubro de 1793), em nome da Comissão de Segurança Geral, ele sustenta que

[...] as mulheres não devem sair da família para imiscuir-se nos assuntos de governo. E isso porque: as funções privadas a que as mulheres são destinadas pela própria natureza são inerentes à ordem geral da sociedade; essa ordem social é resultado da diferença que existe entre o homem e a mulher. Cada sexo é chamado para um tipo de ocupação que lhe é própria; sua ação é circunscrita dentro deste âmbito, que não pode transpor, enquanto a natureza, que pôs estes limites ao homem, governa imperiosamente e não tolera lei alguma.¹³³

Percebe-se, na ideologia revolucionária francesa, um evidente predomínio de um direito natural de cunho patriarcal. Desse modo, as mulheres não podem participar da esfera pública não porque são abstratamente incapazes, mas enquanto são *por natureza* destinadas à esfera familiar e privada, para qual possuem *virtudes* específicas. O apelo a uma natureza feminina intrinsecamente separada da masculina é um dos elementos que se apóia o humanismo iluminista da *Declaração dos direitos do homem e do cidadão* de 1789 e nas legislações revolucionárias constitucionais posteriores, excluindo os direitos humanos femininos básicos de cidadania.¹³⁴

No século XIX, as mudanças sociais provocadas pela revolução industrial inglesa e européia, pela expansão do capitalismo industrial para América do Norte, pelo neo-colonialismo europeu, pelo nascimento da ciência moderna e a redefinição patriarcal da natureza da mulher, pela reação dos legisladores patriarcais a estas mudanças sociais; geraram dialeticamente a

¹³³ Idem Ibidem. p.14

¹³⁴ Idem Ibidem. p.15

reafirmação da ideologia patriarcal da natural inferioridade feminina, todavia também geraram as possibilidades para o surgimento do feminismo, enquanto movimento social.¹³⁵

A primeira Convenção feminista foi em Sêneca Falls, nos Estados Unidos da América em 1848, denominada a *Convenção dos Direitos da Mulher*, onde uma congressista chamada Elizabeth Candy Stanton enumera com clareza os direitos humanos da mulheres que foram negados durante século pelo sistema patriarcal a saber:

Ele nunca lhe permitiu exercer seu direito inaliável ao voto nas eleições...
 Ele a tornou, se casada, civilmente morta.
 Ele lhe tirou todo o direito à propriedade, até mesmo ao salário que ela ganha...
 tornando-se, para todos os fins, seu senhor...
 Ele redigiu de tal modo as leis de divórcio... que elas ficaram totalmente indiferentes
 à felicidade das mulheres...
 Ele monopolizou praticamente todo o trabalho lucrativo...
 Ele lhes tem negado condições para obter educação plena...
 Ele criou um falso sentimento público por meio da outorga, ao mundo, de códigos
 morais diferentes para os homens e as mulheres¹³⁶...

No entanto no século XIX o sistema de produção manufatureira e fabril com a introdução cada vez significativa da maquinaria, afetaram o trabalho feminino na Europa e na América do Norte. Nesta época, as mulheres recebiam salários menores aos dos homens, alegando-se que as mulheres deveriam ser sustentadas pelos homens. Esta situação social gerou um clamor pelo direito humano a isonomia salarial. Nesta época, as mulheres eram exploradas no mercado de trabalho, serviam como mão-de-obra barata, além de trabalharem em péssimas condições, a ponto de chegarem a conceber seus filhos

¹³⁵ Cf. MILES, Rosalind. op. cit. p.258

dentro das próprias fábricas. Neste contexto histórico surge o movimento feminista que busca um equilíbrio jurídico-político entre os sexos.

No entender de Toscano & Goldemberg¹³⁷

[...] os movimentos feministas na França na metade do século XIX, as mulheres passaram a tomar consciência da sua inferioridade social e viram que era possível mudar tal estado de coisas. Os movimentos organizados tinham com objeto a conquista do voto feminino, bem como pleiteavam acesso à educação, ampliação do mercado de trabalho, salários e direitos trabalhistas iguais aos dos homens e maior proteção à maternidade.

Nos Estados Unidos da América, o clamor pelos direitos humanos a isonomia salarial e a melhores condições de trabalho está marcada na data clássica do movimento feminista: o dia 08 de março de 1857, aonde as operárias de uma indústria têxtil de New York revoltaram-se contra as péssimas condições de labor e passaram a reivindicar por melhores condições salariais, melhores condições de trabalho e redução da jornada de quatorze para dez horas de trabalho. Os patrões patriarcais, no entanto, fecharam as portas da indústria e atearam fogo no prédio, resultando na morte de 129 mulheres. Em 1975, a ONU incluiu o 8 de março em seu calendário oficial, como o dia internacional da Mulher.

Os movimentos feministas do século XIX tiveram o seu campo de ação na França, Inglaterra e Estados Unidos da América do Norte, até a primeira

¹³⁶ Cf. MILES, Rosalind. op. cit. p.259

¹³⁷ TOSCANO, Moema; GOLDEMBERG, Miriam. *A revolução dos Mulheres: uma balanço dos feminismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1992. p. 19

guerra mundial no século XX, sendo retomado ativamente pelas feministas, em 1918, conquistando aos poucos o direito ao voto.¹³⁸

No período histórico da segunda guerra mundial, nos Estados Unidos da América e na Inglaterra, as mulheres puderam ter uma maior participação no mercado de trabalho, pois os homens em idade produtiva estavam servindo à pátria nas forças armadas.

No entanto, no final da guerra, os homens retornaram ao seus antigos empregos e suas mulheres insatisfeitas com a perda do emprego, foram obrigadas pelo Estado a voltar aos seus afazeres domésticos, sendo novamente excluídas da vida pública. Esta insatisfação de retorno a vida doméstica é transmitida para a geração seguinte de mulheres.

A geração seguinte era formada pelas filhas das mulheres que estavam no mercado de trabalho durante a segunda guerra mundial. Esta nova geração de mulheres insatisfeitas deu origem aos movimentos feministas radicais da contracultura dos anos 60 e 70.¹³⁹

No século XX, nos anos 80 e 90, o movimento feminista tomou novos rumos mais amplos, ao incorporar em suas bandeiras de luta, a questão

¹³⁸ Cf. MILES, Rosalind. op. cit. p. 260. O direito ao voto foi uma das bandeiras de luta do movimento feminista do século XIX, conhecido como movimento sufragista. Essa luta pelo voto prolongou-se durante sete décadas nos Estados Unidos da América e na Inglaterra. Elas conquistaram nos EUA em 1920 o direito ao voto e na Inglaterra, em 1928, sendo que esses movimentos sufragistas foram marcados por lutas contra o sistema patriarcal. Todavia a Nova Zelândia foi a pioneira a admitir este direito ao voto feminino em 1893.

¹³⁹ As principais autoras e respectivas obras que influenciaram o feminismo radical dos anos 60 e 70 foram: Simone de Beauvoir *O segundo Sexo* (1949), Betty Friedman *A mística feminina* (1963), Anne Koedt *O mito do orgasmo vaginal* (1969), Kate Miller *Política sexual* (1970), Germaine Greer *O eunuco feminino* e *A Dialética do Sexo: O caso em favor da revolução feminista* (1970) etc.

ambiental gerando o chamado eco-feminismo que busca lutar pelo princípio da igualdade jurídica com respeito às diferenças psico-bio-culturais.¹⁴⁰

O frutos históricos dos movimentos feministas desde do século XIX até final dos anos 90 do século XX são evidentes. Um dos principais resultados é a positivação dos direitos humanos naturais das mulheres junto a estrutura legislativa da ONU através de suas inúmeras Declarações e Convenções, partir da *Declaração Universal dos Direitos Humanos* de 1948.

A partir desta *Declaração Universal* de 1948, o sistema patriarcal ocidental passou, gradativamente nas legislações posteriores, a reconhecer a diversidade psico-bio-sócio cultural dos seres humanos. Propondo, então, uma igualdade jurídica, mas com respeito as diferenças de sexo, idade e condição física, sócio–econômica.

A partir da *Declaração Universal dos Direitos Humanos* de 1948, a ONU adotou mais de 60 Declarações e Convenções referindo-se aos Direitos humanos em geral. Dentre as Convenções mais importantes sobre os Direitos humanos das mulheres pode-se citar as seguintes: *Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra a Mulher*¹⁴¹ (ONU, 1979), *Conferência Mundial de Copenhague* (1980), *Conferência Internacional da Mulher de Noirobi* (1985), *Conferência Mundial dos Direitos Humanos em Viena* (1993), *Convenção Interamericana para Prevenir, Punir, e Erradicar a*

¹⁴⁰ Para aprofundar a questão do histórico do feminismo e suas interações com o ambientalismo gerando o ecofeminismo vide: o capítulo 4 – O fim do patriarcalismo: movimentos sociais, família e sexualidade na obra de CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade* São Paulo: Paz e Terra, 1999. 530p.

*Violência contra a Mulher*¹⁴² (OEA,1994) *Conferência sobre a População* (Cairo 1994), *Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial da Mulher* (Beijing, 1995).

2.6 Os Direitos Humanos das Mulheres no Brasil

A luta pelos direitos humanos das mulheres no Brasil e suas relações multiculturais com a construção do Estado e da sociedade civil nacionais, remonta desde o período colonial.¹⁴³

No entanto, após 1850, surgiram as primeiras organizações de mulheres que lutavam pelo direito à educação e ao voto. Um das vozes de defesa destes direitos femininos foi Nísia Floresta¹⁴⁴ (1809-1885), abolicionista, republicana e feminista, nascida no Rio Grande do Norte. Ela foi uma incansável defensora da educação das mulheres, denunciou a ignorância em que eram mantidas as meninas, sem acesso a sua própria dignidade humana.

A primeira legislação relativa a educação feminina no Brasil, surge em 1827, mas a lei só admitia meninas apenas para as escolas de ensino de primeiro

¹⁴¹ Sobre esta *Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra a Mulher* de 1979 vide: Anexo 2

¹⁴² A respeito da *Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher* de 1994 (*Convenção de Belém do Pará*) vide: Anexo 3

¹⁴³ Para aprofundar o estudo da luta pelos direitos humanos das mulheres no Brasil desde do período colônia vide a obra: PRIORE, Mary Del (org) *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto/UNESP, 2000. p.678.

¹⁴⁴ Cf.TOSCANO, Moema; GOLDEMBERG, Miriam. Op. cit. p.25 Cabe salientar que a luta pelo direito humano ao voto feminino no Brasil, não chegou a ser um movimento social como o movimento sufragista na Inglaterra e nos Estados Unidos. Apesar que a luta se iniciou em 1850 com Nísia Floresta, porém é relegada a segundo plano devido a proclamação de República. Todavia a luta é retomada pela professora Deolinda Daltro em 1910 que fundou no Rio de Janeiro o Partido Republicano Feminino, como o objetivo de reavivar no Congresso Nacional o debate sobre o voto da mulher, que não havia sido retomando desde a Assembléia Nacional Constituinte de 1891.

grau. Somente em 1879, que o governo brasileiro dá possibilidades da mulheres poderem cursar o ensino de terceiro grau, no entanto as mulheres que buscassem este caminho estariam sujeitos ao preconceito social por seu comportamento contra a “natureza”.¹⁴⁵

No começo do século XX, com as transformações internacionais provocadas pelo expansão do capitalismo industrial, os costumes urbanos nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, surge o cinema, aumentam o número de jornais, o comércio e as fábricas absorvem cada vez mais mulheres. As mulheres de classe média começam a trabalhar como professoras, enfermeiras, telefonistas etc.

Nos anos 30, as mulheres começaram a ter, em maior número, acesso a alguns direitos humanos tais como: o ensino médio e superior e direito a votar e ser votada. No ano de 1927, o governador do Rio Grande do Norte incluiu na Constituição Estadual um artigo que deu a possibilidade das mulheres poderem votar e votadas. Em 1929, Alzira Soriano de Souza, com base neste artigo, foi eleita com 60% do votos de eleitorado, a primeira mulher prefeita da América do Sul e do Brasil.¹⁴⁶

Esse exemplo do Rio Grande do Norte foi seguido por outros Estados, até que em 1932 Getúlio Vargas promulgou, por Decreto-lei, o direito de sufrágio para as mulheres. Em 1933, a médica paulista Carlota Pereira de

¹⁴⁵ TOSCANO, Moema; GOLDEMBERG, Miriam. op. cit. p. 26

¹⁴⁶ TOSCANO, Moema; GOLDEMBERG, Miriam. op. cit. p. 27

Queiroz foi eleita para a Assembléia Nacional Constituinte, tornando-se a primeira deputada federal do país.¹⁴⁷

A Constituição Federal de 1934, o movimento feminista conseguiu introduzir a isonomia entre os sexos. Pois no bojo de Carta Magna surgem os direitos trabalhistas femininos, a regulamentação do trabalho de mulheres em estabelecimentos comerciais e industriais, a igualdade de salários entre homens e mulheres, a proteção a maternidade. É a primeira vez na história legislativa constitucional brasileira que os direitos humanos ganham um certo reconhecimento legal no âmbito federal.¹⁴⁸

Todavia, nas próximas Constituições de 1937 (Estado Novo) e nas Constituições de 1967 e 1969 (regime militar do golpe de 64), os direitos humanos da mulheres são novamente relegados ao esquecimento da legislação federal. Apesar atitude legal patriarcal decorrentes destas Constituições, cabe salientar as lutas que as mulheres brasileiras empreenderam em prol de seus direitos civis nos anos 50.¹⁴⁹

Uma destas lutas dos anos 50 foi luta dos movimentos feministas em prol da modificação dos dispositivos que versavam sobre os direitos civis da mulher inscritos no Código Civil Brasileiro de 1/1/1917. Este Código Civil, tinha um entendimento altamente patriarcal, onde apontava em seus inúmeros dispositivos legais a condição de inferioridade natural da mulher, a saber:

¹⁴⁷ TOSCANO, Moema; GOLDEMBERG, Miriam. op. cit. p. 28

¹⁴⁸ Cf. VERUCCI, Florisa. *O Direito da Mulher em mutação: os desafios da Igualdade*. Belo Horizonte: Del Rey, 1999. p. 71

A mulher era considerada uma perpétua relativamente incapaz, sendo colocada na mesma condição legal dos pródigos, silvícolas e menores púberes.

O marido exercia autoridade e controle sobre qualquer conduta da mulher. Ele podia fiscalizar as relações pessoais da mulher, controlar suas visitas e vigiar a sua correspondência. O marido exercia o controle sobre os bens do casal e até mesmo sobre os bens particulares da esposa.

A mulher casada dependia da autorização marital para abrir seu próprio negócio, ter conta bancária, viajar para o exterior, aceitar herança, tutela, curatela, litigar em juízo etc.¹⁵⁰

Como resultado desta luta em prol da modificação dos direitos civis da mulher é aprovado o Estatuto da Mulher Casada (Lei nº4121/62). Este Estatuto tornou a mulher casada plenamente capaz, ao atingir a maioridade de 21 anos, para todos os atos da vida civil, sem necessitar mais da autorização prévia marital. A esposa passou a ser colaboradora do marido nos encargos da família.

A tentativa de introdução do divórcio no Brasil foi a outra luta do movimento feminista nos anos 50. Todavia houve uma forte resistência por parte dos setores religiosos (Igreja Católica e Evangélicas).

Havia o instituto jurídico do desquite, que legitimava a separação judicial, mas proibia a possibilidade de contrair novo casamento civil. Em

¹⁴⁹ Cf. VERUCCI, Florisa.. op. cit. p.72

¹⁵⁰ Cf. VERUCCI, Florisa.. op. cit. p.73

decorrência disto, uma mulher desquitada que pretendesse constituir nova família, legalmente, não poderia fazê-lo.

Aumentava a cada dia as uniões de fato, que acabam gerando preconceitos sociais contra a mulher, pelo fato de não estar “legalmente casada” e para os filhos nascidos destas novas uniões de fato. Um exemplo típico da época era a recusa em aceitar filhos de pais não casados legalmente em determinadas escolas particulares. Outro exemplo era o tratamento machista que a mulher desquitada recebia por parte da sociedade. Sendo considerada “livre” para todos os tipos de abordagem sexual pelos homens (solteiros e casados), e uma ameaça a “sagrada família brasileira” de classe média por parte das mulheres casadas. O fruto desta luta foi a aprovação da lei do divórcio (Lei 6515/77) que deu a possibilidade do casamento civil ser dissolvido após 3 anos de separação judicial ou após 5 anos de separação de fato, comprovada em juízo.¹⁵¹

Todavia mesmo após a aprovação do Estatuto da Mulher Casada de 1962, ainda havia alguns óbices legais a ser vencidos. O artigo 233 do Código Civil estabelecia que pertencia ao marido a representação legal da família, a administração dos bens familiares e a escolha do domicílio. O artigo 380 conferia a ambos o pai o pátrio poder, mas ao pai o seu exercício. Estipulava em caso de divergência, prevalecia a vontade do marido, cabendo a esposa buscar o judiciário, se não concordasse com a vontade marital.

Estes óbices legais foram vencidos com a promulgação da Constituição Federal de 5 de outubro de 1988, graças a mobilização do movimento feminista e demais setores organizados da sociedade civil.

A Carta Magna de 1988 foi uma grande conquista no que se refere aos direitos humanos das mulheres no Brasil. Esta prevê em seu artigo 5º, inciso I que homens e mulheres são iguais perante a lei.

Esta isonomia jurídica constitucional buscou respeitar as diferenças psico-bio-culturais, dando ensejo ao reconhecimento a inúmeros direitos femininos, dentre os quais se destacam: a licença- maternidade de 120 dias; proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos; assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até seis anos de idade em creches e pré-escolas; compartilhamento do exercício do pátrio poder na sociedade conjugal; divórcio do casamento civil após um ano de separação judicial ou 2 anos de separação de fato; reconhecimento da União Estável entre homem e mulher com entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento; reconhecimento como entidade familiar a comunidade formada por qualquer os pais e seus descendentes¹⁵², etc.

¹⁵¹ Cf. VERUCCI, Florisa.. op. cit. pp.83-85

¹⁵² Cf. VERUCCI, Florisa.. op. cit. pp.105-117. No que tange a União Estável as Leis 8.971/94 e 9278/96 buscaram regulamentar este instituto jurídico. Na esfera de representação política a Lei de Costas de 1995 obrigou os partidos políticos a destinarem 20% de suas candidaturas para mulheres. Na eleição de 1998 este percentual passou para 25% e nas eleições de 2000 para 30%. Em janeiro de 2002 foi aprovado o novo código civil brasileiro, que entrará em vigência a partir de janeiro de 2003, este novo código está em consonância com a Carta Magna de 1988 e com as todas a legislação internacional que buscam colocar a mulher como um sujeito de direito, capaz de exercer seu papel na vida pública e privada de nossa sociedade global.

Os direitos humanos das Mulheres, visto, enquanto um processo de conquista histórica dentro da Modernidade, ainda é um projeto político-cultural inacabado. Conforme observado no primeiro capítulo, a modernidade ainda é um projeto político-cultural inacabado para os autores críticos da modernidade, de forma semelhante, as mulheres no mundo capitalista ocidental judaico-cristão, também continuam na sua luta pela conquista histórica inacabada do reconhecimento e da operacionalização de sua dignidade humana enquanto cidadãs plenas.

O sistema jurídico-político patriarcal defendeu no decorrer da história da humanidade as causas básicas de sua insatisfação com o progresso jurídico-político-cultural das mulheres a saber:

- as mulheres estão trabalhando enquanto os homens estão desempregados (estão tirando os empregos dos homens);

- as mulheres estão saindo do isolamento do lar e desenvolvendo solidariedade com outras mulheres nas fábricas ou em outros grupos;

- as mulheres estão ganhando dinheiro seu e a independência que ele confere;

- as mulheres estão conquistando direitos públicos, no lugar de seus anteriores privilégios domésticos;

- as mulheres estão aprendendo habilitações “masculinas”(montar, atirar, administrar um negócio), demistificando assim a competência masculina e desafiando o direito implícito masculino de liderar;

- o “anjo do lar” está ausente: a administração doméstica sofre quando as mulheres vão fazer outras coisas.¹⁵³

A percepção que a luta pela conquista histórica dos direitos humanos das mulheres, continua ainda inacabada no mundo atual, está presente no cotidiano feminino.

Para as mulheres, as escolhas de vida reduzem-se a duas vias possíveis, ou a sobrecarregada trabalhadora/esposa com tripla jornada (trabalho, casa, marido e filhos) ou a sub-ocupada dona de casa/doméstica com uma espécie de meia-vida de privação e desconsideração ao seu trabalho doméstico.

Em realidade há pouca margem de escolha entre estas duas vias, pois o papel de esposa/dona de casa de tempo integral, consome todas as horas que está acordada, cuja a característica “nunca estar acabado” e cujo desvalorização marital de seu trabalho é constante.

Enquanto a trabalhadora/esposa tem seu tempo controlado pelo sistema capitalista, se submetendo a salários inferiores aos dos homens e recebendo do marido as reclamações do tipo “você deveria ficar mais tempo em casa para cuidar das crianças”.

Com base no exposto é pertinente a pergunta: Qual são as alternativas de superação deste impasse político-cultural na sociedade patriarcal?

¹⁵³ Cf. MILES, Rosalind. op. cit. p.322

Nesta pesquisa entende-se que a história dos direitos humanos das mulheres levou tanto tempo para ser construída, que em certo sentido está apenas começando. As mulheres sempre lutaram, não apenas pela sobrevivência, mas pela significação cultural das conquistas históricas da modernidade. Neste atual momento elas estão se organizando e tentando ir em frente, não buscando apenas novos direitos humanos, mas acreditando no seu *direito de definir* seu próprio caminho enquanto seres humanos cidadãos.

Esta investigação acadêmica compreende que este *direito de definir* das mulheres deverá estar em consonância com o surgimento de um novo tipo de homem que esteja aberto como um cidadão consciente a compartilhar de forma, pluralista e democrática as definições jurídico-político e culturais sobre condução do público e privado em nossa sociedade global.

O sistema patriarcal está sofrendo uma crise global, percebe-se a necessidade de um surgimento de um novo sistema cultural, que não seja apenas um retorno ao matriarcado primitivo, nem um novo tipo de patriarcado.

Faz-se necessário perceber o surgimento de um novo sistema cultural, no qual pode-se denominá-lo de *sistema patrimatriarcal compartilhado* em que os seres humanos possam perceber que o homem (o varão da espécie) não é medida do conceito de humanidade, mas que as mulheres os homens juntos, podem construir um novo conceito cultural de humanidade dentro de um projeto societário global de uma modernidade inacabada.

Este novo conceito cultural de humanidade deverá ser direcionado para o reconhecimento pleno dos direitos humanos das mulheres.

Nesse sentido é fundamental a construção de nova sociedade civil mais pluralista e democrática, daí a razão das reflexões sobre os conceitos de sociedade civil e de cidadania, visto no primeiro capítulo.

Essa inserção dos direitos humanos das mulheres, observados como um processo de conquista histórica da modernidade nos leva a pensar nas possibilidades de pontes com o pluralismo jurídico, particularmente a teoria do Pluralismo Jurídico Comunitário Participativo, que será visto no próximo capítulo.

3 OS DIREITOS HUMANOS DAS MULHERES E O PLURALISMO JURÍDICO : POSSIBILIDADES DE INTERCONEXÃO.

3.1 A Importância dos Operadores Jurídicos na Operacionalização dos Direitos Humanos das Mulheres.

O poder judiciário brasileiro nos últimos tempos tem sido colocado em “xeque” frente as novas demandas sociais, (os direitos humanos, sociais, difusos, coletivos etc) levantados pelos sujeitos emergentes, dentre os quais as mulheres vítimas de todas as formas de discriminação.

Estas demandas sociais são mais visíveis a medida que o judiciário não consegue dar conta das mesmas, denotando uma certa ineficácia instrumental dentro de um contexto de crise do direito¹⁵⁴.

Um dos fatores para se refletir sobre essa ineficácia instrumental do judiciário, reside na mentalidade dogmática dos juristas que tendem a considerar

¹⁵⁴ Cf. Celso Campilongo/apud Wolkmer (2001:76) A Crise do Direito é aqui entendida como “(...) o positivismo jurídico dogmático começa a vivenciar uma profunda crise, por permanecer rigorosamente preso à legalidade formal escrita e ao monopólio da produção normativa estatal, afastando-se das práticas sociais cotidianas, desconsiderando a pluralidade de novos conflitos coletivos de massas, desprezando as emergentes manifestações extralegislativas, revelando-se desajustado às novas e flexíveis formas do sistema produtivo representado pela Capitalismo avançado, dando pouca atenção as contradições das sociedades liberal-burguesas (principalmente aquelas provenientes de necessidades materiais dos polos periféricos) e finalmente, sendo omissa às mais recentes investigações interdisciplinares”. Para entender melhor a Crise do Direito no Brasil é necessário inseri-la dentro de um contexto de Crise da modernidade inacabada. Isso para alguns autores poderá a levar ao surgimento de uma civilização federativa e/ou confederativa a nível planetária, onde as diferenças nacionais, possam ser respeitadas dentro de um sistema jurídico-político-cultural global. Onde a revolução tecnológica através da informática, dará sentido ético-político nas relações entre o mercado, o Estado e a sociedade civil, possibilitando-lhe trilhar juntos a “estrada do futuro”. Ou então para outros autores a Crise da modernidade pode levar um colapso na economia mundial precipitando a eclosão da barbárie planetária. Para se evitar isto, faz-se necessário mudanças profundas no centro jurídico-político-econômico do capitalismo avançado dos países Centrais, que detém o poder econômico-político da economia internacional. A fim de compreender estes dois prismas de visão antagônicos vide respectivamente: Robert Muller *O Nascimento de uma Civilização Global*, São Paulo, Aquariana, 1993. Bill Gates. *A Estrada do Futuro*. São Paulo, Companhia de Letras, 1995. Antônio Carlos Wolkmer. *O terceiro Mundo e a Nova Ordem Internacional*. São Paulo, Ática, 1989. Robert Kurz. *“O Colapso da Modernização Da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial”*. São Paulo, Paz e Terra, terceira edição, 1993.

a aplicabilidade e efetividade de certos direitos humanos e sociais como uma distorção das “funções judiciais”, como uma ameaça a “certeza jurídica” e como uma perversão da “segurança do processo”.

No dizer de Wolkmer :

[...] a cultura jurídica brasileira é marcada por uma tradição monista de forte influxo kelseniano, ordenada num sistema lógico-formal de raiz liberal-burguesa, cuja produção transforma o direito e a justiça em manifestações estatais exclusivas. esta mesma legalidade, quer enquanto fundamento e valor normativo hegemônico, quer enquanto aparato técnico oficial de controle e regulamentação, vive uma profunda crise paradigmática, pois vê-se diante de novos e contraditórios problemas, não conseguindo absorver determinados conflitos coletivos específicos deste final de século xx.¹⁵⁵

Pode-se exemplificar esta assertiva cabe mencionar, a violência no campo: dos 1681 assassinatos de trabalhadores rurais em função de conflitos no campo, ao longo dos últimos 28 anos, apenas 26 chegaram a ser julgados, dos quais somente 15 deram margem a condenação.¹⁵⁶

Quanto à violência policial: apesar do reconhecimento do devido processo legal, pela CF/88, a ação repressiva dos organismos policiais na cidade de são paulo é responsável pela morte de uma pessoa a cada seis horas, desde 1989 e 1990, a média tem sido de quatro mortes ao dia, ou seja, 120 mortes por mês e 1.460 mortes por ano- média essa três vezes superior à registrada entre 1983 e 1987. Nos tiroteios, os policiais militares de São Paulo costumam ferir

¹⁵⁵ Cf. WOLKMER, Antônio Carlos *Pluralismo Jurídico Fundamentos de uma nova cultura no Direito*. 3ed São Paulo: Alfa Omega, 2001. pp. 96-97.

¹⁵⁶ FARIA, José Eduardo. Os desafios do judiciário. Revista USP, São Paulo, n. 21, mar./abr/maio, 1994. (Edição Dossiê Judiciário) p.51

quase na mesma proporção em que matam; só em 1992 a polícia militar paulistana matou 1.461 pessoas e feriu outras 1557.¹⁵⁷

Ao lado desses exemplos, pode-se mencionar ainda os esquadrões de extermínio de crianças e adolescentes de rua, os morros e as favelas controlados por sofisticadas quadrilhas de traficantes de drogas que usam a mão de obra do trabalhador desempregado que não tem outra opção de trabalho dentro do mercado formal. enquanto isso no campo, o trabalhador rural que não tendo acesso a terra para plantar e colher por sua subsistência, acaba se tornando um “vassalo rural”, nas mãos dos modernos “senhores feudais” do latifúndio improdutivo.

Em relação a violação dos direitos humanos das mulheres cabe mencionar os índices alarmantes da violência doméstica. Este tipo de violência relaciona o público e o privado dentro do cotidiano feminino. Os níveis de violência doméstica sofrida pelo sexo feminino na América Latina são altos. Entre 30 e 50% das mulheres são vítimas de maus-tratos psicológicos, enquanto 10 a 35% sofrem de violência física por seus parceiros.¹⁵⁸

Para ilustrar essa assertiva, em nível no Brasil, em 1997 a delegacia da Mulher de Goiânia registrou 2.098 casos de violência contra a mulher. As lesões corporais lideram a estatística, com 795 casos registrados na Delegacia. Em segundo lugar vêm as ameaças: 712 mulheres procuram ajuda por estavam

¹⁵⁷ FARIA, José Eduardo. op. cit. p. 52

¹⁵⁸ IZUMINO, Wânia Pasinato. *Justiça e Violência contra a Mulher*. São Paulo: Annablume:FAPESP, 1998. p.20

sendo ameaçadas. Houve 149 tentativas de estupro, 5 casos consumados e 40 denúncias de atentado violento ao pudor (sexo anal). Foram assassinadas 8 mulheres e outras 32 foram vítimas de tentativa de homicídio. A maioria dos crimes contra as mulheres foram praticados por seus próprios maridos, companheiros, namorados.¹⁵⁹

A delegada titular da Delegacia da Mulher de Goiânia, Gildeci Alves Marinho comenta: *Se a mulher quer deixar o marido, ele lhe dá um tiro. É aquela velha história: se não é mais minha não vai ser de mais ninguém.* Segunda esta delegada, quatro fatores contribuem para que continuem altos os índices de violência sofrida pela mulher. O primeiro é o machismo; homens que encaram a mulher com propriedade. Em segundo lugar vem o alcoolismo, muitas vezes associado a terceira causa: o desemprego. E por último, diz a delegada, vem a desvalorização da mulher pelos meios de comunicação de massa.¹⁶⁰

Todavia, para Delegada de Goiânia, a questão da violência contra a mulher, também, atinge a classe média alta. Ela cita o assassinato por espancamento de Helena Fontinelli, uma dona de casa de Goiânia, ocorrido em março de 1994. O marido Robson Miranda Salles, conhecido empresário, espancou-a a noite do dia 19/03/94. Helena morre no dia 28/03/94, em decorrência de hemorragia interna, pois não teve socorro médico em tempo

¹⁵⁹ IZUMINO, Wânia Pasinato. op. cit. p.30

hábil. Ela foi mantida em casa e chegou a receber a visita de um irmão depois do espaçamento, mas nada disse a ele.¹⁶¹

A violência doméstica contra a mulher não é apenas um crime doméstico, é uma violação aos direitos humanos, uma agressão à cidadania, que solapa a própria idéia de Estado Democrático de Direito. A democracia floresce quando nem a lei, nem a tradição, nem a intimidação, nem o medo da agressão física no lar, impedem as mulheres de falar suas verdades do fundo do coração, em público ou em casa.

A constância e a regularidade da violação destes direitos humanos e sociais, consagrados na CF/88 e a impunidade vigente quanto aos causadores destes “delitos hediondos” contra os direitos humanos das mulheres, são indicadores sócio-políticos da ineficiência instrumental do poder judiciário, como aplicador das normas e fiscalizador do Estado de Direito.

A lógica do senso comum teórico dos juristas, enraizada numa cultura jurídica monista liberal-burguesa de cunho kelseniano, percebe a ordem jurídica, política e social como harmônicas entre si. dentro desse ordenamento jurídico estatal, os sujeitos de direito da sociedade civil (desiguais em condições sócio-econômicas) são formalmente concebidos em condições de “igualdade formal”

¹⁶⁰ IZUMINO, Wânia Pasinato. op. cit. p.32

¹⁶¹ IZUMINO, Wânia Pasinato. op. cit. p.33

perante a lei, com a “certeza jurídica” que terão as “mesmas oportunidades” de fazerem valer seus direitos constitucionais de cidadãos frente ao judiciário¹⁶².

Dessa maneira existe por detrás da ênfase à igualdade formal e à certeza jurídica inerentes a esse ordenamento jurídico estatal, um discurso eminentemente prescritivo, embora informativo na aparência.

Ao valer-se dos tradicionais princípios gerais de direito para definir o alcance, o sentido e os limites das normas jurídicas que proíbem, facultam ou impõem determinados comportamentos sociais, regulando-os em função dos interesses “comuns” da coletividade, esse discurso na realidade acaba pervertendo a própria liberdade jurídica.¹⁶³

Isso fica mais evidente ao se pensar a questão da justiça social a luz do art. 3º inciso I a IV da CF/88:

art.3º Constituem objetivos fundamentais da república federativa do brasil:
I- construir uma sociedade livre, justa e solidária;
II- garantir o desenvolvimento nacional;
III- erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;
IV- promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

¹⁶² Cf. FERREIRA E SILVA, Rafael da Masceno. *Poder judiciário e hegemonia: o caso dos magistrados alternativos do rio grande do sul*. 1995. Dissertação (Mestrado em Direito) - Programa de Pós-graduação do Curso de Direito da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1995. p. 110 No entender de Ferreira e Silva a lógica do senso comum teórico dos juristas está firmada em alguns dogmas jurídicos tais como: O Direito e a ciência jurídica são neutros; o sistema político e social são harmônicos entre si; as contradições sociais são periféricas e inter-individuais- o conflito é desvinculado do contexto societário; o direito se esgota na lei estatal; os sujeitos de direito não são vistos como seres humanos concretos, mais como partes no processo; inexistência a historicidade do Direito na análise do processo; há desinteresse numa visão interdisciplinar do Direito no que diz respeito a interpretação a aplicação da lei; as normas jurídicas são vistas como um *corpus* fechado e coerente; busca-se a uniformização das decisões judiciais e a segurança jurídica; a lei emana de um legislador neutro em suas posições políticas, sendo figura abstrata e distante, cuja evocação é meramente retórica etc. No que diz respeito a cultura jurídica vigente em nossos tribunais, há que se entender segundo WOLKMER é o resultado da importação do modelo jurídico monista europeu (onde predomina os princípios da univocidade, da estatalidade, da racionalidade formal, da certeza e da segurança jurídica) somado as contradições do *ethos* político português que em solo brasileiro acaba gerando elites políticas ligadas aos interesses internacionais, vinculadas a uma ideologia liberal-elitista de caráter colonizador, camuflado por uma legalidade lógico formal. A fim de aprofundar esta temática da Cultura Jurídica brasileira dentro de uma óptica histórico-dialética vide: WOLKMER, Antônio Carlos *Pluralismo Jurídico Fundamentos de uma nova cultura no Direito*. 3ed São Paulo: Alfa Omega, 2001.

¹⁶³ FARIA, José Eduardo. op. cit. p.53

Os objetivos fundamentais do Estado brasileiro em termos formais vão ao encontro dos ideais de justiça social levantados pelos sujeitos coletivos da sociedade civil, porém as condições de aplicabilidade e efetividade desses direitos humanos e sociais, correm o risco de uma perversão em sua liberdade jurídica, isto é a negação sutil por via duma interpretação dogmática do direito, enfatizando-se, por exemplo a inexistência de leis complementares que regulamentem os direitos e as prerrogativas asseguradas na CF/88.¹⁶⁴

Dentro deste contexto que se percebe como os direitos humanos das mulheres, apesar de aclamados pelos defensores da cultura jurídica monista liberal-burguesa vigente, nem sempre são tornados efetivos por uma justiça estatal ineficiente, diante dos novos tipos de demandas sociais. principalmente as relacionadas com os “conflitos limites” para manutenção da integridade social; isto é os conflitos de caráter inter-grupal, inter-comunitário, e inter-classista. a justiça, acaba sendo de certa maneira conivente com a sistemática violação dos direitos humanos.

A partir do comentado, observa-se a existência de um enorme “buraco negro” entre as demandas sociais da sociedade civil e ineficácia do judiciário no seu atendimento. Isso se revela através da crônica incapacidade dos tribunais de aplicar normas de caráter social ou interpretar as leis dentro de uma óptica constitucional de justiça social, com a finalidade de fazer valer os direitos humanos à cidadania das cidadãs brasileiras.

¹⁶⁴ FARIA, José Eduardo. op. cit. p. 54

Essa ineficácia judicial conduz a uma perda da legitimidade social pelo judiciário, decorrente tanto de fatores internos, como o anacronismo de sua estrutura organizacional, quanto de fatores externos, em face da insegurança da sociedade com relação à impunidade, à discriminação e à aplicação seletiva das leis¹⁶⁵.

A preocupação das cúpulas judiciais reside na construção de uma legitimação pelo procedimento técnico-formal dentro do devido *processo legal*, onde a “certeza jurídica” tem seu lugar destacado¹⁶⁶.

Contudo essa “certeza jurídica” não é suficientemente ampla para beneficiar os direitos humanos em geral, particularmente os direitos femininos, o que pode vir a gerar uma situação ambígua. Em que a norma jurídica e anomia social se entrelaçam numa trágica simbiose, em que a vida civil culmina por dar lugar à vida natural, em que o Estado de direito retrocede para o estado de natureza hobbesiano, em que a lei acaba valendo para alguns segmentos sociais mas não para todos, em que o judiciário não se mostra capaz de universalizar a interpretação e aplicação dos mais elementares direitos à cidadania inscritos na Carta Magna de 1988.¹⁶⁷

¹⁶⁵ Cf. FARIA, José Eduardo. op. cit. p. 55

¹⁶⁶ Cf. FARIA, José Eduardo. op. cit. p. 56. Nas sociedades complexas de capitalismo central a legitimidade de um sistema jurídico não está numa decisão inicial, a que deu origem ao direito positivo, mas ao próprio processo que vai do ponto inicial do procedimento de tomada de decisões até as próprias decisões tomadas. É o procedimento que confere legitimidade ao sistema jurídico e não as normas jurídicas. Os Procedimentos são formas de ação por meio das quais os endereçados das decisões aprendem aceitar uma decisão que vai ocorrer, ou seja, a respeitar uma decisão judicial antes de sua ocorrência concreta. A legitimidade apresenta-se assim como uma ilusão funcional, cujo o objetivo não é produzir consenso, mas arbitrar e neutralizar o dissenso. No Brasil apesar de ser uma sociedade de capitalismo periférico possui ilhas de complexidade em seu eixo sudeste-sul. A respeito da questão da legitimidade vide as obras: Wilson Hilário Borges *Historicidade e Materialidade dos Ordenamentos Jurídico* São Paulo: EDUSP/ICONE, 1993. e LUHMANN, Niklas. *A legitimação pelo procedimento*. Brasília: UNB, 1980.

¹⁶⁷ Cf. FARIA, José Eduardo. op. cit. p. 57

Todavia, apesar do quadro crítico da ineficácia instrumental do judiciário frente as demandas sociais dos sujeito coletivos da sociedade civil, faz-se necessário assinalar os esforços (mesmo que ainda pouco ou isolados) dos magistrados de primeira instância dos tribunais estatais.

Esses magistrados lotados no interior e nas periferias das regiões metropolitanas são os que sofrem o choque mais direto das contradições entre o sistema jurídico vigente e as condições reais da sociedade.

Isso gera de certa forma uma consciência nesses juízes, que o desenvolvimento econômico e normas jurídicas constitucionais são insuficientes para construir uma sociedade livre, justa e solidária, se não forem acompanhadas de um posicionamento ético-político do judiciário em favor da justiça social.

Estes juízes de primeira instância estão provocando certas mudanças no funcionamento do judiciário. Ainda que de modo nem sempre consciente, vêm contribuindo para ampliar o campo de atuação judicial dos sujeitos coletivos (movimentos sociais, grupos de assessoria jurídica popular, ONGs).¹⁶⁸

Estas mudanças são de caráter processual, permitindo aos sujeitos coletivos politizar os argumentos jurídicos, provocar decisões judiciais baseadas em critérios de racionalidade material e bloquear sentenças ditadas exclusivamente com base em critérios lógico-formais¹⁶⁹.

¹⁶⁸ Cf. FARIA, José Eduardo. op. cit. pp. 58-62

¹⁶⁹ Para exemplificar essas mudanças de caráter processual ocorridas em alguns setores do judiciário brasileiro, cabe aqui mencionar a pesquisa MOURA, Alexandrina. Organizaciones no-gubernamentales y acceso al suelo en la región metropolitana de recife/brasil In: AZUELA, Antonio (Coord.). *La urbanización popular y el orden jurídico en América Latina*. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 1993.

Os operadores jurídicos que estão sintonizados com as aspirações de justiça social dos sujeitos coletivos, possuem uma importância fundamental na operacionalização dos direitos humanos das mulheres no coração da sociedade civil.

A importância dos operadores jurídicos na operacionalização dos direitos humanos está relacionado com a questão da autonomia jurídica.

O poder judiciário brasileiro segundo a Constituição Federal de 1988(CF/88) goza de um *status* jurídico de independência administrativa superior a alguns países de capitalismo central¹⁷⁰

O judiciário é considerado um poder da união com uma efetiva autonomia (institucional e funcional) ao lado dos poderes executivo e legislativo (art. 2º CF/88).

Esta pesquisa Moura sobre as “As ONG’s y acceso al suelo en la región metropolitana de Recife” que durante o período de novembro de 1981 a julho 1991, têm buscado soluções extra-oficiais flexibilizando o Direito Estatal, introduzindo os argumentos sociais(ligados diretamente as necessidades básicas da população sem -teto) frente aos argumentos jurídicos(muita vezes distantes da realidade social) A autora indica que o Judiciário com o passar dos anos foi reconhecendo a força dos argumentos humanitários utilizados pelas ONG’s para garantir o direito do uso do solo pela camadas de baixa renda. Esta argumentos foram se ampliando e ganhando o *status* de jurisprudências. Segundo MOURA os mais frequentes argumentos sociais são: “a) *Las invasiones representan un estado de necesidad. Es la lucha por la vivienda lo que retira el carácter de infracción al despojo de posesión;* b)*Las áreas invadidas son, en general, propiedades ociosas. No poseen muro ni vigilantes e se encuentran abandonadas desde hace muchos años;* c) *La función social de la propiedad debe analizar, relativizando el concepto absoluto de propiedad privada;* d) *Los ocupantes son agentes activos, desempeñan un papel que debería ser competencia del poder público. En ausencia de una política eficaz para el problema habitacional de personas de bajo ingresos, los ocupantes acaban forzando una respuesta del Estado a sus demandas”*

¹⁷⁰ Cf. CLÉVE, Clémerson Merlin. Poder judiciário: autonomia e justiça. **Revista dos Tribunais**, v. 691, maio 1993. p.20
No entender de Cléve os exemplos da França e dos Estados Unidos da América do Norte podem ilustrar essa assertiva. Na França, sob o ponto de vista do Direito constitucional, não existe um verdadeiro poder judiciário, mas simplesmente uma autoridade judiciária. Isto é o judiciário é limitado em sua autonomia jurídica, pelo Executivo, em virtude da existência de contencioso administrativo com força judicial (Tribunais Administrativos e Conselho de Estado). Enquanto nos EUA, esta limitação se apresenta através da competência do Presidente da República (com aprovação do Senado) para nomeação do Presidente da Suprema Corte de Justiça Americana, que aliás , exercerá essa função de modo vitalício.

A autonomia institucional desdobra-se em alguns quatro princípios constitucionais norteadores da organização dos tribunais judiciais brasileiros, que são¹⁷¹:

I) *auto-governo*: em face deste princípio, compete privativamente aos tribunais: eleger seus órgãos diretivos e elaborar seus regimentos internos, com observância das normas de processo e das garantias processuais das partes, dispondo sobre a competência e o funcionamento dos respectivos órgãos jurisdicionais e administrativos; (art. 96, I, a. CF/88).

II) *auto-administração*: decorrente deste princípio cabe aos tribunais: organizar suas secretarias e serviços auxiliares e os do juízos que lhes forem vinculados, velando pelo exercício da atividade correicional respectiva(art.96, i, b. cf/88); prover, na forma prevista nesta constituição, os cargos de juiz de carreira da respectiva jurisdição (art.96,i,c. cf/88); conceder licença, férias e outros afastamentos a seus membros e aos juízes e servidores que lhe forem imediatamente vinculados(art.96, i, f. cf/88).

III) *inicialidade legislativa*: deste princípio decorre a iniciativa reservada de algumas leis. a primeira delas é a disposição do estatuto da magistratura nacional, que será elaborado mediante lei complementar de iniciativa privativa do supremo tribunal federal(STF), isto é , não pode o

¹⁷¹ Cf. CLÉVE, Clémerson Merlin. Op. cit. pp.21-24

congresso nacional propor lei sobre essa matéria sem a preliminar provocação do STF(art. 93 caput).

Outros exemplos, cabe privativamente ao supremo tribunal federal, aos tribunais superiores e aos tribunais de justiça propor ao poder legislativo respectivo, observado o dispositivo no art. 169: a) a alteração do número de membros dos tribunais inferiores; b) a criação e a extinção de cargos e a fixação de vencimentos de seus membros, dos juízes inclusive dos tribunais inferiores, onde houver, dos serviços auxiliares e os juízos que lhes forem vinculados; c) a criação ou extinção dos tribunais inferiores; d) a alteração da organização e da divisão judiciárias;(art.96,II, a,b,c,d. CF/88).

IV) *auto-administração financeira*: este princípio possibilita os tribunais gerirem suas dotações orçamentárias(necessariamente entregues pelo executivo,até o dia 20 de cada mês cf. art 168 caput CF/88) bem como a elaborar suas propostas orçamentárias que serão submetidas ao legislativo por ocasião da votação da lei orçamentária anual. (art. 99 CF/88)

A autonomia funcional do judiciário decorre do regime jurídico atribuído pela Constituição Federal aos magistrados. Os juízes gozam das garantias da vitaliciedade (adquirida após dois anos de exercício da função), da inamovibilidade e da irredutibilidade de vencimentos, nos termos fixados pelo Carta Magna (art.95, I, II, III da CF/88).

Mas autonomia funcional é igualmente, assegurada pelas vedações que alcançam os juízes, a saber: o exercício, ainda que em disponibilidade, de outro cargo ou função, salvo uma de magistério; a percepção, a qualquer título ou pretexto, de custas ou participação em processos e, finalmente, o exercício de atividade político-partidário. (art.95, parágrafo único, da CF/88).

A questão da autonomia institucional e funcional do judiciário, dentro do binômio lei constitucional e realidade social, parece indicar uma “ via de mão dupla numa estrada cheia de buracos”.

A sociedade civil procura o judiciário para resolver suas demandas societárias. O judiciário busca dar respostas em moldes interpessoais para a mesma. Entretanto nas respostas de caráter interclassista (coletiva e difusa), o judiciário tem dificuldades para lidar com essa situação, pois teme a “contaminação política do juiz”, procura distinguir o magistrado do político.

Como olvidar a função política-societal do magistrado, enquanto operador jurídico operacionalização dos direitos humanos dentro da realidade social brasileira?

A magistratura, na sua função política-societal, enquanto operador jurídico na operacionalização dos direitos humanos, pode ser visualizado através do movimento dos juízes alternativos do Rio Grande do Sul.

O movimento dos juízes alternativos gaúchos emerge numa época de crise na instância jurídica nacional, de redefinições nos paradigmas jurídicos, de pressões na legalidade por parte dos sujeitos coletivos da sociedade civil.

O movimento pode ser qualificado como uma prática jurídica alternativa levado a cabo por operadores jurídicos no interior do seio do poder judiciário. Os magistrados deste movimento atuam utilizando-se da legalidade estatal, aplicando os instrumentos legais/constitucionais vigentes de forma a efetivar materialmente direitos garantidos pela constituição federal mas não efetivados na prática social. Eles procuram desenvolver formas alternativas de interpretar/aplicar a lei ao caso concreto, com vistas a produzir decisões mais justas socialmente.

Os magistrados alternativos gaúchos percebem o juiz como um ser político que deve participar das lutas político-sociais (na qualidade de cidadão) na localidade onde atua, num plano extra ou supra-partidário. Em suas práticas judiciais, eles buscam a aproximação com o povo, a fim de fazer com que o cidadão compreenda a verdadeira função da justiça. Acreditam na necessidade de inserção na comunidade em que atuam a fim de agilizar/ informalizar os procedimentos judiciais aos casos concretos a fim operacionalizar a eficácia social dos direitos humanos¹⁷².

O movimento dos juízes alternativos gaúchos opera uma ruptura ideológica na cultura jurídica hegemônica. A visão social destes magistrados alternativos pode se constituir num germe dum novo senso comum teórico dos juristas, sendo que alguns dos princípios norteadores são¹⁷³:

¹⁷² Cf. FERREIRA E SILVA, Rafael da Masceno. op. cit. pp.120-125

¹⁷³ Cf. FERREIRA E SILVA, Rafael da Masceno. op. cit. p.126

a) reconhecimento da inexistência da neutralidade do direito e da ciência jurídica.

b) o sistema jurídico e político não são harmônicos entre si, estão sendo questionados pela sociedade civil.

c) o pluralismo jurídico é admitido, pois o direito não se esgota apenas na norma jurídica estatal.

d) o direito é visto no seu caráter de historicidade, pois uma lei que hoje é defendida como justa e contemporânea, amanhã poderá se tornar anacrônica e não mais corresponder à época em que está sendo aplicada.

e) busca-se uma linguagem técnica, porém acessível ao setores populares da sociedade civil.

f) busca-se uma integração tanto das disciplinas jurídicas entre si,(direito constitucional, civil, penal, trabalhista, etc) quanto destas com outros campos do saber em especial: sociologia, economia, filosofia, antropologia, psiquiatria, psicanálise, semiologia, medicina etc.

g) a lei emana de um legislador que possui uma ideologia política mas, após a sua promulgação a lei é passível de múltiplas leituras, a partir da visão social do juiz, quer ele tenha ou não consciência disto. Logo é necessário o magistrado optar por um óptica defensora da justiça social inscrita na constituição federal.

h) a segurança jurídica e a uniformização das decisões judiciais são mitos. Deve-se procurar uma universalidade nas decisões judiciais(a partir dos

princípios gerais do direito) mas sem esquecer o caso concreto. Se a equidade e segurança jurídica entrarem em conflito, deve-se escolher a primeira.

Em suma o sentido transformador do movimento dos juízes alternativos do Rio Grande do Sul, em seus limites, pode ser visualizado no entender de Ferreira e Silva:

[...] como uma relação pedagógica de contra-hegemonia - onde os magistrados alternativos atuam no sentido tanto do desvendamento do discurso jurídico burguês, frente aos operadores jurídicos de modo geral, e frente a comunidade, como através da afirmação positiva de direitos (**no sentido da conquista da cidadania**), ou seja, construindo os princípios culturais e éticos que irão pautar, num sentido prospectivo/utópico, a realidade que se quer construir¹⁷⁴.

Todavia a Justiça Brasileira frente aos dilemas da operacionalização dos direitos humanos, não se resume apenas na atuação do poder judiciário. É cabível tecer alguns comentários sobre a importância do Ministério Público.

Em conformidade com a Carta Magna de 1988, art.127 caput: O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

O caput desse artigo constitucional coloca o Ministério Público (MP) como uma das pedras fundamentais do Estado de direito.

Ao adotar essa redação, a constituição federal de 1988, deixa explícita a transformação do ministério público em verdadeiro *procurador (defensor) do*

¹⁷⁴ Cf. FERREIRA E SILVA, Rafael da Masceno. op. cit. p.127

povo frente a inaplicabilidade e o descumprimento dos direitos à cidadania por parte dos outros poderes do aparato estatal.

Todavia, ao longo da história do direito constitucional brasileiro, houve mudanças variadas na função do ministério público, desde a primeira constituição brasileira de 1824 até a atual de 1988. Esse panorama passou a ser diferente a partir da constituição federal de 1988. Esta Carta Magna ampliou de maneira sensível e inovadora as funções, prerrogativas e garantias do MP¹⁷⁵.

A partir da Constituição Federal de 1988, as funções de defesa do estado e defesa da sociedade estão desmembradas. a defesa do interesses estatais ficou a cargo da Advocacia-Geral da União (art. 131 CF/88) e a defesa do interesses societários é exercida pelo Ministério Público,(art.127, caput. CF/88) logo não há mais que se cogitar de defesa dos interesses do Estado pelo MP, pois esta não é mais sua incumbência constitucional.

¹⁷⁵BARREIROS, Soares, José de Ribamar. O papel do ministério público no controle da administração pública à luz da constituição de 1988. **Revista de Informação Legislativa**, n.128, out./dez., 1995 p.20 .Segundo Barreiros Soares a Constituição de 1824 nada dispunha acerca do Ministério Público (MP), que tinha previsão apenas em leis ordinárias,como, por exemplo, o Aviso de 16 de fevereiro de 1838, que lhe outorgava a função de fiscal da lei do Império. A primeira constituição republicana de 1891, segue o mesmo entendimento, deixando de se referir ao MP. A partir do Constituição de 1934 o MP passou a receber um tratamento constitucional. O Art. 95 parágrafo primeiro, instituiu como chefe do Ministério Público Federal, no juízos comuns, o Procurador-Geral da República, de nomeação do Presidente da República, com aprovação do Senado Federal, dentre cidadãos com os requisitos estabelecidos para os Ministros da Corte Suprema, com os mesmos vencimentos destes, porém, demissível *ad nutum*. No Distrito Federal e nos territórios, os Chefes do MP eram de livre nomeação do Presidente da República dentre juristas de notável saber e reputação ilibada, alistados eleitores e maiores de 30 anos.(cf. art.95 parágrafo 2º da CF/1934). Como se pode observar desses dispositivos constitucionais, o Ministério Público nada mais era do que uma procuradoria do Estado, uma instituição subordinada à Presidência da República, sem independência para agir contra as práticas de atos abusivos por parte da administração Pública. A Constituição do Estado Novo de 1937, não tratou diretamente da organização e funcionamento do MP, porém o mesmo continua submetido ao Executivo. Com a Constituição de 1946 , o Ministério Público ganha novamente contornos constitucionais. Entretanto, o Procurador-Geral da República continua sendo nomeado pelo Presidente da República e demissível *ad nutum* (art.126 caput). Além disso, o parágrafo único desse mesmo artigo atribuía ao MP a função de representação em juízo da União. Mais uma vez, vem a tona,a função do MP como advogado do Estado, sem a necessária autonomia para atuar na defesa da sociedade. A Constituição de 1967 e a Emenda Constitucional nº 1 de 17 de outubro de 1969, mantiveram o MP na função de defensor dos interesses do Estado. Desse modo até a Constituição de 1967, pode afirmar que a função primordial do Ministério Público era a defesa dos interesses estatais. Muito longe estava esta instituição de ser defensora dos direitos e interesses da sociedade, do povo , dos cidadãos. Esta instituição foi concebida para defender os interesses do Imperador(CF/1824) e passando na república a ser visto como defensor do Estado, advogado do Executivo(a partir da CF/1891). Contudo esse quadro passou a ser diferente a partir da atual Constituição de

A Carta Magna de 1988 propiciou todos os mecanismos e meios necessários para o Ministério Público poder cumprir a tarefa de defesa societária. Senão veja-se, no art.127, parágrafo primeiro adotam-se os princípios institucionais da unidade, da indivisibilidade, e da independência funcional. no parágrafo segundo de mesmo artigo dispõe que ao MP é assegurada autonomia funcional e administrativa. Dessa forma é a primeira vez que uma Constituição Brasileira ousou assegurar a independência do MP de maneira expressa e clara.

Esta independência e autonomia frente ao Poder Executivo, implica num dever-poder de defesa da sociedade contra os arbítrios e desmandos do mesmo. Inclui-se, nesse sentido, o controle e fiscalização sobre os atos da administração pública que possam afrontar, ameaçar ou lesar os direitos à cidadania da sociedade civil.

O Ministério Público possui as mesma garantias da magistratura, a saber: vitaliciedade, inamobibilidade e irredutibilidade de vencimentos(art. 128, parágrafo 5º, inciso I, letras a,b,c. CF/88).

Aplicando-se, também, as vedações: receber, a qualquer título e sob qualquer pretexto, honorários, percentagens ou custas processuais; exercer a advocacia; participar de sociedade comercial, na forma da lei; exercer, ainda que em disponibilidade, qualquer outra função pública, salvo de magistério; exercer atividade político-partidária, salvo exceções, previstas em lei (art.128, parágrafo 5º, inciso II, letras a,b, c, d. CF/88).

Dentro das funções institucionais do Ministério Público, previstas na Carta Magna, cabe ressaltar: promover , privativamente, a ação penal pública, na forma da lei; zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias para sua garantias; promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos; exercer o controle externo da atividade policial, na forma de lei complementar; requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial, indicados os fundamentos jurídicos de suas manifestações processuais (art.129, I, II, III, VII, VIII da CF/88).

Nesse sentido, pode-se compreender a importância do Ministério Público (através de seus promotores e procuradores de justiça ou da república) na operacionalização dos direitos humanos, particularmente os direitos femininos, sob dois aspectos que convergem para mesma finalidade¹⁷⁶.

O primeiro diz respeito a atuação de forma comunitária do MP junto aos sujeitos coletivos da sociedade civil, no fomento a criação e manutenção de organismos de base que promovam a difusão do valores pluralistas e democráticos, sobretudo no que tange os direitos humanos inscritos na Carta Magna.

sociedade. Além da Cf/88 o MP tem sua própria Lei Orgânica Nacional nº 8625 de 12 de fevereiro de 1993.

¹⁷⁶ BARREIROS, Soares, José de Ribamar. op. cit. pp.22-25

O segundo aspecto tem como núcleo, o questionamento feito pelo MP sobre os padrões de efetividade social do ordenamento jurídico, denunciando a distância existente entre a igualdade jurídico-formal e as desigualdades sócio-econômicas. Isto significa, que os operadores jurídicos do Ministério Público, com base na Constituição Federal, podem abrir espaços de participação no poder judiciário (órgão estatal conservador), contribuindo para sua gradativa democratização, ampliando com isso, as possibilidades de acesso à justiça por parte da sociedade civil.

Num sentido lato, a Justiça Brasileira ao operacionalizar os direitos humanos, particularmente os direitos femininos, se observa frente a um dilema fundamental: de um lado a existência de uma mega demanda societária (inflada de conflitos coletivos de ordem intergrupar e interclassistas) que vem crescendo diariamente numa velocidade assustadora e de outro lado uma relativa ineficácia instrumental duma instituição judicial que não consegue renovar sua cultura técnico-profissional na mesma velocidade, permanecendo ainda atrelada a uma visão jurídica monista-liberal de cunho kelseniano.

Este frágil equilíbrio ainda não foi rompido devido as iniciativas pioneiras de alguns setores da magistratura, e do ministério público aliado as ações de cidadania promovidas pelos setores da sociedade civil organizada¹⁷⁷

¹⁷⁷A respeito das ações de cidadania promovidas pelos setores organizados da sociedade civil, vide: GAIGER, Luiz Inácio.(coord.) *Formas de Combate e resistência à pobreza*. São Leopoldo: Unisinos, 1996. Vide particularmente os artigos de Scherer-Warren (A Ação Cidadã no combate à pobreza), de Gohn(A Ação da Cidadania contra a miséria e pela vida- ou quando a fome se transforma em questão nacional), de Bertucci (Limites e possibilidades de organização dos excluídos- os projetos comunitários da Cárita Brasileira).

Percebe-se, então, que para construção de um novo *sistema cultural patrimatriarcal compartilhado* faz-se, necessário tecer mudanças estruturais dentro da Cultura Jurídica brasileira vigente, em que os operadores jurídicos possuem uma importância fundamental na operacionalização dos direitos humanos das mulheres.

3.2 O Pluralismo Jurídico como um instrumental de mudanças sociais na sociedade civil .

O pluralismo jurídico é um instrumental interdisciplinar, no que diz respeito, ao seu potencial de mudanças na sociedade civil¹⁷⁸.

Observa-se que, diante da existência de múltiplos fenômenos de pluralismo jurídico, torna-se mais complexo o estabelecimento de um único conceito do tema em discussão. A controvérsia é compreensível na medida em que os aspectos privilegiados podem ter um cunho jusfilosófico, sociológico e antropológico. Isso não invalida a consensualidade comum entre todos de que, de um lado, em qualquer sociedade, antiga ou moderna, ocorrem múltiplas formas de juridicidade conflitantes ou consensuais, formais ou informais; de

¹⁷⁸ A respeito da questão interdisciplinar sobre o pluralismo em seus aspectos social,. político e econômico, bem como a revisão histórica do pluralismo jurídico nas tradições européia e latino americana vide: WOLKMER, Antônio Carlos. op. cit. pp.169-215.

outro, de que o Direito não se identifica e não resulta exclusivamente no Estado¹⁷⁹.

Nesse sentido, cabe esboçar alguns conceitos de pluralismo jurídico a saber:

Jacques Vanderlinden concebe o pluralismo jurídico como a “existência numa determinada sociedade, de mecanismos jurídicos diferentes aplicando-se a situações idênticas”. O casamento entre patrícios e plebeus, na Roma do final do período republicano; a imunidade diplomática na sociedade moderna. A aplicação e a prática num país colonizado do Direito Nativo, paralelamente com o Direito imposto da Metrópole¹⁸⁰.

Outros autores, tais como Sally Falk Moore e John Griffiths, refletindo com base em dados coletados por análises empíricas antropológicas, advogam o caráter universal do pluralismo jurídico, permanentemente associado a uma multiplicidade de “campos sociais semi-autônomos”. A distinção entre ambos está no fato de que para o primeiro o pluralismo jurídico é constituído pela articulação e interdependência de ampla rede de “campos sociais semi-autônomos” com relação a ordem estatal, cada qual convivendo com seus direitos distintos, estatais ou não. Todavia, para John Griffiths utiliza a categoria de “campos social semi-autônomo” para ir mais longe e admitir radicalmente que todo “Direito não é Direito estatal”, sendo que o pluralismo jurídico

¹⁷⁹ WOLKMER, Antônio Carlos. op. cit. p.216

autêntico é aquele dos campos sociais não-estatais. Neste contexto, o Direito é visto como “auto-regulação de um campo social semi-autônomo”, em cujo espaço o pluralismo jurídico não só é a condição normal e universal da organização societária hegemônica como, essencialmente, a consequência natural do pluralismo social¹⁸¹.

Em nível do Brasil, ao se refletir sobre este conceito multifacetário, cabe ressaltar a pesquisa de Joaquim A. Falcão sobre uma série de conflitos de propriedade no perímetro urbano de Recife ao longo dos anos 70. Ele identificou uma certa duplicidade normativa inerente à condição de pluralismo, portanto coexistindo uma justiça legal com uma justiça social, um Direito legal estatal com um Direito social não-estatal. Entende o autor que não só a crise de legitimidade política favorece a emergência de práticas jurídicas paralelas, como, por outro lado, assinala que o pluralismo não deve ser confundido unicamente com a defesa do Direito não-estatal. Na realidade, no dizer do autor, o pluralismo jurídico deve ser visualizado como o esforço teórico de “explicar a convivência contraditória, por vezes consensual e por vezes conflitante entre os vários direitos observáveis numa mesma sociedade”¹⁸².

Dentro de um olhar da sociologia jurídica, cabe ressaltar a percepção de Boaventura de S. Santos sobre este conceito multifacetário de pluralismo

¹⁸⁰ WOLKMER, Antônio Carlos. op. cit. p.216.

¹⁸¹ WOLKMER, Antônio Carlos. op. cit. p.217.

¹⁸² WOLKMER, Antônio Carlos. op. cit. p.218

jurídico. O autor propõe um conceito ampliado, reproduzido no âmbito de dominação das sociedades capitalistas e gerado na articulação concreta de contradição e luta de classes. Tal inserção histórica assume dimensão interclassista e intraclassista, deixando transparecer diferentes modos de manifestações jurídicas e configurando um pluralismo jurídico, cuja a dinâmica reflete a materialidade de “conflitos sociais que acumulam e condensam clivagens sócio-econômicas, políticas e culturais particularmente complexas e evidentes”¹⁸³.

No entender de Boaventura de S. Santos, a pluralidade de Direitos está pautada em amplo processo de relações capitalistas. Envolvendo práticas sociais, formas institucionais, mecanismos de poder, modo de racionalidade e formas jurídicas, relações de poder e conflitos sociais, compondo um amplo espectro de interações que se enquadram em seis “espaços estruturais”. A percepção da pluralidade está em cada “espaço estrutural” abarca uma forma particular de Direito: Direito doméstico (domesticidade, família, casamento), Direito da produção (trabalho, classe, fábrica, sindicato), Direito do mercado (espaço da troca, comércio, produtores e consumidores), Direito da comunidade (espaços dos territórios físicos e simbólicos, grupos oprimidos e hegemônicos), Direito territorial (cidadania, indivíduo, Estado) e Direito sistêmico ou mundial (mundialidade, nação, acordos internacionais). Para o autor o pluralismo jurídico acontece sempre “que no mesmo espaço geopolítico vigora

¹⁸³ WOLKMER, Antônio Carlos. op. cit. p.218.

(oficialmente ou não) mais de uma ordem jurídica”. Esta pluralidade normativa pode ter uma fundamentação econômica, étnica, profissional etc¹⁸⁴.

No entender de Wolkmer o pluralismo jurídico pode ser conceituado da seguinte maneira:

O pluralismo jurídico como a multiplicidade de práticas jurídicas existentes num mesmo espaço sócio-político, interagidas por conflitos ou consensos, podendo ser ou não oficiais e tendo sua razão de ser nas necessidades existenciais, materiais e culturais¹⁸⁵

Esta conceituação de Wolkmer, remete-se a uma percepção progressista do pluralismo jurídico¹⁸⁶.

Este tipo de pluralismo progressista se diferencia do tradicional, pois constata-se que o segundo está pulverizado por inúmeras “limitações” , ou mesmo, avançando um pouco mais até inviabilizado ou inadequado para estruturas de privilégios, desigualdades e injustiças como a brasileira, principalmente quando é assumido por interesses exclusivistas provenientes da barganha de certos segmentos neocorporativistas ou de elites com maior poder de pressão econômica, representantes permanentes das formas de dominação oligárquica antipopular¹⁸⁷.

¹⁸⁴ WOLKMER, Antônio Carlos. op. cit. p.218

¹⁸⁵ WOLKMER, Antônio Carlos. op. cit. p.219

¹⁸⁶ Todavia, cabe ressaltar a existência de pluralismos jurídicos conservadores, ilegais, nos quais Wolkmer faz observações críticas das principais objeções e limites a estes tipos de pluralismos jurídicos. Nesse sentido vide: WOLKMER, Antônio Carlos. op. cit. pp.226-232.

¹⁸⁷ WOLKMER, Antônio Carlos. op. cit. p.230.

Por outro lado o pluralismo jurídico progressista se destaca com um verdadeiro instrumental de mudanças sociais na sociedade civil.

Este tipo de pluralismo jurídico progressista busca repensar uma transformação integral e uma reorganização da vida social (em nível econômico, político, cultural etc.) capaz de favorecer um outro projeto de pluralidade de caráter “ampliado” e “aberto”, identificado plena e autenticamente com as condições objetivas de mudanças e emancipação de sociedades de cultura liberal-individualista como a brasileira¹⁸⁸.

O instrumental de mudanças sociais do pluralismo jurídico progressista reside em sua estratégia democrática de integração procura promover e estimular a participação múltipla das massas populares organizadas e dos novos sujeitos coletivos de base¹⁸⁹.

Todavia, percebe-se que o modelo teórico de pluralismo jurídico que realmente possui um potencial instrumental de transformação societária é o Pluralismo Jurídico Comunitário Participativo (*Plujuricompar*), elaborado por Antônio Carlos Wolkmer¹⁹⁰.

¹⁸⁸ WOLKMER, Antônio Carlos. op. cit. p.230

¹⁸⁹ WOLKMER, Antônio Carlos. op. cit. p.231

¹⁹⁰ A Teoria do pluralismo jurídico comunitário participativo é resultado de sua pesquisa de Tese de doutorado do Curso de Direito da UFSC. A sua Tese foi publicada em 1994 ,estando atualmente na sua terceira edição ampliada e atualizada, a saber: WOLKMER, Antônio Carlos *Pluralismo Jurídico Fundamentos de uma nova cultura no Direito*. 3ed São Paulo: Alfa Omega, 2001. p.403. Todavia o surgimento desta Teoria sobre pluralismo jurídico é fruto de anos de estudo e pesquisa como um pesquisador interdisciplinar do Direito. Pode-se perceber as sementes de sua Teoria através das seguintes obras: *Ideologia, Estado e Direito*. São Paulo: RT, 1989/ *Constitucionalismo e Direitos Sociais no Brasil*. São Paulo: Acadêmica,1989/ *O Terceiro Mundo e a nova ordem internacional*. São Paulo: Ática, 1989/ *Elementos para uma crítica do Estado*. Porto Alegre: Sergio Antônio Fabris, 1990/ *Introdução ao Pensamento Jurídico Crítico*. São Paulo, Acadêmica, 1991. Cabe salientar que a sua obra *Ideologia, Estado e Direito* foi revista e ampliada em 2003 pela Editora RT, estando na sua quarta edição. Em relação a sua obra *Introdução ao Pensamento Jurídico Crítico*. está na sua quarta edição, revista e atualizada em 2002, passando nesta edição a ser publicada pela editora Saraiva.

O modelo teórico de Wolkmer, está inserido dentro de uma perspectiva crítico-interdisciplinar latino americana, todavia aceitando os valores universais da modernidade inacabada, onde se faz necessário, gerar ações sociais para suprir as necessidades humanas fundamentais, dando um novo sentido de legitimidade e constituição dos direitos humanos à cidadania participativa dos sujeitos coletivos; obtendo uma nova significação de validade para uma ética de alteridade visceral; dando vigência a um espaço político público descentralizado, democrático e comunitário, proporcionando o desenvolvimento de uma racionalidade emancipatória.

Esta proposta teórica de Wolkmer, nos traz uma nova dinâmica política, com um novo olhar sobre a circulação dos fluxos de poder pela totalidade do tecido societário, desmistificando as fronteiras ideológicas entre o monismo jurídico estatal e os pluralismo jurídicos societários. É possibilidade de democratização das Instituições jurídico-políticas e o surgimento de um novo ser humano pluralista e democrático.

A concepção pluralista de Wolkmer, está delineada na sua obra geradora intitulada: *Pluralismo Jurídico: Fundamentos de uma nova Cultura no Direito*.

Nesta obra interdisciplinar, o autor explana sobre a origem, evolução e declínio da Cultura Jurídica Estatal, ele faz um levantamento historiográfico

detalhado do monismo jurídico como projeto da modernidade burguesa-capitalista, tecendo relações sócio-políticas entre a evolução das fases do Capitalismo com o surgimento do Estado e do Direito Estatal Modernos.

Com base nestas relações demonstra que há uma Crise de hegemonia e disfunções no atual paradigma jurídico de cunho monista liberal-burguês.

Nesse sentido aponta que o espaço da Crise do paradigma jurídico, também se faz presente dentro da Justiça Brasileira de capitalismo periférico. A fim demonstrar esta realidade fática, ele traça um esboço histórico da trajetória da cultura jurídica no Brasil, apontando as interconexões entre as necessidades, direitos e a questão dos conflitos.

Com base neste esboço histórico e interconexões, ele procura expor as contraposições sócio-políticas da ineficácia instrumental do Poder judiciário brasileiro frente aos conflitos coletivos, que devido a esta ineficácia, ocorre a emergência de novos sujeitos coletivos acabam se tornando novos marcos histórico-político, através de suas práticas sociais.

Nessa direção ele aborda as principais fontes de produção da nova cultura jurídica, indicando os movimentos sociais como novos sujeitos coletivos, como canais de reivindicação das necessidades societárias enquanto fator de validade de novos direitos humanos e também como fonte de produção jurídica não estatal.

Com base neste novo papel dos movimentos sociais comenta a existência de Crise de representação política junto ao Estado e novas possibilidades que surgem através da identidade destes atores coletivos.

Dentro desse contexto explanado, o autor busca delinear o pluralismo jurídico como uma projeção de um marco alteridade da modernidade inacabada. Ele faz uma pesquisa minuciosa sobre o pluralismo em geral na sua natureza e especificidade. Após isto ele entra no estudo do pluralismo jurídico, fazendo a sua revisão histórica na tradição europeia e na América Latina, apontando as suas possibilidades, suas objeções e seus limites.

Com base nisto, ele exhibe com maestria os fundamentos da sua teoria interdisciplinar do *Plujuricompar*, que servirá de base teórica para o surgimento de um novo paradigma jurídico na América Latina.

O modelo do *Plujuricompar* tem como seus fundamentos de efetividade material: *os novos sujeitos coletivos de juridicidade, sistema das necessidades humanas fundamentais* e como os fundamentos de efetividade formal: *a reordenação política do espaço público: a democracia, a descentralização e a participação, a ética concreta da alteridade, a racionalidade enquanto necessidade e emancipação.*

Nesse sentido, ele busca demonstrar a realidade do pluralismo jurídico existente nas práticas de justiça participativa no interior do Direito oficial e não oficial.

O pluralismo jurídico se faz presente no interior do Direito oficial por intermédio: das Convenções coletivas de trabalho, ações propostas por sujeitos coletivos, Conciliação, mediação, arbitragem e juizados especiais de causas cíveis e penais e pelo uso ético jurídico do Direito Estatal por parte de operadores jurídicos comprometidos com a justiça social. E no direito não oficial se apresenta através: da resolução dos conflitos por via não-institucionalizada; fontes de produção legislativa não-institucionalizada tais como Convenções coletivas de novo tipo, acordos setoriais de interesse etc.

Com base nisto, ele delineia com detalhes a Cultura jurídica informal e as formas periféricas de legitimação, bem como, traça reflexões aprofundadas sobre valores éticos presentes nos movimentos sociais e sua relação com o horizonte da nova justiça participativa.

Em suma na sua obra, Wolkmer confirma que o modelo teórico do *Plujuricompar* possui uma perspectiva interdisciplinar, conseguindo, no largo espectro da historicidade de uma comunidade local ou global, intercalar o “singular” com a “pluralidade, a junção democrática da variedade com a equivalência, a tolerância expressa na convivência do particular com a multiplicidade.

Wolkmer exhibe um resumo de dez assertivas que foram os pontos norteadores principais desta obra sobre pluralismo jurídico.

Em síntese, a conclusão a que se chega é que:

1º) em estruturas de Capitalismo periférico nos moldes da latino-americana, a ordem jurídica não pode ser exclusivamente reduzida a instituições e aos órgãos representativos do monopólio estatal, pois impõe-se o reconhecimento de outras

fontes informais de produção legal geradas no seio da própria Sociedade e por ela e para ela orientadas;

2º) ao examinar a crise da hegemonia do modelo jurídico tradicional (monismo estatal individualista), delineia-se, gradual e progressivamente, uma resposta através da sua transformação em paradigma alternativo, assentado em proposições culturais, que partam das condições e das práticas cotidianas, processadas e instituídas por novos agentes históricos;

3º) nesse paradigma desejado e descrito, o ponto de fundamentação não está mais preso aos rígidos ditames de regras tecnoformais e ordenações teórico-abstratas, mas ao processo de um práxis marcada por horizontes de frágeis igualdades e composto por espaços de conflitos intermitentes;

4º) os pressupostos da nova legitimidade se dissociam da chancela estatal, dos critérios tradicionais de efetividade formal, da legalidade positivista e dos modelos individualistas de jurisdição, embasando-se no poder de participação, eficácia social e no consenso do “justo” comunitário;

5º) a criação permanente de “novos” direitos, assumindo dimensão individual, política, social e difusa ou metaindividual, está diretamente relacionada com o grau de eficácia de uma resposta à situação ou condição de privação, negação ou ausência de necessidades reivindicadas por sujeitos individuais/coletivos;

6º) diante da insuficiência das fontes formais clássicas do modelo jurídico estatal, os novos movimentos sociais tornam-se portadores privilegiados do novo pluralismo político e jurídico que nasce das lutas e das reivindicações em torno das carências, aspirações desejadas e necessidades humanas fundamentais;

7º) as práticas pluralistas concorrentes, no âmbito da legislação e da jurisdição, constituem uma cultura informal, caracterizada pela subsistência, tanto de manifestações normativas no interior da própria ordem jurídica positiva e oficial, quanto à margem do Direito posto pelo Estado;

8º) a cultura legal-estatal, contrapõe-se um modelo de pluralismo concebido a partir de outro modo de conceber a racionalidade e um outra ética pelo refluxo político e jurídico de novos sujeitos- os coletivos; pelas novas necessidades- os direitos construídos pelo processo histórico; e pela reordenação da Sociedade civil- o deslocamento normativo do centro para periferia, do Estado para a Sociedade, da lei para os acordos, arranjos e negociações. É uma dinâmica interativa de um espaço público aberto democrático e compartilhado;

9º) além de possuir funções integradoras- une indivíduos, sujeitos coletivos e grupos organizados em torno de necessidades comuns-, o novo pluralismo de teor progressista não inviabiliza a existência do Estado fiscalizado e controlado pelo poder local comunitário, tampouco exclui aceitar a “questão” Estado, suas transformações e desdobramentos mais recentes;

10º) por fim o reconhecimento de outro paradigma cultural de validade para o Direito, será representado por uma nova espécie de pluralismo, designado como pluralismo jurídico comunitário participativo.¹⁹¹

Uma vez tendo o entendimento preliminar sobre a teoria do *Pluricompar* de Wolkmer, buscar-se-á traçar algumas possibilidades de pontes interdisciplinares desta teoria, com os direitos humanos das mulheres.¹⁹²

¹⁹¹ WOLKMER, Antônio Carlos. op. cit. pp.359-361

¹⁹² As possibilidades de pontes interdisciplinares entre a teoria do *Pluricompar* e os direitos humanos das mulheres são inéditas, pois não foram feitas anteriormente. Todavia já existe uma pesquisa anterior de pontes entre o pluralismo jurídico e a filosofia da liberdade na América Latina. Sobre isto vide: SILVA FILHO, José Carlos Moreira da. *Filosofia*

3.3 O Pluralismo Jurídico Comunitário Participativo e os Direitos Humanos das Mulheres: possibilidades de pontes interdisciplinares.

As possibilidades de traçar pontes interdisciplinares entre a teoria do *Plujuricompar* com os direitos humanos das mulheres residem na reflexão crítica de algumas *categorias-chaves*¹⁹³ que darão legitimidade ao surgimento de uma nova cultura jurídica informal nos países de capitalismo periférico latino americanos.

No entender de Wolkmer, a primeira *categoria chave* para ser refletida é a legitimidade. Isto é a análise passa, preliminarmente pela legitimidade dos sujeitos coletivos e pela legitimidade de suas propostas, interesses e reivindicações.

Indiscutivelmente o desafio está em reconhecer a presença e o significado dos sujeitos coletivos como autênticos portadores de nova cultura político-jurídica de base, acentuando não só seu caráter reivindicatório mas sobretudo sua dimensão participativa e construtiva. Sua ação e sua luta, ainda que predominantemente direcionadas á justa satisfação das necessidades relativas às condições materiais e à qualidade de vida, engendradas pela produção e consumo da industrialização capitalista da modernidade, pode englobar outras demandas coletivas diversificadas (direito à terra e à moradia, direitos humanos, direito às minorias étnicas, direitos relativos ao pacifismo, ecologia, liberdade sexual e religiosa etc).¹⁹⁴

O sistema patriarcal compreende o movimento feminista como um movimento social que busca a sua legitimação em demandas específicas de

Jurídica da Alteridade: Por uma aproximação entre o Pluralismo Jurídico e a Filosofia da Libertação Latino Americana. Curitiba: Juruá, 1998.

¹⁹³ No entender de Wolkmer estas categorias-chaves estão relacionadas com os valores essenciais dos movimentos sociais (legitimidade, identidade, autonomia, satisfação das necessidades fundamentais, participação democrática de base, expressão cultural do novo) e sua influência para construção de uma nova cultura jurídica informal.

nichos pós-modernos, ou seja, como este movimento social poderia construir a sua legitimidade com base em suas demandas específicas, onde as demandas sociais de emprego, moradia, alimentação e educação são prioridade em países de capitalismo periférico?

Todavia ao se observar o movimento feminista, por um olhar *patrimatriarcal compartilhado* através do modelo teórico do *Plujuricompar*, percebe-se que a sua legitimidade é inerente a sua origem, ao conteúdo de seus objetivos, aos seus valores e princípios, as suas estratégias de ação e a base social de seus atores.

Esta legitimidade está presente no sentido *stricto sensu* e *lato sensu* do movimento feminista, particularmente nos países latinos americanos.

O movimento feminista *stricto sensu* se legitima, principalmente através do conteúdo de seus objetivos pois vem lutando no decorrer da história por direitos humanos inerentemente femininos. Podemos citar alguns destes direitos: o uso psico-sexual do seu próprio corpo, a proteção contra a violência física e sexual familiar patriarcal, a proteção contra o assédio sexual no trabalho e na escola, melhores condições psico-biológicas específicas de trabalho e salário no comércio e na indústria, respeito a sua dignidade humana durante seu período de tensão pré-menstrual (TPM) etc.

O movimento feminista *lato sensu* se legitima através da extensão dos seus valores e princípios, as suas estratégias de ação e a base social de seus

¹⁹⁴ WOLKMER, Antônio Carlos. op. cit. pp.321-322

atores. Podemos perceber isto nas interfaces deste movimento feminista na ampliação destes mecanismos sócio-político junto ao outros novos movimentos sociais que lutam por outros direitos humanos tais como: o direito à terra, a moradia, o direito das minorias étnicas, direito à paz , direito ao ambiente sadio e sustentável ecologicamente, direito à liberdade sexual, o direito à liberdade religiosa etc.¹⁹⁵

No entendimento do olhar *patrimatriarcal compartilhado* sobre a concepção teórica do *Plujuricompar* a legitimação do movimento feminista *lato sensu* através da extensão dos seus valores e princípios, as suas estratégias de ação e a base social de seus atores está relacionado com sua capacidade de produzir formas de regulações consensuais autônomas, ou seja, o *locus* de práticas cotidianas habilitadas a transformar carências e necessidades societárias em novos direitos humanos.

Esta capacidade de legitimação por intermédio da produção de formas de regulações consensuais autônomas do movimento feminista *lato sensu* é devido o mesmo ser tratado como um novo movimento social.¹⁹⁶ Ao ser considerado como um novo movimento social, se está reforçando sua

¹⁹⁵ A respeito da legitimidade através interfaces de seus mecanismos sócio-político e culturais do movimento feminista *lato sensu* com demais movimentos sociais vide: HOLANDA, Heloisa Buarque de. CAPELATO, Maria Helena Rolim.(Orgs.) *Relações de Gênero e Diversidades Culturais na Américas*. São Paulo: Expressão e Cultura/EDUSP, 1999. p. 573

¹⁹⁶ A diferenciação entre os antigos movimentos sociais, dos novos movimentos sociais é que os primeiro estão vinculados ao conceito de classe, subordinados ao Estado e de caráter temporário e os novos são de teor interclassista, possuidores de autonomia relativa frente ao Estado e de alcance duradouro, mais ou menos permanentes. Para compreender melhor esta diferenciação vida a obra SCHERER-WARREN, Ilse. *Movimentos sociais um ensaio de interpretação sociológica*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1987.

característica da busca de suas origens na rupturas e crises valorativas, no esgotamento das estruturas institucionais de governo e representação, bem como no crescimento das demandas sociais vinculadas à melhoria das condições de vida e no aumento das contradições geradas pelo desenvolvimento de sociedades do Capitalismo periférico.

Uma vez admitindo-se o reconhecimento da legitimidade dos novos movimentos sociais a proposição do *Plujuricompar* indaga sobre os valores ético-sociais desta legitimidade e seus critérios-limites no tecido societário e nas suas relações com o Estado:

Mas caberia perguntar: essa ação coletiva de desmitificação do imaginário jurídico instituído, opressor e injusto e a consequente afirmação e criação de “novos direitos” encontra sua forma de legitimação em qualquer movimento social? Em outros termos, admitindo a presença de legitimidade na ação dos sujeitos coletivos de juridicidade, indagar-se-ia se todo o movimento social está legitimado a produzir direitos e se toda regulação comunitária autônoma e espontânea (não estatal) é justa, válida, e legítima. (...) A ausência de valores mínimos e universais relacionados à eticidade e à justiça esvaziam a legitimidade desses “direitos”. A legitimidade dos direitos produzidos pelas subjetividades coletivas emergentes depende de determinados “critérios-limites”, intimamente associados ao “justo”, ao “ético” e ao respeito à vida humana. Neste contexto, as regras ou preceitos normativos com força de lei, produzidos por grupos mal-intencionados, sem uma “causa justa” ou sem critérios éticos limitadores, não merecem ser considerados como “direitos”. Exemplificação disso pode ser visto nos grupos societários como a Máfia na Itália, a Ku-Klux Klan no EUA, o Cartel de Medellin (Colômbia) e os antigos esquadrões da Morte no Brasil.¹⁹⁷

Dentro da óptica *patrimatriarcal compartilhada* sobre o modelo do *Plujuricompar*, percebe-se a presença no movimento feminista tanto no aspecto *lato e stricto sensu*, nas suas práticas cotidianas, a eticidade inerente a sua origem e seus critério-limites de relações com o Estado. Todavia em sua extensão *lato sensu* com o movimento social de legalização da prostituição

feminina no Brasil, não rompe com os critérios-limites associados ao justo e ético social.

Para Leite propor a legalização desta profissão milenar no Brasil, dará condições de trabalho digno e assistência psicológica e médica para mulheres que convivem diariamente com alto risco de vida, somada ao preconceito social dando a possibilidade de reconhecer um direito inerente e não continuar convivendo com a hipocrisia patriarcal.¹⁹⁸

Pode-se perceber claramente que os Cartéis mafiosos que controlam a prostituição na América Latina, só o fazem, devido aos governos e a sociedade latino americana estar “fazendo de conta” que prostituição é somente um “caso de polícia” e não uma realidade social cotidiana com reflexos diretos na estrutura das famílias. Neste caso está claro qualquer movimento social que lute pela dignidade destas profissionais do sexo, deveria ser reconhecido a legitimidade sócio-político de suas demandas sociais de juridicidade.

Uma vez feita a reflexão sobre a legitimidade dos novos sujeitos coletivos, passa-se a refletir sobre as demais *categorias-chaves*. Para teoria do *Plujuricompar* estas, estão relacionadas aos próprios valores essenciais inerentes aos novos movimentos sociais a saber:

Nesta perspectiva, o valor “identidade”, enquanto reconhecimento de subjetividades, experiências históricas e ações compartilhadas, quando projetado na mundialidade jurídica, envolve um amplo processo coletivo de consensualidade a respeito da transgressão e da supressão das múltiplas formas assumidas pela Lei

¹⁹⁷ WOLKMER, Antônio Carlos. op. cit. pp.323-324

¹⁹⁸ A fim de compreender a legitimidade das demandas sociais deste movimento feminista *lato sensu* levantadas através do movimento social em defesa dos direitos das prostitutas no Brasil, vide a obra da socióloga brasileira e prostituta de rua assumida publicamente : LEITE, Gabriela Silva. *Eu, mulher da vida*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

(enquanto opressão e violência), pelo Direito (enquanto instrumento a serviço dos interesses de segmentos privilegiados) e pela Justiça (enquanto fator de comprometimentos e desigualdades).

(...) O Valor autonomia, que reproduz uma forma conquistada de ser ou mesmo um modo de agir, organizar-se e ter consciência da historicidade presente. Sob este aspecto, a “autonomia” expressa o imaginário de grupos comunitários instituintes que são responsáveis por suas ações na medida em que seu agir emancipatório resulta de suas aspirações, de suas exigências e de suas experiências interativas.

(...) um valor que se expressa como condição de efetividade material e com o objetivo finalístico das “vontades coletivas”, ou seja, a satisfação das “necessidades humanas fundamentais”. As condições geradas pela sociedade burguesa de massa e pela produção e consumo do Capitalismo atual globalizado (em sua condição periférica ou central) propiciam determinadas necessidades materiais e sociais que não podem ser satisfeitas nos limites institucionalizados dessas condições alienantes de vida.

Por sua vez, não menos significativo é ainda o valor “participação”, que é configurado como processo contingente de interação entre sujeitos individuais/coletivos e o poder comunitário legalmente instituído. Por certo, o alargamento do espaço público, de base democrática, pluralista e descentralizada, só se materializam com a efetiva “participação” e controle por parte dos agentes e grupos comunitários.

Por último, há de se contemplar em que medida o valor cultural do “novo” (como ação, como forma de ser e como modo de organização), vinculado às manifestações atuais dos sujeitos sociais emergentes, pode caracterizar uma cultura periférica insurgente no que tange ao que seja Lei, Direito e Justiça.¹⁹⁹

O movimento feminista *lato e stricto sensu* ao ser observado através do olhar *patrimatriarcal compartilhado* possui estes cinco valores essenciais dos novos movimentos sociais.

O valor da identidade está colocado sobre a própria história dos direitos humanos das mulheres no que diz respeito a liberdade do uso de seu corpo. A história de lutas das mulheres não é composta pela história de acontecimentos externos em progressão linear. Guerras, dinastias e impérios nasceram e morreram em períodos de tempo mais curtos, com menor impacto sobre a vida da mulher do que a prática do tabu da menstruação e do infanticídio feminino.

¹⁹⁹ WOLKMER, Antônio Carlos. op. cit. pp.337-339

O ataque histórico bio-psico-social e religioso ao corpo da mulher, no decorrer dos séculos foi uma tentativa do Sistema patriarcal (por intermédio das instituições religiões monoteístas e das Ciências bio-médicas) desintegrar culturalmente a identidade feminina.

Todavia o movimento feminista tanto no seu aspecto *lato e stricto sensu* lutaram no transcurso da história da humanidade, com suor e sangue, desde de suas origens até a atualidade para resgatar a identidade feminilidade perdida.²⁰⁰

O valor da autonomia reside na associação com o valor identidade, para resgatar o poder da escolha do caminho feminino dentro do tecido societário patriarcal.

Pode-se como exemplo deste poder de escolha: a escolha do seu cônjuge no matrimônio, a escolha de sua profissão, a escolha pode viver solteira, a escolha de poder ter filhos ou não, a escolha poder interromper a sua gravidez, a escolha de sua opção sexual etc.

O movimento feminista no decorrer de sua história sempre esteve atento ao resgate ao poder de escolha feminino.²⁰¹

²⁰⁰ A respeito da busca de resgatar de forma interdisciplinar a feminilidade perdida diante do sistema patriarcal, vide a obra de: ZWEIG, Connie. *Mulher em busca da feminilidade perdida*. São Paulo: Gente, 1994.

²⁰¹ A respeito do valor autonomia e sua relação do poder de escolha feminina do ponto de vista histórico movimento feminista vide a obra clássica de: FLORESTA, Nisia. *Opúsculo Humanitário. Com estudo introdutório e notas de Peggy Sharpe-* Valadares São Paulo: Cortez, 1989.

O valor da satisfação das necessidades humanas fundamentais se soma de forma associativa com a identidade e a autonomia para gerar o valor das necessidades femininas fundamentais.

Estas necessidades fundamentais de caráter feminino, surgem na segunda metade do século XVIII com a revolução industrial inglesa e os fenômenos sócio-econômicos e culturais decorrentes do capitalismo industrial.

A perda do antigo modelo de economia familiar feudal, onde a mulher apesar das regras moralista patriarcais, possuía uma certa posição social no tecido societário. As novas condições de trabalho afastam a mulher da vida doméstica e familiar. As mulheres sofrem uma verdadeira segregação sexual nos centros industriais, onde as suas condições de trabalho eram escravizantes.²⁰²

Todavia na atualidade onde o Capitalismo informacional ou digital conduz a regras do jogo das relações internacionais. As necessidades fundamentais femininas nos países de capitalismo central e nichos de classe média dos de países de capitalismo periféricos estão sendo colocadas no plano de ser um grande mercado consumidor para grandes indústrias do vestuário, de calçados, de produto de beleza, saúde e de higiene feminina.

²⁰² Para maiores detalhes do surgimento destas necessidades femininas fundamentais, do ponto de vista feminista histórico-crítico veja a obra clássica: BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo 1. Fatos e mitos*. 11ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000. *O segundo sexo 2. Fatos A experiência vivida*. 11ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

A mulher que é economicamente ativa torna-se consumidora primordial destes produtos femininos, que na visão masculina são tão prioritários.

O movimento feminista em aspectos *lato e stricto sensu* busca conciliar as necessidades dos setores de mulheres da classe média com os setores populares nos países de capitalismo periférico.

Cremos que nenhum aspecto dever ser negado, tudo vai depender da Cultura e das condições sócio-econômicas de cada setor feminino.²⁰³

O valor da participação política está relacionado diretamente aos valores da identidade e autonomia feminina. Pois ao lutar pela participação política no decorrer de sua história, a mulher não estava somente lutando pelo direito ao sufrágio universal, mas sim, principalmente, estava lutando pelo seu direito ao controle político de seu corpo biológico.

Para ilustrar esta assertiva convém mencionar o discurso feminista em 1919 de Victor Robinson, membro da Liga Americana da Paternidade/Maternidade Voluntária, que afirmou que o principal direito para a mulher conquistar no século XX seria o controle do uso de seu poder de natalidade, sob pena de perder outros direitos políticos perante o sistema patriarcal.

²⁰³ Para compreender o valor das necessidades fundamentais femininas e sua relação com o capitalismo digital vide a obra de CASTELLS, Manuel. Poder da Identidade 2ªed Tradução Klauss Brandini Gerhardt Vol 2 São Paulo: Paz e Terra, 1999.

Quando as mulheres começaram a reclamar sua admissão ao ensino superior, os homens lembraram que uma mulher que, em Botânica, estudasse que as plantas tinham órgãos sexuais, deixaria de ter condições para ter contatos com as suas irmãs respeitáveis. Quando ela bateu às portas da Medicina, os homens declararam que uma mulher capaz de ouvir uma aula sobre anatomia tornava-se indigna de ser esposa honrada. Quando ela pediu clorofórmio para aliviar as dores do parto, os homens rapidamente informaram-na de que se as mulheres parissem sem dor, eles não poderiam amá-las. Quando a mulher casada pediu o direito de ter propriedades, os homens juraram que tal medida radical aniquilaria totalmente a influência das mulheres, explodiria um vulcão embaixo dos fundamentos da união familiar, e destruiria a verdadeira felicidade da vida conjugal, garantindo que não opunham à medida por amar menos a justiça, mas por amarem mais as mulheres. Durante muitos anos nos quais a mulher lutou pela cidadania, os homens reuniram-se em antros de jogo ou em bares para lamentarem, uns com os outros, que a mulher estava destruindo o lar. Agora a mulher pede para controlar seu próprio corpo, e há homens que afirmam que se as mulheres aprenderem a evitar a gravidez, elas irão abolir a maternidade. Parece que sempre existem homens perseguidos pela idéia do medo que as mulheres estão planejando a extinção da raça. Tentar raciocinar com tais homens é loucura, e só podemos esperar que um conhecimento generalizado dos métodos contraceptivos, criteriosamente aplicados, venha eliminar esse tipo de homem.²⁰⁴

O direito de controle da contracepção por parte da mulher, é um principais direitos que amplia o espaço público da participação política feminina no tecido societário. Pois a descoberta da pílula anticoncepcional possibilitou um maior controle do uso político do seu corpo biológico²⁰⁵.

O movimento feminista dos anos 60 e 70 entendia que o sexo poderia ser usado somente por prazer e afeto, evitando as conseqüências de uma gravidez indesejada através da descoberta da pílula anticoncepcional.

A pílula se converteu em uma alavanca política feminista nos anos 60 e 70 na Europa e nos Estados Unidos. Para este tipo de feminismo, o desenvolvimento da mulher fora do ciclo reprodutivo daria uma maior identidade individual e coletiva para as mesmas. Como este direito a mulher

²⁰⁴ MILES, Rosalind. op. cit. p.284

²⁰⁵ A pílula anticoncepcional foi descoberta em 1955 pelo pesquisador Gregory Pincus no Instituto Worcester de Biologia Química em Massachusetts.

poderia libertar-se do ciclo milenar de atividade sexual, gravidez, parto, lactação, gravidez. As mulheres não seriam mais pecadoras, filhas de Eva, mas as mulheres se tornariam, verdadeiramente sujeitos de direito com uma autonomia ampliada, ajudando a superar os preconceitos do sistema patriarcal.

O valor cultural do novo, analisado pelo ponto de vista *patrimatriarcal compartilhado*, se entrelaça com todos os valores essenciais anteriores refletidos. (identidade, autonomia, necessidades femininas fundamentais, participação política feminina).

Cabe ressaltar algumas linhas da conclusão da obra *O Segundo Sexo* de Beauvoir, onde a interconexão entre valores culturais é ventilado com a força da brisa e a suavidade da tempestade.

Se desde a primeira infância a menina fosse educada com as mesmas exigências, as mesmas honras, as mesmas severidades e as mesmas licenças que seus irmãos, participando dos mesmos estudos, dos mesmos jogos, prometida a um mesmo futuro, cercada de mulheres e de homens que se lhe afigurassem iguais sem equívoco, o sentido do “complexo de castração” e “do complexo de Édipo” seria profundamente modificado. Assumindo o mesmo título que o pai, a responsabilidade material e moral do casal, a mãe gozaria do mesmo prestígio duradouro; a criança sentiria em torno de si um mundo andrógino e não um mundo masculino; ainda que mais efetivamente atraída pelo pai- o que não é seguro- seu amor por ele seria matizado por uma vontade de emulação e não por uma sentimento de impotência; ela não se orientaria para a passividade. Autorizada a provar seu valor no trabalho e no esporte, rivalizando ativamente como os meninos, a ausência do pênis- compesada pela promessa do filho- não bastaria para engendrar um “complexo de inferioridade”; correlativamente, o menino não teria um “complexo de superioridade” se não lhe insuflassem e se estimasse as mulheres tanto quanto os homens. A menina não procuraria portanto compensações estereis no narcisismo e no sonho, não se tomaria por dado, interessar-se-ia pelo que faz, empenhar-se-ia sem reticência em suas empresas. Disse quanto a puberdade seria mais fácil se ela a superasse como o menino, em direção a um futuro livre de adulto; a menstruação só lhe inspira tamanho horror porque constitui uma queda brutal na feminilidade, ela assumiria também muito mais tranquilamente seu jovem erotismo se não sentisse um desgosto apavorado pelo conjunto de seu destino; uma educação sexual coerente a ajudaria a sobrepujar a crise. E graças à educação mista, o mistério augusto do Homem não teria oportunidade de surgir: seria destruído pela familiaridade quotidiana e as competições francas.²⁰⁶

²⁰⁶ BEAUVOIR, Simone de. Vol. 2 op. cit. pp.494-495

O valor cultural do novo reside numa educação emancipatória de caráter interdisciplinar, esta educação levaria para o cotidiano das relações humanas esta visão teórica *patrimatriarcal compartilhada*, dando possibilidade do surgimento de um novo sistema cultural onde as relações sociais entre homens e mulheres poderão estar em harmonia com o princípio da igualdade jurídica com respeito as diferenças bio-psico-sócio culturais.²⁰⁷

A problemática do valor cultural do novo não se centraliza na institucionalização das demandas sociais do movimento feminista, mas na capacidade histórica de incansável questionamento a lógica do sistema patriarcal dominante e a busca de alternativas de novas relações societárias entre os homens e as mulheres.

Esta capacidade histórica do movimento feminista está na pauta na luta pela superação dos óbices bio-psico-social e religiosos impostos pelo sistema cultural patriarcal ao corpo biológico feminino.

No decorrer da história da humanidade, descrita pelo patriarcalismo, as mulheres eram vistas como seres reprodutores, todo e qualquer indisposição que ela tivesse era tratada por meio de tratamento dos órgãos reprodutores. Na Europa e nos Estados Unidos do Século XIX, a Anemia, histeria, insanidade,

²⁰⁷Para compreender o valor cultural do novo do ponto de vista *patrimatriarcal compartilhado* e suas relações com um educação emancipatória de caráter interdisciplinar vide as seguintes obras: AMORÓS, Célia. *Hacia una crítica de la razón patriarcal*. 2º ed: Barcelona: Anthoropos, 1991. BADINTER, Elisabeth. *Um é o outro um livro polêmico que anuncia um novo tempo nas relações homem-mulher*. 4ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986. BLAY, Eva Alterman (org.) *Igualdade de oportunidades para as mulheres*. São Paulo: Humanitas, 2002. PERROT, Michele. *Mulheres Públicas*. São Paulo/UNESP, 1998.

criminalidade, eram tratadas por cirurgia sexual, com os ginecologistas geralmente removendo um ovário ou a trompa de falópio de cada vez, gerando desse modo sua dependência ao tratamento médico. A dilatação e curetagem (abertura forçada do colo do útero para raspar seu revestimento interior) eram comumente realizadas para seu efeito moral. A prática médica da época acabava se tornando um estupro cirúrgico. A cirurgia sexual era especialmente recomendado para as moças de comportamento repreensível ou de tendência exibicionistas²⁰⁸.

A Outra prática cirúrgica comumente realizado pela classe médica no século XIX e primeira metade do Século XX A retirada do clitóris. Esta cirurgia patriarcal abominável era executada para curar masturbações, alucinações, cataro vaginal, irritação da espinha e mania histérica, sendo particularmente recomendada para a epilepsia.²⁰⁹

A classe médica daquele período histórico em nome de uma pseudo ciência patriarcal, estava complacentemente retornando a época do patriarcalismo absolutista medieval das mutilações genitais de retirada do clitóris que eram feitas na África e alguns lugares do oriente médio em nome de ideologias religiosas e culturais, e que infelizmente na atualidade do século XXI continuam a ser realizadas.²¹⁰

²⁰⁸ Cf: MILES, Rosalind. op. cit. p.286

²⁰⁹ Cf: MILES, Rosalind. op. cit. p.287

²¹⁰ Sobre o histórico da luta feminista sobre o controle de seu corpo biológico e as práticas cirúrgicas da classe médica no ocidente vide os 4 volumes da obra. ZONABEND, Françoise. SEGALIN, Martine. ZUBER-KLAPISCH Christiane.

Os valores essenciais dos novos movimentos sociais da legitimidade, da identidade, da autonomia, das necessidades humanas fundamentais, da participação política, do valor cultural do novo, elencados pela teoria do *Pluricompar* estão intrinsicamente interconectados como a história dos direitos humanos das mulheres através dos movimentos feministas *lato e stricto sensu*.

Para se compreender melhor está assertiva, É cabível o tecer algumas considerações sobre o movimentos feministas enquanto um fenômeno plural dentro da atual diversidade cultural planetária.

No entender de Castells o movimento feminista é plural onde a sua “polifonia instigante” caracterizado por sua força e vitalidade, proporciona um poder de adaptação à diversidade cultural existente no mundo.

Para Castells reconhecimento da pluralidade do movimento feminista, da sua identidade comum, dos seus adversário político-culturais e das metas dentro da diversidade cultural global, é ponto fundamental para se entender os valores essenciais inerentes as suas propostas enquanto um novo movimento social. Nesse sentido, ele elabora uma tipologia analítica dos movimentos feministas, percebendo que a defesa dos direitos humanos das mulheres é o

BURGUIERE, André.(Dir.) *História da Família*. 1º vol. Mundos Longínquos. Lisboa: Terramar, 1996. *História da Família*. 2º vol. Tempos Medievais: Ocidente e Oriente Lisboa: Terramar, 1997. *História da Família*. 3º vol. O Choque das Modernidades Ásia, África, América, Europa Lisboa: Terramar, 1998. *História da Família*. 4º vol. O Ocidente: Industrialização e Urbanização. Lisboa: Terramar, 1999. A respeito de como estes costumes patriarcais eram aplicados e continuam sendo realizados, na atualidade no oriente médio vide as obras SASSON, JEAN P. **Princesa A história real da vida das mulheres árabes por trás de seus negros véus**. 22 ed. São Paulo: Best Seller, 1998. SAADAWI, Nawal El. *A face oculta de Eva. As mulheres no mundo Árabe*. São Paulo: Global, 1982.

ponto crucial de interconexão de todos os tipos de feminismo, dessa forma, o mesmo se torna uma extensão de outros movimentos sociais de defesa dos direitos humanos²¹¹.

A tipologia analítica dos movimentos feministas é a seguinte:²¹²

Tipo	Identidade	Adversário	Meta
Direitos da Mulher (liberal, socialista)	Mulheres como seres humanos	Estado patriarcal e/ou Capitalismo patriarcal	Direitos iguais (inclusive direito de ter filhos ou não)
Feminismo Cultural	Comunidade feminina	Instituições e valores patriarcais	Autonomia Cultural
Feminismo essencialista (espiritualismo, ecofeminismo)	Modo feminino de ser	Modo masculino de ser	Liberdade matriarcal
Feminismo Lesbiano	Irmandade sexual/cultural	Heterossexualidade patriarcal	Abolição do gênero pelo separatismo
Identities femininas específicas (étnicas, nacionais, autodefinidas p. ex. lésbica negra.	Identidade autoconstruída	Dominação cultural	Multiculturalismo destituído de gênero
Feminismo pragmático (operárias, autodefesa da comunidade maternidade Etc.)	Donas de casa/ Mulheres exploradas/ agredidas	Capitalismo patriarcal	Sobrevivência/dignidade.

Castells apresenta o movimento feminista de defesa dos direitos da Mulher na versão liberal e socialista. Ele aponta que pode parecer paradoxal a inclusão dessas duas versões como variantes de um mesmo tipo, devido as suas profundas divergências ideológicas.

²¹¹ CASTELLS, Manuel. Op. cit. p.230, Vol.2

²¹² CASTELLS, Manuel. Op. cit. p.231, Vol.2

Todavia, em termos de identidade feminina, ambas as versões defendem os direitos das mulheres como seres humanos iguais aos homens. As duas versões diferem quanto à análise das raízes do sistema patriarcal e em sua crença ou descrença, quanto a possibilidade de reformar o capitalismo e atuar em conformidade com as normas da democracia liberal ao mesmo tempo que conquistam a meta final da igualdade. Ambas incluem direitos de ter ou não filhos como meta do movimento, embora divergindo profundamente em suas táticas e linguagem.²¹³

O movimento feminista cultural tem com base a criação de instituições feministas alternativas, espaços de liberdade em meio à repressora sociedade patriarcal. Para este tipo de feminismo as mulheres são diferentes, principalmente, em virtude de sua história diferencial, e somente poderão reconstruir sua identidade e encontrar seus próprios caminhos a partir da construção de sua própria comunidade. Seu objetivo é conquistar autonomia cultural como base para resistência, inspirando assim reivindicações femininas, fundamentadas em valores alternativos, tais como a não-competição, a não-violência, a cooperação e a multidimensionalidade da experiência humana, conduzindo à nova identidade e cultura femininas.

Este tipo de feminismo cultural de conscientização, marcou as origens do feminismo radical dos anos 60-70, dando origem a toda uma rede de organizações feministas e instituições que se tornaram espaços de liberdade,

²¹³ CASTELLS, Manuel. Op. cit. pp.230-231, Vol.2

proteção e apoio e comunicação interpessoal para as mulheres, a saber: livrarias, clínicas de saúde, cooperativas da mulher etc. Todavia a lacuna neste tipo de movimento é confundir autonomia cultural com a necessidade de afastamento dos homens que estão abertos, também para aprender estes valores alternativos ventilados por este tipo de feminismo.²¹⁴

O movimento feminista essencialista, além de mostrar as diferenças essenciais em relação ao homem, enraizadas na biologia e na história, acaba proclamando a superioridade moral e cultural da feminilidade como modo de vida. Para este tipo de feminismo, a liberação do corpo feminino tornou a mulher consciente de que o que ela sente em sua experiência pessoal é uma condição compartilhada por todas as mulheres, e que portanto essa experiência pode ser politizada. Ao politizar a especificidade de seu corpo, a mulher não se atém somente à biologia, mas pelo contrário, livra-se da definição ideológica patriarcal de corpo que tem condenado a mulher no decorrer da história à submissão masoquista perpétua.

O feminismo essencialista vincula a feminilidade à história e à cultura, restaurando o mito de uma idade de ouro matriarcal quando os valores femininos e adoração à deusa garantiam um papel de destaque para a mulher na vida societária. Nesse sentido este feminismo essencialista possui campos de manifestações no movimento ecofeminista (relação Natureza e Mulher como centro de equilíbrio da biosfera terrestre) e nos movimentos feministas

²¹⁴ CASTELLS, Manuel. Op. cit. p.232, Vol.2

espiritualistas da nova era (tradição feminista Wicca que busca resgatar através de práticas mágicas e simbólicas o antigo mito da Deusa Mãe primordial, colocando, desse modo um novo papel político de comando para mulher do século XXI). O feminismo essencialista tem como meta a liberdade matriarcal, todavia será esta busca radical desta liberdade matriarcal absoluta não acabará servindo aos interesses do sistema patriarcal, pois cria um “patriarcalismo de saias”.²¹⁵

O movimento feminista lésbico é uma forma de separação, radical e consciente, das mulheres em relação aos homens, considerados como a fonte de sua opressão no decorrer da história patriarcal. Para ilustrar essa assertiva pode-se ouvir a voz de Monique Wittig uma de suas porta vozes:

A recusa em tornar-se (ou continuar sendo) heterossexual sempre significou a recusa da pessoa em ser homem ou mulher, conscientemente ou não. Para uma lésbica isso é mais do que simplesmente se recusar a assumir o papel de “mulher”. É recusar o poder econômico, ideológico e político do homem... Somos evadidas de nossa classe, da mesma forma que os escravos fugitivos evadiam-se da escravidão e tornavam-se cidadãos livres. Para nós essa liberdade é uma necessidade vital; nossa sobrevivência exige que empenhemos todas as nossas forças para destruição da classe feminina por meio da qual os homens se apoderam-se de nós. Isso somente poderá ser conquistado com a destruição da heterossexualidade como sistema social baseado na opressão das mulheres pelo homem e que cria a doutrina da diferença entre os sexos para justificar essa opressão.²¹⁶

Como observado a identidade sexual e cultural deste tipo de feminismo esta na meta de abolição do gênero pelo separatismo. A lacuna aqui está explícita, pois este tipo de feminismo em algumas de suas expressões políticas de libertação sexual, possui uma idéia equivocada que a única maneira de se libertar é destruindo o lado heterossexual do sistema patriarcal. A busca de

²¹⁵ CASTELLS, Manuel. Op. cit. pp.232-234, Vol.2

um caminho de igualdade jurídica com respeito às diferenças psico-bio-sócio culturais seja uma alternativa de maior bom senso.

O movimento feminista de identidades femininas específicas consiste na fragmentação da identidade feminina em outros movimentos congêneres. Essas identidades são autoconstruídas, embora se utilizem freqüentemente da etnia, às vezes da nacionalidade, para delimitar suas fronteiras.

O feminismo negro, o feminismo mexicano-americano, o feminismo sadomasoquista, ou auto definições étnicas ou territoriais, como as Irmãs Negras de Southall na Inglaterra são apenas alguns exemplos das numerosas identidades autodefinidas pelas quais as mulheres se identificam nestes movimentos. A meta deste tipo fragmentado de movimento feminista é o multiculturalismo destituído de gênero. A lacuna está exposta na própria fragmentação das identidades femininas dificultando a percepção de uma meta comum aos outros tipos de feminismo.²¹⁷

O movimento do feminismo pragmático é uma ampla e profunda corrente das lutas femininas no mundo moderno, especialmente nos países em desenvolvimento, mas também entre mulheres da classe operária e organizações comunitárias em países industrializados. O caráter pragmático consiste na sua luta diária pelos direitos femininos frente ao sistema patriarcal. Todavia muitas

²¹⁶ CASTELLS, Manuel. Op. cit. pp.234-235, Vol.2

²¹⁷ CASTELLS, Manuel. Op. cit. p.235, Vol.2

destas mulheres sejam feministas na prática, não se declaram com o rótulo de feminista, nem tomam o sistema patriarcal como o seu principal adversário.

A meta deste tipo de feminismo é lutar pela sua sobrevivência e dignidade individual e familiar diante das mudanças do capitalismo transnacional. Este tipo de feminismo organiza entidades de defesa dos direitos das mulheres nas suas famílias, seus filhos, suas vidas, seus empregos, sua habitação, sua saúde e educação etc. A lacuna deste tipo de feminismo é não perceber que as suas metas podem estar relacionadas a outras metas de outros tipos de feminismo e que o sistema patriarcal é o grande catalizador da opressão sobre todas as mulheres, declaradas feministas ou não.²¹⁸

Em suma neste trabalho, dentro de um olhar *patrimatriarcal compartilhado*, buscou-se tecer algumas pontes interdisciplinares entre a teoria do *Plujuricompar* (consubstanciada nos valores essenciais dos novos movimentos sociais da legitimidade, da identidade, da autonomia, das necessidades humanas fundamentais, da participação política, do valor cultural do novo) com a história dos direitos humanos das mulheres através dos movimentos feministas *lato e stricto sensu*.

A tarefa fundamental do modelo teórico do *Plujuricompar* é colaborar na construção de uma nova cultura jurídica pluralista e democrática, de semelhante modo, a tarefa fundamental do movimento feminista *lato e stricto*

²¹⁸ CASTELLS, Manuel. Op. cit. pp.235-236, Vol.2

sensu é colaborar na tarefa de construção de uma nova Cultura *patrimatriarcal compartilhada*.

Espera-se que este trabalho de pesquisa interdisciplinar seja uma boa semente que está sendo semeada nos corações dos seres humanos que realmente desejem assumir para si mesmo a tarefa societária humanista de tratar as mulheres como verdadeiras cidadãs, rescrevendo a história da humanidade deste planeta chamado Terra.

CONCLUSÃO

No decorrer desta pesquisa, podemos constatar que a luta empreendida pelas mulheres em prol de seus direitos humanos transformou profundamente algumas instituições sociais patriarcais.

Mas bastará mudar as leis, as instituições, os costumes, para que as mulheres obtenham o direito ao gerenciamento de seu próprio corpo, ou seja, uma cidadania plena pautada numa isonomia jurídica que respeite as diferenças bio-psico-culturais existentes entre os gêneros?

Dentro desse contexto explanado, optou-se pela aplicação da teoria do Pluralismo jurídico comunitário participativo (*Plujuricompar*) Wolkmer(2001) a evolução histórica direitos das mulheres. O desenvolvimento destes direitos humanos foram vistos como uma emergência de um novo paradigma multicultural de alteridade feminina dentro do seio de uma modernidade inacabada, denominado *patrimatriarcal compartilhado*

Com base nisto, os fundamentos da teoria interdisciplinar do *Plujuricompar*, poderá servir como de base teórica para compreensão de um novo paradigma do *patrimatriarcal compartilhado*

O modelo do *Plujuricompar* tem como seus fundamentos de efetividade material: *os novos sujeitos coletivos de juridicidade e o sistema das necessidades humanas fundamentais*

Dentro da óptica aplicava modelo do *Plujuricompar*, os movimentos feministas tem assumido a identidade social da defesa dos direitos femininos, tornando-se assim seus novos sujeitos coletivos de juridicidade e lutando pela satisfação de suas necessidades humanas fundamentais nos países de capitalismo periférico.

Pode-se perceber a exemplificação dessa assertiva, no entender de Castells (1999), através do aumento de organizações de base popular, em sua grande maioria criadas e dirigidas por mulheres, nas áreas metropolitanas dos países em desenvolvimento.

Essas organizações foram estimuladas por explosões demográficas urbanas, crise econômicas e políticas de austeridade ocorridas simultaneamente, que deixaram as pessoas, e particularmente as mulheres, frente a frente com simples dilema lutar ou morrer. Juntamente com o crescimento da participação feminina no mercado de trabalho, tanto em novos setores como a economia informal urbana, essas organizações transformaram a condição, organização e

conscientização das mulheres. como demonstrado, nas pesquisas de Ruth Leite Cardoso e Maria da Gloria Gohn no Brasil, Alejandra Massolo no México e Helena Useche na Colômbia. Esses esforços coletivos não resultaram apenas no desenvolvimento de organizações populares, causando impacto nas políticas e instituições, mas também no surgimento de uma nova identidade coletiva, na forma de mulheres capacitadas.²¹⁹

A presença cada vez maior das mulheres nas ações coletivas dos movimentos sociais em todo o mundo e sua auto-identificação explícita com o papel social de novos sujeitos coletivos de juridicidade, está transformando ampliando o significado do sistema das necessidade humanas fundamentais, além das questões materiais. Isto que dizer, não basta ter apenas, emprego, saúde, educação, habitação para mulheres, urge também, satisfazer a necessidade humana fundamental de isonomia jurídica com respeito as diferenças bio-psico-culturais.

Para ilustrar essa assertiva cabe mencionar os exemplos da Rússia e da Espanha.

No exemplo da Rússia, na percepção de Castells(1999) o antigo Estado soviético, forçaram a incorporação total da mulher no mercado de trabalho remunerado, tendo oferecido oportunidades de educação e instituído vasta rede de serviços sociais e creches, embora durante longo tempo o aborto tivesse sido proibido e não houvesse disponibilidade de anticoncepcionais.

²¹⁹ CASTELLS, Manuel. Op. cit. p.223, Vol.2

As organizações feministas encontravam-se presentes em todas as esferas da sociedade, embora sob total controle do partido comunista. Por outro lado a discriminação sexual e o patriarcalismo imperavam em toda sociedade, nas instituições e na política. Como resultado, uma geração inteira de mulheres muito fortes cresceu ciente de seu potencial, mas tendo que lutar todos os dias para realizar ao menos parte desse potencial. Após a desintegração do socialismo real soviético, o feminismo enfraqueceu como movimento organizado e, até o momento, está limitado a uns poucos círculos de intelectuais ocidentalizadas, enquanto as organizações protetoras da velha guarda estão desaparecendo.²²⁰

Entretanto, na década de 90, as mulheres se fazem cada vez mais presentes nas esferas públicas. Na Rússia, pós-soviética, o partido feminista, embora conservador em termos político, recebeu cerca de 8% nas eleições parlamentares de 1995, aumentando os número de mulheres como importante figuras políticas.²²¹

Há na sociedade russa , um sentimento generalizado de que as mulheres poderiam desempenhar um papel decisivo na renovação das lideranças políticas no país. Nesse sentido, em 1996, pela primeira vez na história da Rússia, uma mulher foi eleita governadora do território de *Koryakiya*. Além disso, uma nova geração de mulheres, educadas segundo os valores da igualdade

²²⁰ CASTELLS, Manuel. Op. cit. p.221, Vol.2

²²¹ CASTELLS, Manuel. Op. cit. p.221, Vol.2

e com espaço para se expressar pessoal e politicamente, estão prontas para lutar por sua autonomia individual na identidade e ação coletivas.²²²

No entender de Castells(1999) o exemplo do movimento feminista espanhol foi marcado pelo contexto político do movimento democrático da década 70 contra a ditadura franquista.

Quase todas as organizações feministas estavam ligadas à oposição antifranquista semiclandestina, tais como *Asociacion de Mujeres Democratas* (uma associação política) de inspiração comunista, e as *Asociaciones de Amas de Casa* (Associações de Donas de Casa) organizadas por território.²²³

Na Catalunha e no País Basco, as organizações femininas e as feministas refletiam as dissidências nacionais da política espanhola. Por volta do final da era franquista, no período de 1974 a 1977 grupos feministas autônomos começaram a despontar no clima de liberação cultural e política que caracterizou a Espanha na década de 70. Um dos movimentos mais inovadores e influente foi o *Frente de Liberacion de la Mujer*, sediado em Madrid. Contava com poucos membros (menos de cem ativistas), mas concentrou seus esforços nos meios de comunicação, utilizando sua rede de mulheres jornalistas, ganhando assim, apoio popular para as necessidades femininas fundamentais. Ergueu a bandeira do direito ao aborto, ao divórcio (ambos proibidos por lei naquela época na Espanha) e livre expressão para sexualidade feminina,

²²² CASTELLS, Manuel. Op. cit. p.222,Vol.2

²²³ CASTELLS, Manuel. Op. cit. p.225,Vol.2

inclusive o lesbianismo. Foi antes de tudo, um movimento influenciado pelo feminismo cultural e pelas idéias francesas e italianas de *feminisme de la difference*, mas participou também, das lutas políticas em defesa da democracia, juntamente com organizações femininas comunistas e socialistas.²²⁴

Todavia, com a instituição da democracia na Espanha em 1979 e a eleição do partido socialista em 1982, os movimentos feministas autônomos tiveram um quase desaparecimento, em função de seu sucesso institucional e político. O divórcio foi legalizado em 1981 e o aborto com restrições em 1984.²²⁵

O Partido Socialista criou o *Instituto de la Mujer* no governo, que atuou como um *lobby* de feministas *vis à vis* o próprio governo. Muitas ativistas feministas, principalmente membros da *Frente de Liberacion de la Mujer*, ingressaram no Partido Socialista e passaram a ocupar posições de liderança no Parlamento, na administração, e forma mais limitada no gabinete do governo . Por outro lado nos anos 90, surge um novo feminismo, mais voltado aos aspectos culturais mais próximo do feminismo da isonomia jurídica com respeito as diferenças bio-psico-culturais.²²⁶

A teoria do Pluralismo jurídico comunitário participativo (*Plujuricompar*) possui também os fundamentos de efetividade formal: *a reordenação política do espaço público: a democracia, a descentralização e a*

²²⁴ CASTELLS, Manuel. Op. cit. p.225,Vol.2

²²⁵ CASTELLS, Manuel. Op. cit. p.226,Vol.2

participação, a ética concreta da alteridade, a racionalidade enquanto necessidade e emancipação.

Nesse sentido, o paradigma *patrimatriarcal compartilhado* busca aplicar fundamentos de efetividade formal do modelo *Plujuricompar* através da idéia da emergência de uma nova cultura organizacional de liderança, que resgate o aspecto feminino de gerenciamento.

O quadro tipológico proposto por Weil(2000), exemplifica esta assertiva, pois o mesmo, é uma forma de compreender o antigo paradigma de liderança, pautado na idéia patriarcal do gerenciamento e a emergência de um novo paradigma de liderança que busca resgatar o aspecto feminino do gerenciamento dos recursos humanos nas esferas do Estado, do Mercado e da sociedade civil.

Antigo Paradigma de liderança	Novo paradigma de liderança
Separação líder-liderados	Integração líder-liderados
Sentimento de superioridade do líder	Sentimento sincero de igualdade líder-liderados
Estilos autocráticos, manipulativos, <i>laissez faire</i> ou burocráticos de lideranças	Estilo participativo de liderança
Teoria X: O homem só trabalha por dinheiro e por recompensas	Teoria Y: O ser humano trábala se for motivado
Líder centrado em objetivos materiais	Teoria Z. de A. Maslow: Líder centrado em objetivos superiores
Simple relação visando cumprir objetivos	<Líder estabelece uma relação evolutiva visando ao crescimento em direção a plena consciência.
Visão pessoal, egocentrada, sociocentrada ou geocentrada	Visão compartilhada e holocentrada.(visão do todo)
Manipulação, ocultação dos verdadeiros sentimentos ou rudeza e desrespeito	Verdade dita com amor
Visão superficial dos objetos da vida e do trabalho	Conscientização do sentido profundo da existência e do trabalho
Visão limitada e reducionista aos objetos imediatos	Visão holística, abrangente e inclusiva: homem, sociedade e natureza.
Pensar e agir localmente	Pensar globalmente e agir localmente
Estímulo à competição	Estímulo à cooperação e sinergia
Conflito: Procura de culpa	Conflito: Procura de causas, oportunidade de aprender e dialogar

Decisões baseadas na razão e na sensação	Decisões baseadas no equilíbrio entre as quatro funções psíquicas: razão, intuição, sentimento e sensação.
Ausência de preocupações éticas ou predomínio da ética moralista ou culpabilizante.	Ética espontânea
Funções predominantes: diretor, chefe, coordenador, presidente	Novo tipo de funções: animador, facilitador, focalizador, <i>pontifex</i> (o que joga pontes sobre as fronteiras)
Ênfase em personalidades autoritárias ou obedientes, disciplinadas e enérgicas.	Ênfase em personalidades harmoniosas, porém firmes e lúcidas
Líder formado e treinado em técnicas de gerência de diversos tipos	Líder que entrou num caminho de desenvolvimento holístico (integral), além desses treinamentos
Predomínio da análise	Predomínio da síntese
Dirige grupos, departamentos, seções. Setores isolados de organizações	Incentiva rede de organismos vivos

No entender de Weil(2000) o homem (varão de espécie) fracassou no exercício da liderança no mundo. A ação masculina racionalizada, embora tenha desenvolvido a ciência e a tecnologia em todos os domínios da existência humana, não obteve sucesso na extinção das guerra, da fome e do desemprego estrutural.

Desse modo, uma parcela significativa da sociedade civil através dos movimentos neo-feminista, está começando a resgatar os valores femininos da doçura, da ternura, da intuição, da cooperação, tanto no sentido psicológico, como no sentido cultural. Este valores estão,também, sendo utilizados pelos homens na construção de uma nova cultura organizacional.²²⁷

Todavia o cultivo destes valores culturais femininos para se constituir realmente numa realidade sócio-político de uma racionalidade emancipatória *patrimatriarcal compartilhada*, que busque reordenar de maneira interdisciplinar o espaço público, dando a possibilidade de manifestação uma

²²⁷ WEIL, Pierre. A mudança de sentido e o sentido da mudança. São Paulo: Rosa dos tempos,2000. pp269-270

ética concreta de alteridade feminina, deverá ser um esforço multissetorial que envolva as esferas do Estado, do Mercado e da Sociedade civil.

Nesse sentido, no entender de Weil (2000), se revela urgente elaborar pesquisas e planos interdisciplinares de educação que atinjam as seguintes finalidades:

- Preparar mulheres para evitar o *stress* ou superá-lo
- Preparar mulheres para funções de liderança em que possam viver em paz consigo mesmas, com os outros e com a natureza.
- Resgatar o feminino dentro das mulheres líderes, equilibrando-o como os aspectos masculinos exigidos pelo exercício das funções de liderança, e corrigindo-lhes os aspectos destrutivos e danosos do machismo.
- Preparar as mulheres para administrar melhor a duplicidade de funções casa-emprego.
- Preparar mulheres para tomar decisões sensatas, antes de optar por esta duplicidade, a título preventivo.
- Conhecer cada vez melhor a situação atual das mulheres líderes no mundo
- Preparar os homens, jovens e adultos, para o resgate do feminino dentro deles e para lidar com as mulheres no lar e no trabalho.

- Assistir rapazes e moças no exame das condições recíprocas e conveniência da decisão do casamento.
- Prestar assistência às mulheres para examinarem em conjunto com seu marido ou companheiro, a conveniência de decidir serem mães, em função das condições psicológicas, sociais e econômicas e outras.²²⁸

Para que estas mudanças realmente se tornem duradoras a longo prazo e terem a possibilidade de serem extendidas mundialmente, faz-se necessário uma educação emancipatória com um olhar *patrimatriarcal compartilhado*.

Desde da primeira infância a menina seria educada com o princípio da *igualdade jurídica com respeito as diferenças bio-psico culturais*.

Ela poderia, dessa forma ter mais possibilidades de ser uma cidadã plena, cercada das mesmas oportunidades com certeza suas escolhas existenciais seriam mais amplas na vida sócio-cultural.

Este olhar *patrimatriarcal compartilhado* está pautada num projeto político-pedagógico de parceira interativa entre homens e mulheres com seguintes componentes:

²²⁸ WEIL, Pierre.. Op. cit. p270

- 1- **Relacionamento entre os sexos:** Mulheres e homens estão vinculados pelo princípio da igualdade jurídica com respeito as diferenças bio-psico-culturais.
- 2- **Cultura da Paz:** Mulheres e homens estão vinculados pelo princípio não-violência, buscando a resolução dos conflitos através do diálogo aberto, da mediação e da arbitragem.
- 3- **Sexualidade:** O afeto e o respeito mútuo e a liberdade de escolha para as mulheres e homens caracterizam a seleção do parceiro, relação sexual e a procriação.
- 4- **Espiritualidade:** A espiritualidade está ligada a empatia e equidade humana e o divino é imaginado e vivido através dos símbolos do amor puro, verdadeiro e incondicional entre os homens e as mulheres. Dessa maneira a integração da espiritualidade masculina e feminina poderá estar sempre presente na vida cotidiana na família, na sexualidade, no trabalho etc.

- 5- **Cultura Jurídica:** reconhecimento por parte de homens e mulheres de uma nova Cultura Jurídica baseada num pluralismo jurídico comunitário e participativo.

- 6- **O Poder do Amor:** Reconhecimento que o sumo poder é o poder de distribuir, nutrir e iluminar a vida, simbolizado, desde da antiguidade, na tradição cristã, pelo cálice sagrado do *Santo Graal*. O Amor será compreendido como a expressão mais elevada da evolução e união da vida em nosso planeta, chamado Terra.

Para que este novo olhar teórico sobre os direitos humanos das mulheres, possa se tornar realmente uma atitude concreta na realidade social, faz-se necessário superar a cultura da violência institucional, vigente em alguns setores conservadores do Estado, do Mercado e da sociedade civil .

Há que se eliminar as atitudes preconceituosas, onde o jurídico possa ser pedagógico, onde haja parcerias entre as entidades da sociedade civil, do Mercado e do Estado, buscando uma leitura e aplicação coletiva favorável a justiça social.

REFERÊNCIAS

AMORÓS, Célia. **Hacia una crítica de la razón patriarcal**. 2º ed: Barcelona: Anthoropos, 1991.

_____. Soren **Kierkegaard o la subjetividad del caballero**. Barcelona: Anthopos, 1987.

_____.(org.) **Feminismo y Filosofía**. Madrid: Síntesis, 1993.

_____. **Tiempo de Feminismo**. Madrid: Editorial Cátedra, 1997.

_____.(Dir.) **Dez palavras chave sobre Mujer**. 2º ed. Navarra: EVD, 1998.

ANDERSON, Perry. **Modernidade e revolução**. CEBRAP, Novos Estudos número: 14- fev. 1986.

ANDRADE, Lédio Rosa de. **Juiz alternativo e poder judiciário**. São Paulo: Acadêmica, 1992.

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **Cidadania: do direito aos direitos humanos**. São Paulo: Acadêmica, 1993.

ANNAN, Kofi A. (prefácio) **Direitos humanos conquistas e desafios**. Brasília: Letraviva, 1999.

ARATO, Andrew. Ascensão, declínio e reconstrução do conceito de sociedade civil- orientações para novas pesquisas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n.27, fev. 1995.

ARAÚJO, Maria Luiza Macedo de. **Sexo e Moralidade**. O prazer como transgressão ao pensamento católico. Londrina: UEL, 1997.

ARGÜELLO, Katie. (Org. entrevistas) **Direito e democracia**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996.

ARRUDA JÚNIOR, Edmundo Lima de. **Introdução ao idealismo jurídico** (uma releitura da aula magna de san tiago dantas “a educação jurídica e a crise brasileira”). São Paulo: Julex, 1988.

_____. **Advogado e mercado de trabalho** (um ensaio sobre a crise de identidade sócio-profissional dos bacharéis em direito no Brasil). São Paulo: Julex, 1988.

_____. **Ensino jurídico e sociedade formação, trabalho e ação social**. São Paulo: Acadêmica, 1989.

_____. **Lições de direito alternativo**. São Paulo: Acadêmica, 1991.

_____. **Licões de direito alternativo 2**. São Paulo: Acadêmica, 1992.

_____. **Introdução à sociologia jurídica alternativa**. São Paulo, Acadêmica, 1993.

_____. (org.) **Razão e Racionalidade Jurídica** São Paulo: Acadêmica, 1994.

_____. (org.) **Max Weber. Direito e Modernidade**. Florianópolis: Letras Contemporânea, 1996.

_____. **Direito moderno e mudança social**: ensaios de sociologia jurídica. Belo Horizonte: Del Rey, 1997.

_____. **Direito e Século XXI. Conflito e Ordem na onda neoliberal pós-moderna**. Rio de Janeiro: Luam, 1997.

_____. **Direito, Marxismo e Liberalismo**. Florianópolis: CESUSC, 2001.

AVRITZER, Leonardo (Org.) **Sociedade civil e democratização**. Belo Horizonte: Del Rey, 1994.

_____. Modelos de Sociedade Civil. Uma Análise da Especificidade do Caso Brasileiro. In: AVRITZER, Leonardo. (Coord.) **Sociedade Civil e Democratização**. Belo Horizonte, 1994.

_____. Sociedade civil: além da dicotomia estado-mercado. In: AVRITZER, Leonardo (Org.) **Sociedade civil e democratização**. Belo Horizonte: Del Rey, 1994.

_____. Cultura política, atores sociais e democratização: uma crítica às teorias da transição para a democracia. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n.28, jun.1995.

BADINTER, Elisabeth. **Um é o outro** um livro polêmico que anuncia um novo tempo nas relações homem-mulher. 4ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

BARBALET, J. M. **A cidadania**. Lisboa: Estampa, 1989.

BARREIROS, Soares, José de Ribamar. O papel do ministério público no controle da administração pública à luz da constituição de 1988. **Revista de Informação Legislativa**, n.128, out./dez., 1995.

BATISTA, Paulo Nogueira. O consenso de Washington. A visão neoliberal dos problemas latino-americanos. Pedex, **Cadernos Dívida Externa**, n. 6, 1994.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **Cidadania ativa**: referendo, plebiscito e iniciativa popular. São Paulo: Ática, 1991.

BERENSTEIN, Eliezer. **A inteligência hormonal da Mulher**. Como o ciclo menstrual pode ser aliado, e não inimigo, do equilíbrio feminino.

BERTASO, João Martins. **A cidadania moderna: A leitura de uma transformação**. In: OLIVEIRA, Odete Maria de. DAL RI JR, Arno.(orgs.) **Cidadania e Nacionalidade Efeitos e perspectivas nacionais-regionais- globais**. Ijuí:Unijuí, 2002.

BLAY, Eva Alterman (org.) **Igualdade de oportunidades para as mulheres**. São Paulo: Humanitas, 2002.

BONACCHI, Gabriela; GROPPi, Angela (Orgs.). **O dilema da cidadania: direitos e deveres das mulheres**. Tradução Álvaro Lorencini, São Paulo: UNESP, 1995.

BORGES, Wilson Hilário. **Historicidade e materialidade dos ordenamentos jurídicos**. São Paulo: EDUSP, 1993.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo 1**. Fatos e mitos. 11ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

_____. **O segundo sexo 2.** Fatos A experiência vivida. 11ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

BRANDÃO, Adelino. **Os direitos humanos antologia de textos históricos.** São Paulo: LANDY, 2001.

_____. **Constituição da República Federativa Do Brasil.** 29.ed. São Paulo: Saraiva, 2002. (Coleção Saraiva de Legislação)

BRÜNING, Raulino Jacó. **O controle dos atos administrativos pelo ministério público.** Blumenau: FURB, 1989.

BRÜSEKE, Franz Joseph. **A modernidade técnica.** In: LEIS, Hector Ricardo. SCHERER-WARREN, Ilse. COSTA, Sergio.(orgs) **Modernidade Crítica e Modernidade Acrítica.** Florianópolis:Cidade Futura 2001.

CAMPILONGO, Celso Fernandes. **Direito cidadania e justiça:** ensaios sobre lógica, interpretação, teoria, sociologia e filosofia jurídicas.São Paulo: RT, 1995.

_____. Crise do estado, mudança social e transformação do direito no Brasil. São Paulo em Perspectiva - **Revista da Fundação Seade**, n. 2, abr/jun. 1994.

CARLIN, Volnei Ivo. **Deontologia jurídica:** ética e justiça. Florianópolis: Obra Jurídica, 1996.

CARVALHO, Amilton Bueno de. (Dir.) **Revista de Direito Alternativo.** n.1. São Paulo: Acadêmica, 1992.

_____. (Dir.) **Revista de Direito Alternativo.** n. 2. São Paulo: Acadêmica, 1993.

_____. **Direito alternativo na jurisprudência.** São Paulo: Acadêmica, 1993.

_____. **Magistratura e direito alternativo.** São Paulo: Acadêmica, 1992.

CARVALHO, Júlio Marino de. **Os Direitos Humanos no Tempo e no Espaço.** Visualidades através do direito internacional, Direito constitucional, Direito penal e da História. Brasília: Brasília Jurídica, 1998.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede.** 2ªed Vol 1 São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. **O poder da identidade** Vol.2 São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. **Fim do Milênio.** Vol.3 São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CINTRA JÚNIOR, Dyrceu Aguiar Dias. Magistratura democrática e o direito alternativo. **Revista dos Tribunais**, v. 691, maio 1993.

CLÉVE, Clémerson Merlin. Poder judiciário: autonomia e justiça. **Revista dos Tribunais**, v. 691, maio 1993.

COGGIOLA, Osvaldo (Org.). **Globalização e socialismo.** São Paulo: Xamã, 1997.

COHEN, Jean L.; ARATO, Andrew. **Civil society and political theory.** Massachusetts: Institute of Technology, 1992.

COSTA, Sergio. A democracia e a dinâmica da esfera pública. **Revista de Cultura e Política Lua Nova**, n. 36, 1995.

_____. Contextos da construção do espaço público no Brasil. **Revista de Novos Estudos**, CEBRAP, n. 47, mar.1997.

_____. **Entre o espetáculo e convencimento argumentativo: movimentos sociais, democratização e a construção de esferas públicas locais.** Florianópolis: Paper Inédito,1997.

_____. Contextos da construção do espaço público no Brasil. In: **Novos Estudos CEBRAP**, 1997.

COMPARATO, Fabio Konder. **A afirmação Histórica dos Direitos Humanos.** São Paulo: Saraiva, 1999.

CRISTIANI, Cláudio Valentim. O direito no Brasil colonial. In: WOLKMER, Antônio Carlos (Org.) **Fundamentos de história do direito.** Belo Horizonte: Del Rey, 1996.

DAGNINO, Evelina. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: Dagnino, Evelina (Org.) **Anos 90 política e sociedade no Brasil.** São Paulo: Brasiliense,1994.

DAHL, Tove Stang. **O Direito das Mulheres** Uma introdução á teoria do direito feminista. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.

DEBRAY, Régis. **O estado sedutor.** Petrópolis: Vozes, 1994.

DEMO, Pedro. **Cidadania tutelada e cidadania assistida.** Campinas: Autores Associados, 1995.

DIMENSTEIN, Gilberto. **Democracia em pedaços.** Direitos humanos no Brasil. São Paulo: Companhia de Letras, 1996.

DOIMO, Ana Maria. **A vez e a voz do popular:** movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70. São Paulo: Anpocs, Relume Dumará, 1995.

DOSSE, François. **História do estruturalismo, 1.** O campo do signo, 1945/1966. São Paulo: UNICAMP/Ensaio, 1993.

_____. **História do estruturalismo, 2.** O canto do cisne, de 1967 a nossos dias. São Paulo: UNICAMP/Ensaio, 1994.

DREIFUSS, René Armand. **A conquista do Estado.** Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1987.

_____. **A época das perplexidades mundialização, globalização e planetarização:** novos desafios. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

DUBY, Georges. ARIÉS, Philippe.(Dir.) **História da Vida Privada.** Do Império Romano ao ano mil. 13 ed. Vol 1. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. **História da Vida Privada.** Da Europa Feudal a Renascença. Vol 2. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

_____. **História da Vida Privada.** Da Renascença ao Século das Luzes. 8 ed. Vol. 3 São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

_____. **História da Vida Privada.** Da Revolução Francesa à Primeira Guerra. 8 ed. Vol 4 . São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

_____. **História da Vida Privada.** Da Primeira Guerra a nossos dias. 8 ed. Vol. 5 São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

EHNEM, Marino Antônio. (Apres.) **Modernidade:** globalização e exclusão. São Paulo: Imaginário/USF, 1996.

EISLER, Riane. **O prazer Sagrado**. Sexo, mito e política do corpo. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

FALCÃO, Joaquim. O desequilíbrio entre a demanda da sociedade civil e a oferta do poder judiciário. São Paulo em Perspectiva - **Revista da Fundação Seade**, n. 2, abr/jun. 1994.

FARIA, José Eduardo. **Eficácia jurídica e violência simbólica: o direito como instrumento de transformação sócia**. São Paulo: EDUSP, 1988.

_____. **Justiça e conflito os juízes em face dos novos movimentos sociais**. São Paulo: RT, 1991.

_____. As transformações do judiciário em face de suas responsabilidades sociais. **Revista de Direito Alternativo**, São Paulo: Acadêmica, n. 2, 1993.

_____. **Direito e economia na democratização brasileira**. São Paulo: Malheiros, 1993.

_____. Os desafios do judiciário. **Revista USP**, São Paulo, n. 21, mar./abr/maio, 1994. (Edição Dossiê Judiciário)

FERREIRA E SILVA, Rafael da Masceno. **Poder judiciário e hegemonia: o caso dos magistrados alternativos do rio grande do sul**. 1995. Dissertação (Mestrado em Direito) - Programa de Pós-graduação do Curso de Direito da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1995.

FERREIRA, Nilda Teves. **Cidadania. uma questão para educação: os princípios do estado moderno e a cidadania brasileira, analisado do ponto de vista da prática educacional**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

FLORESTA, Nísia. **Opúsculo Humanitário**. Com estudo introdutório e notas de Peggy Sharpe- Valadares. São Paulo: Cortez, 1989.

GARRETÓN, Manuel Antônio. Do autoritarismo à democracia política: uma transição a reinventar. Cultura e governabilidade democráticas- América Latina no limiar do terceiro milênio. **Revista Tempo Brasileiro**, n.106/107, dez. 1991.

GATES, Bill. **A Estrada do Futuro**. São Paulo: Companhia de Letras, 1995.

_____. **A estrada do futuro**. São Paulo: Companhia de Letras, 1995.

GENRO, Tarso. **Utopia possível**. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1994.

GIDDENS, Antony. **As consequências da modernidade**. 2. ed. São Paulo: UNESP, 1991.

GILMAN, Charlotte Perkins. **Herland** A Terra das mulheres. Rio de Janeiro: Francisco Alves. 1981.

GILISSEN, John. **Introdução Histórica ao Direito**. Tradução de Antônio Manuel Hespanha e Manuel Macaísta Malheiros. 3.ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian., 2001. p. 66-67. Título original: Introduction Historique au Droit.

GOLDENBERG, Miriam. TOSCANO, Moema. **A Revolução das Mulheres** Um balanço do feminismo no Brasil. Rio de Janeiro:REVAN, 1992.

GOHN, Mária da Glória. **História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros**. São Paulo: Loyola, 1995.

GONÇALVES, Marco Antônio. **Formação da cidadania proposta educacional.** São Paulo: Paulus, 1994.

GORENDER, Jacob. **Marcino e liberatore. dialógos sobre marxismo, social-democracia e liberalismo.** São Paulo: Atica, 1992.

GROPPI, Angela. As raízes de um problema In: BONACCHI, Gabriela; GROPPPI, Angela. (Orgs.) **O Dilema da Cidadania Direitos e Deveres das Mulheres.** São Paulo: UNESP, 1995.

GUASQUE, Luiz Fabião. Ministério Público e tutela dos interesses difusos. **Revista Trimestral de Direito Público**, v. ago. 994.

HABERMAS, Jürgen. **O discurso filosófico da modernidade.** Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1990.

HART, Herbert L.A. **O conceito de direito.** 2. ed. Lisboa: Fundação Caloustre Gulbenkian, 1994.

HÖFFE, Otfried. **Justiça política fundamentos de filosofia crítica do direito e do Estado.** Petrópolis: Vozes, 1991.

HOLANDA, Heloisa Buarque de. CAPELATO, Maria Helena Rolim.(Orgs.) **Relações de Gênero e Diversidades Culturais na Américas.** São Paulo: Expressão e Cultura/EDUSP, 1999. p. 573

KANT, Emmanuel. **Doutrina do direito.** São Paulo: Icone, 1993.

KELSEN, Hans. **Teoria pura do direito.** 3. ed. Coimbra: Armênio Amado, 1974.

KENNEDY, Paul. **Preparando para o Século XXI.** Rio de Janeiro: Campus, 1993.

KEY, Wilson Brian. **A era da manipulação**. São Paulo: Scritta, 1993.

KRISCHKE, Paulo J. (org.) **O Contrato Social**. Ontem e Hoje. São Paulo: Cortez, 1992

KURZ, Robert. **O Colapso da Modernização Da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial**. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

_____. **O colapso da modernização. da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia global**. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

IZUMINO, Wânia Pasinato. **Justiça e Violência contra a Mulher**. São Paulo: Annablume:FAPESP, 1998.

LAFER, Celso. **Comércio, desarmamento, direitos humanos**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

LEAL, Rogério Gesta. **Direitos humanos no Brasil: desafios à democracia**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1997.

_____. **Perspectivas hermenêuticas dos direitos humanos e fundamentais como elementos operativos-constitutivos do estado democrático de direito no Brasil**. 2000. 313f. Tese (Doutorado em Direito) - Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.

LECHNER, Norbert. A modernidade e modernização são compatíveis?O desafio da democracia latino-americana. São Paulo, **Revista Lua Nova**, n. 21, set. 1990.

_____. Condições sócio-culturais da transição democrática: em busca da comunidade perdida. In: Cultura e governabilidade democráticas-américa latina no limiar do terceiro milênio. **Revista Tempo Brasileiro**, n. 106/107, dez.1991.

_____. **Esse desencanto llamado posmoderno en: los patios interiores de la democracia subjetividad y política.** Chile: Fondo de Cultura Economica, 1990.

_____. **Legislação sobre Direitos Humanos.** São Paulo: LTR, 1999

LEIS, Héctor Ricardo. Globalização e democracia. Necessidade e oportunidade de um espaço público transnacional. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, ANPOCS, n. 28, 1995.

_____. **A modernidade insustentável** As críticas do ambientalismo á sociedade contemporânea. Petrópolis: Vozes; Florianópolis: UFSC, 1999

LEIS, Héctor Ricardo. SHERER-WARREN, Ilse. COSTA, Sérgio. **Modernidade crítica e Modernidade acrítica.** Florianópolis: Cidade Futura, 2001.

LEITE, Gabriela Silva. **Eu, mulher da vida.** Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

LOPES, José Reinaldo de Lima. **O Direito na História. Lições Introdutórias.** São Paulo: Max Limonad. 2000.

LÖWY, Michael. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen.** o marxismo e o positivismo na sociologia do conhecimento. 3. ed. São Paulo: Busca Vida, 1988.

LUHMANN, Nikias. **A legitimação pelo procedimento.** Brasília: UNB, 1980.

LYRA, Rubens Pinto. (Org). **A nova esfera pública da cidadania.** Paraíba: UFPB, 1996.

MACHADO, Antônio Alberto et al. (Coord.). **Construindo a cidadania.** São Paulo: PUC/Rio: Makron, 1996.

_____ et al. **Ministério público e direito alternativo**. São Paulo: Acadêmica, 1992.

MARQUES, Mário Osório. **Conhecimento e modernidade em reconstrução**. Ijuí: Unijuí, 1993.

MATOS, Maria Izilda S. **Por uma História da Mulher**. Bauru:EDUSC, 2000.

MAZZILI, Hugo Nigro. **Regime jurídico do Ministério Público**: análise da Lei Orgânica Do Ministério Público, instituída pela Lei n.º 8625 de 12 de fevereiro de 1993. São Paulo: Saraiva, 1993.

MAILLE, Michel. **Introdução crítica ao direito**. 2. ed. Lisboa: Estampa, 1989.

MILES, Rosalind. **A história do mundo pela mulher**. Rio de Janeiro: Casa Maria Editorial/LTC, 1989.

MORAES, Alexandre de. Garantias do ministério público em defesa da sociedade. **Revista dos Tribunais**, n.16 jul./set. 1996. Cadernos de direito constitucional e ciência política/instituto brasileiro de direito constitucional.

MORIN, Edgar; BAUDRILLARD, JEAN; Maffessoli, Michel. **A decadência do futuro e a construção do presente**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1993.

MOURA, Alexandrina. Organizaciones no-gubernamentales y acceso al suelo en la región metropolitana de recife/brasil In: AZUELA, Antonio (Coord.). **La urbanización popular y el orden jurídico en América Latina**. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 1993.

MULLER, Robert. **O nascimento de uma civilização global**. São Paulo: Aquariana, 1993.

MURARO, Rose Marie. BOFF, Leonardo. **Feminino e Masculino**. Uma nova consciência para o encontro das diferenças. Rio de Janeiro: Sextante, 2002.

MURSTEIN, Bernard I. **Amor Sexo e Casamento através dos tempos**. Tomo I. São Paulo: Arte Nova, 1977.

_____. **Amor Sexo e Casamento através dos tempos**. Tomo II. São Paulo: Arte Nova, 1977.

_____. **Amor Sexo e Casamento através dos tempos**. Tomo III. São Paulo: Arte Nova, 1978.

NUNES, Silvia Alexim. **O corpo do diabo entre a cruz e a caldeirinha**: Um estudo sobre a mulher; o masoquismo e a feminilidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2000

NALINI, José Renato. A insurreição ética do juiz brasileiro. **Lex-jurisprudência do Supremo Tribunal Federal**, n.205, jan. 1996.

OLIVEIRA, Odete Maria de. DAL RI JR, Arno.(orgs.) **Cidadania e Nacionalidade Efeitos e perspectivas nacionais-regionais- globais**. Ijuí:Unijuí, 2002.

OLIVEIRA JÚNIOR, José Alcebiades de et al. (Org.). **Cidadania coletiva**. Florianópolis, CPGD/Paralelo 27, 1996.

OLVERA, Alberto; AVRITZER, Leonardo. El concepto de sociedad civil en el estudio de la transición democrática. **Revista Mexicana De Sociologia**, Mexico, n. 4, 1992.

OWEN, Lara. **Seu sangue é Ouro** resgatando o poder da menstruação. Rio de Janeiro: Rosas dos Tempos, 1994

PACHUKANIS, Evgeny Bronislavovich. **Teoria geral do direito e marxismo**. São Paulo: Acadêmica, 1988.

PEDRERO-SÁNCHEZ, Maria Guadalupe. **História da Idade Média Textos e Testemunhas**. São Paulo: UNESC, 2000.

PERROT, Michele. **Mulheres Públicas**. São Paulo/UNESP, 1998.

PERROT, Michele. DUBY, Georges.(dir) **História das Mulheres**. A Antiguidade. Vol 1. Porto:Afrontamento , 1993.

_____.**História das Mulheres**. A Idade Média . Vol 2. Porto:Afrontamento, 1994.

_____.**História das Mulheres**. Do renascimento a Idade Moderna. Vol 3. Porto:Afrontamento , 1995.

_____.**História das Mulheres**. O Século XIX. Vol 4. Porto:Afrontamento, 1996.

_____.**História das Mulheres**. O Século XX. Vol 5. Porto:Afrontamento, 1997.

PETRAS, James. Os intelectuais uma crítica marxista aos pós-marxistas. **Revista Plural**, Florianópolis, v. 5, n.8, jul./dez. 1996.

PETRIE, A. **Introduccion al estudio de Grécia**. 12. ed. México: Fondo de Cultura Econômica, 1992.

PINTO, João Batista Moreira. **Direito e novos movimentos sociais**. São Paulo: Acadêmica, 1992.

RAWLS, John. **Justiça como eqüidade**: uma concepção política, não metafísica. São Paulo: Lua Nova 25, 1992.

PRIORE, Mary Del. (org.) **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto/UNESP, 2000.

REIS, Fábio Wanderley. Cidadania , Mercado e Sociedade Civil. In: DINIZ, Eli et al. (Org.) **O Brasil no Rastro da Crise**. São Paulo: ANPOCS/IPEA/HUCITEC, 1994.

REVISTA ALTER ÁGORA. **Cidadania**. Florianópolis: Editora da UFSC, n. 2, nov. 1994.

ROCHA, Alexandre Lobão. A garantia fundamental de acesso do pobre à justiça. **Revista de Informação Legislativa**, n.128, out./dez. 1995.

RUSSO, Mary. **O Grotesco Feminino: risco, excesso e modernidade**. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Pela mão de Alice o social e o político na pós-modernidade**. 3. ed. Cortez, 1997.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Cidadania e justiça, a política social na ordem brasileira**. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1987.

SARTRE, Jean Paul. **O Ser o nada**. Ensaio de ontologia fenomenológica. 9ed. Petrópolis: Vozes, 2001

SASSON, JEAN P. **Princesa** A história real da vida das mulheres árabes por trás de seus negros véus. 22 ed. São Paulo: Best Seller, 1998.

SAADAWI, Nawal El. **A face oculta de Eva**. As mulheres no mundo Árabe. São Paulo: Global, 1982.

SAULE JUNIOR, Nelson. A assistência jurídica como instrumento de garantia dos direitos urbanos e cidadania. in: CAMPILONGO, Celso Fernandes et al. (Coords.) **Direito cidadania e justiça ensaios sobre lógica, interpretação, teoria, sociologia e filosofia jurídicas**. São Paulo: RT, 1995.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Movimentos sociais um ensaio de interpretação sociológica**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1987.

_____. **Rede de movimentos sociais**. São Paulo: Loyola/Centro João XXIII, 1993.

_____. ONGs na américa latina: trajetória e perfil. In: **Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania**. São Paulo/Florianópolis: Cultrix/Editora da UFSC, 1995.

_____. **ONGs: os novos atores da aldeia global**. Paper apresentado no gt01 cidadania, conflitos e transformações urbanas na reunião da Anpocs. out. 1996.

_____. **Organizações voluntárias de Florianópolis: cadastro e perfil do associativismo civil**. Florianópolis: Insular, 1996.

_____. A ação cidadã no combate à pobreza. In: GAIGER, Luiz Inácio (Org.) **Formas de combate e de resistência à pobreza**. São Leopoldo: Unisinos, 1996.

SILVA FILHO, José Carlos Moreira da. **Filosofia Jurídica da Alteridade: Por uma aproximação entre o Pluralismo Jurídico e a Filosofia da Liberdade Latino Americana.** Curitiba: Juruá, 1998.

SILVA, Octacílio Paula. **Ética do magistrado à luz do direito comparado.** São Paulo: RT, 1994.

SILVA, Rose Neubauer da et al. Política educacional para os anos 90. **Estado e Educação**, São Paulo: Papirus/CEDES, 1992.

SOLA, Lourdes. Estado, mercado e democracia dossiê liberalismo/neoliberalismo. **Revista da USP**, São Paulo 1993.

SOUZA JÚNIOR, José Geraldo de. (Org.). **Introdução crítica ao direito série o direito achado na rua- v-1.** 4. ed. Brasília: UNB, 1993.

SOUZA, Nelson Mello E. **Modernidade Desacertos de um Consenso.** Campinas: UNICAMP, 1994.

STEIN, Ernildo. **Epistemologia e crítica da modernidade.** Ijuí: Unijuí, 1991.

STUCKA, Petr Ivanovich. **Direito e luta de classes.** Teoria geral do direito. São Paulo: Acadêmica, 1988.

SWINARSKI, Christophe. **Direito Internacional Humanitário.** Como Sistema de Proteção Internacional da Pessoa Humana. Principais Noções e Institutos. Tradução de Enrique Boero Baby e Oscar Vieira. São Paulo: RT, 1990.

TANNAHILL, Reay. **O Sexo na História.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983.

TELLA, Torcuato S. di. Modelos políticos latino-americanos no trânsito para o século XXI. In: cultura e governabilidade democráticas- América Latina no limiar do terceiro milênio. **Revista Tempo Brasileiro**, n. 106/107, dez. 1991.

TELLES, Vera da Silva. Sociedade civil e a construção de espaços públicos. In: DAGNINO, Evelina (Org.) **Anos 90 política e sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

TOURAINÉ, Alain. **Crítica da Modernidade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

TREVISOL, Joviles Vitorio. **O imaginário social da democracia: uma análise sociológica a partir de algumas organizações da sociedade civil de Florianópolis**. 1995. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) - Programa de Pós-graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1995.

_____. **Sociedade civil de um conceito “filosófico-normativo” para uma abordagem “político-sociológica”**. Roteiro-UNOESC, n. 33, jan/jun.1995.

VERUCCI, Florisa. **O Direito da Mulher em mutação: os desafios da Igualdade**. Belo Horizonte: Del Rey, 1999.

VIEIRA, Liszt. **Cidadania e globalização**. Rio de Janeiro: Record, 1997.

VITA, Alvaro de. **Justiça liberal**. Argumentos liberais contra o neo-liberalismo. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

WEIL, Pierre. **A mudança de sentido e o sentido da mudança**. São Paulo: Rosa dos tempos, 2000

WOLKMER Antônio Carlos. **O terceiro Mundo e a Nova Ordem Internacional**. São Paulo: Ática, 1989.

_____. **Constitucionalismo e Direitos Sociais no Brasil.** São Paulo: Acadêmica, 1989

_____. **Elementos para uma crítica do estado.** Porto Alegre: Sergio Antônio Fabris Editor, 1990.

_____. **Introdução ao pensamento jurídico crítico.** 3ª ed São Paulo: Saraiva, 2001.

_____. **Ideologia, Estado e Direito.** 3ª ed. São Paulo: RT, 2000.

_____. (Org.). **Fundamentos de história do direito.** 2ª ed Belo Horizonte: Del Rey, 2001.

_____. **Pluralismo jurídico:** fundamentos de uma nova cultura no direito. 3ª ed. São Paulo: Alfa Omega, 2001.

_____. (org.) **Introdução à História do Pensamento Político.** Rio de Janeiro/ São Paulo: Renovar, 2003.

ZONABEND, Françoise. SEGALLEN, Martine. ZUBER-KLAPISCH Christiane. BURGUIERE, André.(Dir.) **História da Família.** 1º vol. Mundos Longíquos. Lisboa: Terramar, 1996.

_____. **História da Família.** 2º vol. Tempos Medievais: Ocidente e Oriente Lisboa: Terramar, 1997.

_____. **História da Família.** 3º vol. O Choque das Modernidades Ásia, África, América, Europa Lisboa: Terramar, 1998.

_____. **História da Família**. 4º vol. O Ocidente: Industrialização e Urbanização. Lisboa: Terramar, 1999.

ZWEIG, Connie. **Mulher em busca da feminilidade perdida**. São Paulo: Gente, 1994.

ANEXOS

ANEXO-1- Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã de 1791

Para deliberar nas últimas sessões da assembléia nacional na próxima legislatura

Preâmbulo Homem sabes ser justo? È uma mulher que te
perguntas: não queresás tolher-lhe esse direito.

Dize-me, quem te deu o soberano poder de oprimir meu sexo? A tua força? As Tuas capacidades? Observa o Criador na sua sabedoria; percorre a natureza em toda a sua grandeza, da qual pareces querer aproximar-te, dá-me, se puderes, um exemplo desse domínio tirânico.

Considera os animais, consulta os elementos, estuda os vegetais, lança enfim um olhar sobre todas as modificações da matéria organizada e rende-te a evidência quando te ofereço meios para isso; procura, escava e distingue, se puderes, os sexos na administração da natureza. Em toda parte tu os encontrarás amalgamados e cooperantes no conjunto harmonioso dessa obra prima imortal. Só o homem fez dessa exceção um princípio. Extravagante, cego, desdenhoso da ciência e degenerado, neste século de luzes e de perspicácia, na mais crassa ignorância, quer imperar sobre um sexo que tem todas as faculdades intelectuais; que pretende aproveitar a Revolução e reclamar os seus direitos à igualdade, para não dizer mais. As mães, as filhas, as irmãs, representantes da nação, pedem para constituir-se em assembléia nacional. Considerando que a ignorância, o esquecimento ou o desprezo dos direitos da mulher são as únicas causas das desventuras públicas e da corrosão dos governos, elas resolveram **expor numa solene declaração os direitos naturais inalienáveis e sagrados da mulher**, a fim de que essa declaração, constantemente presente a todos os membros do corpo social, **lembre incessantemente os seus direitos e seus deveres**, a fim de os reclamos das cidadãs, baseados doravante em princípios simples e incontestáveis, sejam voltados para a

manutenção da Constituição, dos bons costumes e da felicidade de todos.

Por conseguinte, o sexo superior em beleza e em coragem, nos sofrimentos da maternidade, reconhece e **declara em presença e com os auspícios do Ser Supremo, os Direitos seguintes da Mulher e da Cidadã:**

Art. I- A mulher nasce livre e tem os mesmos direitos do homem. As distinções sociais só podem ser baseadas no interesse comum.

Art. II- O objetivo de toda associação política é a conservação dos direitos naturais e imprescritíveis da mulher e do homem: estes direitos são a liberdade, a propriedade, a segurança e sobretudo a resistência à opressão.

Art III- O princípio de toda soberania reside essencialmente na nação, que é a união da mulher e do homem: nenhum organismo, nenhum individuo pode exercer autoridade que não provenha expressamente deles.

Art IV- A liberdade e a justiça consistem em restituir tudo aquilo que pertence a outros; assim, o único limite ao exercício

dos direitos naturais da mulher, isto é, a perpétua tirania do homem, deve ser reformado pelas leis da natureza e da razão.

Art V-As leis da natureza e da razão proíbem todas as ações nocivas à sociedade: tudo aquilo que não é proibido pelas leis sábias e divinas não pode ser impedido e ninguém pode ser constringido a fazer aquilo que elas não ordenam.

Art VI-A Lei deve ser a expressão da vontade geral; todas as cidadãs e cidadãos devem concorrer pessoalmente ou com seus representantes para a sua formação; ele deve ser igual para todos. Todas as cidadãs e cidadãos, sendo iguais aos olhos da lei, devem ser igualmente admitidos a todas as dignidades, postos e empregos públicos, segundo as suas capacidades e sem outra distinção a não ser suas virtudes e seus talentos.

Art VII- Dela não se exclui nenhuma mulher: está é acusada, presa e detida nos casos estabelecidos pela lei. As mulheres obedecem como os homens a esta lei rigorosa.

Art. VIII- A lei só deve estabelecer penas estritamente e evidentemente necessárias e ninguém pode ser punido senão em virtude de uma lei estabelecida e promulgada anteriormente ao delito e legalmente aplicada às mulheres.

Art.IX- Sobre qualquer mulher declarada culpada a lei exerce todo o seu rigor.

Art.X- Ninguém dever ser molestado por suas opiniões, mesmo de princípio; a mulher tem o direito de subir ao patíbulo, deve ter também o de subir ao pódio desde que as suas manifestações não perturbem a ordem pública estabelecida pela lei.

Art.XI- A livre comunicação de pensamentos e de opiniões é um dos direitos mais preciosos da mulher, já que essa liberdade assegura a legitimidade dos pais em relação aos filhos. Toda cidadã pode dizer livremente: “sou mãe de um filho seu”, sem que um preconceito bárbaro a force a esconder a verdade; sob pena de responder pelo abuso dessa liberdade nos casos estabelecidos pela lei.

ArtXII- É necessário garantir principalmente os direitos da mulher e da cidadã; essa garantia dever ser instituída em favor de todos e não só daquelas às quais é assegurada.

Art XIII- Para manutenção da força pública e para as despesas de administração, as contribuições da mulher e do homem serão

iguais, ela participa de todos os trabalhos ingratos, de todas as fadigas, deve então participar também da distribuição dos postos, dos empregos, dos cargos, das dignidades e da indústria.

Art. XIV- As cidadãs e os cidadãos têm o direito de constatar por si próprios ou por seus representantes a necessidade da contribuição pública. As cidadãs só podem aderir a ela com a aceitação de uma divisão igual, não só nos bens, mas também na administração pública, e determinar a quantia, o tributável, a cobrança e a duração do imposto.

Art.XV- O conjunto de mulheres igualadas aos homens para a taxaão tem o mesmo direito de pedir contas da sua administração a todo o agente público.

Art.XVI- Toda a sociedade em que a garantia dos direitos não é assegurada, nem a separação dos poderes determinada, não tem Constituição; a Constituição é nula se a maioria dos indivíduos que compõem a nação não cooperou na sua redação.

Art.XVII-As propriedades são de todos os sexos juntos ou separados; para cada um deles elas têm um direito inviolável e sagrado; ninguém pode ser privado delas como verdadeiro patrimônio da natureza, a não ser quando a necessidade pública,

legalmente constatada, o exija de modo evidente e com a condição de uma justa e preliminar indenização.

Posfácio

Mulher, acorda, o sino da razão se faz ouvir em todo o universo, reconhece os teus direitos.

O potente império da natureza não está mais rodeado de preconceitos, de fanatismos, de supertições e mentiras.

A luz da verdade dissipou todas as nuvens da estupidez e da usurpação.

O homem escravo multiplicou suas forças, recorrendo às tuas, para romper as cadeias. Uma vez livre, tornou-se injusto para com a sua companheira. Ó mulheres! Mulheres, quando deixareis de ser cegas?

Quais as vantagens tirastes da Revolução? Um desprezo mais evidente, um desdém maior. Nos séculos de corrupção reinastes apenas sobre a fraqueza dos homens. Vosso império está destruído, que vos resta então?

A convicção das injustiças humanas. A reivindicação do vosso patrimônio baseado em sábios decretos da natureza; que tendes a temer de uma empresa tão bela? A bondosa palavra do Legislador das Bodas de Canaã? Temeis que os nossos Legisladores Franceses, defensores dessa moral, por tanto tempo agarrada aos ramos da política, mas que agora está em desuso, possam vos repetir: “mulheres, o que há em comum entre vós e nós?”. Tudo, deveis responder, Se se obstinarem na sua fraqueza em colocar essa incongruência em contradição com os seus princípios, opõe corajosamente a força da razão às vãs pretensões de superioridade; reuni-vos sob os estandartes da filosofia; mostrai toda a energia de vosso caráter e vereis muito logo os soberbos não mais como servis adoradores rastejando a vossos pés, mas orgulhosos de dividir convosco os tesouros do Ser Supremo.

Vós tendes o poder de libertar-vos de qualquer tipo de barreira que vos oponham, o importante é querer. Passemos agora ao quadro assustador que representantes da sociedade; já que neste momento se fala de educação nacional, vejamos se os nossos sábios Legisladores pensarão corretamente sobre a educação das mulheres.

As mulheres fizeram mais mal que bem. A constrição e a dissimulação foram o seu destino. Retomaram com a astúcia aquilo que a força lhes havia tirado; fizeram uso de todos os recursos do seu encanto, ao qual nem mesmo os mais irrepreensível dos homens podia resistir. O veneno, os grilhões, tudo se submetia a elas; governavam o crime e a virtude.

O governo francês sobretudo, durante séculos, dependeu da administração noturna das mulheres; o gabinete não tinha nenhum segredo para a indiscrição delas; embaixada, comando, ministério, presidência, pontificado, cardinalato, em suma, tudo aquilo, profano e sagrado, que caracteriza a estupidez dos homens, esteve submetido à cobiça e à ambição desse sexo antes desprezível e respeitado e, depois da Revolução respeitável e desprezado.

Nessa espécie de antítese, quantas observações tenho a fazer! Disponho apenas de um momento, ao qual a posteridade mais longínqua dará atenção. Sob o antigo Regime, tudo era vício e culpa; mas será que não se poderia entrever uma melhoria das coisas na própria substância dos vícios? A mulher preocupava-se apenas em ser bela e amável e, quando era, mil patrimônios caíam-lhe aos pés. Se não se aproveitava disso, tinha um caráter

extravagante ou uma filosofia pouco comum que a levava a desprezar as riquezas; então era considerada um mau súdito; a mais indecente fazia-se respeitar com ouro; o comércio de mulheres era um espécie de indústria admitida na classe alta, que doravante não terá mais crédito.

Se ainda tivesse, a Revolução estaria perdida e, por outros meios, seríamos sempre corrompidos; todavia, a razão não pode esconder que qualquer outro caminho para o sucesso é fechado para a mulher que é comprada, como a escrava nas costas africanas. A diferença é grande, como se sabe. A escrava manda no patrão, mas se o patrão lhe concede a liberdade sem recompensa, e num idade em que ela perdeu todo o seu encanto, o que acontece com a pobrezinha?

Objeto de desprezo; até as portas da beneficência lhe são fechadas; ela fica então pobre e velha, dizem, por que não soube fazer fortuna?

Outros exemplos ainda mais tocantes se apresentam à razão. Uma jovem sem experiência, seduzida pelo homem que ama, abandonará seus pais para segui-lo; o ingrato a deixará depois de alguns anos e, quanto mais ela envelheceu com ele, tanto mais a sua inconstância será desumana; se tiver filhos, ela a

abandonará da mesma maneira. Se for rico, o homem se julgará dispensado de dividir sua fortuna com suas nobres vítimas. Se algum compromisso o liga a seus deveres, ele os violará à força confiando nas leis. Se é casado, quando outro vínculo perde seus direitos.

Que leis é preciso então fazer para extirpar o vício pela raiz? A da divisão dos bens entre homens e mulheres e a lei da administração pública. É fácil imaginar que a mulher oriunda de uma família rica conquista muito com a igualdade da divisão. Mas a que provém de uma família pobre, com mérito e virtude, que destino terá? A pobreza e o opróbio. Se não for particularmente exímia em música ou em pintura, não pode ser admitida em nenhuma função pública, mesmo que para isso tivesse toda a capacidade. Quero dar apenas uma idéia das coisas, pretendo aprofunda-las numa nova edição de todas as minhas obras políticas, que me proponho oferecer ao público dentro de alguns dias, como notas.

Retomo o meu texto no que diz respeito aos costumes. O casamento é o túmulo da confiança e do amor. A mulher casada pode impunemente dar filhos bastardos ao marido e a fortuna que não lhes pertence. A solteira tem apenas um

pequeno direito: as leis antigas recusam-lhe o direito ao nome e ao bem paterno para os filhos e não foram feitas novas leis a respeito. Se tentar dar ao meu sexo um consciência honrada e justa é considerado neste momento um paradoxo da minha parte, deixo a quem virá depois a glória de tratar desta matéria; mas enquanto isso, pode-se prepará-la com a educação nacional e a restauração dos costumes e com as convenções conjugais.

Forma de Contrato social do homem e da mulher

Nós, N e N, movidos pela nossa própria vontade, unimo-vos para o resto de nossas vidas e pelo tempo das nossas inclinações recíprocas, nas seguintes condições: pretendemos e queremos pôr em comum os nossos patrimônios, reservando-nos todavia o direito de separá-lo em favor dos nossos filhos e daqueles que poderemos ter uma paixão particular, reconhecendo reciprocamente que os nossos bens pertencem diretamente aos filhos de qualquer origem que sejam, e que todos indistintamente têm o direito de portar o nome dos pais que os reconheceram, e comprometemo-nos a subscrever a lei que pune a abnegação do próprio sangue.

Obrigamo-nos ainda, em caso de separação, a dividir a nossa fortuna e separar a parte pertencente por lei aos filhos; no caso

de união perfeita, aquele que morrer renunciará à metade de suas propriedades em favor dos filhos e se um dos dois morrer sem filhos, o sobrevivente herdará por direito, a menos que o morto tenha disposto da metade do bem comum em favor de quem julgasse oportuno.

Eis aí mais ou menos a fórmula do ato conjugal cuja execução eu proponho. À leitura desse texto extravagante, vejo levantar-se contra mim os tartufos, os puritanos, o clero e todo o batalhão infernal. Mas quantos meios morais oferecerá aos sábios para atingir a perfeição de um bom governo?!

Dou em poucas palavras a prova material. O rico Epicuro sem filhos não encontra nada melhor do que ir ao vizinho pobre para aumentar a sua família.

Quando houver uma lei que autorize a mulher do pobre a deixar que o rico adote seus filhos, os vínculos da sociedade serão mais estreitos e os costumes mais morais. Essa lei conservará talvez o bem da comunidade e conterà a desordem que leva tanta vítimas às portas do opróbrio, da baixeza e da degeneração dos princípios humanos em que há muito tempo a natureza definha.

Que os detratores da sã filosofia cessem portanto de protestar contra os costumes primitivos ou que vão perder-se na fonte de suas citações.

Eu queria também uma lei que fosse a favor das viúvas e das moças traídas pelas falsas promessas de um homem ao qual se tivessem ligado; eu queria, digo, que essa lei forçasse um inconstante a manter seus compromissos ou a pagar uma indenização proporcional ao seu patrimônio. Queria ainda que essa lei fosse rigorosa em relação às mulheres, pelo menos aquelas que tivessem a desfaçatez de recorrer a uma lei que elas mesmas infringiram com a sua má conduta, se ficasse provado.

Queria ao mesmo tempo, como já disse em *A felicidade primitiva do homem*, em 1788, que as prostitutas fossem colocadas em bairros estabelecidos. Não são as prostitutas que contribuem mais para a depravação dos costumes, mas as mulheres da sociedade. Reformando-estas últimas, modificam-se as primeiras. Essa corrente de união fraterna oferecerá de início a desordem, mas produzirá em seguida um conjunto perfeito.

Ofereço um modo imbatível para elevar a alma das mulheres; fazê-las participar de todas as atividades do homem: se o

homem se obstina em considerar inexecutável esse meio, então que divida o seu patrimônio com a mulher, não a seu capricho, mas com a sabedoria das leis. O preconceito desaparece, os costumes se moralizam e a natureza retoma todos os seus direitos. Acrescente-se a isso o casamento de padres; o rei, firme no seu trono, e o governo francês jamais pode perecer.

Seria necessário dizer algumas palavras sobre as perturbações que causa, pelo que se diz, o decreto em favor dos homens de cor em nossas ilhas. A natureza freme de horror, a razão e a humanidade ainda não tocaram os corações endurecidos; lá nas nossas ilhas, sobretudo, a divisão e a discórdia agitam os habitantes. Não é difícil adivinhar quais são os instigadores desses fermentos incendiários: alguns estão até no seio da Assembléia Nacional; eles acendem na Europa o fogo que deverá incendiar a América. Os colonos pretendem reinar como déspotas sobre os homens dos quais são pais e irmãos, desconhecendo os direitos da natureza, perseguem sua fonte até a menor gota de sangue. Esses colonos desumanos dizem: “nosso sangue circula em suas veias, mas nós o derramaremos todo se for necessário, para aplacar a nossa cobiça ou nossa ambição cega ambição”. É justamente nesses lugares mais

próximos da natureza que o pai desconhece o filho; surdo aos reclamos do sangue, sufoca todas as suas qualidades; o que se pode esperar da resistência que lhe é oposta?

Reprimi-la com violência significa torná-la terrível, prendê-la de novo nos grilhões, quer dizer, dirigir todas as calamidades para a América. Uma mão divina parece espalhar em toda parte o privilégio do homem: a liberdade; só a lei tem direito de reprimi-la se ela degenera em arbítrio, mas de ser igual para todos e, sobretudo, deve vincular a Assembléia Nacional ao seu decreto, ditado pela prudência e pela Justiça.

Possa ela agir do mesmo modo para o Estado francês e estar atenta aos novos abusos, como esteve em relação aos velhos, que a cada dia se tornam mais assustadores! A minha idéia é que o Poder Executivo se reconcilie com o Poder Legislativo, porque me parece que representa tudo e o outro nada; do que derivará, infelizmente talvez, na ruína do império francês. Considero esses dois poderes como o homem e a mulher que devem estar unidos, mas iguais em força e virtude, para formar um bom núcleo familiar.

**ANEXO 2-Convenção sobre a Eliminação de Todas as
Formas de Discriminação Contra as Mulheres (1979)**

Os Estados-partes na Presente Convenção,

Considerando que a Carta das Nações Unidas reafirma a fé nos direitos humanos fundamentais, na dignidade e no valor da pessoa humana e na igualdade de direitos do homem e da mulher,

Considerando que a Declaração Universal dos Direitos Humanos reafirma o princípio da não-discriminação e proclama que todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos e que toda pessoa pode invocar todos os direitos e liberdades proclamados nessa Declaração, sem distinção alguma, inclusive de sexo,

Considerando que os Estados-partes nas Convenções Internacionais sobre Direitos Humanos têm a obrigação de garantir ao homem e à mulher a igualdade de gozo de todos os direitos econômicos, sociais, culturais, civis e políticos,

Observando, ainda, as resoluções, declarações e recomendações aprovadas pelas Nações Unidas e pelas agências especializadas para favorecer a igualdade de direito entre o homem e a mulher,

Preocupados, contudo com o fato de que, apesar destes diversos instrumentos, a mulher continue sendo objeto de grandes discriminações,

Relembrando que a discriminação contra a mulher violados princípios da igualdade de direitos e o respeito da dignidade humana dificulta a participação da mulher, nas mesmas condições que o homem, na vida política, social, econômica e cultural de seu país, constitui um obstáculo ao aumento do bem-estar da sociedade e da família e dificulta o pleno desenvolvimento das potencialidades da mulher para prestar serviço a seu país e à humanidade,

Preocupados com o fato de que, em situações de pobreza, a mulher tem um acesso mínimo à alimentação, à saúde, à educação, à capacitação e às oportunidades de emprego, assim como à satisfação de outras necessidades,

Convencidos de que o estabelecimento da nova ordem econômica internacional baseada na equidade e na justiça contribuirá significativamente para a promoção da igualdade entre o homem e a mulher,

Salientando que a eliminação do *apartheid*, de todas as formas de racismo, discriminação racial, colonialismo,

neocolonialismo, agressão, ocupação estrangeira e dominação e interferência nos assuntos internos dos Estados é essencial para o pleno exercício dos direitos do homem e da mulher,

Afirmando que o fortalecimento da paz e da segurança internacionais, o alívio da tensão internacional, a cooperação mútua entre todos os Estados, independentemente de seus sistemas econômicos e sociais, o desarmamento geral e completo, e em particular o desarmamento nuclear sob um estrito e efetivo controle internacional, a afirmação dos princípios de justiça, igualdade e proveito mútuo nas relações entre países e a realização do direito dos povos submetidos a dominação colonial e estrangeira e a ocupação estrangeira, à autodeterminação e independência, bem como o respeito da soberania nacional e da integridade territorial, promoverão o progresso e o desenvolvimento sociais, e, em consequência, contribuirão para a realização da plena igualdade entre o homem e a mulher,

Convencidos de que a participação máxima da mulher, em igualdade de condições com o homem, em todos os

campos, é indispensável para o desenvolvimento pleno e completo de um país, para o bem-estar do mundo e para a causa da paz,

Tendo presente a grande contribuição da mulher ao bem-estar da família e ao desenvolvimento da sociedade, até agora não plenamente reconhecida, a importância social da maternidade e a função dos pais na família e na educação dos filhos, e conscientes de que o papel da mulher na procriação não deve ser causa de discriminação, mas sim que a educação dos filhos exige a responsabilidade compartilhada entre homens e mulheres e a sociedade como um conjunto,

Reconhecendo que para alcançar a plena igualdade entre o homem e a mulher é necessário modificar o papel tradicional tanto do homem, como da mulher na sociedade e na família,

Resolvidos a aplicar os princípios enunciados na Declaração sobre a Eliminação da Discriminação contra a Mulher, e, para isto, a adotar as medidas necessárias a fim de suprimir essa discriminação em todas as suas formas e manifestações,

Concordam o seguinte:

PARTE I

Artigo 1º - Para fins da presente Convenção, a expressão "discriminação contra a mulher" significará toda distinção, exclusão ou restrição baseada no sexo e que tenha por objeto ou resultado prejudicar ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício pela mulher, independentemente de seu estado civil, com base na igualdade do homem e da mulher, dos direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural e civil ou em qualquer outro campo.

Artigo 2º - Os Estados-partes condenam a discriminação contra a mulher em todas as suas formas, concordam em seguir, por todos os meios apropriados e sem dilações, uma política destinada a eliminar a discriminação contra a mulher, e com tal objetivo se comprometem a:

1. consagrar, se ainda não o tiverem feito, em suas Constituições nacionais ou em outra legislação apropriada, o princípio da igualdade do homem e da

mulher e assegurar por lei outros meios apropriados à realização prática desse princípio;

2. adotar medidas adequadas, legislativas e de outro caráter, com as sanções cabíveis e que proíbam toda discriminação contra a mulher;
3. estabelecer a proteção jurídica dos direitos da mulher em uma base de igualdade com os do homem e garantir, por meio dos tribunais nacionais competentes e de outras instituições públicas, a proteção efetiva da mulher contra todo ato de discriminação;
4. abster-se de incorrer em todo ato ou prática de discriminação contra a mulher e zelar para que as autoridades e instituições públicas atuem em conformidade com esta obrigação;
5. tomar as medidas apropriadas para eliminar a discriminação contra a mulher praticada por qualquer pessoa, organização ou empresa;
6. adotar todas as medidas adequadas, inclusive de caráter legislativo, para modificar ou derrogar leis, regulamentos,

usos e práticas que constituam discriminação contra a mulher;

7. derrogar todas as disposições penais nacionais que constituam discriminação contra a mulher.

Artigo 3º - Os Estados-partes tomarão, em todas as esferas e, em particular, nas esferas política, social, econômica e cultural, todas as medidas apropriadas, inclusive de caráter legislativo, para assegurar o pleno desenvolvimento e progresso da mulher, com o objetivo de garantir-lhe o exercício e o gozo dos direitos humanos e liberdades fundamentais em igualdade de condições com o homem.

Artigo 4º - 1. A adoção pelos Estados-partes de medidas especiais de caráter temporário destinadas a acelerar a igualdade de fato entre o homem e a mulher não se considerará discriminação na forma definida nesta Convenção, mas de nenhuma maneira implicará, como consequência, a manutenção de normas desiguais ou separadas; essas medidas cessarão quando os objetivos de igualdade de oportunidade e tratamento houverem sido alcançados.

2. A adoção pelos Estados-partes de medidas especiais, inclusive as contidas na presente Convenção, destinadas a proteger a maternidade, não se considerará discriminatória.

Artigo 5º - Os Estados-partes tomarão todas as medidas apropriadas para:

1. modificar os padrões socioculturais de conduta de homens e mulheres, com vistas a alcançar a eliminação de preconceitos e práticas consuetudinárias e de qualquer outra índole que estejam baseados na idéia da inferioridade ou superioridade de qualquer dos sexos ou em funções estereotipadas de homens e mulheres.
2. garantir que a educação familiar inclua uma compreensão adequada da maternidade como função social e o reconhecimento da responsabilidade comum de homens e mulheres, no que diz respeito à educação e ao desenvolvimento de seus filhos, entendendo-se que o interesse dos filhos constituirá a consideração primordial em todos os casos.

Artigo 6º - Os Estados-partes tomarão as medidas apropriadas, inclusive de caráter legislativo, para suprimir

todas as formas de tráfico de mulheres e exploração de prostituição da mulher.

PARTE II

Artigo 7º - Os Estados-partes tomarão todas as medidas apropriadas para eliminar a discriminação contra a mulher na vida política e pública do país e, em particular, garantirão, em igualdade de condições com os homens o direito a:

1. votar em todas as eleições e referendos públicos e ser elegível para todos os órgãos cujos membros sejam objeto de eleições públicas;
2. participar na formulação de políticas governamentais e na execução destas, e ocupar cargos públicos e exercer todas as funções públicas em todos os planos governamentais;
3. participar em organizações e associações não-governamentais que se ocupem da vida pública e política do país.

Artigo 8º - Os Estados-partes tomarão as medidas apropriadas para garantir à mulher, em igualdade de condições com o homem e sem discriminação alguma, a

oportunidade de representar seu governo no plano internacional e de participar no trabalho das organizações internacionais.

Artigo 9º -1. Os Estados-partes outorgarão às mulheres direitos iguais aos dos homens para adquirir, mudar ou conservar sua nacionalidade. Garantirão, em particular, que nem o casamento com um estrangeiro, nem a mudança de nacionalidade do marido durante o casamento modifiquem automaticamente a nacionalidade da esposa, a convertam em apátrida ou a obriguem a adotar a nacionalidade do cônjuge.

2. Os Estados-partes outorgarão à mulher os mesmos direitos que ao homem no que diz respeito à nacionalidade dos filhos.

PARTE III

Artigo 10 – Os Estados-partes adotarão todas as medidas apropriadas para eliminar a discriminação contra a mulher, a fim de assegurar-lhe a igualdade de direitos com o homem na esfera da educação e em particular para assegurar, em condições de igualdade entre homens e mulheres:

1. as mesmas condições de orientação em matéria de carreiras e capacitação profissional, acesso aos estudos e obtenção de diplomas nas instituições de ensino de todas as categorias, tanto em zonas rurais como urbanas; essa igualdade deverá ser assegurada na educação pré-escolar, geral, técnica e profissional, incluída a educação técnica superior, assim como todos os tipos de capacitação profissional;
2. acesso aos mesmos currículos e mesmos exames, pessoal docente do mesmo nível profissional, instalações e material escolar da mesma qualidade;
3. a eliminação de todo conceito estereotipado dos papéis masculino e feminino em todos os níveis e em todas as formas de ensino, mediante o estímulo à educação mista e a outros tipos de educação que contribuam para alcançar este objetivo e, em particular, mediante a modificação dos livros e programas escolares e adaptação dos métodos de ensino;
4. as mesmas oportunidades para a obtenção de bolsas de estudo e outras subvenções para estudos;

5. as mesmas oportunidades de acesso aos programas de educação supletiva, incluídos os programas de alfabetização funcional e de adultos, com vistas a reduzir, com a maior brevidade possível, a diferença de conhecimentos existentes entre o homem e a mulher;
6. a redução da taxa de abandono feminino dos estudos e a organização de programas para aquelas jovens e mulheres que tenham deixado os estudos prematuramente;;
7. as mesmas oportunidades para participar ativamente nos esportes e na educação física;
8. acesso a material informativo específico que contribua para assegurar a saúde e o bem-estar da família, incluída a informação e o assessoramento sobre o planejamento da família.

Artigo 11 –1. Os Estados-partes adotarão todas as medidas apropriadas para eliminar a discriminação contra a mulher na esfera do emprego a fim de assegurar, em condições de igualdade entre homens e mulheres, os mesmos direitos, em particular:

- a) o direito ao trabalho como direito inalienável de todo ser humano;
- b) o direito às mesmas oportunidades de emprego, inclusive a aplicação dos mesmos critérios de seleção em questões de emprego;
- c) o direito de escolher livremente profissão e emprego, o direito à promoção e à estabilidade no emprego e a todos os benefícios e outras condições de serviço, e o direito ao acesso à formação e à atualização profissionais, incluindo aprendizagem, formação profissional superior e treinamento periódico;
- d) o direito a igual remuneração, inclusive benefícios, e igualdade de tratamento relativa a um trabalho de igual valor, assim como igualdade de tratamento com respeito à avaliação da qualidade do trabalho;
- e) o direito à seguridade social, em particular em casos de aposentadoria, desemprego, doença, invalidez, velhice ou outra incapacidade para trabalhar, bem como o direito a férias pagas;

- f) o direito à proteção da saúde e à segurança nas condições de trabalho, inclusive a salvaguarda da função de reprodução.

2. A fim de impedir a discriminação contra a mulher por razões de casamento ou maternidade e assegurar a efetividade de seu direito a trabalhar, os Estados-partes tomarão as medidas adequadas para:

- a) proibir, sob sanções, a demissão por motivo de gravidez ou de licença-maternidade e a discriminação nas demissões motivadas pelo estado civil;
- b) implantar a licença-maternidade, com salário pago ou benefícios sociais comparáveis, sem perda do emprego anterior, antiguidade ou benefícios sociais;
- c) estimular o fornecimento de serviços sociais de apoio necessários para permitir que os pais combinem as obrigações para com a família com as responsabilidades do trabalho e a participação na vida pública, especialmente mediante o fomento da criação e desenvolvimento de uma rede de serviços destinada ao cuidado das crianças;

d) dar proteção especial às mulheres durante a gravidez nos tipos de trabalho comprovadamente prejudiciais a elas.

3. A legislação protetora relacionada com as questões compreendidas neste artigo será examinada periodicamente à luz dos conhecimentos científicos e tecnológicos e será revista, derogada ou ampliada, conforme as necessidades.

Artigo 12 –1. Os Estados-partes adotarão todas as medidas apropriadas para eliminar a discriminação contra a mulher na esfera dos cuidados médicos, a fim de assegurar, em condições de igualdade entre homens e mulheres, o acesso a serviços médicos, inclusive referentes ao planejamento familiar.

2. Sem prejuízo do disposto no parágrafo 1º, os Estados-partes garantirão à mulher assistência apropriada em relação à gravidez, ao parto e ao período posterior ao parto, proporcionando assistência gratuita quando assim for necessário, e lhe assegurarão uma nutrição adequada durante a gravidez e a lactância.

Artigo 13 – Os Estados-partes adotarão todas as medidas apropriadas para eliminar a discriminação contra a mulher

em outras esferas da vida econômica e social, a fim de assegurar, em condições de igualdade entre os homens e mulheres, os mesmos direitos, em particular:

1. o direito a benefícios familiares;
2. o direito a obter empréstimos bancários, hipotecas e outras formas de crédito financeiro;
3. o direito de participar em atividades de recreação, esportes e em todos os aspectos da vida cultural.

Artigo 14 –1. Os Estados-partes levarão em consideração os problemas específicos enfrentados pela mulher rural e o importante papel que desempenha na subsistência econômica de sua família, incluído seu trabalho em setores não-monetários da economia, e tomarão todas as medidas apropriadas para assegurar a aplicação dos dispositivos desta Convenção à mulher das zonas rurais.

2. Os Estados-partes adotarão todas as medidas apropriadas para eliminar a discriminação contra a mulher nas zonas rurais, a fim de assegurar, em condições de igualdade entre homens e mulheres, que elas participem

no desenvolvimento rural e dele se beneficiem, e em particular assegurar-lhes-ão o direito a:

- a) participar da elaboração e execução dos planos de desenvolvimento em todos os níveis;
- b) ter acesso a serviços médicos adequados, inclusive informação, aconselhamento e serviços em matéria de planejamento familiar;
- c) beneficiar-se diretamente dos programas de seguridade social
- d) obter todos os tipos de educação e de formação, acadêmica e não-acadêmica, inclusive os relacionados à alfabetização funcional, bem como, entre outros, os benefícios de todos os serviços comunitários e de extensão, a fim de aumentar sua capacidade técnica;
- e) organizar grupos de auto-ajuda e cooperativas, a fim de obter igualdade de acesso às oportunidades econômicas mediante emprego ou trabalho por conta própria;
- f) participar de todas as atividades comunitárias;
- g) Ter acesso aos créditos e empréstimos agrícolas, aos serviços de comercialização e às tecnologias apropriadas,

e receber um tratamento igual nos projetos de reforma agrária e de restabelecimentos;

- h) gozar de condições de vida adequadas, particularmente nas esferas da habitação, dos serviços sanitários, da eletricidade e do abastecimento de água, do transporte e das comunicações.

PARTE IV

Artigo 15. 1- Os Estados-partes reconhecerão à mulher a igualdade com o homem perante a lei.

2. Os Estados-partes reconhecerão à mulher, em matéria civil, uma capacidade jurídica idêntica à do homem e as mesmas oportunidades para o exercício desta capacidade. Em particular, reconhecerão à mulher iguais direitos para firmar contratos e administrar bens e dispensar-lhe-ão um tratamento igual em todas as etapas do processo nas Cortes de Justiça e nos Tribunais.

3. Os Estados-partes convêm em que todo contrato ou outro instrumento privado de efeito jurídico que tenda a restringir a capacidade jurídica da mulher será considerado nulo.

4. Os Estados-partes concederão ao homem e à mulher os mesmos direitos no que respeita à legislação relativa ao direito das pessoas, à liberdade de movimento e à liberdade de escolha de residência e domicílio.

Artigo 16 –1. Os Estados-partes adotarão todas as medidas adequadas para eliminar a discriminação contra a mulher em todos os assuntos relativos ao casamento e às relações familiares e, em particular, com base na igualdade entre homens e mulheres assegurarão:

- a) o mesmo direito de contrair matrimônio;
- b) o mesmo direito de escolher livremente o cônjuge e de contrair matrimônio somente com o livre e pleno consentimento;
- c) os mesmos direitos e responsabilidades durante o casamento por ocasião de sua dissolução;
- d) os mesmos direitos e responsabilidades como pais, qualquer que seja seu estado civil, em matérias pertinentes aos filhos. Em todos os casos, os interesses dos filhos serão a consideração primordial;

- e) os mesmos direitos de decidir livre e responsavelmente sobre o número de filhos e sobre o intervalo entre os nascimentos e a Ter acesso à informação, à educação e aos meios que lhes permitam exercer esses direitos;
- f) os mesmos direitos e responsabilidades com respeito à tutela, curatela, guarda e adoção dos filhos, ou institutos análogos, quando esses conceitos existirem na legislação nacional. Em todos os casos, os interesses dos filhos serão a consideração primordial;
- g) os mesmos direitos pessoais como marido e mulher, inclusive o direito de escolher sobrenome, profissão e ocupação;
- h) os mesmos direitos a ambos os cônjuges em matéria de propriedade, aquisição, gestão, administração, gozo e disposição dos bens, tanto a título gratuito oneroso,

2. Os sponsais e o casamento de uma criança não terão efeito legal e todas as medidas necessárias, inclusive as de caráter legislativo, serão adotadas para estabelecer uma idade mínima para o casamento e para tornar obrigatória a inscrição de casamento em registro oficial

PARTE V

Artigo 17-1. Com o fim de examinar os progressos alcançados na aplicação desta Convenção, será estabelecido um Comitê sobre a Eliminação da Discriminação contra a Mulher (doravante denominado "Comitê"), composto, no momento da entrada em vigor da Convenção, de dezoito e, após sua ratificação ou adesão pelo trigésimo quinto Estado-parte, de vinte e três peritos de grande prestígio moral e competência na área abarcada pela Convenção. Os peritos serão eleitos pelos Estados-partes e exercerão suas funções a título pessoal; será levada em conta uma distribuição geográfica equitativa e a representação das formas diversas de civilização, assim como dos principais sistemas jurídicos.

2. Os membros do Comitê serão eleitos em votação secreta dentre uma lista de pessoas indicadas pelos Estados-partes. Cada Estado-parte pode indicar uma pessoa dentre os seus nacionais.

3. A primeira eleição se realizará seis meses após a data da entrada em vigor da presente Convenção. Ao menos três meses antes da data de cada eleição, o Secretário

Geral da Organização das Nações Unidas enviará uma carta aos Estados-partes para convidá-los a apresentar suas candidaturas no prazo de dois meses. O Secretário Geral da Organização das Nações Unidas organizará uma lista, por ordem alfabética, de todos os candidatos assim designados, com indicações dos Estados-partes que os tiverem designado, e a comunicará aos Estados-partes.

4. Os membros do Comitê serão eleitos durante uma reunião dos Estados-partes convocada pelo Secretário Geral das Nações Unidas. Nesta reunião, na qual o quorum será estabelecido por dois terços dos Estados-partes, serão eleitos membros do Comitê os candidatos que obtiverem o maior número de votos e a maioria absoluta dos votos dos representantes dos Estados-partes presentes e votantes.

5. Os membros do Comitê serão eleitos para um mandato de quatro anos. Entretanto, o mandato de nove dos membros eleitos na primeira eleição expirará ao final de dois anos, imediatamente após a primeira eleição, os nomes desses nove membros serão escolhidos, por sorteio, pelo Presidente do Comitê.

6. A eleição dos cinco membros adicionais do Comitê realizar-se-á em conformidade com o disposto nos parágrafos 2º, 3º e 4º deste artigo, após o depósito do trigésimo quinto instrumento de ratificação ou adesão. O mandato de dois dos membros adicionais eleitos nessa ocasião, cujos nomes serão escolhidos, por sorteio, pelo Presidente do Comitê, expirará ao fim de dois anos.
7. Para preencher as vagas fortuitas, o Estado-parte cujo perito tenha deixado de exercer suas funções de membro do Comitê nomeará outro perito entre seus nacionais, sob reserva da aprovação do Comitê.
8. Os membros do Comitê, mediante aprovação da Assembléia Geral, receberão remuneração dos recursos das Nações Unidas, na forma e condições que a Assembléia Geral decidir, tendo em vista a importância das funções do Comitê.
9. O Secretário Geral da Organização das Nações Unidas colocará à disposição do Comitê o pessoal e os serviços necessários ao desempenho eficaz das funções que lhe são atribuídas em virtude da presente Convenção.

Artigo 18 – 1 . Os Estados-partes comprometem-se a submeter ao Secretário Geral das Nações Unidas, para exame do Comitê, um relatório sobre as medidas legislativas, judiciárias, administrativas ou outras que adotarem para tornarem efetivas as disposições desta Convenção e dos progressos alcançados a respeito:

- a) no prazo de um ano, a partir da entrada em vigor da Convenção para o Estado interessado; e
- b) posteriormente, pelo menos a cada quatro anos e toda vez que o Comitê vier a solicitar.

2. Os relatórios poderão indicar fatores e dificuldades que influam no grau de cumprimento das obrigações estabelecidas por esta Convenção.

Artigo 19 –1 . O Comitê adotará seu próprio regulamento.

2. O Comitê elegerá sua Mesa para um período de dois anos.

Artigo 20 – 1. O Comitê se reunirá normalmente todos os anos, por um período não superior a duas semanas, para

examinar os relatórios que lhe sejam submetidos, em conformidade com o artigo 18 desta Convenção.

2. As reuniões do Comitê realizar-se-ão normalmente na sede das Nações Unidas ou em qualquer outro lugar que o Comitê determine.

Artigo 21 – O Comitê, através do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, informará anualmente a Assembléia Geral das Nações Unidas de suas atividades e poderá apresentar sugestões e recomendações de caráter geral, baseadas no exame dos relatórios e em informações recebidas dos Estados-partes. Essas sugestões e recomendações de caráter geral serão incluídas no relatório do Comitê juntamente com as observações que os Estados-partes tenham porventura formulado.

2. O Secretário Geral das Nações Unidas transmitirá, para informação, os relatórios do Comitê à Comissão sobre a Condição da Mulher.

Artigo 22 – As agências especializadas terão direito a estar representadas no exame da aplicação das disposições

desta Convenção que correspondam à esfera de suas atividades. O Comitê poderá convidar as agências especializadas a apresentar relatórios sobre a aplicação da Convenção em áreas que correspondam à esfera de suas atividades.

PARTE VI

Artigo 23 – Nada do disposto nesta Convenção prejudicará qualquer disposição que seja mais propícia à obtenção da igualdade entre homens e mulheres e que esteja contida:

- a) Na legislação de um Estado-parte; ou
- b) em qualquer outra convenção, tratado ou acordo internacional vigente nesse Estado.

Artigo 24 – Os Estados-partes comprometem-se a adotar todas as medidas necessárias de âmbito nacional para alcançar a plena realização dos direitos reconhecidos nesta Convenção.

Artigo 25 – 1. A presente Convenção estará aberta à assinatura de todos os Estados.

2. O Secretário Geral da Organização das Nações Unidas fica designado depositário desta Convenção.

3. Esta Convenção está sujeita à ratificação. Os instrumentos de ratificação serão depositados junto ao Secretário Geral da Organização das Nações Unidas.

4. Esta Convenção está aberta à adesão de todos os Estados. Far-se-á a adesão mediante depósito do instrumento de adesão junto ao Secretário Geral das Nações Unidas.

Artigo 26 – 1. Qualquer Estado-parte poderá, em qualquer momento, formular pedido de revisão desta Convenção, mediante notificação escrita dirigida ao Secretário Geral da Organização das Nações Unidas.

2. A Assembléia Geral das Nações Unidas decidirá sobre as medidas a serem tomadas, se for o caso, com respeito a esse pedido.

Artigo 27 – 1. A presente Convenção entrará em vigor no trigésimo dia a contar da data em que o vigésimo

instrumento de ratificação ou adesão houver sido depositado junto ao Secretário Geral das Nações Unidas.

2. Para os Estados que vierem a ratificar a presente Convenção ou a ela aderir após o depósito do vigésimo instrumento de ratificação ou adesão, a Convenção entrará em vigor no trigésimo dia a contar da data em que o Estado em questão houver depositado seu instrumento de ratificação ou adesão.

Artigo 28 – 1. O Secretário Geral das Nações Unidas receberá e enviará a todos os Estados o texto das reservas feitas pelos Estados no momento da ratificação ou adesão.

2. Não será permitida uma reserva incompatível com o objeto e o propósito desta Convenção.

3. As reservas poderão ser retiradas a qualquer momento por uma notificação endereçada com esse objetivo ao Secretário Geral das Nações Unidas, que informará a todos os Estados a respeito. A notificação surtirá efeito na data de seu recebimento.

Artigo 29 –1. As controvérsias entre dois ou mais Estados-partes, com relação à interpretação ou aplicação

da presente Convenção, que não puderem ser dirimidas por meio de negociação serão, a pedido de um deles, submetidas à arbitragem. Se, durante os seis meses seguintes à data do pedido de arbitragem, as Partes não lograrem pôr-se de acordo quanto aos termos do compromisso de arbitragem, qualquer das Partes poderá submeter a controvérsia à Corte Internacional de Justiça, mediante solicitação feita em conformidade com o Estatuto da Corte.

2. Cada Estado-parte poderá declarar, por ocasião da assinatura ou ratificação da presente Convenção, que não se considera obrigado pelo parágrafo anterior. Os demais Estados-partes não estarão obrigados pelo referido parágrafo com relação a qualquer Estado-parte que houver formulado reserva dessa natureza.

3. Todo Estado-parte que houver formulado reserva em conformidade com o parágrafo anterior poderá, a qualquer momento, tornar sem efeito essa reserva, mediante notificação endereçada ao Secretário Geral das Nações Unidas.

Artigo 30 – A presente Convenção, cujos textos em árabe, chinês, espanhol, francês, inglês e russo são igualmente autênticos, será depositada junto ao Secretário Geral das Nações Unidas. Este testemunho do que os abaixo assinados devidamente autorizados assinaram a presente Convenção.

* Adotada pela Resolução n. 34/180 da Assembléia Geral das Nações Unidas, em 18 de dezembro de 1979 e ratificada pelo Brasil em 1º de fevereiro de 1984.

ANEXO-3- Convenção Interamericana para Prevenir,

Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher

"Convenção de Belém do Pará" (1994)

* Adotada pela Assembléia Geral da Organização dos Estados Americanos em 6 de junho de 1994 e ratificada pelo Brasil em 27 de novembro de 1995.

A Assembléia Geral,

Considerando que o reconhecimento e o respeito irrestrito de todos os direitos da mulher são condições indispensáveis para seu desenvolvimento individual e para a criação de uma sociedade mais justa, solidária e pacífica.

Preocupada porque a violência em que vivem muitas mulheres da América, sem distinção de raça, classe, religião, idade ou qualquer outra condição, é uma situação generalizada.

Persuadida de sua responsabilidade histórica de fazer frente a esta situação para procurar soluções positivas.

Convencida da necessidade de dotar o *Sistema Interamericano* de um *Instrumento Internacional* que contribua para solucionar o problema da violência contra a mulher.

Recordando as conclusões e recomendações da *Consulta Interamericana sobre a Mulher e a Violência*, celebrada em 1990, e a *Declaração sobre a Erradicação da Violência contra a Mulher*, nesse mesmo ano, adotada pela Vigésima Quinta Assembléia de Delegadas.

Recordando também a Resolução *AG/RES n. 1128(XXI-0/91)* "Proteção da Mulher Contra a Violência", aprovada pela *Assembléia Geral da Organização dos Estados Americanos*.

Levando em consideração o amplo processo de consulta realizado pela Comissão Interamericana de Mulheres desde 1990 para o estudo e a elaboração de um projeto de convenção sobre a mulher e a violência. Vistos os resultados da Sexta Assembléia Extraordinária de Delegadas; resolve adotar a seguinte:

**Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e
Erradicar a Violência Contra a Mulher – "Convenção
de Belém do Pará"**

Os Estados Membros da presente Convenção:

Reconhecendo que o respeito irrestrito aos *Direitos Humanos* foi consagrado na *Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem* e na *Declaração Universal dos Direitos Humanos* e reafirmado em outros instrumentos internacionais e regionais.

Afirmando que a violência contra a mulher constitui uma violação dos direitos humanos e das liberdades fundamentais e limita total ou parcialmente à mulher o

reconhecimento, gozo e exercício de tais direitos e liberdades.

Preocupados porque a violência contra a mulher é uma ofensa à dignidade humana e uma manifestação de relações de poder historicamente desiguais entre mulheres e homens.

Recordando a *Declaração sobre a Erradicação da Violência contra a Mulher*, adotada pela *Vigésima Quinta Assembléia de Delegadas da Comissão Interamericana de Mulheres*, e afirmando que a violência contra a mulher transcende todos os setores da sociedade, independentemente de sua classe, raça ou grupo étnico, níveis de salário, cultura, nível educacional, idade ou religião, e afeta negativamente suas próprias bases.

Convencidos de que a eliminação da violência contra a mulher é condição indispensável para seu desenvolvimento individual e social e sua plena igualitária participação em todas as esferas da vida .

Convencidos de que a adoção de uma convenção para prevenir, punir e erradicar toda forma de violência contra a mulher, no âmbito da *Organização dos Estados*

Americanos, constitui uma contribuição positiva para proteger os direitos da mulher e eliminar as situações de violência que possam afetá-las.

Convieram o seguinte:

Capítulo I

Definição e âmbito de Aplicação

Artigo 1º

Para os efeitos desta Convenção deve-se entender por violência contra a mulher qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como no privado.

Artigo 2º

Entender-se-á que violência contra a mulher inclui violência física, sexual e psicológica:

§1. Que tenha ocorrido dentro da família ou unidade doméstica ou em qualquer outra relação interpessoal, em que o agressor conviva ou haja convivido no mesmo domicílio que a mulher e que

compreende, entre outros, estupro, violação, maus-tratos e abuso sexual:

§2. Que tenha ocorrido na comunidade e seja perpetrada por qualquer pessoa e que compreende, entre outros, violação, abuso sexual, tortura, maus-tratos de pessoas, tráfico de mulheres, prostituição forçada, seqüestro e assédio sexual no lugar de trabalho, bem como em instituições educacionais, estabelecimentos de saúde ou qualquer outro lugar, e

§3. Que seja perpetrada ou tolerada pelo Estado ou seus agentes, onde quer que ocorra.

Capítulo II

Direitos Protegidos

Artigo 3º

Toda mulher tem direito a uma vida livre de violência, tanto no âmbito público como no privado.

Artigo 4º

Toda mulher tem direito ao reconhecimento, gozo, exercícios e proteção de todos os direitos humanos e às

liberdades consagradas pelos instrumentos regionais e internacionais sobre Direitos Humanos. Estes direitos compreendem , entre outros:

- a) O direito a que se respeite sua vida.
- b) O direito a que se respeite sua integridade física, psíquica e moral.
- c) O direito à liberdade e à segurança pessoais.
- d) O direito a não ser submetida a torturas.
- e) O direito a que se refere a dignidade inerente a sua pessoa e que se proteja sua família.
- d) O direito à igualdade de proteção perante a lei e da lei;
- e) O direito a um recurso simples e rápido diante dos tribunais competentes, que a ampare contra atos que violem seus direitos.
- f) O direito à liberdade de associação.

g) O direito à liberdade de professar a religião e as próprias crenças, de acordo com a lei.

h) O direito de ter igualdade de acesso às funções públicas de seu país e a participar nos assuntos públicos, incluindo a tomada de decisões.

Artigo 5º

Toda mulher poderá exercer livre e plenamente seus direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais e contará com a total proteção desses direitos consagrados nos instrumentos regionais e internacionais sobre direitos humanos. Os Estados Membros reconhecem que a violência contra a mulher impede e anula o exercício desses direitos.

Artigo 6º

O direito de toda mulher a uma vida livre de violência incluir, entre outros:

a) O direito da mulher de ser livre de toda forma de discriminação.

b) O direito da mulher ser valorizada e educada livre de padrões estereotipados de comportamento e práticas sociais e culturais baseados em conceitos de inferioridade de subordinação.

Capítulo III

Deveres dos Estados

Artigo 7º

Os Estados Membros condenam toda as formas de violência contra a mulher e concordam em adotar, por todos os meios apropriados e sem demora, políticas orientadas a prevenir, punir e erradicar a dita violência e empenhar-se em:

§1. Abster-se de qualquer ação ou prática de violência contra a mulher e velar para que as autoridades, seus funcionários, pessoal e agentes e instituições públicas se comportem conforme esta obrigação.

§2. Atuar com a devida diligência para prevenir, investigar e punir a violência contra a mulher.

§3. Incluir em sua legislação interna normas penais, civis e administrativas, assim como as de outra natureza que sejam necessárias para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher e adotar as medidas administrativas apropriadas que venham ao caso.

§4. Adotar medidas jurídicas que exijam do agressor abster-se de fustigar, perseguir, intimidar, ameaçar, machucar, ou pôr em perigo a vida da mulher de qualquer forma que atente contra sua integridade ou prejudique sua propriedade.

§5. Tomar todas as medidas apropriadas, incluindo medidas de tipo legislativo, para modificar ou abolir lei e regulamentos vigentes, ou para modificar práticas jurídicas ou consuetudinárias que respaldem a persistências ou a tolerância da violência contra a mulher.

§6. Estabelecer procedimentos jurídicos justos e eficazes para a mulher que tenha submetida a

violência, que incluam, entre outros, medidas de proteção, um julgamento oportuno e o acesso efetivo a tais procedimentos.

§7. Estabelecer os mecanismos judiciais e administrativos necessários para assegurar que a mulher objeto de violência tenha acesso efetivo a ressarcimento, reparação do dano ou outros meios de compensação justos e eficazes.

§8. Adotar as disposições legislativas ou de outra índole que sejam necessárias para efetivar esta Convenção.

Artigo 8º

Os Estados Membros concordam em adotar, em forma progressiva, medidas específicas, inclusive programas para:

§1. Fomentar o conhecimento e a observância do direito da mulher a uma vida livre de violência o direito da mulher a que se respeitem para protejam seus direitos humanos.

§2. Modificar os padrões sócio-culturais de conduta de homens e mulheres, incluindo a construção de programas de educação formais e não-formais apropriados a todo nível do processo educativo, para contrabalançar preconceitos e costumes e todo outro tipo de práticas que se baseiem na premissa da inferioridade ou superioridade de qualquer dos gêneros ou nos papéis estereotipados para o homem e a mulher ou legitimam ou exacerbam a violência contra a mulher.

§3. Fomentar a educação e capacitação do pessoal na administração da justiça, policial e demissão funcionários encarregado da aplicação da lei assim como do pessoal encarregado das políticas de prevenção, sanção e eliminação da violência contra a mulher.

§4. Aplicar os serviços especializados apropriados para o atendimento necessário à mulher objeto de violência, por meio de entidades dos setores público e privado, inclusive abrigos, serviços de

orientação para toda a família, quando for o caso, e cuidado e custódia dos menores afetado.

§5. Fomentar e apoiar programas de educação governamentais e do setor privado destinados a conscientizar o público sobre os problemas relacionados com a violência contra a mulher, os recursos jurídicos e a reparação correspondente.

§6. Oferecer à mulher objeto de violência acesso a programas eficazes de reabilitação e capacitação que lhe permitam participar plenamente na vida pública, privada e social.

§7. Estimular os meios de comunicação e elaborar diretrizes adequadas de difusão que contribuam para a erradicação da violência contra a mulher em todas suas formas e a realçar o respeito à dignidade da mulher.

§8. Garantir a investigação e recopilação de estatísticas e demais informações pertinentes sobre as causas, conseqüências e freqüência da violência contra a mulher, como objetivo de avaliar a eficácia das medidas para prevenir, punir e eliminar

a violência contra a mulher e de formular e aplicar as mudanças que sejam necessárias.

§9. Promover a cooperação internacional para o intercâmbio de idéias e experiências e a execução de programas destinados a proteger a mulher objeto de violência.

Artigo 9º

Para a adoção das medidas a que se refere este capítulo, os Estados Membros terão especialmente em conta a situação de vulnerabilidade à violência que a mulher possa sofrer em consequência, entre outras, de sua raça ou de sua condição étnica, de migrante, refugiada ou desterrada.. No mesmo sentido se considerará a mulher submetida à violência quando estiver grávida, for excepcional, menor de idade, anciã, ou estiver em situação sócio-econômica desfavorável ou afetada por situações de conflitos armados ou de privação de sua liberdade.

Capítulo IV

Mecanismos Interamericanos de Proteção

Artigo 10

Com o propósito de proteger o direito da mulher a uma vida livre de violência, nos informes nacionais à Comissão Interamericana de Mulheres, os Estados Membros deverão incluir informação sobre as medidas adotadas para prevenir e erradicar a violência contra a mulher, para assistir a mulher afetado pela violência, assim como sobre as dificuldades que observem na aplicação das mesmas e dos fatores que contribuam à violência contra a mulher.

Artigo 11

Os Estados Membros nesta *Convenção e a Comissão Interamericana de Mulheres* poderão requerer à *Corte Interamericana de Direitos Humanos* opinião consultiva sobre a interpretação desta Convenção.

Artigo 12

Qualquer pessoa ou grupo de pessoas, ou entidade não-governamental legalmente reconhecida em um ou mais

Estados Membros da Organização, pode apresentar à *Comissão Interamericana de Direitos Humanos* petições que contenham denúncias ou queixas de violação do "artigo 7º" da presente Concepção pelo Estado Membro, e a Comissão considerá-las-á de acordo com as normas e os requisitos de procedimento para apresentação e consideração de petições estipuladas na *Convenção Americana sobre Direitos Humanos e no Estatuto e Regulamento da Comissão Interamericana de Direitos Humanos*.

Capítulo V

Disposições Gerais

Artigo 13

Nada do disposto na presente Convenção poderá ser interpretado como restrição ou limitação à legislação interna dos Estados Membros que preveja iguais ou maiores proteções e garantias aos direitos da mulher e salvaguardas adequadas para prevenir e erradicar a violência contra a mulher.

Artigo 14

Nada do disposto na presente Convenção poderá ser interpretado como restrição ou limitação à *Convenção Americana sobre Direitos Humanos* ou a outra convenções internacionais sobre a matéria que prevejam iguais ou maiores proteções relacionadas com este tema.

Artigo 15

A presente Convenção está aberta à assinatura de todos os Estados Membros da *Organização dos Estados Americanos*.

Artigo 16

A presente Convenção está sujeita à ratificação. Os instrumentos de ratificação serão depositados na *Secretaria Geral da Organização dos Estados Americanos*.

Artigo 17

A presente Convenção fica aberta à adesão de qualquer outro Estado. Os instrumentos de adesão serão depositados na *Secretaria Geral da Organização dos Estados Americanos*.

Artigo 18

Os Estados poderão formular reservas à presente Convenção no momento de aprová-la, assiná-la, ratificá-la ou aderir a ela, sempre que:

§1. Não sejam incompatíveis com o objetivo e o propósito da Convenção;

§2. Não sejam de caráter geral e versem sobre uma ou mais disposições específicas.

Artigo 19

Qualquer Estado Membro pode submeter à *Assembléia Geral*, por meio da *Comissão Interamericana de Mulheres*, uma proposta de emenda a esta Convenção.

As emendas entrarão em vigor para os Estados ratificantes das mesmas na data em que dois terços dos Estados Membros tenham depositado o respectivo instrumento de ratificação. Quanto ao resto dos Estados Membros, entrarão em vigor na data em que depositem seus respectivos instrumentos de ratificação.

Artigo 20

Os Estados Membros que tenham duas ou mais unidades territoriais em que funcionem distintos sistemas jurídicos relacionados com questões tratadas na presente Convenção poderão declarar, no momento da assinatura, ratificação ou adesão, que a Convenção aplicar-se-á a todas as unidades territoriais ou somente a uma ou mais.

Tais declarações poderão ser modificadas em qualquer momento mediante declarações ulteriores, que especificarão expressamente a ou as unidades territoriais às quais será aplicada a presente Convenção. Tais declarações ulteriores serão transmitidas à *Secretaria Geral da Organização* dos Estados Americanos e entrarão em vigor trinta dias após seu recebimento.

Artigo 21

A presente Convenção entrará em vigor no trigésimo dia a partir da data que tenha sido depositado o segundo instrumento de ratificação. Para cada Estado que ratifique ou adira à Convenção, depois de ter sido depositado o segundo instrumento de ratificação, entrará em vigor no trigésimo dia a partir da data em que tal Estado tenha depositado seu instrumento de ratificação ou adesão.

Artigo 22

O *Secretário Geral* informará a todos os Estados membros da *Organização dos Estados Americanos* da entrada em vigor da Convenção.

Artigo 23

O Secretário Geral da Organização dos Estados Americanos apresentará um informe anual aos Estados membros da Organização sobre a situação desta *Convenção*, inclusive sobre as assinaturas, depósitos de instrumentos de ratificação, adesão ou declarações, assim como as reservas porventura apresentadas pelos Estados Membros e, neste caso, o informe sobre as mesmas.

Artigo 24

A presente Convenção vigorará indefinidamente, mas qualquer dos Estados Membros poderá denunciá-la mediante o depósito de um instrumento com esse fim na *Secretaria Geral da Organização dos Estados Americanos*. Um ano depois da data do depósito de instrumento de denúncia, a Convenção cessará em seus efeitos para o Estado denunciante, continuando a subsistir para os demais Estados Membros.

Artigo 25

O instrumento original na presente Convenção, cujos textos em espanhol, francês, inglês e português são igualmente autênticos, será depositado na *Secretaria Geral da Organização dos Estados Americanos*, que enviará cópia autenticada de seu texto para registro e publicação à *Secretaria das Nações Unidas*, de conformidade com o "artigo 102" da *Carta das Nações Unidas*.

3 OS DIREITOS HUMANOS DAS MULHERES E O PLURALISMO JURÍDICO: POSSIBILIDADES DE INTERCONEXÃO.....	130
3.1 A Importância dos Operadores Jurídicos na Operacionalização dos Direitos Humanos das Mulheres.....	130
3.2 O Pluralismo Jurídico como um instrumental de mudanças sociais na sociedade civil	150
3.3- O Pluralismo Jurídico Comunitário Participativo e os Direitos Humanos das Mulheres: possibilidades de pontes interdisciplinares.....	160
 CONCLUSÃO.....	 181
 REFERÊNCIAS.....	 193
 ANEXOS.....	 214
ANEXO 1- Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã de 1791...	214
ANEXO 2 - Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres (1979).....	230
ANEXO 3 - Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher (1994).....	260